



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 188 – TERÇA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Temporárias do Congresso Nacional

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB (63,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17</p> <p>Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 9</p> <p>Líder Gim - PTB (56,58,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126)</p> <p>Líder do PR - 3 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Líder do PSC - 0 Eduardo Amorim (17,47,48,72,131)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PSB - 4</p> <p>Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)</p> <p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)</p>

EXPEDIENTE

<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p>Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL	
1.1.1 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 652/2014	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 29 de outubro e 4 de novembro de 2014.....	4
Ata da 3ª Reunião, realizada em 5 e 11 de novembro de 2014.....	27
1.1.2 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 653/2014	
Ata da 3ª Reunião, realizada em 4 de novembro de 2014.....	56
Ata da 4ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 2014.....	68
1.1.3 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 658/2014	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de novembro de 2014.....	84
1.1.4 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias	
Ata da 15ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2014.....	87
1.1.5 – Comissão Parlamentar Mista destinada a Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição Federal	
Ata da 16ª Reunião, realizada em 3 de junho de 2014.....	128

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 652, DE 2014, PUBLICADA EM 28 DE JULHO DE 2014, QUE “CRIA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO REGIONAL.”, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 29 DE OUTUBRO E 4 DE NOVEMBRO DE 2014, NO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 652, de 2014, com a presença dos Senadores Sérgio Petecão, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Jayme Campos e Lídice da Mata; e dos Deputados Assis Carvalho, Geraldo Simões, Osmar Terra, Moreira Mendes, Rodrigo Garcia, José Rocha, João Caldas, Sarney Filho, Margarida Salomão, Danilo Forte, Lucio Vieira Lima, Júlio Cesar, Glauber Braga e Chico Alencar. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão: os Deputados Waldir Maranhão e Cláudio Puty. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência passa a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, que procede à leitura do Requerimento nº1/2014 (Plano de Trabalho), de sua autoria, solicitando a realização de audiência pública para instruir a matéria. Assume a Presidência o Deputado Assis Carvalho. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senadora Ana Amélia, Senador Ricardo Ferraço e Senador José Pimentel. Encerrada a discussão e colocado em votação, o Requerimento nº 1 é aprovado. A reunião é suspensa às quinze horas. Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia quatro de novembro de dois mil e catorze, no Plenário dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão, a reunião é reaberta. A Presidência convida os seguintes participantes para compor a mesa e, nessa ordem, realizarem suas exposições: Wellington Moreira Franco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil; Marcelo Pacheco dos Guarany, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; Brigadeiro do Ar Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Chefe do Subdepartamento de Operações do DECEA da Aeronáutica; Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR; e José Adriano Castanho Ferreira, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Usam da palavra, sob anuência da senhora Vice-Presidente, os Senhores Deílson Cunha Matoso, Superintendente da MAP Linhas Aéreas, e Antonoaldo Neves, Presidente da Azul Linhas Aéreas Brasileiras. Assume a Presidência o Senador José Pimentel. Usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço e Flexa Ribeiro. Assume as direções do trabalho o Deputado Assis Carvalho, Presidente da Comissão. Usam da palavra os seguintes parlamentares: Senadora Vanessa Grazziotin, Senador José Pimentel e Senador Lobão Filho. É iniciada a fase de réplica dos participantes. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Assis Carvalho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Deputado **Assis Carvalho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Boa tarde a todos.

Vamos começar agora a Medida Provisória nº 652, que trata dos aeroportos regionais. Já elegemos a Mesa dos trabalhos na reunião anterior; já nomeamos o Relator, o nobre Senador Flexa Ribeiro; ele que pediu essa audiência para apresentar o plano de trabalho.

Portanto, havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 652, de 2014. A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho da Comissão.

Passo a palavra ao nobre Relator, Senador Flexa Ribeiro, pelo tempo necessário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador José Pimentel, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, Srs. Deputados, Srs. Deputadas:

O objetivo dessa nossa reunião, Presidente, V. Exª já informou: aprovar o plano de trabalho da Comissão Mista que vai apresentar o relatório da MP nº 652. O Objetivo da MP nº 652, de 2014, todos os senhores já sabem, é criar um programa governamental de estímulo ao desenvolvimento da aviação regional no País. Para isso, abre a possibilidade para utilização de subvenções econômicas para o pagamento de tarifas aeroportuárias, de navegação aérea, do adicional de tarifa aeroportuária em aeroportos considerados regionais e para o financiamento de parte dos custos dos próprios voos com origem ou destino nesses aeroportos.

Todos aqueles que já fizeram uma leitura da medida provisória chegam à conclusão de que ela está muito indefinida nos seus objetivos. É preciso que haja correção com relação à medida provisória – Senador Vicentinho, V. Exª, que já foi Presidente da Subcomissão de Aviação, sabe muito bem disso. Então, a nossa proposta é fazer uma audiência pública, aprovado o plano de trabalho, para que possamos ouvir as partes interessadas.

O plano de trabalho era para ter sido aprovado na reunião de ontem. Como adiamos a reunião de ontem para hoje, o plano de trabalho previa a audiência pública na quinta-feira, ou seja, amanhã. Recebi uma ligação do Ministro da Secretaria de Aviação Civil dizendo da impossibilidade de ele estar aqui amanhã, solicitando para que nós pudéssemos fazer a reunião na próxima terça-feira. Então, altero aqui, Presidente, Deputado, o plano de trabalho para que façamos a audiência pública na terça-feira próxima, dia 4 de novembro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quem V. Ex^a está considerando convidar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Vou ler em seguida e abrir para sugestão dos membros.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – O plano de trabalho, então, prevê hoje sua aprovação; no dia 4/11, a audiência pública; no dia 6/11, a apresentação do relatório da medida provisória, discussão e votação do relatório, do parecer na Comissão Mista.

Por que tão apertado o calendário? Porque a medida provisória expira no dia 19 de novembro. Na realidade, é dia 26, mas não temos sessão. Dia 19 é uma quarta-feira. Não vamos correr riscos de ter a última reunião numa quinta-feira, quando podemos não ter quórum. Então, a proposta é que façamos a aprovação já retornado da Câmara, porque ele vai primeiro à Câmara, depois para o Senado, e que, no Senado, seja feita no dia 19 de novembro, que é o último dia que teremos para aprová-la.

Pois não, pela ordem.

A SR^a MARGARIDA SALOMÃO (PT – MG) – Que dia seria a discussão e votação na Comissão?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – No dia 6, terça-feira, nós faremos a audiência e, na quinta-feira, nós faremos a apresentação.

A SR^a MARGARIDA SALOMÃO (PT – MG) – E votaremos?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – E poderemos, se não houver pedido de vista, colocar em votação no mesmo dia; se houver, faremos no dia seguinte a discussão e a votação.

Bom, para a audiência pública, como sugestão, nós pretendemos chamar a Secretaria de Aviação Civil (SAC), o Ministro Moreira Franco, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), a Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abetar), mas há pouco eu fui instado a incluir nessa audiência pública o Decea, do Ministério da Aeronáutica.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Parlamentar da Minoria/SD – TO) – E a Infraero.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pois não, Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Parlamentar da Minoria/SD – TO) – Eu acho que a Infraero tem muito a ver com este assunto aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Então, nós temos duas inclusões, uma delas solicitada pelo Ministério da Aeronáutica, que pede que seja incluído o Decea, porque parte da Taxa de Navegação e Rota é o Decea que arrecada, não a Secretaria. Então, incluiríamos o Ministério da Aeronáutica, com representantes do Decea, e a Infraero.

Alguma outra sugestão?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Senadora Ana Amélia, nossa Vice-Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Senador Flexa Ribeiro, está incluído o Sindicato dos Aeronautas nisso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Não, só das empresas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu acho que seria conveniente incluir os aeronautas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Senadora Ana Amélia, a Medida Provisória trata de subvenção para empresas. Confesso que não vejo qual o interesse dos aeronautas nisso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É que hoje nós estivemos, na Comissão de Assuntos Sociais, Senador Flexa Ribeiro, discutindo a regulamentação, que foi adiada por 15 dias para que encontrássemos bom senso, e a categoria manifestou interesse de participar, de ser ouvida nessa matéria. Foi por isso que fiz a sugestão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pois não.

Nós já temos seis convidados para a audiência pública. A Senadora Ana Amélia sugere a inclusão de um representante do Sindicato dos Aeronautas. *(Pausa.)*

Coloco em discussão o plano de trabalho para que os Srs. Senadores e Srs. Deputados possam contribuir enriquecendo o plano.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Apresentado o relatório do nosso Relator, Flexa Ribeiro, nós o colocamos em discussão. Alguém tem alguma colaboração a ser apresentada para que a gente possa, então, submeter à votação dos presentes?

Grande Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a Vice-Presidenta, nossos companheiros e companheiras, eu quero começar registrando a clareza do plano de trabalho, sua objetividade, que vai nos permitir fazer, na próxima terça-feira, dia 4, um debate bastante aprofundado sobre este tema. Se, porventura, outra entidade representativa comparecer, eu pediria a V. Ex^{as} que deixassem a possibilidade de também ser ouvida, porque, muitas vezes, pode chegar uma entidade que a gente entenda que é importante ouvir. Como estamos com cinco... Não é isso? Talvez não surja, mas... *(Pausa.)*

Já são seis? Ah, um número grande. Talvez não surja, mas, se surgir, a gente deixaria essa abertura.

A segunda coisa é quanto ao prazo. O calendário apresentado por V. Ex^a atende à minha preocupação, que era exatamente o tempo para a Câmara Federal e para seu retorno para o Senado Federal. Portanto, minha sugestão, Sr. Presidente, é que nós aprovemos, por unanimidade, o plano de trabalho para que a gente possa, na próxima terça-feira, fazer a audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Até porque já existe, Senador Pimentel, a orientação, aprovada pelo Senado, pelo Presidente, de não pautar nenhuma medida provisória que chegue ao Senado faltando menos de 15 dias para ter seu prazo expirado. Nós vamos ter que falar com o Presidente e excepcionalizar essa, porque, senão, vai cair.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Na verdade, são 15 dias para a Câmara e 7 dias para nós, os 15 dias para as duas Casas. Mas vai dar certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – É, eu espero. Mas são 15 dias no Senado. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Não, eu digo... A resolução que o Presidente Renan tomou, lá atrás...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, a resolução que todos nós assinamos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Todos nós assinamos. Ela estipulou um prazo mínimo de 15 dias. Não vamos ter nessa 652.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas a resolução não abre exceção. A resolução, até onde sei, não abre exceção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – É, nós vamos ter que discutir isso no momento oportuno no plenário do Senado. Nós vamos fazer a nossa parte, Senador Ferraço. Vamos fazer a parte da Comissão Mista. Vamos aprovar o parecer e encaminhar à Câmara.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Até o dia 13. É isto?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Até o dia 6.

Pela ordem, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – *(Fora do microfone.)* ...procedimento no que diz respeito às medidas provisórias para evitar problema. Efetivamente, tem os 15 dias apresentados pela Câmara Federal e tem os 7 dias apresentados pelo Senado Federal. Esses prazos não são estanques. Quando há acordo de Líderes, nós podemos encurtá-lo. Mas, no caso aqui, não vai ser preciso nem chegar a esse ponto, porque há prazo suficiente. Portanto, o calendário está de bom tamanho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Vamos deixar para discutir isso no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Há acordo entre o nosso Relator e o nosso Líder? Pode ser?

O SR. (Não Identificado) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Bom, diante...

Acho que não há mais nada a ser discutido. Podemos submeter à votação relatório? *(Pausa.)*

Então, passamos à votação da matéria.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento apresentado pelo Relator Flexa Ribeiro permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Plano de trabalho aprovado.

Assim, a sugestão, como já foi levantado o questionamento pelo nosso Senador Pimentel, é que suspendamos esta reunião hoje e façamos a audiência amanhã. Era a proposta anterior, mas o Pimentel, nosso Senador, está sugerindo...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – ...que a gente passe para terça-feira, dia 4 de novembro. Estamos sugerindo, portanto, que seja na terça-feira, dia 4 de novembro, às 14h30, em auditório a ser identificado. Nesse caso, a sugestão é que suspendamos esta reunião até o dia 4, ficando ela aberta.

Estamos de acordo? Vou submeter à apreciação dos presentes. *(Pausa.)*

Estamos declarando suspensão a presente reunião, marcando a reabertura para o próximo dia 4 de novembro, às 14h30, a fim de realizarmos a audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Eu pediria só à Secretaria da Comissão Mista que fizesse os convites aos representantes de cada Ministério ou de representação das empresas para que eles sejam convidados e comuniquem a presença para a audiência pública no dia 4.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – O.k. Já estamos comunicando aqui os encaminhamentos levantados pelo nosso Relator Flexa Ribeiro.

Sendo assim, fica suspensa a reunião até o dia 4, às 14h30. Declaramos, portanto, suspensão a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos e suspensão às 15 horas, a reunião será reaberta no dia 4 de novembro de 2014, às 14 horas e 30 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 652, de 2014.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública para instruir essa matéria.

Convido, para assento à mesa, os senhores:

– Wellington Moreira Franco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil.

Bem-vindo, Ministro!. Muito obrigada por sua presença.

– Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Obrigada pela presença, Dr. Marcelo.

– Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

Obrigada pela presença.

– Brigadeiro do Ar Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Chefe do Subdepartamento de Operações do DECEA (Aeronáutica).

– Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear); e

– José Adriano Castanho Ferreira, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

A Presidência comunica que a Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abe-
tar) não enviou representante.

De acordo com as normas regimentais, a Presidência adotará as seguintes condições para esta audiência: o convidado fará sua exposição por dez minutos; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos; a palavra aos Srs. Parlamentares será concedida pela ordem de inscrição.

Concedo a palavra, para a abertura desta audiência pública, ao Sr. Ministro Wellington Moreira Franco.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Gostaria de agradecer pelo privilégio do convite para estar aqui e debater sobre um aspecto da política de aviação civil no Brasil extremamente importante: a transformação do modal aéreo em um modal capaz de cumprir o papel de integrar o País, não só do ponto de vista da sua população, mas também considerando aquilo que os brasileiros produzem.

Gostaria, Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, de manifestar os meus agradecimentos ao trabalho do Relator, o Senador Flexa Ribeiro, à sua equipe, que tem mantido com os técnicos da Secretaria de Aviação Civil (SAC) uma atitude extremamente colaborativa, trazendo contribuições efetivamente relevantes e que nos têm permitido, neste trabalho com esta Comissão, melhorar os termos da medida provisória.

Essa medida provisória encaminhada pela Presidenta Dilma decorre da constatação de que precisamos mudar o quadro da aviação brasileira. A mudança desse quadro se torna necessária quando consideramos que, em 1999, o Brasil tinha, mais ou menos, 180 aeródromos com voos regulares, e, agora, em 2014, temos cerca de 123 aeroportos com voos regulares.

É claro que, num país com as dimensões do nosso, com o crescimento da aviação, sobretudo nos últimos dez anos, apresentando sucessivas e expressivas taxas anuais, com o esforço que o governo e a sociedade brasileira fazem, no sentido de trazer a infraestrutura aeroportuária brasileira para o século XXI, fazendo investimentos vultuosos... Para que possamos ter uma ideia, nos últimos três anos e meio, os investimentos nos principais aeroportos do País foram da ordem de R\$11,5 bilhões. Esses investimentos, em pista, pátio, melhoria tecnológica e estação de passageiros, permitiram que aumentássemos a capacidade desses principais aeroportos em

70 milhões de passageiros/ano, o que pode ser exemplificado dizendo que isso remonta a um contingente de seis vezes a população da cidade de São Paulo, a cidade mais populosa do nosso País, poder, ao longo do ano, transitar nos nossos aeroportos, usar a infraestrutura e a possibilidade de voar.

Somado a isso, desde que o Governo, há alguns anos, tomou a decisão de praticar a liberdade tarifária, acabando com o controle de preços de tarifas, tivemos uma queda sucessiva das tarifas e, ainda, somado a isso o fato de que, nos últimos dez anos também, milhões de brasileiros, em torno de 35 milhões de brasileiros, tiveram acesso ao mercado de consumo e, conseqüentemente, como classe média, a possibilidade de voar.

Essas considerações são vistas, ainda, considerando a constatação de que, de dez brasileiros da classe média, seis estão no interior. E fomos ao instituto de pesquisa Data Popular, para buscar essa informação de que as famílias de classe média do interior têm uma renda 20% maior do que as das capitais, mas gastam 50% menos em passagens aéreas. E, também segundo o instituto Data Popular, em torno de 43% da população do interior possuem a intenção de voar, há uma vontade de utilizar-se da aviação como meio de mobilidade, meio de transporte; e, sobretudo, existe a constatação de que os preços praticados nas passagens do interior estão 31% mais altos do que os preços praticados nas capitais e nas regiões metropolitanas.

Isso animou o governo a apresentar o programa de aviação regional para que nós pudéssemos, nessa primeira etapa, dotar o País de 270 aeroportos em condições de operação. A escolha desses aeroportos foi baseada em manifestações das empresas aéreas que têm mercado; nas condições técnicas e operacionais dos aeroportos, mas que não funcionam; em avaliações de natureza regional, do desenvolvimento econômico regional; em manifestações de demandas reprimidas, constatadas pelas informações oficiais que o País detém.

Nós fizemos a escolha desses 270 aeroportos. E esses 270 aeroportos, espalhados pelo País inteiro, permitirão que em torno de 95%, 96% da população brasileira estejam a não mais que 100km de um aeroporto, o que vai criar efetiva condição de aumentarmos substancialmente a capacidade de o País ter uma malha aérea que retorne a padrões que já tivemos no passado.

Dentro dessa realidade, tornou-se indispensável que nós criássemos um subsídio para garantir que houvesse a possibilidade econômico-financeira de permitir que esses brasileiros pudessem se utilizar da aviação, como também garantir às empresas a possibilidade de tê-las para a população brasileira como algo que fosse consistente, com condições financeiras e, conseqüentemente, condições operacionais adequadas.

O subsídio nós entendemos – e eu particularmente entendo – que é uma ferramenta de política econômica extremamente eficaz. Há muito debate, muita discussão sobre isso, mas nós entendemos que o governo, para ter política econômica, a manifestação dele é o uso dessa ferramenta. Agora, essa ferramenta precisa ser usada de maneira transparente e com a possibilidade de ser permanentemente avaliada para que não se transforme em uma antipolítica, e sim em privilégios e benefícios para determinados setores.

O governo, quando mandou a medida provisória, manifestou uma preocupação, e essa preocupação foi muito bem incorporada. Tivemos, inclusive, sugestões da relatoria no sentido de garantir prazos de vigência, prazos de reavaliação da política e a composição da própria estrutura do subsídio.

A medida provisória propõe a criação de duas esferas de subsídio: uma, a das tarifas aeroportuárias. Os aeroportos recebem, normalmente, essas tarifas...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – ... e elas serão pagas pelo FNAC. E ainda outra, que vai significar o subsídio ao custo dos voos com origem ou destino nos aeroportos regionais. Os recursos desse subsídio serão oriundos do Fundo Nacional de Aviação Civil. No projeto de lei orçamentária anual, é em torno de R\$500 milhões, e a proposta que está sendo debatida pela Comissão é a de que nós teremos uma parte significativa da regulamentação dele através de um decreto.

Creio, Presidenta, que esse sinal foi indicativo de que o meu tempo está esgotado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sim, foi.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Então, apressei rapidamente.

Agradeço à Comissão e me coloco à disposição para esclarecer qualquer problema.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço muito ao Ministro Moreira Franco, porque, é claro, o debate vai permitir maiores esclarecimentos dessa matéria tão relevante.

Eu também queria, Ministro, ressaltar o empenho do Senador Flexa Ribeiro, na relatoria, e do nosso Líder José Pimentel, para que a gente considerasse a brevidade. Nós estamos chegando já a um período de muita demanda para a aviação regional também. Se a gente pudesse já estar operando, seria muito bom. Sou de um Estado em que a aviação regional tem um peso muito grande – o Ministro Moreira Franco conhece bem.

De imediato, passo a palavra ao Diretor-Presidente da Anac, Dr. Marcelo dos Guaranys.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYs – Obrigado, Senadora. Ao cumprimentá-la, cumprimento o Senador Flexa Ribeiro, meus colegas de mesa.

Na verdade, são palavras muito rápidas, Senadora, explicando um pouco a nossa função aqui, como uma política de aviação regional, uma política desenhada pela Secretaria de Aviação Civil juntamente com outros órgãos de governo. E nós, na condição de agência reguladora, vamos executar, regular, fiscalizar o que daí decorrer. Por conta disso, a Anac tem, por atribuição legal, cumprir as resoluções do Conac, que é o Conselho de Aviação Civil, presidido pelo Ministro da Aviação Civil, com vários ministros do governo, e também cumprir todas as políticas emanadas pela Secretaria de Aviação Civil. Nós as complementamos; precisamos fazer alguma regulação e fiscalizamos a aplicação de toda a nossa regulação.

Lembro que a nossa função principal – a função principal da agência – é garantir a segurança das operações. Órgãos de aviação civil no mundo, as autoridades de aviação civil têm como função principal garantir que as operações ocorram com total segurança, porque a aviação é algo que sempre gera desconhecimento das pessoas; as pessoas precisam ter garantia de segurança e essa é uma garantia que o órgão regulador presta no Brasil como em outros locais do mundo.

O Brasil é reconhecido internacionalmente pela excelência de sua regulação, e esse é um papel que a gente quer continuar sempre desenvolvendo. E também temos como função desenvolver a eficiência do transporte aéreo, desenvolver cada vez mais o transporte dentro do País. A Anac tem cumprido esse papel através de suas regulações e desregulações. atuando, agora, como tem sido a nossa principal função nos últimos anos, na concessão dos aeroportos, desenvolvendo mais infraestrutura, mais rapidamente, exigindo qualidade e nível de serviços.

No tocando à política de aviação regional – o Ministro colocou o tripé, desenvolvimento e investimentos nos aeroportos regionais, subsídio, discussão da isenção tarifária, e teve toda a questão dos *slots*, a discussão sobre utilização de *slots* no aeroporto de Congonhas. O Conselho de Aviação Civil fez uma resolução, uma política, determinando que novos *slots* encontrados no aeroporto de Congonhas, que pudessem ser uma otimização do aeroporto de Congonhas para uma melhor utilização para a aviação comercial, ou seja, para o público mesmo usar mais o aeroporto para... Já há um número de movimentos razoável, mais do que existe dos voos comerciais autorizados, então vamos transformar num pouco desses movimentos também mais para a aviação comercial, porque, assim, privilegio e benefício a sociedade, mais voos públicos, de transporte público. E a diretriz do Conac foi a de que novos *slots* reconfigurados no aeroporto de Congonhas fossem destinados para a aviação comercial e, principalmente, para empresas que não tivessem atuação naquele aeroporto, para fomentar a concorrência, baseado ainda no indicador de que quem tivesse maior transporte regional ganharia mais *slots* proporcionalmente.

Diante dessa política, nós simplesmente executamos. A política foi publicada numa quarta-feira; na quinta-feira, nós já publicamos a resolução que executa a política e estamos agora prestes a implementar novos voos no aeroporto de Congonhas com empresas que têm atuação regional. Elas começam a fazer novos voos a partir daqueles aeroportos, ou seja, novas rotas, mais serviços, executando, com isso, a política emanada pelo Conselho de Aviação Civil.

De resto, daqui para frente, a gente está sempre acompanhando o programa. No que precisar, explicando a configuração necessária dos aeroportos para ter segurança, flexibilizando o que necessário for, entendendo quais são as nuances do programa – e este é o nosso papel aqui, o de consultor, assessor e executor do que precisar.

Estamos à disposição para perguntas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Dr. Marcelo, Presidente da Anac. O senhor falou muito da segurança do serviço de transporte aéreo, o que é fundamental, mas também, como agência reguladora, cuidar do interesse do passageiro. Já que a companhia vai ter um subsídio na passagem, ou seja, esse serviço também tem de ter boa qualidade.

Antes de convidar para fazer uso da palavra, quero esclarecer aos Srs. Parlamentares que, relativamente a todos os palestrantes já referidos, foram feitos requerimentos no dia em que votamos o funcionamento da agência, porém, houve manifestação de dois operadores de aviação regional do setor privado que querem dar uma contribuição.

Então, penso que, pela forma democrática, não só do Relator, mas também do Senador Pimentel, nossa, desta Casa política, terminada a exposição dos que estão oficialmente dentro do requerimento aprovado, o Sr. Deilson Cunha Matoso, Superintendente do MAP Linhas Aéreas, e o assessor da presidência da Passaredo Linhas Aéreas e Sete Linhas Aéreas, Eduardo Bush – não é parente do presidente americano, é certamente o dono – poderiam se manifestar.

O Deílson Cunha Matoso terá cinco minutos, de onde estiver, da sua própria bancada, para fazer a apresentação de alguns dos pontos que S. S^a achar convenientes para enriquecer o debate sobre essa medida provisória tão importante para o nosso País. Então, vai falar por cinco minutos.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Infraero, Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Flexa Ribeiro, Senador José Pimentel, meu caro Ricardo Ferraço, só complementando as palavras do Ministro Moreira Franco e do Marcelo, na realidade, essa medida provisória vem complementar um processo que se iniciou, ainda em 2011, com as concessões dos grandes aeroportos, que tinham, naquela oportunidade, três funções básicas.

A primeira função era desonerar o Tesouro Nacional dos grandes investimentos de que o Brasil precisava na estrutura aeroportuária, ainda em 2011, e que culminou com todas essas obras que hoje nós conhecemos.

A segunda razão era fazer com que o setor privado trouxesse recursos para o setor público, de modo que pudéssemos investir naqueles aeroportos, vamos dizer assim, em que as empresas privadas não tivessem tanto apetite, que é exatamente a aviação regional. É inadmissível que um país desse tamanho tenha uma aviação regional tão pequena, se comparada à de outros países de tamanho equivalente ao nosso.

E, tendo esses recursos que vêm através das outorgas, foi possível que se pensasse numa forma de desenvolver a aviação regional. Para se desenvolver qualquer negócio novo, qualquer rota nova neste País, nós precisamos das companhias aéreas. Naquela época, já se pensava numa forma para fazer com que as companhias aéreas se interessassem pelos voos no interior, de modo que as passagens pudessem ser mais equivalentes para as pessoas do interior. A senhora sabe, Senadora, que hoje, quanto menor o Município, maior é o preço da passagem, o que, além de ser injusto, é uma coisa economicamente não sustentável.

É daí que vem todo esse projeto da medida provisória que está em análise aqui, no Senado Federal, de modo a fazer com que a indústria da aviação chegue aos aeroportos e estes possam ter movimento e receita suficiente, para que possam andar sozinhos. Só para a senhora ter uma ideia, hoje, os 29 aeroportos regionais operados pela Infraero dão R\$290 milhões de prejuízos por ano. O que nós queremos fazer é com que esses prejuízos diminuam e acabem. Como? Fazendo com que a demanda chegue a esses aeroportos regionais, que é exatamente o que a medida provisória prevê.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente da Infraero.

Agora eu convido, para fazer uso da palavra, o Brigadeiro do Ar Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Chefe do Subdepartamento de Operações do DECEA (Aeronáutica).

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Senadora Ana Amélia, muito boa tarde. Senador Flexa Ribeiro, Senador Pimentel, Ex^{mos} Srs. Parlamentares, Sr^{as} e Srs. Companheiros do segmento da aviação que compõem a mesa, em nome do Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, eu quero agradecer a honra do convite para fazer esta apresentação aqui.

Eu preparei uma apresentação, Senadora, mas pularei essa apresentação e vou direto ao ponto, porque eu coloquei algumas coisas da política que o DECEA está planejando seguir, mas eu acho que posso só falar e poupar o tempo da plateia.

O DECEA, obviamente, da mesma forma que a Anac e a Infraero bem expuseram, nós seguimos a política estabelecida pelo Conac, pela Secretaria de Aviação Civil. Para fazer isso, temos feito alguns planejamentos sobre como se vai fazer o atendimento desses aeroportos regionais, uma vez que temos limitações óbvias de recursos, tanto na parte de efetivo como na parte de recursos financeiros. A forma que vemos para prestar esses serviços é por intermédio das estações prestadoras de telecomunicações e tráfego aéreo.

É um tipo de serviço que o DECEA já faz há muitos anos, e a gente vai procurar apoiar os operadores aeroportuários, para que eles possam atender a todos os requisitos de segurança necessários à operação.

Então, a nossa ideia é estabelecer quatro tipos de nível de serviço. Obviamente isso aí vai ter que ser discutido nos fóruns do Conac – Conselho Nacional de Aviação Civil, para que a gente possa estabelecer quais são os aeroportos e quais os níveis de serviço que a gente espera ter neles e, a partir daí, a gente vai, efetivamente, trabalhar junto com os aeroportos para podermos ajudá-los a chegar a esses níveis de serviço.

Com relação à medida provisória, a gente tem muito pouca coisa a fazer de reparo. A gente só tem uma preocupação com relação ao repasse do dinheiro, das verbas para as empresas que têm regularidade jurídica e fiscal, que seria uma forma de forçar ao usuário estar adimplente com as nossas tarifas. Então, a gente pediu uma alteração nesse sentido. E outra alteração que a gente está sugerindo é a seguinte: no art. 7º, é colocado que “a Secretaria de Aviação Civil pode delegar à Agência Nacional de Aviação Civil as atividades de fiscalização e apuração dos valores”, e a gente entende que, nisso aí, a gente pode participar também e que poderia ser feito, talvez, por delegação, uma forma mais fácil de fazer. A gente poderia ou corrigir, colocando que o

DECEA tem condições técnicas de ajudar nisso também, ou deixar que a Secretaria de Aviação faça, por meio de delegação, esse tipo de serviço. Não vejo nenhum problema nisso aí.

Então, da nossa parte, as observações e as propostas são essas e se coadunam perfeitamente com as propostas de emendas feitas pelo Deputado Izalci – as de nºs 25 e 26.

Era isso o que eu tinha a dizer, Senadora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço muito a objetividade.

De fato, agora, na hora dos debates, eu queria anunciar também a presença do Sr. Antonoaldo Neves, Presidente da Azul Linhas Aéreas Brasileiras.

Convido para fazer uso da palavra o Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Boa tarde, Srª Senadora Ana Amélia, Senador Flexa Ribeiro, Ministro Moreira Franco, Presidente Marcelo, Presidente da Infraero, Brigadeiro Gustavo, Comandante Castanho, senhoras e senhores.

Sendo bastante objetivo também, ressalto que a Abear nasceu há pouco mais de dois anos sob a consigna, sob a bandeira de “Voar por mais Brasil”, ou seja, com o sentido de procurar ampliar sempre o número de destinos atendidos e o volume de passageiros atendidos pelo modal aéreo.

Nesses dez anos, a aviação, como já foi dito aqui, veio de 30 para 100 milhões de passageiros transportados, e a aviação civil brasileira tem como agenda, tem como meta, em 2020, chegar a 250 milhões de passageiros, acrescentando pouco mais de 450 aeronaves à frota existente e gerando – esse é um dado bastante importante – pouco mais de 600 mil novos postos de trabalho na cadeia produtiva.

Esses números transformaram o mercado doméstico brasileiro no terceiro maior mercado do mundo, do ponto de vista de seu trânsito interno, e há um espaço para crescer. Nesse sentido, nós apoiamos os conceitos e apoiamos as ações que procuram contribuir para isso e para que a aviação brasileira seja consolidada como um modal de transporte de massa.

É, portanto, necessário que tenhamos políticas voltadas a esse objetivo, e, hoje, essa nossa agenda vem se pautando por três grandes temas: a necessária redução dos custos de operação, destacadamente do querosene de aviação e dos tributos estaduais, entre eles o ICMS; da ampliação da infraestrutura aeroportuária ao redor do País; e da consolidação de um ambiente regulatório estável e perene.

Explicitamente sobre o texto da medida provisória, que define políticas públicas em debate no Congresso Nacional, um debate extremamente qualificado, o setor vem participando e manifestando-se por meio de suas empresas associadas.

As empresas... E nisso eu ressalto aqui o trabalho bastante interativo, bastante produtivo da Casa, particularmente do Senador Relator, Senador Flexa, e de toda esta Comissão ao ouvir e procurar entender essas contribuições.

Nesse sentido, portanto, eu creio que o que nós podemos aqui colocar é a necessidade da sequência desse processo, cumprimentar a Casa e o Relator e desejar a todos sucesso no sentido e com o objetivo de consolidar esse modal como aquele que atende ao conjunto da Nação, ao conjunto da sociedade, ao conjunto dos brasileiros.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Eduardo Sanovicz.

Agora, como último dos expositores constantes do requerimento da audiência pública, eu convido o Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Sr. José Adriano Castanho Ferreira.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Muito boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa, Senadora Ana Amélia, Ministro e demais colegas da Mesa.

Todos devem estar se perguntando por que um sindicato representante de classe estaria participando de um assunto desse. E eu respondo: tem tudo a ver. O sindicato, hoje, principalmente o Sindicato Nacional dos Aeronautas, o qual represento, é um sindicato técnico. E sindicato nós entendemos como sendo uma ferramenta, não apenas para trazer benefícios aos nossos representados; é uma ferramenta para trazer à sociedade. E nós, hoje, temos condições de contribuir igualmente. Somos um sindicato de técnicos. A diretoria, todo o pessoal que faz parte dessa instituição sai da cabine de comando toda semana para participar do instrumento, da ferramenta sindicato. E essa ferramenta sindicato pode ser usada de muitas maneiras.

Nós estamos aqui, então, dessa forma, para começar esse trabalho e queremos, cada vez mais, fazer parte de todos os assuntos envolvendo a aviação, principalmente dos assuntos técnicos. Por quê? Porque somos técnicos. Nós somos os olhos, eu diria, não só das empresas, mas também da sociedade para o que acontece depois da vidraça da sala de embarque, porque, sim, nós nos preocupamos e sentimos na pele sempre que

algo vai bem ou mal. Essa é a maneira que nós temos de contribuir para a sociedade em geral. Por isso pedimos para participar deste evento.

A missão do sindicato não é só proteger os empregos. Além disso, é fomentar a criação de novos empregos, e empregos sustentáveis. Queremos que seja possível voar numa aviação igual à que nós vemos por aí, mundo afora, sustentável, uma aviação que cresça, que tenha perspectiva para o meu filho ser aviador daqui a 25 anos, quando eu estiver me aposentando. É dessa maneira que nós queremos e temos como contribuir para a sociedade nesse setor.

Nós vemos oportunidades e desafios nessa nova empreitada, digamos assim. Essa empreitada não é só do governo; é de todos, não importa quem faça. A questão é que todo corpo estático precisa de uma força para sair da inércia. E nós todos temos obrigação de descer da nossa zona de conforto e dar esse empurrão para que saia da inércia. É nesse sentido que estamos fazendo a nossa parte. Agora, se vai dar certo, não sei, ninguém sabe, mas temos que sair da inércia. E vemos com bons olhos a possibilidade.

Por favor, podia passar?

Oportunidades.

Não vejo por que chover no molhado. Todos aqui já falaram...

Pode passar, por favor.

O cenário da aviação brasileira hoje.

Nós temos os dados. É o terceiro mercado mundial da aviação civil. Na aviação comercial, ele assumiu o quinto lugar há pouco tempo, tomando o lugar do Japão; segundo mercado mundial de helicópteros; terceira indústria aeronáutica do mundo – e temos aqui nosso representante; e recordes em transporte de passageiros.

Precisa mais motivos do que esses para a gente investir? Creio que não. É a nossa visão.

Pode passar, por favor.

Os objetivos aqui são os próprios do programa.

Pode passar, por favor.

Benefícios ao País: criação de empregos diretos e indiretos, fortalecimento das empresas – sindicato não é só para brigar com empresa não, temos que ter empresas fortes também para depois brigarmos com elas –, receitas diretas e indiretas ao Estado, impostos e insumos, respectivamente.

Pode passar, por favor.

E aí nós temos esse resultado. A cada aeronave acrescentada à frota brasileira, nós temos 100 empregos diretos, 300 empregos indiretos, receita bruta de 65 milhões ao ano; receita indireta ao Estado – e nisso leia-se Infraero, leia-se Petrobras, enfim – 30 milhões; impostos diretos ao governo, 14 milhões ao ano.

Nós fizemos um cálculo pessimista em relação a incentivos a esse programa e chegamos à conclusão de que, ao final de cinco anos, teríamos acrescentado à nossa frota, só por esse programa, 50 aeronaves, ou seja, 5 mil empregos diretos, 30 mil empregos indiretos, 3,25 bi de receita bruta, 1,5 milhão de receita indireta ao Estado – aí, leia-se novamente Petrobras, Infraero etc. –, e 700 milhões de impostos diretos.

Pode passar, por favor.

E, aí, vêm os desafios. E quais são? Aumentar os níveis de segurança. Sim; como o presidente disse, é imprescindível que, para ser sustentável, tem que aumentar o nível de segurança. Temos problemas? É claro que temos, mas temos como evoluir.

Necessidade e incremento da capacidade dos aeroportos e apoio ao passageiro e ao cliente interno. Nós somos, todo o pessoal que trabalha, fazemos parte da sociedade e devemos ser, sim, beneficiados; somos clientes internos.

Investimento em equipamentos de segurança. Em equipamento de segurança leia-se o que está atrás da vidraça da sala de embarque; é o que nós sentimos na pele – e é essa a contribuição que podemos doar. No caso, é o apoio, auxílio à navegação, aproximação e pouso. Todos acham que aeroporto é muito bonito quando tem um *shopping*. Na verdade, o que faz a segurança de todos é o que está por trás disso, investimento e treinamento dos envolvidos, acessibilidade e contingência – isso em questão de segurança direta e indireta aos usuários e também ao cliente interno. E, ainda, adequação da legislação do aeronauta. Hoje, o mundo todo usa o sistema de gerenciamento de risco de fadiga na aviação, o que aumenta a consciência situacional; é o controle que tem que haver do desgaste da tripulação, ou seja, essas jornadas têm que ter um controle. Então, isso tudo tem que ser trabalhado ao mesmo tempo.

Agora, nós temos que tirar da inércia, e isso faz parte da nossa preocupação e é nossa obrigação.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada pela sua contribuição, Sr. José Adriano Castanho Ferreira, que preside o Sindicato Nacional dos Aeronautas.

E, como combinamos, queria convidar, por cinco minutos, da bancada, o Sr. Deilson Cunha Matoso, Superintendente do MAP Linhas Aéreas, e, por uma questão de isonomia, cinco minutos também para o Presidente da Azul Linhas Aéreas, que manifestou também desejo de falar.

Com a palavra o Sr. Deilson.

O SR. DEILSON CUNHA MATOSO – Boa tarde!

Gostaria inicialmente de agradecer à Senadora Ana Amélia, ao Senador Flexa Ribeiro, que nos possibilitam esta oportunidade de falar.

Estamos representando a MAP Linhas Aéreas, uma empresa do Amazonas, a Passaredo Linhas Aéreas, uma empresa mais antiga e mais conhecida, e também a SETE Linhas Aéreas, aqui de Goiás.

Não obstante esforços que têm sido feitos ao longo do tempo, podemos confirmar o que o Ministro Moreira Franco afirmou acerca do número de cidades que deixaram de ser atendidas também – sazonalmente esse número cresce e desce em função de esforços, acredito que sem muita consistência.

Parece-me que essa medida provisória, pela primeira vez, vem trazer alguma coisa que pode durar e que pode voltar a atender cidades em regiões remotas, onde nós atendemos, e que constantemente são desatendidas, isto é, são por um tempo atendidas e logo a seguir desatendidas.

Por isso, eu acredito que deva ser dada uma atenção muito grande a dois pontos. Volto a citar o Ministro Moreira Franco quando ele diz em flexibilizar algumas coisas. Em entrevistas, ele tem sempre citado a necessidade de flexibilizar alguma coisa; não tratar com igualdade os desiguais.

Então, nós temos aeroportos – e quem conhece o interior do País sabe – onde não há nenhuma possibilidade de se atingir níveis de grandes centros, e é para lá que empresas como as nossas voam e pretendem continuar voando, atendendo essas populações que eventualmente são desatendidas. Esse é um ponto.

O outro ponto é que, embora estejamos falando de aviação regional, não existe empresa aérea regional mais no Brasil. Os regulamentos da Anac extinguiram a empresa aérea regional; eles só falam em empresa doméstica. E tenho certeza de que, quando a Anac tomou essa atitude, ela o fez baseada em preceitos, sem dúvida, internacionais, mas eles criaram uma dicotomia na nossa legislação. A Lei nº 7.183 cita, pelo menos em dois artigos (no 21 e no 29), empresa regional. E, em função dessa mudança de empresa regional para empresa doméstica, mesmo as empresas que tinham certificado de homologação como regional perderam. Tiveram que recertificar como doméstica. Assim, esses artigos (o 21 e o 29), que propiciam uma flexibilidade na utilização da aeronave e das tripulações, foram, eu diria, por um regulamento, abolidos da lei. Então, hoje, por exemplo, mesmo as empresas regionais voando aviões turboélice, conforme citam nesses dois artigos, elas têm de seguir os preceitos da aviação doméstica de realizar só cinco pousos.

Então, quando o governo faz um esforço no sentido de colocar aeroportos a cada 100km, eu diria que as empresas regionais vão voar 500km e vão parar, com significativo aumento de custo de pessoal e de material, sem dúvida.

Hoje, por exemplo, se a MAP realiza um voo de cinco etapas, de Belém até Manaus ou vice-versa, ao final de cinco horas de atividade, essa tripulação não pode mais voar, isso onera a empresa – e não sei se nosso colega do sindicato corrobora – e também não permite...

(Soa a campainha.)

O SR. DEILSON CUNHA MATOSO – ... um ganho de salários melhores pela tripulação.

Obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Foi oportuna a manifestação, porque trás ao debate temas bastante relevantes.

Então, pelos mesmos cinco minutos, o Sr. Antonoaldo Neves, da Azul Linhas Aéreas, mesmo que o Presidente da entidade que representa as companhias já tenha falado.

O SR. ANTONOALDO NEVES – Obrigado, Srª Presidente, pela oportunidade. Queria saudá-la, saudar toda a mesa, saudar o Senador Flexa, que tem feito um trabalho excelente de relatoria; saudar o Ministro Moreira, por ter conduzido esse assunto nos últimos dois anos com muito afinho.

Queria complementar só o que o Eduardo falou. O desafio de chegar o Brasil aos 200 milhões de passageiros/ano é um desafio muito grande.

A gente deu um salto quântico nos últimos dez anos na aviação brasileira. A gente só atendia oito milhões de brasileiros há dez anos. Hoje, a gente tem 18 milhões de brasileiros que voam. Isso é muito pouco comparado com um país que tem 200 milhões de brasileiros.

O Brasil tem meia viagem por habitante por ano. A Jamaica tem uma viagem e meia por habitante por ano. Os Estados Unidos, ajustando a PPP – não estou comparando banana com laranja –, têm duas e meia viagens por habitante por ano.

Essa nova resolução, essa nova lei para fomentar a aviação regional representa uma mudança substancial no patamar da aviação regional brasileira. Eu reconheço todos os desafios que o colega colocou aqui.

A Azul, hoje, está em 105 Municípios do Brasil. É líder absoluta em presença em municípios. Desses 105, nós estamos sozinhos em aproximadamente metade deles. Sabemos o desafio que é operar nas condições que temos hoje nos aeroportos e vemos não somente o plano de investimento nesses aeroportos como uma alavanca que vai proporcionar novos voos e mais segurança ainda para a operação, mas vemos também o subsídio como uma forma de você resolver a questão do sobrecusto de combustível, que a Abear colocou, de forma direcionada. Não é correto reduzir o subsídio no curto prazo para rotas que já são sustentáveis.

Então, nós apoiamos integralmente esse esforço que o País está colocando para poder fomentar a aviação regional, e o nosso compromisso público é de, com isso, trazer mais 20 aeronaves para a nossa frota no ano que vem a atender mais 4 milhões e 400 mil brasileiros no ano que vem.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada pela oportuna e importante colaboração nesse debate.

Eu convido já o primeiro orador inscrito, o Senador Ricardo Ferraço.

Eu pediria licença para solicitar ao Senador Pimentel que me substituísse. Nós temos uma reunião com o Presidente do Senado para tratar da questão da dívida dos Estados. O Governador do Rio Grande do Sul e outros governadores estão numa reunião, e eu preciso estar presente lá, porque é um tema crucial para o Rio Grande do Sul.

Então, agradecendo o Senador Pimentel, já, de antemão, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Meu caro Senador Flexa, Sr. Ministro Moreira Franco – seja muito bem-vindo a esta Casa; Dr. Marcelo; Dr. Antonio Gustavo; Brigadeiro do Ar Gustavo Adolfo; Sr. Eduardo Sanovicz; Sr. José Adriano Castanho Ferreira; enfim, saúdo a todos que tiveram a oportunidade de trazer as suas contribuições a esta Comissão que está analisando aquilo que, a meu juízo, é um relevante e importante projeto, conduzido pelo nosso Ministro Moreira Franco.

E a nossa primeira tarefa nesta Comissão será, creio eu, concluirmos a votação no prazo. O prazo já não é mais tão aliado como foi pouco tempo atrás, e acho que nós, Presidente Pimentel, Relator Flexa, pela relevância desse projeto, precisamos ter esse compromisso, não apenas com o Senado, mas esse compromisso com o Brasil. O Brasil necessita de um programa como esse para que nós possamos levar a aviação a ganhar e conquistar mais capilaridade ainda.

Por incrível que pareça, nós ampliamos o mercado de passageiros, mas nós, por um conjunto de razões que já foi aqui bem apresentado, reduzimos a presença da aviação regional, da aviação doméstica, como queiram, em nosso extenso território. Chegamos a ter, parece-me, três centenas de cidades atendidas em nosso País anos atrás.

Portanto, esse é um projeto pelo qual precisamos ter muito esmero, e há algumas questões em que eu gostaria de merecer a atenção do Ministro Moreira Franco, ou, evidentemente, de quem puder nos trazer algumas contribuições que nos parecem relevantes, até por conta de ser Relator, nesta Casa, do Projeto de Lei do Senado nº 173, de autoria do Senador Eduardo Braga, que versa sobre esse tema, ou seja, criar condições e ambiente para que a aviação regional possa atender, sobretudo, aos Estados que não dispõem de alternativa viável que não a aviação, que já é hoje o meio de transporte mais utilizado pelos brasileiros, quebrando um paradigma que considero histórico em nosso País.

Todavia, essa é uma proposta que, da forma como foi encaminhada, solicita que, na prática, o Senado ou o Congresso possam dar um cheque em branco ao Poder Executivo, porque o Poder Executivo ficará com plena autonomia para regulamentar e estabelecer critérios.

No projeto apresentado pelo Senador Eduardo Braga, que nós relatamos, nós colocamos algum tipo de critério, algum tipo de limite. Por exemplo, subsídio de até 50% dos assentos da aeronave, limitado a 60 assentos. Enfim, o projeto não trabalha critérios, não trabalha qualquer tipo de sinalização que possa nos dar a condição de saber o que o governo pensa em relação à regulamentação. Ou seja, de que maneira o governo pretende regulamentar? Quais são as travas que o governo pretende estabelecer ou os critérios, as diretrizes para que um programa como esse não se banalize no tempo? E digo isso porque ele é muito importante.

Nós estamos tratando, aqui, de subsídios; estamos tratando de transferência de recurso público para o atendimento de uma importante política pública que vai dar mobilidade a um contingente muito grande de pessoas, de brasileiros, que vivem, que moram, que levam a sua vida em uma situação de bastante restrição nos Estados do Pará, do Amazonas, de Tocantins, de Roraima. Quer dizer, esse me parece ser o foco desse tipo de programa. Não me parece ser o foco desse tipo de programa – ficará a critério, evidentemente, do Governo Federal – estabelecer que um aeroporto regional, como o de Uberlândia, poderá receber um tipo de subsídio.

Não estou especulando; estou trabalhando com uma simulação de hipóteses, porque esses critérios não fazem parte da medida provisória que Sua Excelência a Presidente submeteu a esta Casa. Mas, se assim desejar, poderá considerar o Aeroporto de Uberlândia ou de Uberaba, ou de Ribeirão Preto algo do tipo e, evidentemente, essas rotas estarão disputando com outras regiões que aí, sim, merecem a nossa atenção e a nossa mais absoluta prioridade.

Então, a indagação que faço é para que o Ministro – ou, enfim, quem puder, mas me parece que o Ministro poderá – fale um pouco sobre como o governo pensa em termos de critérios de regulamentação desse importante projeto que estamos debatendo aqui no Senado.

Há ainda outra questão que me parece muito relevante: a contratação do Banco do Brasil para não apenas a elaboração de projetos, mas para toda a gestão da execução desse importante programa. O Banco do Brasil é, evidentemente, uma instituição que goza da maior reputação, credibilidade, capilaridade, mas não me parece que, ao longo da sua história, o Banco do Brasil tenha tido qualquer tipo de convivência ou de relacionamento com esse tipo de projeto. O Banco do Brasil terá que se organizar, terá que se preparar para isso. Há profissionais da mais alta qualidade; pode se valer de ferramentas que o mercado empresta; todavia, em que pese o Banco do Brasil ser uma instituição com elevada capilaridade, preocupa-me o nível de concentração que esse programa está montado, porque não considera os Estados como entes federados, não considera os Municípios com o ente federado. E, se Estados e Municípios puderem fazer parte desse esforço, evidentemente com um grau de monitoramento, fiscalização, acompanhamento e gerenciamento, se isso não poderá dar um maior nível de velocidade a esse importante programa.

Quer dizer, preocupa-me, pelo menos neste momento, salvo melhor juízo, um nível de concentração, porque a realidade do nosso País é tão diferente. A realidade do meu Estado, o Espírito Santo, não é a realidade do Amapá, que não é a realidade de outros Estados.

Nós temos uma preocupação muito grande. A meta são 270 aeroportos. Como compatibilizar a construção de tantos aeroportos com linhas regulares? Como criar um ambiente para que esses recursos que serão aplicados produzam para a sociedade brasileira o retorno compatível e adequado à renúncia fiscal que estaremos incorporando nesse programa de subvenção.

Segundo, qual é o impacto? Qual é o nível de subvenção que o Governo imagina que um programa como esse custará ao contribuinte brasileiro? Questiono se existe alguma simulação, algum cenário, porque nenhuma dessas informações consta do projeto, e esta Comissão tem a tarefa de fazer um exame mais detalhado.

Então, cumprimentando a todos os senhores que nos honram aqui com suas presenças, eu queria ter a possibilidade de conversarmos um pouco mais acerca desses detalhes que estamos aqui debatendo em função do legado e da importância que esse programa terá para a aviação regional ou doméstica brasileira e do legado que ele produzirá, facilitando, evidentemente, o dia a dia de tantos brasileiros.

E, para não perder a viagem, eu preciso perguntar ao meu Ministro Moreira Franco e ao Dr. Gustavo sobre o aeroporto de Vitória. Eu não poderia perder esta oportunidade, até porque não seria perdoado pelos capixabas.

Nós temos um aeroporto cuja inauguração estava programada para 2008. Estamos em 2014, na antessala de 2015, com a expectativa de que o edital do RDC possa ser publicado, quero crer, agora no final do mês – publicado já está; perdão! – possa ser anunciado e as propostas possam ser estudadas. Enfim, qual é o cronograma, neste momento, para o nosso aeroporto de Vitória, que já se transformou – perdoem-me a brincadeira – numa novela mexicana, que tem princípio, meio, e não tem fim? Eu brinco, mas é dramática a situação dos capixabas e brasileiros que utilizam o aeroporto de Vitória, mas em condições muito restritas.

Então, eu me dirijo ao nosso Ministro e ao Dr. Antonio Gustavo para receber dos amigos uma informação precisa, se possível, de como os senhores estão imaginando o desdobramento do início das obras efetivas do aeroporto de Vitória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vou passar a palavra ao nosso Relator e, depois, eu a devolverei aos nossos convidados.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador José Pimentel, nossos convidados para esta audiência pública, Senador Ferraço, Srs. Deputados, a exposição de cada um dos convidados a esta audiência pública nos deu a oportunidade de responder algumas dúvidas que tínhamos em relação ao texto da medida provisória.

O texto da medida provisória, a meu juízo, é muito aberto. Ele não define dados importantes para que o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional possa atingir os seus objetivos e remete essa definição para a regulamentação.

Ministro Moreira Franco, Senador José Pimentel, tenho uma certa preocupação quando a lei remete à regulamentação. Nós temos leis aprovadas desde a década de 90 que não foram regulamentadas até hoje. Então, nós temos que aproveitar o texto para incluir algumas posições que acredito que sejam importantes para um programa dessa natureza.

Acho que o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional é, para o Brasil, e mais para a nossa região, para a Amazônia, de uma importância sem igual.

O Ministro Moreira Franco, da Secretaria de Aviação Civil, implementa, como meta do Governo, o programa de 270 novos aeroportos. Como disse o Senador Ferraço e é de conhecimento de todos, foi delegado ao Banco do Brasil fazer os projetos e de, também, fazer a licitação, me parece, para a execução desses aeroportos.

Perguntaria se o programa que estamos agora discutindo, de subsídios à aviação regional, está compatibilizado com esses 270 aeroportos que foram definidos no programa de infraestrutura para ser feito.

Outro questionamento que também deixaria à mesa é a definição de aeroporto regional. Qual o critério para que se possa definir que um aeroporto seja regional?

Aqui foi colocado pelo Sr. Deilson, das empresas regionais, que a Anac transformou – se foi o que entendi – a empresa de aviação regional como empresa doméstica. Queria saber do Presidente da Anac o que difere uma empresa regional de uma empresa doméstica, porque a medida provisória fala em empresa regional. Assim, se a Anac não a considerar como empresa regional, e, sim, como doméstica, me parece que ela ficará fora do subsídio.

Qual é a duração desse programa? A medida provisória também não diz, e é importante que se defina para darmos um subsídio. A sociedade, abrindo mão de recursos recolhidos pela União, precisa ter, na sua programação, quanto tempo será suficiente para que essas rotas regionais possam ter sustentabilidade. Indago se há algum estudo do Governo em relação a isso.

Qual o valor do subsídio? O subsídio virá do Fundo Nacional de Aviação Civil. Temos aqui uma previsão de receita, para 2015, de R\$4,231 bilhões. Quanto disso será utilizado para a subvenção das linhas regionais? Pergunto porque nos preocupa que a utilização desse fundo é exatamente para que se possa ampliar os aeródromos do Brasil, dando maior capacidade de rotas regionais. Então, se vamos usar o fundo para um subsídio, que é importante, eu gostaria de saber se existe um parâmetro para isso. O parâmetro que me parece ser o indicativo do governo é o valor que está inserido na lei orçamentária para o próximo ano, ou seja, R\$500 milhões para esse subsídio.

Qual o controle que esse programa terá por parte do governo, meu Presidente, Deputado Assis? Recebemos 85 emendas à medida provisória. Estamos, evidentemente, analisando emenda por emenda, mas o Senador Ferraço fez uma emenda exatamente nessa direção, isto é, dos instrumentos de controle do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Não estou direcionando a nenhum dos convidados, mas aqueles que puderem contribuir com cada um dos questionamentos que o faça, porque servem para todos.

Já tivemos, na década de 80, um subsídio à aviação regional. O questionamento é se a experiência anterior da década de 80, que não foi exitosa, foi revista nesse programa de desenvolvimento que a medida provisória propõe.

Finalmente, acho que o programa, evidentemente, objetiva subsidiar rotas regionais já implantadas, mas ele tem como objetivo maior novas rotas que possam vir a ser criadas com esse subsídio, de tal forma que as cidades menores, os Municípios menores do nosso País possam ter uma aviação regular.

Para nós da Amazônia, eu repito, isso é de uma importância vital. Existem empresas regionais – e aqui já foi dado o exemplo – voando na Amazônia, mas ainda são insuficientes os destinos que elas oferecem para o transporte.

Preocupam-me – e, aí, me dirijo talvez ao Presidente da Anac – os critérios de homologação dos aeroportos. Se a exigência para homologar um aeródromo na Amazônia for a mesma exigida para os aeroportos de Congonhas ou de Guarulhos, não só na Amazônia, mas acredito que também em outras regiões menos desenvolvidas, teremos grandes dificuldades para termos aeroportos homologados para que a aviação regional possa ter a linha regular.

O que existe hoje – e é de conhecimento de todos esse risco que na Amazônia se corre a toda hora – é o plano de voo se feito para um aeroporto homologado e o avião fazer pouso num aeroporto que não é homologado. Então, isso não pode continuar dessa forma. Nós temos que ter essa flexibilização no caso dos aeroportos da Amazônia e das regiões menos desenvolvidas do nosso País.

São os questionamentos que eu gostaria de ter...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª me permite, Sr. Relator?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pois não, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desejo agregar a essa preocupação, que eu quero crer deva ter sido também de todos os senhores que trabalharam diretamente na construção desse plano ou desse projeto, que é compatibilizar a disponibilidade com o custo.

Quer dizer, nós temos aqui, no Brasil, uma realidade extremamente perversa do custo das empresas aéreas com relação ao combustível. As empresas alegam que os encargos tributários relacionados ao combustível são da ordem de 40% do custo dessas companhias. O Governo Federal tem feito um conjunto segmentado de desonerações em vários setores.

Pergunto: isso foi considerado pelos senhores que trabalharam como forma de nós baratearmos ou diminuirmos o custo do transporte aéreo em nosso País? E qual a sua opinião acerca da limitação sobre o capital estrangeiro na aviação doméstica? Gostaria de conhecer qual a avaliação, enfim, do Ministro ou dos técnicos que trabalham nesse projeto para que nós pudéssemos conhecer um pouquinho.

Obrigado, Sr. Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – De nada, Senador Ferraço.

Seu aparte enriquece os questionamentos.

Finalizando, eu acredito que o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional chegará aos objetivos que nós queremos atingir, que não dois. Um é aumentar o número de rotas, ou seja, das cidades atendidas; e o segundo é reduzir o custo dessas passagens, porque, Ministro Moreira Franco, uma passagem de Belém a Redenção ou de Belém a Itaituba custa mais caro do que uma passagem de Belém a Paris e voltando de Paris a Belém.

Então, não há como se desenvolver uma aviação regional com os custos elevados do bilhete. Então, parece-me que essa subvenção vem no sentido de incentivar novas rotas, mas espero que ela venha também no sentido de reduzir o preço das passagens praticado hoje em dia.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Ouvindo aqui já o nosso querido Relator Flexa Ribeiro, quero agradecer também a gentileza do meu querido Pimentel, que ficou aqui presidindo enquanto chegávamos.

O nosso querido Ministro está com a questão de tempo, Senador, e eu pediria que pudesse falar antes de V.Ex^a. Então, passo aqui a palavra para o querido Ministro Wellington Moreira Franco

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Presidente, agradeço ao Senador Pimentel pela gentileza e faço questão de fazer umas ponderações iniciais pela importância dos temas colocados pelo Senador Ferraço e pelo Relator Flexa Ribeiro. E nós aqui, pelos pontos levantados... Na realidade, foram postos aqui os principais problemas da aviação brasileira, da aviação civil no Brasil, não só da aviação regional, mas da aviação civil.

Antes de responder diretamente, creio que seria importante nós fazermos uma distinção de natureza conceitual. Uma coisa é o Programa de Aviação Regional. Queremos colocar 270 aeroportos em condições operacionais, o que não significa necessariamente que estamos construindo 270 novos aeroportos. Nós temos aeroportos que estão construídos cujas condições operacionais são precárias, e as companhias reclamam porque não têm segurança, não têm condições adequadas, ou os passageiros reclamam que a estação de passageiro não é confortável, não atende às necessidades. Então, pegamos esses principais aeroportos e vamos fazer obras de pátios de pista, de estação de passageiros, e também garantir as condições de segurança para que o aeroporto se torne um aeroporto operacional, e a Anac não fique fechando desnecessariamente aeroportos, não fique de cabelo em pé, fechando aeroportos, como diz aqui o nosso Gustavo. *(Risos.)*

(Manifestação da plateia.)

Quando vai à Amazônia, de vez em quando, o cabelo fica em pé, para nossa tristeza, não é Senador?

Pois bem, além disso, há alguns aeroportos que serão novos, mas o grosso são reformas, são melhorias que serão feitas em pista, pátio, estação de tratamento de passageiro, estacionamento etc.

Outra coisa é o programa de subsídio. O programa de subsídio visa ao passageiro, quer dizer, ele está querendo garantir que, com as distorções decorrentes da própria composição de preço que esse mercado vem vivendo ao longo desses anos, nós comecemos a ter uma intervenção de natureza econômica e financeira no sentido de criar as condições para que haja um equilíbrio, para que a composição de preços se dê de maneira mais equilibrada. É absolutamente intolerável para o cidadão brasileiro, porque mora no interior, pagar 31% mais caro do que quem mora na capital e na região metropolitana; mas também é compreensível porque no interior as condições de segurança são piores etc.

Então, vamos querer fazer as intervenções físicas e, ao mesmo tempo, dar condições financeiras para que o passageiro possa ter acesso a esse modal e as companhias possam ter a restabelecida sua saúde financeira.

Nós estamos atendendo a todos, e não só para criar linhas novas. Por quê?

Porque o nosso objetivo não é só criar linhas novas para a criação de linhas novas. O nosso objetivo é consolidar o mercado do interior do Brasil, dando a todos eles acesso à aviação, porque há uma distorção de preços que impede que o brasileiro, mesmo tendo o aeroporto e as empresas funcionando, pague preços, como o Senador disse aqui, distorcidos. E nós precisamos começar a fazer as intervenções respeitando a li-

berdade do mercado, a liberdade tarifária, mas fazer as intervenções necessárias para que se estabeleça uma composição de preços mais justa.

A outra coisa é que, além das companhias aéreas fazendo voos regionais, vamos garantir as empresas de táxis aéreos que operem com ligações aéreas, com operações sistemáticas, regulares, incluindo helicópteros, porque acho que é preciso começar a colocar à disposição, de maneira organizada, as empresas, mesmo optando pelo helicóptero. Assim, você coloca o mercado com uma mobilidade, com uma oferta diversificada de acordo com as características da região e do tamanho do próprio mercado.

Nós tivemos no Brasil a malha muito superior a que temos hoje quando operávamos com o DC-3 que eram para 25 passageiros, mas as condições tecnológicas eram menos sofisticadas do que as atuais.

No Brasil, a sofisticação tecnológica, ao invés de aumentar a malha, de estimular a operação, está fazendo o contrário. E evidentemente este é um problema que estamos discutindo com a Anac para repensar todo o sistema regulatório. Sem colocar nenhum problema na questão de segurança, precisamos entender definitivamente que a função do Governo é resolver o problema das pessoas e não criar problemas para a vida das pessoas.

Então, temos que pensar todo o nosso sistema regulatório a partir desse pressuposto, desse princípio que até acho que deve ser um mantra para todos nós. Nós temos que ajudar a resolver a vida das pessoas, preservando a legalidade, preservando a segurança, no caso, preservando a normalidade.

Com relação às especificações colocadas pelo Senador Ferraço, temos tido uma contribuição extremamente rica na nossa relação entre os técnicos da SAC e o gabinete do Relator. E muitos dos pontos, quase todos eles, estão sendo cuidados e tratados. Nós já temos uma definição em percentual máximo dos recursos do FNAC para ter como referência de subsídio. Nós estamos pensando e concordamos com a proposta do Relator. Inclusive dentro do Governo ainda há uma certa ..., mas estamos caminhando com o Relator para termos 15% do FNAC.

Nós estamos definindo o prazo de duração do programa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É 15% para o subsídio?

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Isso.

Nós estamos trabalhando com o prazo de duração do programa.

Se é um programa de subsídio, ele não só tem que ter um prazo de duração para que as partes todas se organizem – não só os passageiros, não só o Governo, mas as companhias aéreas nos seus planos de negócios – para saberem como isso está sendo feito. Nós precisamos, no Brasil, ter leis claras e fazer com que os contratos sejam cumpridos e respeitados por todas as partes.

Então, há uma discussão porque há uma proposta de dois anos, mas achamos que o ideal seria cinco. Cinco mais cinco, para o tamanho do Brasil, dois anos passam muito rápido, e deixaria de ser um programa de Estado para ser um programa de governo se você trabalha com prazo de dois em dois anos.

Eu acho que o objetivo nosso é fazer da política da aviação civil que está sendo implementada uma política de Estado e não política de governo, para que possamos ter, de fato, este modal enraizado na cultura, na prática de todos os brasileiros.

Então, esse é um outro problema posto, que já estamos colocando.

Nós achamos que o programa não deve ser só para a Amazônia Legal; achamos que deve ser para todos, pelas razões que já temos expostas, e porque já há uma concordância entre nós. Mas achamos que devemos estabelecer um subsídio maior – não vou dizer privilegiado – para a Região Norte, pelas condições. Na Região Norte, na Amazônia, considerando-se as distâncias, se você mede por horas – dias de barca, e horas de avião –, a aviação é um elemento, é um sistema de transporte, é um modal vital.

Além disso, estamos conversando com a Assessoria da Relatoria para ver se conseguimos colocar, nesta medida provisória, uma iniciativa que o Governo já estava querendo tomar que é a de permitir que a Anac tenha autoridade legal para fazer a aplicação da legislação, sem abrir mão das questões de segurança, com mais flexibilidade na Amazônia. Isso porque essas regras são regras definidas por associações internacionais. Essas regras, quando definidas, visam indicar a excelência, ou o que nós devemos atingir, e não algo que seja presente no dia a dia para todo mundo. Mesmo nos Estados Unidos, a autoridade não aplica algumas dessas regras, porque não há ainda necessidade. Os novos vão incorporando essas novas regras, para que se tenha um crescimento que respeite a própria realidade econômico-financeira, o próprio crescimento da Região, do Estado e do País. O Senador inclusive colocou esse ponto, porque é na Região dele. Hoje isso é um problema, inclusive se estimula a ilegalidade, como ele próprio disse. Planos de voo são feitos para determinados lugares, e os aviões param em outros, às vezes até levando coisas do Governo, e o Governo sabendo disso. Nós não precisamos viver nesse ambiente.

Então, já estamos conversando com a Assessoria para ver se se coloca esse dispositivo, que é um dispositivo que atende a Amazônia, já conversado com a Bancada de Senadores e de Deputados, o que vai permitir não só esse atendimento, como vai criar condições para a Anac fazer uma espécie de “ranqueamento” dos aeroportos.

Nós não podemos aplicar, como disse o Deilson, as mesmas regras para coisas que não são iguais. Guarulhos não é igual a um aeroporto no interior do Amapá. É diferente: o número de voos é diferente, a complexidade é diferente, as condições são diferentes. Havendo dois ou três voos, necessariamente não é preciso um carro de incêndio que custa um milhão e tantos reais e demanda técnicos altamente especializados. Além disso, o aeroporto precisa de uma garagem própria, porque não dá para você ter carro de incêndio se não há a garagem para o carro de incêndio. E em cidades que a população não tem corpo de bombeiros! Não há um carro de incêndio para a população, mas, pela legislação de agora, o aeroporto é fechado por não ter um carro contra incêndio, que é altamente especializado.

Então, coisas dessa natureza nós temos que entender a partir do princípio da razoabilidade. Não se quebra a segurança, mas se flexibilizam determinadas regras.

Além disso, há uma conversa entre nós e a Assessoria da Relatoria com relação ao porte do aeroporto para que seja considerado regional. A proposta que o gabinete traz é de 500 mil passageiros/ano. É pouco, porque o setor está crescendo muito. Para os senhores terem ideia, o aeroporto de Macaé transporta em helicópteros, para as plataformas, 1,2 milhão passageiros/ano. O crescimento desse setor é muito grande.

Então, acho que estamos trazendo é que, em vez de 500, trabalhemos com 800 mil passageiros/ano para a Amazônia Legal e 600 mil para o resto.

Além disso, o Senador colocou alguns problemas que eu queria rapidamente comentar, para não tomar muito tempo, falar sobre eles. Primeiro, falamos sobre o problema da Amazônia. Por que o Banco do Brasil? O Banco do Brasil cumpre a mesma função que a Caixa Econômica cumpre para outras atividades do Governo.

Até então, Caixa Econômica era o único braço financeiro que cumpria os programas de Governo, acompanhava a execução orçamentária e usava toda a sua estrutura para auxiliar o Governo. Entendeu-se pela capilaridade que ele tem, pelo excesso que já se sente na Caixa. E esse excesso gera uma reclamação muito grande, porque você coloca, sob a responsabilidade do gerente, planos, programas e obras as mais diversas, desde intervenções simples até coisas mais complexas, como Minha Casa Minha Vida, etc.

Então, resolveu o Governo começar a trazer o Banco do Brasil, e estamos tendo a experiência do Banco do Brasil. Como o Senador Ferraço colocou, com muita propriedade, o Banco está aprendendo, está se organizando. Quer dizer, evidentemente que a cultura da Caixa, nessa área, é muito mais desenvolvida, tem muito mais desenvoltura do que o Banco, que está aprendendo agora, mas ele está com esse nosso programa e está também na área da agricultura com o programa de silos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas, no caso da Caixa Econômica, ela fiscaliza e gerencia convênios e contratos de Estados e prefeituras.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – É a mesma coisa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – No caso do programa, ela não vai contratar a obra também, o Banco do Brasil?

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – A Caixa também faz licitações, mede, cumpre as mesmas funções que o Banco do Brasil. É tanto que a medida provisória deu a opção de ou contratar a Caixa ou o Banco do Brasil, porque são funções idênticas. Mas creio que estamos avançando e ajudando.

O Banco não faz diretamente, ele contrata. Então, por exemplo, nessa primeira etapa, dividimos o País em seis áreas, e foram feitas licitações, para contratar várias projetistas. E essas áreas todas, as 270 já foram visitadas pelas projetistas.

E temos, ainda, umas questões ambientais. São sempre as mais complicadas, porque, lamentavelmente, esse é um problema em todas as áreas. Mas, em muitos aeroportos, já estamos quase em condições de licitar, e estamos esperando resolver os problemas de registro ambiental, de legalização ambiental, para fazer a licitação.

Com relação a Estados e Municípios, as projetistas visitam os aeroportos com os Municípios e com a participação do Estado. E tenho visitado, feito reuniões – quando o projeto das projetistas se conclui, entra em fase final – com o governador e os prefeitos, porque, na realidade, quem sabe detalhes da operação é o prefeito: onde a rua deve passar, onde a entrada fica melhor, como vai se resolver problema de galpão que existe, uns podem e outros não podem. Enfim, estamos discutindo a operação, o detalhe, com governadores e prefeitos.

Além disso, o Senador levantou dois problemas que deixo para os senhores porque não são nossos, mas dos senhores. Um é o capital estrangeiro. É uma coisa absolutamente incompreensível, digo eu, no mundo de hoje, em que o mercado já resolveu essa questão de acionista e de gestor e investidor.

Hoje, você pode não ter o comando da gestão mesmo tendo grupos de investidores que têm a maioria do capital. Creio hoje que, por exemplo, na indústria de defesa, esse critério que existe na aviação não existe.

E a indústria de defesa é muito mais estratégica para o País do que a aviação. Nós só temos hoje, se a memória não me falha, dois setores em que temos esse tipo de exigência: aviação e hospital. Curiosamente, nos dois setores, já há composições de grupos estrangeiros, e essa coisa continua.

Então, o apelo que quero fazer é que as mudanças no CNA se deem o mais breve possível, com uma discussão mais aprofundada, para que essa questão seja trazida para o século XXI, em que temos regras que são muito mais adequadas a investimentos, investidores e mercado do que acharmos que se vai garantir domínio com a fixação de 20% só para participação de capital estrangeiro, porque não garante, e temos prova disso.

Outra coisa... E aí já não é mais no âmbito do CNA, mas sim no âmbito da legislação tributária e, certamente, do Confaz. Sei que no Senado até já algumas iniciativas foram tomadas nesse sentido. Mas é absurdo o que ocorre no País com a aviação. Ter o ICMS de 24% só para voo interno é transferir renda do País para o exterior. Em São Paulo, cobram-se 24% de ICMS.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. *Fora do microfone.*) – No Ceará, 27,5%.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – No Ceará, 27,5%. Brasília cobrava 24, passou para 12; o aeroporto de Guarulhos já é o segundo aeroporto do Brasil. Passou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Brasília passou, já é o segundo aeroporto do Brasil; passou Congonhas. Por quê? Porque baixou para 12.

São Paulo cobra 24%. Se há um avião de uma empresa brasileira, um ao lado do outro, com o mesmo frentista para colocar o mesmo combustível, o avião que vai para a Bahia sai com 25% de ICMS, mais PIS/Cofins; o avião que vai para Buenos Aires sai sem os 25 e sem o PIS/Cofins.

Ou seja, eu brinco sempre que, hoje, no Brasil, por força disso e da composição usada pela Petrobras – espero que, nisso aí, tenhamos condições para revisão da composição do custo do combustível para a aviação, do querosene para a aviação, que isso se modifique; o imposto é até mais rápido e mais fácil, porque é uma coisa legislativa –, o avião que faz turismo interno onera o turista interno, torna tudo mais caro para o turista interno. O que vai para Miami, vai para Buenos Aires facilita. Então, está-se transferindo renda, riqueza, porque as pessoas começam a comprar lá. Eu até entendo que, quando o Obama vai abrir determinadas restrições para o turista brasileiro, ele faça essa solenidade em Miami, na Flórida, porque o número de brasileiros que sai com essas facilidades, pelo preço da aviação, para comprar lá é uma brutalidade. Então, não é exagero dizer que, no Brasil, a classe média vai para os Estados Unidos, a classe média alta vai para a Europa e rico brasileiro vai para os *resorts* do Nordeste, porque é tudo mais caro: o hotel é mais caro, a passagem é mais cara, é tudo mais caro.

Então, espero que isso aí também seja modificado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, Ministro. Faltou o aeroporto de Vitória. O aeroporto de Vitória, Ministro!

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – O aeroporto de Vitória, quando eu cheguei aqui...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Precisamos sempre cravar essa cabeça de burro, Ministro? *(Risos.)*

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Pois é, eu concordo plenamente. Quando eu cheguei aqui, o Dr. Gustavo me disse: “Eu tenho duas pedras no meu sapato!” “Mas o que é isso?” “É porque há dois aeroportos que estão parados, é uma coisa terrível, que são Vitória e Goiânia”. E aí já estamos em uma epopeia típica. Repito o que eu disse aqui logo no começo: a função do Governo é resolver o problema das pessoas, e não criar dificuldades na vida das pessoas.

Houve um problema de licitação. A partir daí, a obra do aeroporto foi paralisada, e começou uma guerra, um problema judicial e um problema no Tribunal de Contas, tanto em Vitória quanto em Goiânia.

Em Goiânia, estamos até em uma situação muito mais delicada, porque o terminal está pronto, belíssimo terminal, e não se consegue ligar a pista ao terminal. Então, eu estou entendendo. O aeroporto parece linholene, parece linho, mas é linholene. Ele está com as suas partes prontas, mas, por um problema de interpretação no Tribunal de Contas, não se consegue resolver essa questão. Há expectativa de que na próxima semana possamos ter esse problema resolvido.

No caso de Vitória, que, como você diz, é uma novela mexicana, eu passo aqui para o Dr. Gustavo para ele ter o privilégio de explicar melhor essa história. *(Risos.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – o senhor quer dizer com isso que ele é o ator principal dessa novela?

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Sr. Ministro, concluiu?

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – O Senador Pimentel tinha solicitado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas faltou uma questão em aberto.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Tudo bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se o Governo pensa em submeter à concessão privada a exploração do Aeroporto de Vitória.

O SR. GUSTAVO MATOS DO VALE – Aí é para lá. *(Risos.)*

O SR. ASSIS CARVALHO (PT – PI) – Então, passando aqui para o Dr. Gustavo.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Pois não, Senador. Bem, Senador Ferraço, o senhor nesses quatro anos que a gente tem lutado para voltar, tem acompanhado todo o processo juntamente com o Governador Casagrande e a Senadora Rose. Lá, realmente, é uma frustração. Desde o primeiro momento, nós nos empenhamos. Fomos a Vitória, inclusive com o Ministro Moreira Franco. Na realidade, quando nós estabelecemos, ainda em 2011, quando nem existia a Secretaria de Aviação Civil e que ainda éramos subordinados ao Ministério da Defesa com o Ministro Jobim, desenvolvemos uma metodologia para resolver Goiânia e Vitória, e viemos trabalhando nessa metodologia até por orientação do próprio Tribunal de Contas. E conseguimos aprovar no Tribunal o retorno da obra de Goiânia, que, como o Ministro disse, está completamente pronta, faltando a infraestrutura.

No caso de Vitória, nós seguimos rigorosamente os mesmos passos, os mesmos preços, tudo, não tem uma vírgula diferente de Goiânia. Tivemos o parecer favorável do relator, mas, infelizmente, perdemos no plenário. E o plenário do TCU nos determinou que fizéssemos uma licitação para a obra de Vitória, o que não aconteceu na obra de Goiânia. Na obra de Goiânia, nós tivemos condições de contratar o mesmo consórcio.

E aí nós cumprimos rigorosamente a ordem do Tribunal. Já discutimos essa licitação com todos os técnicos do Tribunal e, no dia 20 de novembro, serão abertas as propostas de qualquer maneira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – de 2014?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Agora, daqui a duas semanas. Vão ser abertas as propostas, e eu garanto para o senhor: passando os prazos, há quase 35 empreiteiras que já retiraram o edital de licitação, nós já fizemos mais de 300 respostas. Ou seja, eu tenho absoluta certeza de que vamos ter um ganhador dessa obra, e os preços estão – eles não podem ser revelados porque fazem parte do Regime Diferenciado de Contratações – de acordo com todos os técnicos do TCU. Então, eu garanto para o senhor e prometo: no dia 20 de novembro, se essa licitação for homologada, nós voltamos à obra de Vitória ainda no mês de Janeiro. É porque são os dois mesmos, como o Ministro disse, as pedras no meu sapato. Nós voltamos ainda em janeiro de 2015, se Deus quiser. Retornar ao aeroporto de Vitória, porque realmente não tem mais condição de manter aquele aeroporto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ou seja, é início de obra em janeiro de 2015?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Se Deus quiser – não sei se estaremos aqui, não é, Ministro? Porque o Governo muda –, mas eu gostaria muito de estar junto com o Ministro Moreira Franco assinando o contrato, ainda no mês de dezembro como fizemos em Goiânia.

Respondi? E eu sei que o senhor vai cobrar. Isso é bobagem.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – O nosso querido Ministro, gostaríamos que permanecesse aqui. Mas já que o senhor está precisando sair, está liberado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu tenho um questionamento ainda para o Ministro Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Ministro Moreira, então agora é o nosso Relator que está pedindo a sua permanência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – É rápido, Ministro.

O senhor falou que o programa de incentivo à aviação regional não estava ligado ao dos aeroportos. A preocupação nossa é de que a maioria ou a totalidade desses aeroportos, pelo menos no Pará – os 24 que foram definidos – vão servir para a aviação regional. E o programa foi lançado em dezembro de 2012. Nós estamos chegando em dezembro de 2014, e efetivamente nada foi iniciado desses 270 aeroportos.

Eu pergunto se há uma previsão para que essas obras possam ser feitas de tal forma que, a juízo meu, venha a ajudar o fortalecimento da aviação regional?

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Senador, como eu disse, esse programa de 270 aeroportos não é a construção de 270, mas, sim, a intervenção em diversos aeroportos espalhados pelo Brasil.

Muitos desses aeroportos são operados pela Infraero. E, nesses aeroportos operados pela Infraero, em vários deles já fizemos – 40 para ser mais preciso – intervenção. Em alguns estamos fazendo, em outros fizemos e até já inauguramos.

Nós fomos, Gustavo e eu, a Macapá, que é um deles, por exemplo, lá na sua região, um aeroporto regional, fizemos várias intervenções e ainda estamos fazendo outras intervenções. Mudamos até o projeto lá a pedido do próprio prefeito. Eu cito outro caso, o de Uberlândia. Então, esses 40 já estão andando. Agora, há al-

gumas licitações que ainda não foram feitas por conta de, basicamente, problemas ambientais. O senhor sabe tão bem quanto eu a dificuldade.

Lá no Rio de Janeiro, por exemplo, há uma estrada que é o Arco Metropolitano, e porque descobriram uma perereca especial, a obra do Arco Metropolitano ficou parada por dois anos até encontrarem um lugar para colocarem essa perereca.

Então, estamos aí com alguns problemas ambientais, mas espero que a gente consiga resolver. Também quero reiterar aqui, já que estou saindo, pedir o seu apoio – e eu vejo aqui a Senadora –, para ver se dá para incorporar nessa Medida Provisória as mudanças, a delegação, a autorização à Anac para flexibilizar as avaliações dos aeroportos.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Ministro, só para concluir. V. Exª citou o caso da perereca, que impede a obra. Em Belém, existe a maior procissão do mundo, que é o Círio de Nazaré. Tem mais de 200 anos. E, ao final dos 15 dias, tinha uma queima de fogos de artifício, e o Ibama proibiu a queima dos fogos de artifício este ano porque, ano passado, morreram três periquitos numa árvore de uma imbaumbeira.

A Diretoria do Círio teve que ir à Justiça para conseguir uma liminar para tocar os fogos no final da festa. Então, tem a perereca lá e o periquito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Nós agradecemos aqui a valorosa presença do nosso querido Ministro, que tem de se retirar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Presidente, Deputado Assis, se V. Exª me permite, antes de o Ministro se retirar, eu gostaria apenas de fazer uma observação na presença dele.

Eu vim lá de outra comissão de medida provisória, que eu estava presidindo, também uma audiência pública ligada à assistência farmacêutica, a farmácias, e não pude estar aqui desde o início.

Mas não poderia, com tantas pessoas importantes nessa mesa – o Ministro, o Presidente da Infraero, Diretor da Anac – deixar de registrar aqui que – Senador Flexa, V. Exª que é do Estado vizinho e não sofre, portanto, menos do que nós no Amazonas – há cerca de dois anos temos frequentado com certa frequência o Gabinete do Ministro Moreira, para tratar exatamente do problema da aviação, porque volta e meia eles cancelam o voo para algum Município. E se não há voo para Município do meu Estado, não há transporte de pessoas.

Num diálogo, desde o primeiro, o Ministro se comprometeu conosco – a Bancada toda do Estado do Amazonas – que, em breve, teríamos uma política de aviação regional. E nós todos dissemos ao Ministro: olha, a gente já está descrente que isso possa vir a acontecer, porque tantas vezes já viemos aqui com outros, na Infraero e tudo mais, e nunca conseguimos.

Então, quero cumprimentar o Ministro. Sei que essa é a primeira etapa de um grande projeto que tem o objetivo maior de promover a inclusão nesse meio de transporte, que é importante para o Brasil inteiro, mas é imprescindível para uma região, que é a nossa Região da Amazônia.

Então, meu abraço e meu reconhecimento a todos os senhores que aqui estão, por intermédio do Ministro Moreira Franco.

O SR. WELLINGTON MOREIRA FRANCO – Muito obrigado, Senadora.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, quero liberar o nosso Ministro para ele cuidar da sua agenda. Está com uma meia hora que ele está com a agenda vencida.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Senador, V. Exª está inscrito e vai falar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Só queria aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Só um pouquinho.

V. Exª vai falar com o Ministro, inclua logo também a agenda do Nordeste. Está saindo só a da Amazônia aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Estou liberando o Ministro. Portanto, início saudando os nossos convidados e os parabenizo pela exposição. Abraço o nosso Presidente, Deputado Assis Carvalho, nosso Relator Flexa Ribeiro.

Acho que não teria relator mais indicado do que o Flexa, por ser um conhecedor da área e, ao mesmo tempo, da região do Brasil que mais necessita do fortalecimento da aviação regional. Portanto, temos feito um diálogo muito direto sobre a construção de um relatório que nos permita garantir a sua aprovação aqui na Comissão Mista, no Plenário da Câmara e do Senado. O prazo é muito curto. Ele já estava me informando que amanhã, meio-dia, já tem condições de apresentá-lo para abrir a discussão, o debate e fazer os ajustes.

Saúdo os nossos Parlamentares e registro que uma matéria dessa magnitude nunca estará completa. É um passo primeiro, muito significativo para ajudar a estruturar a aviação regional. Nós, da Região Nordeste, também temos muitas dificuldades na aviação regional. Basta ver que, para sair de Fortaleza e ir a João Pes-

soa, ou você vem a Brasília ou vai ao Recife. Não se justifica não ter um voo direto. Da mesma forma é Campina Grande e tantas outras cidades naquela região, cidades de porte médio e de porte grande. É evidente que isso era um vazio que tínhamos na política de Estado para atender a essas demandas.

Por isso, nós, Senador Flexa, vamos preparar todas as condições para que, amanhã, V. Ex^a possa apresentar o parecer que está sendo construído a várias mãos. V. Ex^a está tendo o cuidado de ouvir os órgãos de governo, as empresas, as Forças Armadas, em especial a nossa Aeronáutica, que, para nós, é decisiva nesse processo.

Quero também registrar aqui um ponto que, na minha visão, não estamos resolvendo: é a questão do ICMS sobre o combustível para a nossa aviação. Para o querosene no nosso Estado, o Estado do Ceará, se o avião vai de Fortaleza a Miami, o ICMS é 4%. Agora, se o avião sai de Fortaleza e vai a Juazeiro do Norte, um importante polo econômico, industrial, universitário e religioso no Ceará, aí é de 27,5%. Ou seja, quando você vai para gerar negócios, fortalecer nossa economia no Estado, o Estado cobra 27,5% de ICMS. Agora, se esse indivíduo vai para Miami gastar o dinheiro do Brasil lá – é dele, é verdade, mas vai gerar emprego lá – e importar uma certa quantia sem pagar impostos, aí é de 4%.

Portanto, essa equação precisamos enfrentar. É evidente que não vai ser nesta medida provisória, porque isso envolve todo um debate, um outro debate de logística no Brasil, de infraestrutura e de custos, mas, fatalmente, na regulamentação da guerra fiscal do ICMS entre o Estado de origem e o Estado de destino. Para esse tema fatalmente, nobre Senador Flexa, nossos pares, precisamos construir uma saída, porque não é razoável. Quando vai para Miami, o ICMS é 4%; quando vai gerar negócios no Estado do Ceará, saindo do mesmo aeroporto, a mesma pessoa que faz o abastecimento, é 27,5% – e não é diferente em outros Estados.

Quero também registrar que, nessa parte de construção de infraestrutura, temos a nossa Caixa Econômica Federal com experiência de muitos anos e precisamos, cada vez mais, valorizar. Acontece que, por conta do conjunto de obras, particularmente do Minha Casa, Minha Vida, aquela instituição está com a sua capacidade extremamente sobrecarregada. E temos um outro banco público, também de âmbito nacional, que tem experiência nessa área.

Inicialmente, o Banco do Brasil passou a ser contratado, nos anos 90, para resolver aquelas obras públicas federais em que houve desvio de dinheiro, e o construtor não tinha mais condições de completar a obra. O exemplo melhor é o Tribunal Regional do Trabalho do Estado de São Paulo. Todo o mundo sabe que dali desapareceram R\$170 milhões no final dos anos 90. Foi o empreiteiro, o construtor, em seguida, foi Senador da República. Foi a primeira cassação que o Senado fez por corrupção, o Senador Luiz Estevão, e agora ele está devolvendo parte do dinheiro, inclusive com parte da liberdade.

Na época, eu era Deputado Federal, fazíamos uma discussão: seria razoável não concluir aquela obra e deixá-la como sendo uma espécie de relíquia de museu de corrupção no Estado nacional, que era o Tribunal Regional do Trabalho lá de São Paulo, em que um desembargador trabalhista terminou sendo o apenado na fase primeira. Mas, para resolver aquilo, foi contratado o Banco do Brasil, e ele deu conta. A partir dali, ele passou a assumir uma série de outras construções em condições rápidas. O exemplo último foi agora o aeroporto de Brasília. Esse banco esteve ali, na linha de frente, ajudando na sua execução, numa série de ações, dado o prazo exíguo que tínhamos para a necessidade daquela excelente obra pública que foi feita. Hoje, a reclamação é por conta do caminhar, a distância que tem ali.

Já tenho assistido a algumas reclamações, mas fico feliz por aquele outro debate do estrangulamento, do atendimento péssimo – que era verdade – ter saído da agenda. E também é natural: resolvemos determinado mundo de pendências, de problemas, e surgem outras. E esta é a razão de ser da humanidade: estar, cada vez mais, lutando por melhores condições.

Por isso, eu quero aqui registrar que, do que depender do nosso Relator, que ele já tem reafirmado, do nosso Presidente da Comissão e dos nossos pares, queremos, até quinta-feira, estar concluindo esta votação aqui, na Comissão Mista do Congresso Nacional, para dar tempo, no prazo regimental, e o nosso Relator tem chamado muita atenção de todos nós.

Temos que ter um prazo mínimo de 15 dias entre a saída desta Comissão Mista e a sua chegada ao Plenário da Câmara dos Deputados. Em todas as reuniões que fazemos, eles chamam a atenção: “Cuidado com o prazo, observem.” Portanto, temos esse compromisso, nosso Relator, para amanhã, meio-dia, neste mesmo Plenário, estarmos de volta para que V. Ex^a possa apresentar o seu importante parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Agradeço a elaboração do nobre Senador Pimentel.

Ouçamos agora o nosso querido Senador Lobão, do nosso querido Maranhão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito obrigado, Presidente.

Antes de mais nada, eu queria fazer o registro de que, complementando as palavras do Senador José Pimentel, realmente a Anac conseguiu, nos últimos anos, na gestão já do Marcelo, tirar o caos implantado nos nossos aeroportos, que trazia uma insatisfação geral à população brasileira.

Nós todos fomos testemunhas durante muito tempo, e essa situação aparentemente foi regularizada. Parabéns à equipe da Anac, que conseguiu, com muito trabalho, modificar esse quadro. Mas já que estamos aqui com essa plateia ultrassuperdiferenciada vamos aproveitar para darmos uma pequena contribuição.

Aproveitando as palavras do nobre companheiro, colega, meu amigo Flexa Ribeiro, que, com a sua habitual competência, abordou um problema que, no Maranhão, vivemos diuturnamente: o Maranhão hoje possui mais de 80% das suas pistas de pouso interditadas. São pistas de pouso que, porventura, operaram durante dezenas de anos e que, por excesso de rigor na norma, na legislação, hoje se encontram interditadas. São pistas, às vezes, com dezenas de milhões de reais investidos, pistas de asfalto com mais de 1.500m, como, por exemplo, da cidade de Bacabal, quarta, quinta cidade maior do Estado, hoje interditada há muitos anos. Há arreirinhas, o maior polo turístico do meu Estado, com um aeroporto imenso, que passou interditado mais de dez anos.

Há de haver, Senador Flexa Ribeiro, uma flexibilização, um tratamento diferenciado para as realidades brasileiras. Você deu o exemplo perfeito: não se pode pegar as regras de Guarulhos e botar no Maranhão, no Pará, no Amazonas, no Ceará. É impossível, é impossível, mas é isso o que acontece hoje. E a consequência disso é esta: 80% das nossas pistas estão interditadas há muitos anos. São pistas de asfalto, com segurança, que operaram durante muitos anos e que hoje estão impedidas de serem operadas. Isso traz um prejuízo social imenso ao meu Estado e aos Estados do Nordeste. Não sei a realidade do Sul e do Sudeste do nosso País, mas no Nordeste, essas pistas são imprescindíveis para a nossa população.

Aproveitando a oportunidade, falo aqui ao nosso Zé Adriano. Algumas regras em relação aos aeronautas precisam ser revistas. Eu sou comandante já há muitos anos. E, já que nós estamos falando de problemas da aviação civil, é preciso abordarmos não só aeroportos, companhias aéreas, mas temos que fazer uma abordagem geral, mais minuciosa.

Pilotos hoje sofrem, dentro das normas que estão em vigor, como nunca sofreram. Nós, comandantes, Senador Flexa, temos que fazer cheque todo ano. Você consegue imaginar um piloto da Gol ou da TAM, que voa milhares de horas por ano, ser obrigado a ser checado por um chegador que, às vezes, nem comandante é? Todo ano? E os outros pilotos que não são de companhias aéreas? Meu piloto, por exemplo, voa mais de 300 horas por ano e é obrigado todo ano a parar – e esse processo demora um mês – para fazer um cheque na aeronave. Tem que botar um avião à disposição dele para ele ficar passeando em cima da cidade com o chegador ao lado, que não é comandante, para checar um comandante que voa todo mês e toda semana.

Eu entendo que, por razões de segurança, um comandante que passe dois, três, quatro anos sem voar, quando for voar, tem que fazer um cheque. Mas aquele que voa permanentemente ser checado todo ano? O custo disso é um absurdo. Essas regrinhas precisam ser estudadas, reavaliadas e, se for o caso, extintas ou melhoradas.

Aí dou outro exemplo: foi criada agora uma norma obrigando todos os comandantes a fazerem um *flight safety*. Essa é uma novidade. Essa novidade custa US\$30 mil para cada proprietário de avião. Fazer esse *flight safety* é um negócio que inviabiliza a aviação executiva, US\$30 mil para fazer cada um.

Então, são detalhes que, em nome da segurança, às vezes, exageramos. E eu fiquei muito impressionado com a fala do nosso Ministro, quando disse que o mantra da vida dele é: “o Poder Público deve sempre buscar facilitar a vida do cidadão”. E vocês, membros do Poder Executivo, daqueles que fazem as regras, que implantam, que fiscalizam, têm que ter esse mantra dentro da alma. O Poder Público tem que facilitar a vida do cidadão, jamais atrapalhar a vida do cidadão. E, dentro desse mantra, então, havemos, todos nós Parlamentares, cidadãos, de contribuir para que a vida do cidadão seja melhorada.

O que nós pudermos fazer de contribuição, Senador José Pimentel, sugerindo, criticando de forma construtiva, é nosso papel.

E espero que possamos, Senador Flexa Ribeiro, dar uma grande contribuição à sociedade através do seu relatório, seja abordando ele através do seu relatório, seja abordando esses pequenos detalhes, seja vendo de uma forma macro, mas fazendo uma nova realidade na aviação civil brasileira, através da aviação regional, através da aviação executiva, através de melhorarmos a aviação em massa, transporte público aéreo de massa.

Nós podemos fazer isso, com normas modernas, eficientes, que ajudem o cidadão, facilitem, desburocratizem a vida de uma forma geral em todos os setores, mais especificamente, na aviação.

Parabéns ao Senador Flexa Ribeiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Agradeço a participação do nobre Senador Lobão.

Não havendo mais Parlamentares...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Vou devolver a palavra ao nosso querido Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Eu gostaria só que o Dr. Guarany, da Anac, pudesse esclarecer a questão da empresa doméstica com empresa regional, porque isso é fundamental para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – O.k. Vamos devolver a palavra para o Dr. Guarany responder às dúvidas levantadas durante o debate como também ao questionamento levantado pelo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANY – Obrigado, Presidente. Na verdade, eu tinha até alertado ao Presidente que ainda havia respostas pendentes, depois da resposta do Ministro. Vou passar por elas rapidamente, e, depois, responder, comentar alguns pontos que o Senador Edison Lobão colocou agora.

Sobre o conceito da empresa regional, Senador, eu acredito que houve algum equívoco na remissão feita pelo representante da Anac, porque o Código Brasileiro da Aeronáutica não fala em empresa regional. Ele comenta, na verdade, no art. 24, parágrafo único, sobre empresas que podem fazer tráfego regional internacional, os aeroportos que podem ser utilizados para tráfego regional internacional. Ou seja: quando o Estado é muito próximo de outro país, você pode utilizar ali o conceito de tráfego regional. Em outro caso, não existe a previsão de empresa regional, porque ele tinha mencionado...

Na lei do aeronauta existe para a questão do descanso. Empresas de transporte regional tem um descanso que pode ser flexibilizado.

Quando você mencionou – você pode ter feito equivocadamente – faça sobre... O art. 21, eu estou com ele. Mas você tinha se equivocado... Não existe hoje diferenciação entre as duas coisas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Permita-me só tirar uma dúvida, porque, se não existe no código a definição de empresa regional, temos que mudar a medida provisória.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANY – Não, porque a medida não fala em empresa. É só porque a empresa regional era um conceito utilizado até na década de 70 – acho que foi o senhor que falou sobre programa. Isso era quando se tinha o programa do Sitar, em que se faziam as regiões em que determinadas empresas podiam atuar, outras cidades troncais só podiam ser prestadas por empresas de maior porte, e, com isso, você impedia a concorrência entre todas essas empresas.

Quando acabou isso, do ponto de vista de prestação do serviço, não existia mais esse conceito. Então, o conceito não é mais utilizado na aviação. O que foi utilizado para o programa, e o Rogério pode explicar melhor, não é o conceito de uma empresa receber o subsídio, aquela empresa prestar um serviço regional. O transporte regional vai ser um transporte que vai ser o transporte que vai ligar uma cidade não capital a uma cidade capital ou a uma outra cidade não capital. E é esse transporte que recebe os subsídios e recebe os incentivos. Pode ser feito por qualquer empresa, uma empresa pequena, uma empresa grande, aeronaves pequenas ou aeronaves grandes.

Então, só fechando sobre a questão da empresa regional, essa remissão está feita, então, na Lei do Aeronauta, art. 21, §4º, que fala sobre o descanso. Estamos enfrentando agora no Congresso toda a revisão da lei do aeronauta, a forma como vão ser feitos os descansos, os cálculos, o sindicato. A associação das empresas aéreas vem fazendo um trabalho excelente, a meu ver, de conversar sobre isso. Estou trabalhando com aviação há 13 anos e nunca tinha visto ser feito nesse nível, com essa técnica. Tanto o sindicato quanto a associação estão apresentando informações muito importantes que estão ajudando muito na discussão disso aqui no Congresso.

Nós estamos à disposição, temos conversado com ambos, assim como com a Secretaria da Aviação Civil, para aprimorar essa discussão.

Sobre os aeroportos. Eu tinha falado, na minha primeira fala, Senadores, justamente sobre a questão de segurança. A nossa função é garantir os níveis de segurança do transporte aéreo como qualquer órgão de aviação civil de qualquer país tem esta função precípua: garantir para todo mundo que vai usar o transporte aéreo que aquilo é seguro, que nenhuma aeronave vai cair nas nossas cabeças e que o aeroporto vai atuar de forma segura. Então, por isso, esse é o principal ponto da nossa regra, o que não significa que não tenhamos que analisar, flexibilizar, adequar algo que está sendo desenvolvido no setor público como um todo e que a agência tem tentado implementar em todas as suas normas é a análise do impacto regulatório, para saber o custo/benefício de cada norma.

É muito fácil a gente fazer regra. Vocês fazem regras todos os dias. A gente sabe como é fácil a gente publicar e discutir uma regra, publicá-la e botá-la em vigor. Agora, o custo disso para a sociedade é muito importante a gente ponderar, para ver se, de fato, aquilo é adequado. Segurança sempre foi uma coisa muito difícil de se ponderar. É como ponderar o risco de alguém, a vida de alguém, a integridade física de alguém. Mas

temos de analisar se o nível de segurança ao qual chegamos é realmente necessário com aquela regra ou se há outras maneiras, outras formas de se chegar àquele nível de segurança.

A Agência tem trabalhado em diversos regulamentos. Alguns regulamentos nós já conseguimos flexibilizar, como é o caso dos aeródromos. Os aeroportos têm regras diferenciadas, dependendo do porte, do tipo de operação, do transporte regular ou não, do número de operações. Mas é importante se manter o nível de segurança.

O princípio dessa regulação é o seguinte: toda vez em que eu for prestar um serviço para mim mesmo, colocando só a minha vida em risco... Se tenho uma aeronave e se vou pilotar a minha aeronave, eu conheço minha aeronave e tenho uma regulação para mim, para evitar que eu cause dano para outra pessoa no solo ou para alguma propriedade. Da mesma forma, se a pista em que vou pousar é minha, se ela está na minha fazenda, a regulação é quase mínima, porque você sabe a condição em que você vai operar, é você que está colocando em risco a sua vida ou a dos passageiros que você está levando, e você é responsável por aquilo.

Toda vez em que abro aquilo para o público, em que torno aquilo comercial, em que presto um serviço para a comunidade, eu aumento o nível de segurança. As outras pessoas que não pilotam e não conhecem isso não sabem dizer se aquilo é seguro ou não. Então, cada vez mais que um serviço é prestado para mais gente, há um nível de segurança maior. Por isso, para uma empresa de táxi-aéreo, um nível de segurança é exigido, e, para uma empresa de aviação comercial, é exigido outro nível. Da mesma forma, ocorre nos aeroportos. Nos aeroportos privados, há condições mínimas; nos aeroportos públicos, eles vão aumentando as condições, que aumentam quanto maior a aeronave e quanto maior o número de operações.

Hoje, a gente já trabalha na flexibilização. Por exemplo, na Amazônia e em outros aeroportos de menor porte e com menor condição, trabalhamos com alguma flexibilização. Então, em aeroportos que, hoje, não têm um caminhão de bombeiro, há aviação comercial, ou seja, eles prestam serviços para terceiros. Você pode comprar uma passagem no sul, no Rio Grande do Sul, e pousar em Coari, e aquele aeroporto já tem uma condição diferenciada hoje. Mas isso todo mundo já sabe. O que é importante? Quando a gente entra lá e certifica um aeroporto, quando o órgão regulador diz que é seguro, ele tem de deixar claro para qualquer pessoa que vai utilizar aquele aeroporto que aquele aeroporto tem condição de segurança.

Então, quando nós fazemos a flexibilização, essa flexibilização tem de obedecer ao nível de segurança, ou seja, a gente tem de manter determinado nível de segurança. E temos de entender as condições daquele aeroporto. Se ele cresce demais, se ele tem operações demais, o nível de segurança tem de aumentar mesmo. A gente não se entende como capaz de flexibilizar isso para a sociedade.

Por isso, há a discussão legal. Se a lei disser, se o Congresso entender que podemos analisar condições diferenciadas por causa das condições sociais de cada Município, isso faz sentido.

Não sei se foi o senhor que colocou, não lembro quem trouxe a questão, mas há cidades na Amazônia que não têm transporte, não têm outra forma de transporte. É melhor haver um transporte mesmo sem um caminhão de bombeiro lá, ou não haver transporte? Então, é uma discussão, de fato, política que temos de fazer. E aí, sim, havendo essa indicação política, nós podemos fazer a flexibilização necessária para esse transporte, sempre visando à segurança, que é a nossa principal função.

De qualquer forma, há muitos regulamentos antigos. O senhor comentou sobre aeroportos que estão fechados, como o de Barreirinhas, que é um caso clássico. O Ministro Gastão Vieira me cobrou bastante sobre ele, inclusive, porque é um aeroporto que estava fechado há muito tempo. Depois, conseguiram atender às suas condições, e ele foi reaberto no final ou em meados do primeiro semestre.

Há muitas regras muito antigas, que foram interiorizadas, de fato. O Ministro falou sobre a Organização da Aviação Civil Internacional, que é um órgão da ONU. Há várias regras gerais para todos os países. As aeronaves cruzam fronteiras, e todo mundo tem de saber que aquela regra é parecida, para pousar naquele aeroporto. Então, há regras nas quais temos feito adequação. Temos trabalhado todos os dias em adequação de regras, em flexibilização dentro dos níveis de segurança dispostos na legislação hoje.

Sobre os pilotos, eu diria que, se há uma pedra no sapato do Dr. Gustavo, essa é uma questão que sempre é uma pedra no nosso sapato. A Anac, como vocês sabem, é a ANTT mais o Detran. Nós temos toda a atividade de regulação de infraestrutura, com garantia de condições econômicas e jurídicas da prestação do serviço de transporte aéreo. Toda a questão de segurança tem um peso muito maior nas nossas atividades. Mas, dentro da nossa atividade do Detran, nós também damos carteira e emplacamos aeronaves.

Temos toda essa atividade, e, como essa atividade atinge um público muito diretamente – todos os pilotos, e qualquer regra nossa gera uma dificuldade ou uma facilidade na vida de um piloto – qualquer mudança de regra gera uma quantidade de reclamações muito grande.

O Regulamento nosso, que trata de pilotos justamente foi alterado em 2012, e nós fizemos algumas flexibilizações nessa adequação neste ano. Quando elas passaram a entrar em vigor, tivemos alguns efeitos

colaterais que estamos analisando para corrigir. Este é um deles: obrigação de simulador para qualquer espécie de aeronave. Estamos analisando, e, durante essa semana e na próxima, já deve haver alguma adequação.

Muito tecnicamente para o senhor, que entende, estamos revendo o que é classe e o que é tipo. A nossa classificação de classe e tipo faz a diferença no que determinados pilotos têm que fazer, se submeter para fazer o *recheck*.

Mas, de qualquer forma, independentemente dessa alteração de agora, nós estamos fazendo uma análise de todo nosso processo de licença. A agência tem 11 projetos prioritários para atacar os principais pontos, que entendemos, da sociedade, e esse é um deles. Cada projeto tem um patrono, um diretor, eu sou o patrocinador desse projeto, que é o projeto mediante o qual queremos tornar racional o processo de *check*, *recheck*, garantindo que todo piloto tenha sua capacidade de operação com segurança aferida, mas também diminuindo toda a burocracia que ele sofre hoje. Sabe que esse é um ponto muito desgastante tanto para os pilotos quanto para as escolas, que hoje também estão enfrentando problemas por nossa regulamentação. Estamos nos preparando para ajustar.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Agradecemos a intervenção do Dr. Guarany.

Nosso Senador está satisfeito?

Bom, não havendo nenhum Parlamentar inscrito, vamos conceder cinco minutos para os membros da Mesa que queriam utilizar tempo para alguma manifestação ainda.

Algum membro da Mesa?

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Nobre Senador, agradeço a atenção da Comissão, dizendo que estamos inteiramente à disposição tanto da Comissão quanto do Senado e da Câmara dos Deputados, para prestar qualquer informação a respeito.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANY – Presidente, a mesma coisa. Estamos sempre à disposição.

Senador Flexa, se quiser entender qualquer coisa sobre regional, funcionamento dos aeroportos, estamos à disposição, poderemos vir aqui a hora que o senhor precisar.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Dr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Da mesma forma, em nome da Secretaria, agradeço a oportunidade.

Fico muito feliz, apesar das discussões pontuais, por termos visto uniformidade muito grande de pensamento acerca da necessidade da Medida, do quanto ela é essencial. Isso já nos deixa muito satisfeitos. Vamos agora, na sequência, fechar esses pontos, seguindo a boa relação que estamos tendo com o gabinete do Relator, para não perder o prazo e ver efetivado o futuro que desejamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Mais algum membro da Mesa? *(Pausa.)*

Tudo bem?

Então encerraremos aqui a reunião.

Estamos propondo a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Convocar para amanhã ao meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Ah, então nós estamos convocando reunião para amanhã, dia 5 de novembro, às 12h para apreciação do relatório.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos e suspensa às 15 horas, a reunião é reaberta no dia 4 de novembro de 2014, às 14 horas e 46 minutos, e encerrada às 16 horas e 58 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 652, DE 2014, PUBLICADA EM 28 DE JULHO DE 2014, QUE “CRIA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO REGIONAL”, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 5 E 11 DE NOVEMBRO DE 2014, NO SENADO FEDERAL.

Às doze horas e dois minutos do dia cinco de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Assis Carvalho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 652, de 2014, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira, Ana Amélia, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves e Lídice da Mata; e os Deputados Assis Carvalho, Geraldo Simões, Eduardo Cunha, Osmar Terra,

Moreira Mendes, Rodrigo Garcia, Beto Albuquerque, Sarney Filho, Margarida Salomão, Manoel Junior, Lucio Vieira Lima, Júlio Cesar, Otávio Leite, Efraim Filho e Chico Alencar. Registra-se a presença dos Deputados Jovair Arantes, Eleuses Paiva e Vanderlei Macris, parlamentares não membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência comunica que o Relatório está sendo finalizado e suspende a Reunião às doze horas e três minutos. A Reunião é reaberta às quinze horas e três minutos. O Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, o qual faz a leitura do Relatório, que conclui pela admissibilidade e pela adequação econômico-financeira da Medida Provisória nº 652, de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação, acatadas, total ou parcialmente, as Emendas nºs 3, 21, 22, 28, 29, 30, 34, 41, 58, 60, 75, 76, 77, 79, 80, com as alterações redacionais necessárias, e rejeitadas as demais, na forma do projeto de lei de conversão apresentado. Usam da palavra os seguintes parlamentares: Senador Ricardo Ferraço, Senador José Pimentel e Deputado Otávio Leite. É concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. A reunião é suspensa às dezesseis horas e trinta e oito minutos. Às 14 horas e 57 minutos do dia onze de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, a Reunião é reaberta. A Presidência passa a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para que proceda à leitura de Errata ao Relatório anteriormente apresentado. São apresentados os Requerimentos de Destaque nºs 2, de autoria dos Deputados Moreira Mendes e Manoel Junior, 3 a 6, de autoria do Deputado Eduardo Cunha e 7, de autoria do Deputado Jovair Arantes. Usam da palavra para discutir os seguintes parlamentares: Deputado Eduardo Cunha, Senador Eduardo Braga, Deputado Jovair Arantes, Senador Ricardo Ferraço, Deputado Otavio Leite, Senadora Lídice da Mata, Senador José Pimentel, Deputado Efraim Filho e Senador Vicentinho Alves. Os Requerimentos de Destaque nºs 2 a 7 são retirados pelos seus respectivos autores. Encerrada a discussão, o Relatório é colocado em votação e aprovado, passando a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade e pela adequação econômico-financeira da Medida Provisória nº 652, de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação, acatadas, total ou parcialmente, as emendas nºs 3, 13, 21, 22, 29, 30, 34, 36, 41, 58, 75, 76, 77, 79, 80, com as alterações redacionais necessárias e rejeitadas as demais, na forma do projeto de lei de conversão apresentado. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Usam da palavra o Deputado Otavio Leite e o Senador José Pimentel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quinze minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Assis Carvalho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Deputado **Assis Carvalho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 652, de 2014.

Nós comunicamos que o Relator da matéria, Senador Flexa Ribeiro, pediu um prazo maior para finalização do seu relatório.

Desse modo eu proponho a suspensão da presente reunião, marcando a reabertura para as 14h30, neste mesmo plenário, para dar prosseguimento aos trabalhos.

Está suspensa a reunião até às 14h30.

(Iniciada às 12 horas, a reunião é suspensa às 12 horas e 03 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Declaro reaberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 652, de 2014.

A presente reunião destina-se à apreciação do relatório.

Passo, portanto, a palavra ao Relator da matéria, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Deputado Assis Carvalho, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu gostaria de saber se o relatório já foi distribuído aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Estão sendo produzidas as cópias e, tão logo estejam prontas, serão distribuídas.

Quanto tempo nós teríamos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Se os senhores membros concordarem, eu vou iniciar a leitura enquanto chegam as cópias. *(Pausa.)*

Relatório.

Trata-se da análise da Medida Provisória nº 652, de 28 de julho de 2014, que “cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional”.

Seu objetivo é criar um programa governamental de estímulo ao desenvolvimento da aviação regional no País. Para isso, abre a possibilidade para utilização de subvenções econômicas para o pagamento de tarifas

aeroportuárias, de navegação aérea, do Adicional de Tarifa Aeroportuária em aeroportos considerados regionais e para o financiamento de parte dos custos dos próprios voos com origem ou destino nesses aeroportos (art. 4º).

A medida provisória foi elaborada como lei esparsa e, portanto, não altera nenhuma legislação vigente, embora faça referência à Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências”, e à Lei nº 7.920, de 7 de dezembro de 1989, que “cria o Adicional de Tarifa Aeroportuária, e dá outras providências”.

Em síntese, a Medida Provisória nº 652, de 2014, apresenta as seguintes inovações:

a) cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR (art. 1º).

b) estabelece a figura dos aeroportos e rotas regionais: aeroportos regionais são aqueles de “pequeno e médio porte”, de acordo com parâmetros de movimentação de passageiros a serem definidos em regulamento, ao passo que rotas regionais são aquelas com origem ou destino nesses aeroportos (art. 2º).

c) define, no art. 3º, os objetivos do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

d) cria a possibilidade de subsídios à operação das rotas regionais e ao custo total de algumas das tarifas aeroportuárias dos aeroportos regionais, bem como do Adicional de Tarifa Aeroportuária sobre elas incidente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Está sendo projetado no telão para aqueles que desejam acompanhar a leitura do relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Obrigado, Sr. Presidente.

As tarifas cobertas pelo subsídio são:

I – Tarifa de embarque;

II – Tarifa de pouso;

III – Tarifa de permanência;

IV – Tarifa de conexão;

V – Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota;

VI – Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação; e

VII – Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aeródromo.

e) estabelece as demais regras de funcionamento do programa, como a fonte de recursos orçamentários (Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC); confere ao Poder Executivo a competência para regulamentação do PDAR; define o órgão responsável por sua gestão (Secretaria de Aviação Civil – SAC); e possibilita a delegação da fiscalização do programa à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

A vigência dos dispositivos contidos na medida provisória analisada é imediata, de acordo com seu art. 8º.

Conforme a Exposição de Motivos nº 00009/2014, a SAC MF MP, de 17 de julho de 2014, que acompanha a MPV nº 652, de 2014, a alteração legislativa tem como finalidade “aumentar o acesso da população brasileira ao modal aéreo, melhorar a integração de comunidades isoladas e o acesso a regiões com potencial turístico, além de aumentar a quantidade de cidades e rotas atendidas regularmente pelo transporte aéreo”.

Foram apresentadas 85 emendas à Medida Provisória nº 652, de 2014, cuja análise passamos a realizar.

As emendas de nºs 8, 10, 11, 12, 14, 15, 23, 27, 37, 48 e 49 não guardam relevância temática com o texto da MPV, logo devem ser rejeitadas previamente.

As emendas de nºs 7, 9, 13, 16, 20, 36, 52, 62, 64, 65, 66, 67, 74, 82, 83 e 84, embora tratem de assuntos ligados à aviação, guardam fraca relevância temática com o texto da MPV; em outras palavras, não tratam diretamente de aviação regional. Da mesma forma que no caso anterior, também as rejeitaremos previamente, independentemente de seu mérito, uma vez que entendemos que o caminho mais adequado para sua tramitação é por meio de proposições específicas para os assuntos ali dispostos.

As emendas de nºs 32 e 57 são inconstitucionais. A primeira por retirar a exigência de que os recursos do PDAR estejam previamente dispostos no Orçamento, e a segunda por seu caráter autorizativo.

As emendas nºs 26, 47, 56, 63, 68, 69 e 70 propõem comandos ou programas que já são permitidos ou que já existem pela legislação vigente, razão pela qual não foram acatadas.

Outro conjunto de emendas trata da duração do PDAR. São as emendas de nºs 3 (retira a delegação para o regulamento definir o prazo de duração do programa), 4 (15 anos, renováveis), 29, 41, 58 (5 anos, renováveis) e 81 (dez anos). Como veremos a seguir, acatou-se a proposta de estipulação de um prazo de cinco anos, renováveis uma única vez por igual período, para o programa.

As emendas nºs 34, 35 e 79 visam a definir melhor os parâmetros do PDAR ou reduzir a discricionariedade do Executivo para estabelecer seus parâmetros e, por esse motivo, serão acatadas no todo, ou em parte.

As emendas nºs 17, 18, 39, 44, 50, 51, 77 e 85 visam a alterar os objetivos do PDAR (Art. 3º).

As emendas nºs 19 e 46 visam a incluir o transporte de carga como critério para subvenção do PDAR.

As emendas nºs 21 e 80 visam a obrigar ao Executivo elaborar relatórios acerca do andamento do PDAR. As emendas nºs 28 e 60 concedem isenção fiscal aos valores repassados a título de subvenção econômica pelo PDAR.

A emenda de nº 1 proíbe a subvenção do PDAR a empresas que operem rotas não regionais.

A emenda nº 2 visa a determinar prazo para a regulamentação do PDAR.

A emenda nº 5 visa a determinar que todos os aeroportos da Amazônia legal sejam considerados regionais. Na mesma linha, as de nºs 38 e 61 determinam, respectivamente, que o Aeroporto de Ribeirão Preto e os aeroportos de Parnaíba e de São Raimundo Nonato sejam considerados regionais.

A emenda nº 6 visa a determinar que tanto os aeroportos públicos como os privados inscritos no PDAR tenham isonomia no que se refere a taxas e impostos cobrados.

A emenda nº 22 determina que, quando haja mais de um interessado em obter subvenção em determinada rota, pelo menos dois sejam elegíveis para seu recebimento.

A emenda nº 24 determina que a prioridade para o recebimento de subvenção será dada às localidades que já possuam pistas e aeroportos em processo de homologação.

A emenda nº 25 visa a especificar que a regularidade fiscal de que trata o dispositivo emendado deve contemplar os componentes “tributário e não-tributários”.

A emenda nº 30 cria limitações acerca do número de passageiros subvencionados por aeronaves.

As emendas nº 31 e nº 59 determinam que as subvenções do PDAR sejam pagas por voo realizado, e em cadência mensal.

A emenda nº 33 determina que a subvenção seja concedida em função da planilha de custos das empresas.

A emenda nº 40 amplia o rol de componentes subsidiáveis pelo PDAR, para incluir os custos operacionais de embarque e desembarque das aeronaves.

A emenda nº 42 determina que, no caso de Municípios atendidos por mais de um aeroporto, as subvenções sejam concedidas apenas para voos com origem ou destino em aeroportos administrados ou operados por empresas que contribuam na modalidade de outorga ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

A emenda nº 43 limita a concessão de subvenções a rotas que não tenham sido operadas por voos comerciais regulares nos últimos doze meses.

A emenda nº 45 determina prazo mínimo de um ano para que as empresas que aderirem ao PDAR se adaptem às normas do programa.

A emenda nº 53 acrescenta novo artigo à Medida Provisória para determinar a criação das “Linhas Pioneiras”, com garantia para exploração exclusiva para as operadoras regionais, pelo período de 10 anos.

A emenda nº 54 inclui a possibilidade de concessão de subvenções para “de voos não regulares domésticos para aeronaves de categoria TPX”.

A emenda nº 55 estipula que o PDAR contemple ações em todas as regiões do País, levando-se em consideração a extensão territorial, a população e a quantidade de aeroportos regionais em funcionamento em cada um dos Estados da Federação e no Distrito Federal.

A emenda nº 71 dispõe que serão habilitados e priorizados, na concessão de subvenções, os processos de autorização nas localidades que disponham de plano diretor aprovado.

A emenda nº 72 altera a definição de aeroporto regional para incluir a expressão “público ou privado de uso público”.

A emenda nº 73 altera o art.1º para determinar que as receitas provenientes das fontes de arrecadação de que trata o artigo não possam ser retidas no Tesouro Nacional para fins de lastro financeiro com vistas a constituir superávit primário.

A emenda nº 75 determina que sejam priorizadas, na concessão de subvenções, a exploração de novas rotas em relação ao aumento da frequência de números de voos em rotas já operadas regularmente.

A emenda nº 76 determina parâmetros de movimentação anual de passageiros para fins de classificação como aeroporto regional e impõe limitações ao número de passageiros subsidiados por voo.

A emenda nº 78 proíbe a União de repassar ao Fundo Nacional de Aviação Civil, direta ou indiretamente, títulos da dívida pública mobiliária federal para compor as dotações do orçamento anual ou os eventuais créditos adicionais necessários à execução das despesas desse Fundo.

Análise.

Em primeiro lugar, será analisada a constitucionalidade da Medida Provisória nº 652, de 2014, em particular quanto ao atendimento dos pressupostos de relevância e urgência determinados no art. 62 da Carta Magna.

Não há dúvidas quanto à relevância do tema. De fato, nos últimos anos, o País presenciou uma diminuição no número de aeroportos e, conseqüentemente, de Municípios atendidos pelo transporte aéreo regular. Há inúmeras causas para essa diminuição: desde o sucateamento da infraestrutura para o recebimento de

voos em aeroportos regionais até os altos custos incidentes no setor e a forma de precificação do querosene de aviação (QAv) adotada pela Petrobras, que é monopolista nesse mercado. Nesse sentido, é louvável que o tema tenha destaque nas discussões do Parlamento.

Por outro lado, o mesmo pode ser dito acerca do pressuposto de urgência, que é justificada pela diminuição de localidades atendidas pelo transporte aéreo regular de passageiros. De fato, segundo informa a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR), pouco mais de 180 aeroportos foram atendidos por transporte aéreo regular de passageiros em 1999, número que havia sido reduzido para 130 no ano passado, 2013. Destaque-se que essa diminuição afronta o ditame constitucional inscrito no art. 3º, inciso III, que determina que um dos objetivos da República seja justamente o de diminuir as desigualdades regionais em nosso País.

Ainda quanto à constitucionalidade, observa-se que os assuntos tratados na Medida Provisória não estão incluídos no rol das matérias que não podem ser tratadas por meio de instrumento dessa natureza (§1º do art. 62 da Constituição Federal). Além disso, a Carta Magna determina que compete privativamente à União legislar sobre navegação aérea (art. 22, inciso X) e sobre transporte (art. 22, inciso XI).

No tocante à adequação orçamentária e financeira, a Medida Provisória nº 652, de 2014, atende ao disposto no *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e ao art. 19 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que exigem a existência de “lei específica” para autorizar a concessão de subvenções econômicas a empresas de fins lucrativos.

Por outro lado, não atende aos requisitos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina que a criação de ação governamental que acarrete aumento da despesa seja acompanhado de:

I) “estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Sob o ponto de vista social, essa situação é preocupante, uma vez que impossibilita a realização de análise de custo-benefício do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR). Sob o ponto de vista das contas públicas, tal cenário é igualmente problemático, uma vez que se desconhece o impacto que o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional terá no Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Nunca é demais lembrar que, conforme o Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013, o Fundo Nacional de Aviação Civil tem como um de seus objetivos “a realização de investimentos em infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil em modernizações, construções, reformas, ampliações, inclusive por meio da aquisição de bens e equipamentos e contratação da prestação de serviços”. Por se tratar de uma simples transferência de recursos, é natural que seja mais simples ao governo gastar com subsídios do que investir em infraestrutura. Corre-se o risco, assim, de que grande parte dos recursos disponíveis no Fundo Nacional de Aviação Civil para investimento em infraestrutura seja redirecionada para o pagamento de subvenções.

De modo a evitar que isso ocorra, recomendamos que se determine um teto orçamentário para o programa como proporção dos recursos disponíveis no Fundo Nacional de Aviação Civil. Nesse sentido, sugerimos a alteração da redação do art. 4º para determinar que o pagamento de subvenções, no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, possa utilizar até 20% dos recursos disponíveis no Fundo Nacional da Aviação Civil. Consequentemente, sugerimos a exclusão do art. 5º, cujo conteúdo foi trasladado ao *caput* do art. 4º.

Segundo a Secretaria de Aviação Civil, a previsão de arrecadação do Fundo Nacional de Aviação Civil, em 2015, é de R\$4,2 bilhões. Caso o teto seja estabelecido em 15%, aliás, em 20% – aqui temos um erro de digitação –, haverá disponibilidade orçamentária de aproximadamente R\$840 milhões para serem investidos no Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional no ano que vem. Esse valor é superior aos R\$500 milhões propostos pelo Poder Executivo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2015. Além disso, como a previsão de arrecadação é crescente, em 2020, o Fundo Nacional de Aviação Civil chegaria a R\$5,8 bilhões e os recursos do Programa de Desenvolvimento Regional a mais de R\$1,1 bilhão, existindo, assim, margem para um crescimento gradual do programa. Essa medida torna possível o cálculo da estimativa orçamentário-financeira do programa, atendendo, assim, os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao mérito, é louvável a preocupação do Governo Federal no sentido de estimular o crescimento da aviação regional no País. Contudo, entendemos que o texto enviado possui um caráter demasiadamente genérico, omitindo diversas características essenciais de um programa de subvenções econômicas: a definição de aeroporto regional, as regiões a serem prioritariamente atendidas, a vigência do programa, os critérios para a concessão dos subsídios, entre outros. A ser mantido intacto o conteúdo da medida provisória enviada, todas

essas discussões passariam ao largo do Congresso Nacional, sendo definidas posteriormente “nos termos de regulamento” a ser editado pelo Poder Executivo.

De início, sugerimos que seja alterada tanto a definição de aeroporto regional (art. 2º, inciso I) como alguns dos objetivos do programa (art. 3º). Essas alterações dar-se-iam no sentido de conferir maior foco ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, assegurando que os recursos públicos sejam direcionados a atividades que impliquem maior retorno social.

Como se nota da leitura do art. 2º, o texto proposto confere discricionariedade praticamente total para que o Poder Executivo defina quais aeroportos serão beneficiados pelo Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Não se impõe qualquer critério ou limite ao regulamento que venha a ser editado. Assim, em tese, mesmo os aeroportos que operam em grandes cidades do País poderiam ser qualificados como regionais e, como tal, qualificar-se para o recebimento de voos subsidiados.

Essa possibilidade é reforçada pelo fato de o Poder Executivo ter incluído entre os objetivos do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional “facilitar o acesso a regiões com potencial turístico”. Ora, praticamente todas as regiões do País podem ser incluídas nesse critério. Aliada à falta de definição de aeroporto/rota regional, esse objetivo faculta ao governo conceder subsídios mesmo a rotas comercialmente viáveis.

Para sanar esse problema, sugerimos limitar os aeroportos que podem ser qualificados como regionais àqueles com baixa densidade de tráfego (até 600 mil passageiros por ano). Dessa forma, conferir-se-á inegável mérito social ao programa proposto. Entre subsidiar voos para um aeroporto médio razoavelmente desenvolvido, como Foz do Iguaçu ou Uberlândia, e voos para pequenas cidades do Norte ou do Nordeste do País, não há dúvidas sobre qual alternativa resultaria em maior ganho social. Adicionalmente, sugerimos que o critério para Amazônia Legal seja diferenciado, permitindo, nesse caso, que aeroportos até 800 mil passageiros por ano possam se qualificar para o recebimento de subvenções. Essa diferenciação justifica-se pelas características peculiares da região, que tornam o transporte aéreo um meio indispensável de integração de comunidades isoladas e de transporte de bens fundamentais.

Em consonância com a definição sugerida de aeroporto regional, propomos alterações no art. 3º com a finalidade de delimitar melhor os objetivos do programa. No inciso I do art. 3º, sugerimos que, na concessão das subvenções, sejam priorizadas as regiões menos desenvolvidas do País. Propomos, ademais, a retirada da expressão “e o transporte de bens fundamentais, como alimentos e medicamentos” do inciso II do art. 3º. Embora seja inegável a importância do transporte aéreo de bens fundamentais a algumas regiões do País, deve-se notar que todo o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional foi concebido como um programa voltado a incentivar o incremento no tráfego regular de passageiros. A permanência da expressão mencionada poderia gerar confusões no entendimento do comando legal, levando à interpretação de que também o transporte de cargas seria passível do recebimento de subsídios no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Incluímos, ainda, no inciso III do art. 3º a expressão “observado o disposto no inciso I”, com a finalidade de esclarecer que, também no incentivo a regiões com potencial turístico, deve-se respeitar a prioridade conferida a regiões menos desenvolvidas no País. Finalmente, recomendamos a retirada dos incisos IV e V do art. 3º, por se mostrarem redundantes, tendo seus propósitos abrangidos pela alteração proposta no inciso I do mesmo artigo.

Acreditamos, ainda, ser importante uma priorização adicional das rotas subvencionadas. Para isso, recomendamos que, no mínimo, 50% dos recursos do programa sejam destinados a novas rotas. Com isso, garante-se que o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional seja direcionado efetivamente à expansão do transporte aéreo regular no País, integrando localidades isoladas à malha nacional e garantindo maior retorno social aos recursos públicos despendidos. Não vemos razão para que o Poder Público opte por subvencionar majoritariamente rotas que já estejam em operação, ou seja, que já se mostraram comercialmente viáveis.

A Medida Provisória nº 652, de 2014, não trouxe, ademais, qualquer informação sobre a forma de concessão de subvenção econômica prevista pelo Poder Executivo. Mais uma vez, relega-se à regulamentação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional essa tarefa. Contudo, a forma de concessão de subsídio constitui característica essencial do programa.

Um exemplo de como a forma de concessão de subsídios pode transformar um programa inicialmente meritório em um volume massivo de recursos públicos despendidos de forma socialmente injustificável é o programa norte-americano de concessão de subsídios à aviação regional, denominado Essencial Air Service (EAI). Criado em 1978, com previsão de duração de 10 anos e com orçamento de US\$7 milhões, o programa tinha como objetivo oferecer a pequenas comunidades rurais um período razoável de adaptação à desregulamentação do mercado aéreo norte-americano promovida naquele mesmo ano. A ideia era que, após esse período, ou as rotas se tornariam sustentáveis economicamente ou deixariam de ser operadas.

Essas pretensões iniciais foram distorcidas, o que acabou por criar um programa com orçamento superior a US\$200 milhões de dólares, que subsidia voos para mais de 150 pequenos aeroportos do País, muitas vezes localizados em Municípios distantes menos de 100 quilômetros de aeroportos não subsidiados. A forma de concessão dos subsídios gerou diversas situações absurdas: conforme reportagem do *New York Times* de 2006, o número médio de passageiros em cada voo subsidiado era de apenas três. Muitas vezes, o custo do subsídio por passageiro e por trecho voado ultrapassava US\$1.000. Reportagem da *Associated Press*, por sua vez, cita como exemplo a cidade de Ely, na qual os passageiros pagam de US\$70 a US\$90 dólares por uma passagem somente de ida, sendo esse valor complementado por um subsídio de mais de US\$4 mil dólares. Em 2010, somente 227 passageiros voaram a partir de Ely, a um custo de quase US\$2 milhões em subsídios.

O programa americano de subsídios é um exemplo de como a falta de critérios para concessão das subvenções, de um limite orçamentário para o programa e de um prazo de duração bem definido levam a distorção de uma iniciativa inicialmente meritória, comprometendo um grande volume de recursos públicos em projetos de valor social questionável. Como naquele país o subsídio é pago por voo, muitas vezes as empresas realizam determinado trecho sem nenhum passageiro a bordo, de forma a garantir o recebimento do subsídio.

De forma a evitar a repetição desses equívocos no programa brasileiro, sugerimos uma série de alterações no inciso III do art. 4º. Em primeiro lugar, define-se que o subsídio deverá ser pago “por passageiro transportado em voos diretos nas rotas regionais”. Além disso, limita-se a subvenção até “metade dos assentos disponíveis na aeronave”. Com isso, busca-se limitar o alcance da subvenção, vinculando a sua concessão ao transporte efetivo do passageiro e garantindo que não sejam utilizados recursos públicos em vôos com poucos – ou nenhum – passageiros.

Recomendamos, ainda, a retirada da expressão “entre outros critérios, o tipo de aeronave”, em atenção à emenda nº 79, também do Senador Ricardo Ferraço. A expressão “entre outros critérios” confere amplitude excessiva ao comando legal, facultando ao regulamento do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional estabelecer quaisquer restrições à concessão das subvenções, ainda que não previstas expressamente em lei. Por motivo semelhante, sugerimos a retirada da expressão “e com base em condições e parâmetros estipulados pelo Poder Executivo” do §1º do art. 4º da Medida Provisória 652, de 2014.

Além disso, não nos parece razoável que se inclua o “tipo de aeronave” como um dos critérios seletivos às rotas regionais que poderão receber o subsídio. Deve-se notar que, na maioria das vezes, as empresas aéreas especializam-se em um tipo – ou em uma marca – de aeronave. A título de exemplo, a Gol Linhas Aéreas tem sua frota composta por Boeings 737-700 e 737-800, a Tam Linhas Aéreas atua majoritariamente com aeronaves Airbus e a Azul Linhas Aéreas com aeronaves Embraer e ATRs. Logo, permitir que o Poder Público restrinja o tipo de aeronave autorizada a receber a subvenção econômica significa facultar-lhe o poder de escolher a(s) empresa(s) que receberá(ão) os subsídios. Trata-se de uma clara afronta aos princípios constitucionais da impessoalidade e da livre iniciativa. Em última instância, o importante é que os voos sejam realizados e que localidades remotas sejam integradas à rede aeroportuária nacional. Pouco importa se a empresa irá realizar o serviço com a aeronave A ou B.

Recomendamos, ainda, a alteração da redação do § 6º do art. 4º, além da inserção de dois parágrafos adicionais. A primeira mudança visa a reforçar a necessidade de que as empresas que recebam subvenções no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional estejam em situação regular no tocante às suas obrigações com o Poder Público. Assim, além da regularidade fiscal originalmente exigida no § 6º, acrescentou-se a exigência de comprovação de regularidade no pagamento de tarifas aeroportuárias e de navegação aérea previstas nos arts. 3º e 8º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e do Adicional de Tarifa Aeroportuária de que trata a Lei nº 7.920, de 7 de dezembro de 1989.

O § 7º visa reforçar o conteúdo do inciso IV do art. 3º, impedindo que o Poder Público opte pela empresa A ou B para o recebimento do subsídio em determinada rota e assegurando, assim, o respeito aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se evita o surgimento de monopólios artificiais em rotas regionais, restringe-se a capacidade do Poder Público de conferir tratamento preferencial a determinada empresa.

Já o § 8º determina que sejam priorizadas, na concessão de subvenções, a exploração de rotas na região da Amazônia Legal, que se trata, justamente, da região com menor densidade de tráfego aéreo do País. Com isso, busca-se reforçar o disposto no inciso I do art. 3º.

Incluiu-se, ainda, o inciso V no art. 5º (originalmente, art.6º), que determina que, na regulamentação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, seja prevista a periodicidade do pagamento das subvenções às empresas aéreas. Com isso, busca-se garantir um fluxo financeiro regular às empresas, conferindo maior previsibilidade ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional e aumentando os incentivos à adesão ao programa. Além disso, em atendimento à Emenda nº 77, do Senador Ricardo Ferraço, acrescentamos

o parágrafo único ao artigo, com vistas a garantir que a regulamentação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional observe os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência no mercado brasileiro de transporte aéreo regional.

Nota-se, ademais, no texto originalmente proposto, a ausência de previsões legais que confirmem transparência ao programa, obrigando o Poder Executivo a prestar contas à sociedade no tocante aos recursos empregados e aos resultados alcançados. Nesse sentido, acreditamos ser de fundamental importância a inserção no diploma legal do art. 7º proposto, que obriga a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República a divulgar relatório anual com informações sobre a execução do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

A Medida Provisória nº 652, de 2014, é também silente com relação à vigência do programa. A opção adotada é, novamente, conferir ao Poder Executivo a competência para estipular o prazo de duração do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (originalmente art. 6º, inciso IV).

Assim como no caso da definição do serviço a ser subvencionado, acreditamos ser fundamental a determinação da vigência do programa na própria lei. Essa determinação é essencial tanto sob o ponto de vista do Poder Público, que somente assim poderá estimar com maior precisão o custo do programa para a sociedade, quanto sob o ponto de vista do setor privado, que dessa forma poderá efetuar seu planejamento de curto e médio prazo com maior previsibilidade.

Dessa maneira, nossa sugestão é que a lei fixe o prazo de vigência do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional em cinco anos, facultada uma única renovação por igual período. Acreditamos que esse prazo seja suficiente para permitir uma avaliação do programa por diversos setores da sociedade representados no Congresso Nacional. Além disso, nos parece um prazo suficiente para que as empresas amortizem o investimento que eventualmente venham a fazer para atender novas rotas regionais no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Nesse sentido, acrescentamos ao texto da lei o art. 8º em substituição ao inciso IV do art. 5º, originalmente inciso IV do art. 6º. Atende-se assim às emendas nº 29, do Senador Walter Pinheiro, nº 41, do Deputado Carlos Zaratino, nº 58, da Senadora Ana Amélia, e nº 81, do Senador Ricardo Ferraço.

Sugerimos ainda, em atendimento às emendas nº 28, do Senador Walter Pinheiro, e nº 60, da Senadora Ana Amélia, a inclusão do § 9º, que prevê que as subvenções econômicas do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional não sejam computadas para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, da contribuição para o Pis/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta. De fato, não nos parece razoável que o montante do subsídio efetivamente concedido pelo Poder Público às empresas aéreas seja significativamente reduzido pela cobrança de carga tributária sobre esses recursos.

Por fim, propomos a inclusão do art. 10, que faculta à autoridade de aviação civil a edição de regulamento específico para a região da Amazônia Legal, adequando suas operações às condições locais, com vistas a promover o fomento regional, a integração social, o atendimento de comunidades isoladas, o acesso à saúde e o apoio a operações de segurança. Tal medida nos parece fundamental ao sucesso do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, uma vez que um dos principais problemas, a expansão do transporte aéreo na Amazônia Legal, esteja relacionado justamente à infraestrutura aeroportuária. Ao permitir a edição de regulamento específico para a região, que respeite características e peculiaridades regionais, corrige-se um problema que há muito permeia a legislação do setor de aviação civil brasileiro, qual seja, exigir de operadores aeroportuários situados em localidades menos favorecidas social, geográfica e economicamente os mesmos requisitos técnicos de aeroportos localizados em regiões mais desenvolvidas do País. Desde que respeitadas as exigências de segurança dos passageiros e tripulantes, a edição de regulamentação específica para a Amazônia Legal constitui condição essencial para o desenvolvimento do transporte aéreo na região.

Com o intuito de aperfeiçoar a proposta, oferecemos um substitutivo ao texto original que inclui todas as mudanças sugeridas neste parecer.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela admissibilidade e pela adequação econômico-financeira da Medida Provisória nº 652, de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação, acatadas, total ou parcialmente, as emendas nºs 3, 21, 22, 28, 29, 30, 34, 41, 58, 60, 75, 76, 77, 79, 80, com as alterações redacionais necessárias, e rejeitadas as demais, na forma do seguinte projeto de lei de conversão:

Projeto de Lei de Conversão.

Cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Sr. Relator, caso V. Exª queira abrir mão da leitura, considerando que já foi distribuído, claro, dependendo da sua posição... V. Exª poderia abrir mão da leitura, pois já foi distribuído esse PLV antes. Mas fica a seu critério.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – A leitura do texto do projeto facilita o entendimento da leitura do parecer. O parecer pontua especificamente cada ponto da medida provisória, os que foram modificados ou não. Essas modificações e alterações virão agora no texto substitutivo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – De acordo, Sr. Relator. É apenas uma sugestão, mas V. Ex^a pode começar a leitura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – O Projeto de Lei de Conversão cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR, conforme o disposto nesta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – aeroporto regional – aeroporto de pequeno ou médio porte, com movimentação anual inferior a 600 mil passageiros; e

II – rotas regionais – voos que tenham como origem ou destino aeroporto regional.

Parágrafo único. Na região da Amazônia Legal, o limite de que trata o inciso I será ampliado para 800 mil passageiros por ano.

Art. 3º O Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional tem como objetivos:

I – aumentar o acesso da população brasileira ao sistema aéreo de transporte, com prioridade aos residentes nas regiões menos desenvolvidas do País, considerando tanto o aumento do número de municípios e rotas atendidos por transporte aéreo regular como o número de frequências das rotas regionais operadas regularmente;

II – integrar comunidades isoladas à rede nacional de aviação civil, no intuito de facilitar a mobilidade de seus cidadãos; e

III – facilitar o acesso a regiões com potencial turístico, observado o disposto no inciso I.

Art. 4º Fica a União, autorizada a conceder subvenção econômica, limitada à utilização de até 20% dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil, respeitado o repasse mínimo de 50% de recursos a novas rotas, a ser destinado diretamente às empresas aéreas regularmente inscritas no Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, para:

I – pagamento dos custos relativos às tarifas aeroportuárias e de navegação aérea previstas nos arts. 3º e 8º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, para os aeroportos regionais de que trata o inciso I do *caput* do art. 2º;

II – pagamento dos custos correspondentes ao Adicional de Tarifa Aeroportuária de que trata a Lei nº 7.920, de 7 de dezembro de 1989; e

III – pagamento por passageiro transportado em voos diretos nas rotas regionais de que trata o inciso II do *caput* do art. 2º, em função do aeroporto atendido e dos quilômetros voados, podendo ser subvencionado até metade dos assentos disponíveis por aeronave.

§1º As subvenções de que tratam os incisos I e II do *caput* serão concedidas somente para o pagamento dos custos relativos às tarifas devidas em decorrência da operação de voos regulares domésticos e de ligações aéreas sistemáticas em aeroportos regionais definidos nos termos do inciso I do *caput* do art. 2º.

§2º A subvenção econômica a que se referem os incisos I e II do *caput* não contemplará a Tarifa de Armazenagem e a Tarifa de Capatazia, previstas no art. 3º da Lei nº 6.009, de 1973.

§3º Para fins de aplicação do disposto no inciso II do *caput*, a sistemática de recolhimento do adicional sobre as tarifas aeroportuárias de que trata o art. 1º da Lei nº 7.920, de 1989, permanece inalterada, observado o disposto no art. 2º daquela lei.

§ 4º As subvenções de que trata o inciso III do *caput* serão concedidas somente para as empresas concessionárias de serviços aéreos regulares de transporte de passageiro e para as empresas que operam ligações aéreas sistemáticas.

§ 5º As empresas interessadas em aderir ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional deverão assinar contrato com a União, que conterá as cláusulas mínimas previstas no regulamento.

§ 6º Para a habilitação ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional será exigida dos interessados documentação relativa à regularidade jurídica e fiscal, bem como comprovação de regularidade no pagamento das tarifas aeroportuárias e de navegação aérea previstas nos arts. 3º e 8º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e do Adicional de Tarifa Aeroportuária de que trata a Lei nº 7.920, de 7 de dezembro de 1989.

§ 7º Todas as empresas interessadas em operar determinada rota regional que atendam aos requisitos legais e regulamentares para concessão de subvenção econômica deverão ser contempladas.

§ 8º A subvenção de rotas com origem ou destino na região da Amazônia Legal terá prioridade sobre aquelas das demais regiões.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, especialmente em relação:

- I – às condições gerais para concessão da subvenção;
- II – aos critérios de alocação dos recursos disponibilizados;
- III – às condições operacionais para pagamento e controle da subvenção econômica de que trata esta Lei;
- IV – aos critérios adicionais de priorização da concessão da subvenção econômica; e
- V – a periodicidade do pagamento às empresas aéreas.

Parágrafo único. Na regulamentação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, a União deverá observar a diretriz de preservar e estimular a livre concorrência entre companhias aéreas, fabricantes de aeronaves e fornecedores de equipamentos de aviação civil.

Art. 6º A gestão operacional dos recursos destinados à concessão da subvenção do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional de que trata esta Lei será executada pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

§ 1º A Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República poderá delegar à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) as atividades de fiscalização e apuração dos valores relativos à concessão da subvenção do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

§ 2º As empresas que se recusarem a prestar informações ou dificultarem a fiscalização do Poder Público poderão ter as subvenções de que trata esta Lei suspensas por tempo indeterminado, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação.

Art. 7º A Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República divulgará relatório anual sobre a execução do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, que conterá, entre outras informações:

- I – o movimento mensal de passageiros em cada aeroporto regional;
- II – o movimento mensal de passageiros transportados em cada rota regional;
- III – o resumo da frequência dos voos regionais;
- IV – os montantes de subvenção econômica, de forma individualizada, pagos a cada uma das empresas participantes do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional;
- V – o montante mensal por rubricas das receitas e despesas do Fundo Nacional de Aviação Civil.

§ 1º A determinação expressa no *caput* poderá ser atendida diretamente pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República ou por delegação à Agência Nacional de Aviação Civil.

§ 2º O relatório de que trata este artigo deverá ser disponibilizado em meio que seja facilmente acessível à sociedade.

Art. 8º O Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional terá duração de cinco anos, renováveis, uma única vez, por igual período.

Parágrafo único. A renovação de que trata o *caput* deverá ser embasada em relatório técnico que a justifique.

Art. 9º As subvenções econômicas de que trata o artigo 4º desta Lei não serão computadas para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, desde que tenham atendido aos requisitos estabelecidos na legislação regulamentadora específica e realizadas as contrapartidas assumidas pela empresa beneficiária.

Art. 10 A Lei nº 7.565, de 20 de dezembro de 1986, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 36.....

§ 1º A fim de assegurar uniformidade de tratamento em todo o Território Nacional, a construção, administração e exploração sujeitam-se às normas, instruções, coordenação e controle da autoridade aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 36-A.

36-A. A autoridade de aviação civil poderá expedir regulamento específico para aeródromos públicos situados na área da Amazônia Legal, adequando suas operações às condições locais, com vistas a promover o fomento regional, a integração social, o atendimento de comunidades isoladas, o acesso à saúde e o apoio a operações de segurança.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Muito bem, nobre Relator.

Lido o relatório, colocamos, portanto, em discussão a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Pois não, Senador. Só um minutinho.

Vista será concedida.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – As vistas são regimentais e nós estamos solicitando vista coletiva por acordo de Liderança, particularmente do PMDB da Câmara.

A segunda coisa, Sr. Presidente. Fizemos um diálogo com os Líderes e, se V. Ex^a concordar, juntamente com o nosso nobre Relator, nós voltaríamos no dia 11 de novembro, terça-feira, às 14h30, e nesse período nós teríamos os autores das emendas que pretenderem dialogar; o nosso nobre Relator sempre foi uma pessoa extremamente aberta.

Eu, em particular, tenho uma preocupação no art. 9º no que diz respeito às contribuições previdenciárias sobre a receita bruta. Se V. Ex^a concordar, nós queríamos inserir um parágrafo obrigando o Orçamento Fiscal da União a compensar ao Fundo Nacional de Previdência Social esse montante. É a mesma redação que nós temos aprovado em todas aquelas leis que alteraram a contribuição sobre a folha de pagamento para a contribuição sobre a receita líquida, e isso tem como finalidade preservar o fundo de pagamento das aposentadorias sobre o qual V. Ex^a tem feito um grande debate aqui na Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Acatadas, Sr. Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O único reparo nosso seria repetir aquele parágrafo que já tem autorização.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Deputado Otavio Leite...

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Eu. Permite?

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Pois não, Deputado.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Eu queria aproveitar a oportunidade já de trocar algumas ideias, de tecer alguns comentários sobre o parecer e formular duas ou três sugestões ao eminente Relator, com a atenta atenção dos eminentes Parlamentares que compõem esta Comissão. Não sem antes, também, me permitir fazer o registro da presença do ex-Deputado Federal Constituinte Márcio Braga, que também foi presidente daquele que cerca de 40% dos brasileiros intitulam como o clube mais querido do Brasil: o Clube de Regatas do Flamengo. É uma satisfação... Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Nós concordamos com V. Ex^a, Deputado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Lá, no Estado do Ceará, é o Ferroviário que tem essa preferência.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Muito bem.

Eminente Senador, eu queria trazer uma sugestão e ponderar a V. Ex^a que compreendesse e, se possível, acolhesse. Quando se propõe um plano para expandir a aviação, é evidente que todos estamos de acordo. O País tem dimensões continentais, tem uma vocação formidável para que as aeronaves cruzem mais os céus do Brasil, em benefício do nosso desenvolvimento econômico, da aproximação das culturas e dos brasileiros. Já foram mais de trezentos e poucos aeroportos funcionando, são cento e poucos.

Do diagnóstico que tivemos na Câmara dos Deputados, ainda ao tempo da CPI do apagão aéreo, já ficou revelado que muito era necessário se fazer na infraestrutura aeroportuária brasileira. Depois de tantas e tantas ladainhas e idas e vindas e dúvidas do Governo, houve por bem o Governo adotar medida de privatização, através da concessão de alguns aeroportos.

Bem-vinda a social democracia! É um registro que precisa ser considerado. O PT, finalmente, compreendeu que não fazia nenhum sentido seguir aquela gestão ineficiente em aeroportos e que o aporte de recursos públicos ali poderia, muitas vezes, ser substituído por recursos privados, obtendo os mesmos resultados de oferecer um serviço indispensável ao desenvolvimento do País.

Quando se fala de expansão da aviação regional, o projeto em si cogita oferecer um subsídio para estimular empresas a operarem novas rotas ou expandirem rotas atuais deficitárias. Mas o pouso e a decolagem, quero lembrar – como diz o poeta, é sempre bom lembrar que um copo vazio está cheio de ar –, dependem dos aeroportos. Então, é absolutamente adequado que os sítios aeroportuários sejam considerados dentro desse programa.

Eu apresentei uma emenda com o seguinte objetivo: que, ao tempo das intenções do programa, também se considerasse a possibilidade de a União já, eventualmente, dependendo de cada um dos projetos etc., poder ceder áreas disponíveis em sítios aeroportuários que existem para atividades econômicas compatíveis

com aquela atividade, ou seja, não interfiram na operação aeroportuária ou na terminal de aproximação das aeronaves, ou coisa do gênero.

Chamar também os Municípios a essa possibilidade é algo que faz parte do planejamento urbano de qualquer cidade que tenha, por exemplo, potencial turístico. Onde houver a possibilidade de uma nova rota, por que não se pensar naquele sítio aeroportuário em um terreno disponível y que possa existir, se estimular a fazer um centro de convenções pequeno? Ou uma indústria pequena qualquer de uma vocação econômica da área, que ali tenha a disponibilidade, inclusive, de fazer com que a sua produção possa ser comercializada, possa ser encaminhada para outros potenciais de mercado etc.?

Então coloquei, a título de contribuição, uma emenda – existem lá a Emendas 44, a Emenda 47 – com esse objetivo, dizendo que poderiam os Municípios e Estados participarem mais dessas possibilidades e os sítios aeroportuários poderem ser potencializados dentro da ideia de fortalecer a economia local, o que vai, talvez, até baratear ou incrementar a implantação de novas rotas. E por que não as empresas aéreas poderem também participar de concorrências, ou de PPPs, para que sítios aeroportuários sejam expandidos, desde que pratiquem para as suas aeronaves os mesmos valores de tarifas que se praticam para outros, enfim, dentro da isonomia? Queria apenas que V. Ex^a considerasse essa proposta.

Fala-se do Fundo de Aviação Civil. Acabei de receber aqui a fonte de recurso. Qual é o valor, hoje, do Fundo de Aviação Civil? Destinados estão 3,436 bilhões. Quanto já executou? 1,300 bilhão. Quer dizer, certamente não se executará mais. São previstos 4 bilhões para o ano que vem. Enfim, é recurso. Mas, talvez, a nossa potencialidade seja muito maior do que esses recursos possam oferecer de retaguarda, de apoio. Por que não fazer da oportunidade de sítios aeroportuários mais dinâmicos, mais rentáveis, economicamente mais pujantes, também um viés, um integrante de um plano de desenvolvimento da aviação regional.

Então, é essa a ponderação.

São duas emendas, a Emenda nº 44 e a Emenda nº 47.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Só para efeito de registro, nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, foi concedida vista coletiva da matéria, instada pelo Senador Ricardo Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – ... e pelo Senador Pimentel, mas o Senador Ricardo Ferraço pediu aí a oportunidade de se manifestar, e estou concedendo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, a vista coletiva já foi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Das emendas do Deputado Otávio Leite.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... já foi concedida, e eu não vou emitir valor de juízo em relação ao relatório que o Senador Flexa apresenta; não vou ler esse relatório, ele acaba de ser apresentado, para emitir um juízo de valor. Mas tenho uma preocupação, Sr. Presidente. Nós tínhamos, em princípio, acertado que nós leríamos o relatório hoje e, de hoje para amanhã, nós estudaríamos o relatório e, amanhã, nós faríamos o enfrentamento e poderíamos estar votando esse relatório nesta Comissão. Por quê? Porque nós estamos correndo contra o tempo. Nós estamos trabalhando firmemente – quero deixar consignado isso, sob protesto –, estamos trabalhando firmemente para que esta medida provisória da maior relevância para o transporte regional no nosso País – o transporte aéreo já é o principal meio da mobilidade dos brasileiros, já é um mercado para mais de 100 milhões de brasileiros, e nós estamos na contramão do tempo –, nós estamos trabalhando firmemente para que esta medida provisória possa caducar. Eu não colaboro com isso. Eu não colaboro com isso, e é fundamental que nós tenhamos atenção para o prazo. Nós temos uma resolução que define, que determina os prazos em que qualquer medida provisória deva tramitar, e nós estamos, assim, no limite da responsabilidade com relação a esses prazos.

Digo isso, aqui, para o Líder do Governo, o Senador Pimentel, meu companheiro e meu amigo, para que a gente tenha essa visão muito clara.

Eu não sou parte desse acordo que foi feito para adiar essa votação para a semana que vem. Eu vim aqui para deliberar sobre esse relatório e vim aqui na expectativa de que, amanhã, nós pudéssemos votar. Não sei por que esse relatório está sendo postergado para terça-feira que vem, colocando em risco uma política pública da maior importância, inclusive com os ajustamentos e os aperfeiçoamentos que o Senador Flexa fez aqui, alvo, inclusive, de uma ampla audiência pública que fizemos aqui na tarde de ontem, com a presença de autoridades, especialistas, que conduziu aqui o Relatório do Senador Flexa.

Faço isso por desencargo de consciência, porque não quero ser responsabilizado por ter jogado no lixo uma proposta tão importante como essa para a aviação regional em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Senador, só para que fique consignado, tão logo fui escolhido do Presidente desta Comissão, tive o cuidado de ligar para o Relator Flexa Ribeiro, que estava lá nas suas bases também, e me coloquei à disposição, mesmo que fosse necessário o encontro aí entre o primeiro e o segundo turno, preocupado com o prazo. E o que nós combinamos nós temos cumprido aqui fielmente, o calendário que tem sido acertado aqui entre os Líderes. Quero lhe dizer que estarei amanhã o dia todo aqui, só viajo na sexta-feira. Por parte deste Presidente, nenhum problema.

Então, o que nós estamos aqui submetendo são aos acordos de Líderes, e acordo de Líder, aqui, nesta Casa, sempre funcionou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu só quero dizer que eu não fiz parte desse acordo. Eu não sou parte desse acordo, porque eu não quero ser responsabilizado pela consequência desse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Nobre Senador, se não tem o acordo, precisa ser, portanto, aqui registrado, porque aqui nós fomos comunicados de que haveria o acordo. Então, tem ou não tem. Então, vou devolver, antes de ouvir aqui o nobre Relator Flexa Ribeiro, ao nosso Líder, que foi quem nos comunicou de que havia o acordo, para que, depois, este Presidente não seja responsabilizado por caducar uma MP que é tão importante para todo o Brasil, inclusive para o meu Nordeste – estou aqui até um pouco enciumado pelas situações colocadas para a Amazônia Legal, porque acho que o Nordeste tinha que se enquadrar também nos mesmos critérios, mas não estamos criando nenhuma dificuldade, já que existem os acordos de Governo; para facilitar o andamento dessa MP, não estamos criando nenhum obstáculo.

Mas eu queria devolver, antes de ouvir aqui o nobre Relator, ao nosso Líder, que foi quem nos informou de que havia um acordo de Liderança.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero registrar o trabalho do nosso Relator em montar todo um calendário, e ele está sendo cumprido à risca.

E aquele plano de trabalho nosso, do nosso nobre Relator, aprovado por unanimidade, previa ouvir as várias entidades que dialogam diretamente com esse tema. Isso foi feito. Ele teve um prazo muito curto para concluir o seu relatório e está aqui, apresentando-o. Portanto, sobre a condução dos trabalhos por parte do Relator, do nosso Presidente e da nossa Mesa, esta Comissão não tem do que reparar.

Quero registrar também que por parte dos partidos da Oposição tem havido uma colaboração muito forte para que nós possamos fazer as adequações necessárias que estão nesse relatório. E isso é resultado também das audiências aqui realizadas. Portanto, quero registrar que por parte da Oposição nós temos tido uma colaboração muito forte nesta matéria, porque não se trata de matéria de governo. Aqui é uma matéria do Estado nacional, que interessa à integração regional, em que precisamos tratar os diferentes com algumas diferenças.

Nós, do Nordeste, como não temos estradas com água, ao contrário da região da Amazônia Legal, em que as estradas principais são o leito dos rios, e dadas as distâncias, nós precisamos ter um tratamento diferenciado para essa realidade. Nós, do Nordeste, é verdade, temos também necessidade de um tratamento diferenciado. E eu tenho uma leitura de que aqui acontecerá, com o porte dos aeroportos com o movimento de até 600 mil passagens/ano, dar conta da nossa demanda... E a grande rota aérea existente está nas regiões Sul e Sudeste, por motivos óbvios.

Portanto o que nós estamos fazendo é a aprovação de um projeto, de um processo, de um programa que não é o ideal, como cada um queria, a partir da sua ótica, mas o possível, com as limitações orçamentárias que nós temos e reservando recursos em valores e patamares para dar um salto de qualidade.

É evidente que esse é um programa vivo, que vai precisar de atualizações permanentes, prestações de contas... E quero louvar a iniciativa do Relator de exigir da Anac ou da entidade responsável que pelo menos uma vez por ano divulgue item por item, para que nós possamos fazer a sua avaliação, o seu ajuste. O nosso Senador Ricardo Ferraço é um estudioso profundo dessas questões e todos nós temos esse cuidado.

Quero adiantar também que nesta Casa, quando se trata de matérias do Congresso Nacional, ou seja, comissões mistas, Câmara e Senado, se não tivermos o cuidado de acordar procedimentos, mecanismos, nós vamos ter todas as medidas provisórias... Após a decisão do Supremo Tribunal Federal que implantou determinado rito, elas iriam para a caducidade.

Eu conduzo esse processo desde 2011. Todas as medidas provisórias que são editadas, eu as coordeno por definição da minha atividade de Líder do Governo no Congresso Nacional. E tenho tido o cuidado de construir entendimentos. Exatamente por isso, na Comissão, raramente uma medida provisória perde a sua validade, a não ser quando os líderes entendem que deve caminhar nesse sentido ou que o conteúdo da medida provisória já foi recepcionado numa anterior ou numa posterior, dependendo das negociações.

No caso concreto, nós temos uma divergência com a Liderança do PMDB da Câmara Federal. Nós tínhamos nos preparado para votar hoje. O Líder do PMDB da Câmara veio aqui...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Votar amanhã. Ler hoje e votar amanhã.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas o Líder veio aqui dizer: “Se não aceitarem, se deixarem para o dia 11, nós vamos articular, o PMDB e os partidos da Câmara a que eu tenho ascensão, para derrubar essa medida provisória”.

É por isso, nobre Senador Ricardo Ferraço, que este Líder teve a obrigação de aceitar essas condições. Seria interessante que V. Exª tratasse – não é seu dever – dentro do Partido, porque eu tive o cuidado de conversar com muitos do PMDB.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª me dê qualquer tarefa, menos essa. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É claro, porque eu tive o cuidado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Até como meu amigo, V. Exª há de me dar tarefas possíveis.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É claro. Eu tive o cuidado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Essa não é uma tarefa possível.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu tive o cuidado de hoje recorrer a vários Líderes dos vários partidos para nos ajudarem a superar essa questão do PMDB da Câmara Federal. Todos mediam, mas, infelizmente, a intransigência foi maior que nossa capacidade de argumentação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas V. Exª traz um depoimento importante, coloca luz, incorpora transparência e sinaliza responsabilidade. De quem será a responsabilidade se essa importante política pública não prosperar e não gerar as consequências pelas quais está planejada.

Fico feliz, passo a compreender a razão pela qual V. Exª propôs na próxima terça, mas nós temos prazos e esses prazos precisam ser obedecidos. Estamos trabalhando contra o inimigo tempo. Só para deixar claro que não fizemos parte dessa movimentação que V. Exª agora registra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quero registrar que todos os Senadores do PMDB do Senado entraram em campo para ajudar a superar isso.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Bom, feitos os esclarecimentos, nobre Senador, ficou muito claro, compreendemos a situação, agora devolvo aqui a palavra ao nosso nobre Relator, Senador Flexa Ribeiro, para que S. Exª possa se manifestar sobre as considerações levantadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Nós todos temos consciência do prazo que nos foi concedido para elaborar o relatório. Procuramos fazê-lo de tal forma que desse tempo suficiente para a medida provisória ir à Câmara Federal e retornar ao Senado Federal para ser aprovada, no máximo, até o dia 19 de novembro, sob pena de caducidade.

Acredito, como o Senador Ferraço, que essa medida provisória, o Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, é uma medida provisória das mais importantes, principalmente para as regiões menos desenvolvidas, onde o transporte aéreo – como na Amazônia – é rarefeito, quando muito utilizado entre as capitais e com alguns pousos intermediários, em qualquer Estado da Amazônia Legal.

Nós temos um valor para a subvenção. Por que optamos por 20%? Porque o Fundo Nacional de Aviação Civil tem como finalidade ser utilizado para a construção ou melhoramento dos aeródromos, que também são importantes de serem feitos em todo o Brasil e, em especial, nas regiões menos desenvolvidas.

Então, inicialmente, tínhamos estabelecido um montante de 15% do Fundo a ser utilizado para a subvenção. Aumentamos para 20% por termos tido conhecimento de que as rotas hoje já existentes teriam uma subvenção que chegaria a algo próximo dos 400 milhões. Então, nós ficaríamos com um valor muito reduzido para novas rotas, que eu acho que é o objetivo maior da medida. O objetivo maior é, sim, manter as que existem hoje, a frequência que existe hoje, mas, mais importante que isso é criar novas rotas e novas frequências, para aumentar a malha da aviação em todas as regiões.

Por isso também nós pensamos, por ocasião da elaboração do relatório, em retirar o subsídio das rotas já operadas. Mas isso seria apenas aquelas empresas que hoje estão fazendo essas rotas a não terem acesso ao subsídio.

Limitamos, então, que 50% do valor estabelecido para o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional sejam, obrigatoriamente, utilizados em novas rotas ou novas frequências.

Isso vai levar as empresas a que, depois de esgotados os 50% dos 800 e poucos milhões que ficarão previstos para o ano que vem... E aí, Senador Pimentel, na Lei Orçamentária há uma previsão de 500 milhões. Acho que nós deveríamos, na Comissão Mista de Orçamento, adequá-la ao valor estipulado na medida provisória, se transformada em lei, se for transformada em lei até o dia 19. Adequar, na Comissão Mista de Orçamento, esse valor.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Vamos, em seguida, nosso nobre Relator, encaminhar um ofício ao Presidente da CMO com essas preocupações.

Se V. Exª pudesse elaborar

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – De acordo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... nós subscreveríamos aqui, no dia 11, um ofício.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – De acordo, estou de pleno acordo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Ao Presidente da CMO sobre essa proposta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Não se acostume com eu concordar com todas as sugestões de V. Ex^a, que isso não sirva ... (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – ... de parâmetro para as próximas considerações de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quando nós estávamos aprovando o empreendedor individual, tinha uma exigência de que alguns usuários de cabeleireiro pudessem ter um desconto. Era outro ponto em comum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pelo menos ter direito a 50%, não é?

Quanto ao Presidente da Anac, que ontem esteve aqui na audiência, acho que foi o Ministro que falou que ele arrepiou os cabelos; teria 100% de desconto, mas acho que ele não usa esse serviço.

Como disse, essa foi a preocupação de fazer o uso que dê à sociedade o melhor retorno.

Quanto às emendas do Deputado Otavio Leite, nós conversamos ainda ontem à noite sobre elas.

A medida provisória tem... Nós procuramos, no relatório, focar exatamente nos objetivos da medida provisória, que são incrementar a aviação, apoiar o subsídio para incrementar a aviação regional.

Se nós abrirmos – como acredito que já se faz hoje – a utilização dos espaços próximos do campo onde está instalado o aeródromo para outra atividade empresarial, chamamento da atividade privada para esses espaços... Hoje, eu disse ao Deputado Otavio Leite que isso já ocorre. Inclusive, os grandes aeroportos, os de porte maior já se transformaram em verdadeiros *shopping centers*. Eles já não são somente acesso à saída ou chegada a um destino, eles já oferecem ao usuário do aeroporto uma infinidade de serviços. E até para sua concessão é importante a questão do valor das tarifas, porque senão elas subiriam demasiadamente se não houvesse uma outra de linha de acesso a faturamento.

Então, Deputado Otavio Leite, as suas emendas V. Ex^a apresentou. E quero lhe agradecer e a todos que apresentaram emendas, porque enriquecem o projeto. V. Ex^a apresentou cinco emendas e faz referência à Emenda 44 e à Emenda 47.

A Emenda 44 acrescenta três novos objetivos ao programa, com vistas à maior participação das administrações municipais na gestão aeroportuária, à captação de investimentos privados no setor aeroportuário e ao desenvolvimento econômico nos entornos dos aeroportos.

A meu juízo e ao da assessoria, tanto do Senado e da Secretaria de Aviação Civil quanto do Ministério do Planejamento e da Casa Civil, foge ao objetivo maior da Medida Provisória usar recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil para desenvolvimento econômico no entorno dos aeroportos.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Perdoe. Permita, eminente Senador, não propus isso. Propus que se aproveite oportunidade e se permita já, por meio de um comando legal, que a União possa, a depender de cada projeto, de cada aeródromo, de cada sítio aeroportuário, dispor de áreas que são lá oferecidas, muitas delas inertes, sem qualquer atividade, para um plano urbano de ocupação dessas áreas com atividades econômicas, desde que não incompatíveis com a operação aeroportuária.

Então, imagine uma cidade qualquer que tenha lá um aeroporto. Em geral, o aeroporto, muitas vezes, é da União, são áreas públicas da União, da Infraero etc. Se você já tem, num programa de desenvolvimento regional, uma autorização prévia para que a administração possa ceder, onerosamente, áreas disponíveis para atividades que se agreguem ou desenvolvam a economia local... Eu citei: um dos planos dos objetivos do art. 3º é fortalecer o potencial turístico. Se há uma área disponível y da Infraero, por que não, dentro da ótica de melhor gerir, por meio de uma gestão não pública, uma gestão não estatal, aquele aeroporto, por que não, também, ter a possibilidade de ceder o uso dessa área para uma atividade econômica? É um *mix*. Os Municípios todos pensam as suas atividades econômicas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Mas não há impedimento para isso.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Mas é que já dá uma autorização prévia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – O Poder Executivo já tem legislação que permite essa preocupação sua de cessão de áreas, que sejam de propriedades da União, para terceiros implantarem empreendimentos. Isso já é possível.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Isso há em outras legislações mais genéricas. Estamos falando de um programa específico. E sempre quando se esclarece melhor o objetivo, facilita a operação, evita questionamentos posteriores etc.

Então, se deixarmos de forma cogente, clara, que a União vai poder ceder parte de seu patrimônio em programas específicos, com PPPs, com Municípios participando, ajudando os Municípios a desenvolverem seus sítios aeroportuários com mais potencial econômico, se ganha uma dimensão, ali, de avanço de atividade econômica muito bom. Eu citei o caso de um centro de convenções, por exemplo. Nada obsta, mas se você quer desenvolver atividade aeroportuária, se você quer expandir as redes de circulação aérea no Brasil e há aeroportos completamente deficitários, vamos torná-los o mais viável possível.

O que estamos fazendo? Permitindo até subsidiar assento para que mais pessoas viajem, porque, no bojo dessa política, também não se pensa: como é esse aeródromo aqui? Há áreas disponíveis da União? Então, vamos chamar o Município? Vocês pensaram para quê? Há alguma atividade econômica que pode colocar uma pequena indústria, pode colocar um centro de convenções, o que quer que seja? Então, vamos fazer um *mix* e ali um *cluster* de perspectiva de desenvolvimento econômico.

É uma emenda inofensiva, apenas estabelece uma diretriz para que o programa possa ganhar mais musculatura, uma visão mais ampla, os Municípios participarem e por aí vai.

Queria que V. Ex^a ponderasse, pensasse um pouco mais sobre isso, quem sabe pudesse aproveitar essa proposta, não só na 44 como na 47, que são emendas muito claras nessa direção.

Essa que é a ideia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – A 47... O que V. Ex^a faculta ao Poder Executivo, de fazer concessão de aeródromos e aeroportos regionais, esse poder já é dado, já existe, não há necessidade de incluir na Medida Provisória porque o Poder Executivo já possui faculdade de conceder esses aeroportos regionais que estejam sob sua administração para terceiro, inclusive em parceria público-privada.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Ocorre que o Governo não faz.

Se você tem um programa do Governo, para o Governo utilizar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Se ele não faz agora, o nosso fará.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Está falando daqui a quatro anos. Esperar mais quatro anos para acontecer alguma coisa no nosso Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – O nosso fará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A vontade da população é que decide.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Mas, enfim, Senador, eu acho que não prejudica. É uma proposta, enfim, que vai compelir, que vai estimular as autoridades que cuidam da política de gestão aeroportuária a pensarem também que a dinamização econômica se faz com outros mecanismos, não apenas subsídio de uma cadeira aérea, que é importante nesse limite que estamos vivendo, que precisamos expandir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Eu louvo a preocupação do Deputado. Vamos reanalisar e na terça-feira nós voltaremos então para discutir o parecer como um todo.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Com tempo de os Parlamentares lerem com atenção e sugerirem, como o Senador Pimentel já fez em dois objetos.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Se o PMDB da Câmara deixar. Vamos ser otimistas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, estou preocupado porque acho que nós estamos perdendo a fala do Presidente Aécio, que deve estar na tribuna do Senado. Era previsto para 15:30.

Mas hoje eu quero convidar o Senador Pimentel para ir assistir à sessão, lá.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas, nobre Relator, hoje, com as novas tecnologias, a gente pode assistir ao discurso em um outro momento, com o mesmo conteúdo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Mas ao vivo é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Eu quero só louvar aqui o Relatório, mais uma vez, do nobre Relator Flexa Ribeiro, a boa convivência, e observar que quando a Oposição e a Situação se unem em torno de um objetivo, anda mais rápido. Não é, Pimentel?

Então, nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 11 de novembro, terça-feira, às 14h30, neste mesmo plenário.

Está suspensa a Reunião até o próximo dia 11.

(Iniciada às 12 horas do dia 5 de novembro de 2014, a reunião é suspensa às 12 horas e 3 minutos, reaberta às 15 horas e 4 minutos e suspensa às 16 horas e 37 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Declaro reaberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 652, de 2014.

A Presidência comunica que, no dia 5 de novembro, o Relator, Senador Flexa Ribeiro, procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Flexa Ribeiro, para as suas considerações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Deputado Assis Carvalho, Sras e Srs. Senadores, Sras e Srs. Deputados, fiz, na última reunião, na 4ª feira passada, a leitura do parecer, e foi concedida vista coletiva.

Durante esse intervalo de tempo, fizemos algumas alterações, que vou colocar como errata. Vou ler o projeto como ficou.

PARECER SOBRE MEDIDA PROVISÓRIA Nº 652, DE 2014

ERRATA

Com relação à primeira versão de relatório, lida e distribuída, no início da reunião da Comissão Mista, em 06 de novembro de 2014, são necessárias algumas alterações ao texto do Projeto de Lei de Conversão que propusemos naquela oportunidade.

Tais alterações decorrem de um intenso trabalho que tivemos ao longo dos últimos dias, em que buscamos ouvir as preocupações e ponderações de nossos nobres Colegas e de representantes do setor privado.

Foram realizadas diversas reuniões, e o nosso entendimento sobre o assunto foi evoluindo no decorrer desse processo, de forma a, principalmente, buscar maior consenso entre os Parlamentares e aperfeiçoar uma sintonia fina contra a livre concorrência e a necessária ponderação a respeito do tamanho das aeronaves que melhor atendam à demanda por voos regionais.

Assim, a primeira mudança que tem natureza mais técnica e redacional diz respeito à necessidade de se definir melhor o que é a movimentação anual de passageiros nos aeroportos. A mudança que estamos propondo inclui a expressão “passageiros embarcados e desembarcados”, no inciso I do art. 2º.

Em segundo lugar, no *caput* do art. 4º, é necessário utilizar aumentar o teto da utilização do Fundo Nacional de Aviação Civil, para subvenções do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, de forma a dar mais flexibilidade para o Poder Executivo utilizar um volume maior de recursos no Programa, caso seja essa a necessidade.

Assim, em vez de um limite de 20%, estamos propondo 30%. Esse limite é necessário ainda pela supressão das isenções que havíamos proposto no art. 9º. No parecer anterior, o valor recebido pelas empresas como subsídio não era tributável e, agora, passou a sofrer tributação. Aí, tivemos de aumentar o valor para subvenção.

No mesmo dispositivo, isto é, no *caput* do art. 4º, estamos propondo também a supressão da divisão entre rotas novas e rotas existentes, uma vez que, como as malhas aéreas são muito dinâmicas, tal divisão no texto da lei poderia gerar muitas dúvidas em sua aplicação.

No inciso III do art. 4º, serão necessárias algumas mudanças, a saber: o restabelecimento da expressão “entre outros critérios”, para permitir que o regulamento possa abarcar novas variáveis acerca de como deverá ser calculada a subvenção por passageiro.

A inclusão do consumo de combustível como critério para o cálculo dessa subvenção, de forma a não penalizar aeronaves regionais que têm consumo maior por passageiro.

O estabelecimento de um limite de 60 passageiros a ser supervisionado por voo, em atendimento às Emendas nº 30, do Senador Walter Pinheiro, e nº 76, do Senador Ricardo Ferraço, de forma a também evitar uma preferência involuntária por aeronaves maiores em detrimento das aeronaves menores que apresentam maior vocação para voos regionais.

E, por fim, dentro da Amazônia Legal, a supressão do limite de subvenção de apenas metade dos assentos disponíveis, de forma a permitir que aeronaves bem menores possam ser economicamente viáveis, a fim de atender regiões com baixa demanda mas de grande relevo social exatamente por serem mais afastadas.

Suprimimos inteiramente o art. 9º, que visava a isentar os recursos recebidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional da cobrança de alguns tributos e contribuições, uma vez que há a preocupação de que essa proposta conflite com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa supressão acabou nos obrigando, portanto, a renumerar os dispositivos restantes.

Por fim, destacamos a necessidade de alteração da regulamentação que limita a participação do capital estrangeiro em empresas aéreas. Tal restrição cria grandes dificuldades tanto para a capitalização de empresas nacionais quanto para a entrada de novos competidores no mercado.

A experiência brasileira mostra que o melhor estímulo que a aviação regional pode receber é justamente a entrada de novas empresas no mercado. Com isso amplia-se a competição entre empresas no setor trazendo inúmeros benefícios sociais: desconcentração do mercado doméstico, aumento do número de localidades atendidas e de rotas operadas, redução das tarifas, melhoria na qualidade dos serviços, diminuição do custo regulatório, diversificação de serviços e produtos, etc. Além disso, facilita-se a capitalização de empresas nacionais em dificuldades financeiras, protegendo o emprego dos seus respectivos trabalhadores.

Cumpre destacar que a liberdade de investimento estrangeiro não deve ser confundida com a abertura total do mercado brasileiro de aviação civil. Em outras palavras, não é uma permissão para que empresas estrangeiras realizem operações de cabotagem em nosso País. Assim, o que se busca incentivar é o investimento externo direto, ou seja, que empresas venham a se instalar no Brasil recolhendo tributos e gerando empregos, submetidas integralmente à legislação nacional.

Tem-se, nesse caso, uma medida que impactaria diretamente no desenvolvimento da aviação regional do País, podendo atrair até mesmo empresas especializadas nesse mercado e que não envolveria nenhum gasto adicional de recursos públicos.

É importante notar que o próprio Ministro Moreira Franco, da Secretaria de Aviação Civil, já destacou, em diversas oportunidades, a necessidade da mudança que aqui propomos, sendo tema inclusive de uma de suas intervenções na audiência pública para discussão da Medida Provisória nº 652, realizada na semana passada.

Temos ainda duas emendas que faremos incluir no relatório como artigos 11 e 12, renumerando os artigos que estão nessa errata.

Projeto de Lei de Conversão.

Cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional e dá outras Providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), conforme o disposto nesta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – aeroporto regional – aeroporto de pequeno ou médio porte com movimentação anual, passageiros embarcados e desembarcados, inferior a 600 mil passageiros; e

II – rotas regionais – voos que tenham como origem ou destino aeroporto regional.

Parágrafo Único. Na região da Amazônia Legal, o limite de que trata o inciso I será ampliado para 800 mil passageiros por ano.

Art. 3º O PDAR tem como objetivos:

I – aumentar o acesso da população brasileira ao sistema aéreo de transporte, com prioridade aos residentes nas regiões menos desenvolvidas do País, considerando tanto o aumento do número de Municípios e rotas atendidos por transporte aéreo regular, como o número de frequências das rotas regionais operadas regularmente;

II – integrar comunidades isoladas à rede nacional de aviação civil, no intuito de facilitar a mobilidade de seus cidadãos; e

III – facilitar o acesso a regiões com potencial turístico, observado o disposto no inciso I.

Art. 4º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, limitada à utilização de até 30% dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil, a ser destinada diretamente às empresas aéreas regularmente inscritas no PDAR, para:

I – pagamento dos custos relativos às tarifas aeroportuárias e de navegação aérea previstas nos arts. 3º e 8º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, para os aeroportos regionais de que trata o inciso I do *caput* do art. 2º;

II – pagamento dos custos correspondentes ao Adicional de Tarifa Aeroportuária de que trata a Lei nº 7.920, de 7 de dezembro de 1989; e

III – pagamento de parte dos custos de até 60 passageiros transportados em voos diretos nas rotas regionais de que trata o inciso II do *caput* do art. 2º, em função, entre outros critérios, do aeroporto atendido, dos quilômetros voados e do consumo de combustível, podendo ser subvencionados até 50% dos assentos disponíveis por aeronave, exceto dentro da Amazônia Legal, onde o limite de 50% não se aplica.

§1º As subvenções de que tratam os incisos I e II do *caput* serão concedidas somente para o pagamento dos custos relativos às tarifas devidas em decorrência da operação de voos regulares domésticos e de ligações aéreas sistemáticas em aeroportos regionais definidos nos termos do inciso I do *caput* do art. 2º.

§2º A subvenção econômica a que se referem os incisos I e II do *caput* não contemplará a Tarifa de Armazenagem e a Tarifa de Capatazia, previstas no art. 3º da Lei nº 6.009, de 1973.

§3º Para fins de aplicação do disposto no inciso II do *caput*, a sistemática de recolhimento do adicional sobre as tarifas aeroportuárias de que trata o art. 1º da Lei nº 7.920, de 1989, permanece inalterada, observado o disposto no art. 2º daquela Lei.

§4º As subvenções de que trata o inciso III do *caput* serão concedidas somente para as empresas concessionárias de serviços aéreos regulares de transporte de passageiro e para as empresas que operam ligações aéreas sistemáticas.

§5º As empresas interessadas em aderir ao PDAR deverão assinar contrato com a União, que conterà as cláusulas mínimas previstas no regulamento.

§6º Para a habilitação ao PDAR, será exigida dos interessados documentação relativa à regularidade jurídica e fiscal, bem como comprovação de regularidade no pagamento das tarifas aeroportuárias e de navegação aérea previstas nos arts. 3º e 8º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e do Adicional de Tarifa Aeroportuária de que trata a Lei nº 7.920, de 7 de dezembro de 1989.

§7º Todas as empresas interessadas em operar determinada rota regional que atendam aos requisitos legais e regulamentares para concessão de subvenção econômica deverão ser contempladas.

§8º A subvenção de rotas com origem ou destino na região da Amazônia Legal terá prioridade sobre aquelas das demais regiões.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação do PDAR, especialmente em relação:

I – às condições gerais para concessão da subvenção;

II – aos critérios de alocação dos recursos disponibilizados;

III – às condições operacionais para pagamento e controle da subvenção econômica de que trata esta Lei;

IV – aos critérios adicionais de priorização da concessão da subvenção econômica; e

V – a periodicidade do pagamento às empresas aéreas.

Parágrafo único. Na regulamentação do PDAR, a União deverá observar a diretriz de preservar e estimular a livre concorrência entre companhias aéreas, fabricantes de aeronaves e fornecedores de equipamentos de aviação civil.

Art. 6º A gestão operacional dos recursos destinados à concessão da subvenção do PDAR de que trata esta Lei será executada pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

§ 1º A Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República poderá delegar à Agência Nacional de Aviação Civil as atividades de fiscalização e apuração dos valores relativos à concessão da subvenção do PDAR.

§ 2º As empresas que se recusarem a prestar informações ou dificultarem a fiscalização do Poder Público poderão ter as subvenções de que trata esta Lei suspensas por tempo indeterminado, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação.

Art. 7º A Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República divulgará relatório anual sobre a execução do PDAR, que conterà, entre outras informações:

I – o movimento mensal de passageiros em cada aeroporto regional;

II – o movimento mensal de passageiros transportados em cada rota regional;

III – o resumo da frequência dos voos regionais;

IV – os montantes de subvenção econômica, de forma individualizada, pagos a cada uma das empresas participantes do PDAR;

V – o montante mensal por rubricas das receitas e despesas do Fundo Nacional de Aviação Civil.

§ 1º A determinação expressa no *caput* poderá ser atendida diretamente pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República ou por delegação à Agência Nacional de Aviação Civil.

§ 2º O relatório de que trata este artigo deverá ser disponibilizado em meio que seja facilmente acessível à sociedade.

Art. 8º O PDAR terá duração de cinco anos, renováveis, uma única vez, por igual período.

Parágrafo único. A renovação de que trata o *caput* deverá ser embasada em relatório técnico que a justifique.

Art. 9º A Lei nº 7.565, de 20 de dezembro de 1986, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 36.

§ 1º A fim de assegurar uniformidade de tratamento em todo o Território Nacional, a construção, administração e exploração, sujeitam-se às normas, instruções, coordenação e controle da autoridade aeronáutica, ressalvado o disposto no Art. 36-A.

..... (NR)

Art. 36-A. A autoridade de aviação civil poderá expedir regulamento específico para aeródromos públicos situados na área da Amazônia Legal, adequando suas operações às condições locais, com vistas a promover o fomento regional, a integração social, o atendimento de comunidades isoladas, o acesso à saúde e o apoio a operações de segurança.”

Art. 10. Ficam revogados o inciso II, e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do art. 181 da Lei nº 7.565, de 20 de dezembro de 1986.

Art. 11. A Lei nº 7.565, de 20 de dezembro de 1986, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29. Os aeródromos civis são classificados em públicos e privados:

I – públicos, destinados ao uso público, podendo ser explorados comercialmente conforme o disposto no art. 39;

II – privados, destinados exclusivamente ao uso particular do seu proprietário, vedada a exploração comercial, conforme o disposto no § 2º do art. 30.

.....
Art. 31

II – helipontos, os aeródromos destinados exclusivamente a helicópteros, aplicando-se a vedação do § 2º do art. 30, inclusive no que se refere à prestação comercial de serviços de manutenção, conservação, conserto e reforma de helicópteros.

Art.36

.....
§ 6º. O particular interessado no regime de autorização para construir, manter e explorar aeródromos públicos deve apresentar título de propriedade, inscrição de ocupação, certidão de aforamento, cessão de direito real ou outro instrumento jurídico que assegure o direito de uso e fruição do respectivo terreno, além de outros documentos que a Administração Pública poderá exigir quando da análise do requerimento de autorização.

§ 7º. A autorização para aeródromo civil público em que haja exploração de transporte aéreo regular poderá ser precedida de chamada pública, a critério da Secretaria de Aviação Civil e conforme disciplinado pela Anac, observadas as seguintes diretrizes:

I – a chamada pública, com prazo de trinta dias, terá por finalidade identificar outros interessados em autorização de aeródromos públicos que pretendam explorar transporte aéreo regular na mesma região do requerente;

II – somente poderão participar da chamada pública os projetos que tenham obtido parecer favorável do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica sobre a sua viabilidade; e
III – encerrada a chamada pública, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e a Anac terão sessenta dias para decidir sobre o processo.

§ 8º A autorização para aeródromo civil público em que haja exploração de transporte aéreo regular deverá respeitar condições que não minimizem as assimetrias regulatórias existentes entre as modalidades de exploração de infraestrutura aeroportuária previstas na legislação.

§ 9º A homologação para a abertura ao tráfego, de que trata o art. 30, § 1º, da Lei nº 7.565, de 1986, deverá ser obtida pelo requerente da autorização junto à ANAC no prazo estabelecido no termo de autorização.

.....
Art. 37.

§ 1º. As facilidades colocadas à disposição das aeronaves, dos passageiros ou da carga, e o custo operacional do aeroporto serão cobrados mediante:

I – tarifas, fixadas em tabelas aprovadas pela autoridade aeronáutica, quando o serviço for explorado pela Administração Pública, Direta ou Indireta, ou por particulares, sob o regime de concessão, permissão ou autorização.

II – preços de mercado, fixados livremente, quando o serviço for explorado por particulares, sob o regime jurídico de autorização, no caso de aeroporto civil público, construído a partir de projetos greenfield.

§ 2º. Em relação ao inciso II os autorizatários terão liberdade para estabelecer os preços para os serviços prestados nos aeródromos civis públicos, cabendo à Anac reprimir toda prática prejudicial à concorrência e o abuso de poder econômico, nos termos da legislação própria, observadas as atribuições dos órgãos de defesa da concorrência.

§ 3º. Para fins exclusivamente de comparabilidade, será aplicada aos preços dos serviços, livremente estabelecidos, prestados pelos aeródromos civis públicos autorizados, a mesma estrutura de tarifas aeroportuárias, conforme o disposto na legislação e regulamentação federal em vigor, sem prejuízo da criação de novos serviços que não tenham a mesma correspondência à estrutura de tarifas regulamentadas pela Anac.

Art. 12. A Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 63 B. A partir da data da homologação de que trata o art. 30 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para fins de manutenção da outorga de aeroportos, de aeródromos civis públicos, cons-

truídos a partir de projetos greenfield, sob o regime de autorização, o autorizatário fica obrigado a recolher contrapartida anual à União, sendo que o seu valor:

I – constituirá receita ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), nos termos do inciso III, § 1º, art. 63, desta Lei.

II – será calculado mediante percentual de 50% incidente sobre o valor do adicional tarifário previsto no art. 1º, da Lei nº 7.920, de 1989, como devido fosse.

III – será recolhido na forma regulamentada pela Anac a partir do início do 8º (oitavo) ano da data de homologação para a abertura ao tráfego, de que trata o art. 30, §1º, da Lei nº 7.565, de 1986.

Art. 63-C. Os aeroportos civis públicos, construídos a partir da publicação desta Lei, com base em projetos Greenfield, explorados sob o regime jurídico de autorização, não estarão na sujeição passiva dos adicionais tarifários, previstos nos artigos 1º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, e 1º da Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999.

Parágrafo único. Considera-se projeto Greenfield o empreendimento concebido e executado onde não existe atualmente infraestrutura física para a finalidade de aeroporto.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Feita a leitura do relatório, colocamos em discussão a matéria. Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro pelo relatório.

Eu tinha apresentado quatro destaques, mas vou retirar todos eles, porque parte foi acolhido; e parte, não entendo mais necessário.

Então, retiro os destaques todos.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Agradecemos a intervenção do Deputado Eduardo Cunha. Passamos a palavra ao Senador Eduardo Braga para a discussão da matéria.

O SR. (Não Identificado) – Eu pedi a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Nós passamos ao Deputado, depois passamos ao Senador, e depois passo a V. Exª.

O SR. (Não Identificado) – É que eu queria fazer uma observação, não é ainda para discutir a matéria. Mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Pois não.

Por favor, faça uso da palavra. *(Pausa.)*

Bom, Senador Eduardo Braga, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Flexa Ribeiro, primeiro, gostaria de cumprimentar V. Exªs e, de uma forma muito especial, o Senador Flexa Ribeiro, pela habilidade e pela condução na construção deste relatório.

Efetivamente, o Brasil esperava, já há algum tempo, uma proposta que pudesse vir a atender a uma demanda mais do que econômica, social, da aviação regional.

Nós, que somos da Amazônia, sabemos a importância que a aviação regional tem para a integração econômica, social. Muitas vezes, a aviação, na Amazônia, é a diferença entre a vida e a morte. Os nossos brasileiros daquela região, há anos, vêm sendo penalizados com uma aviação cara, de baixa qualidade, com uma frequência escassa, que tem causado diversos transtornos para a nossa região.

Portanto, quero cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro, que teve essa capacidade de ouvir, debater e participar de amplas negociações, tanto com o Executivo, quanto com o setor privado, com os representantes de diversas regiões brasileiras e com as Srªs Senadores e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, desta Casa, na construção deste relatório.

Portanto, quero cumprimentar a V. Exªs.

Quero também destacar a sensibilidade da Presidenta Dilma e do Governo Federal ao propor essa medida provisória. Sem dúvida alguma, há muito se esperava por uma medida provisória que em socorro daqueles brasileiros mais isolados de uma aviação que, hoje, tem evoluído em algumas regiões do Brasil, mas que, por mais antagônico que possa parecer, em outras regiões, ela tem até mesmo involuído. Na Amazônia, essa tem sido, em alguns casos, a realidade.

Quero destacar a importância que foi dada aqui, Senador Flexa, porque V. Exª não só se preocupou com a aviação regional, de aviões de médio porte e de grande porte, mas V. Exª também deu atenção aos táxis aéreos, que, neste momento, na Amazônia Legal, têm substituído a aviação civil.

Portanto, quero aqui concordar com o relatório apresentado por V. Ex^a. Quero destacar que este é, sem dúvida alguma, um momento de esperança para milhares de brasileiros que vivem no interior do Brasil e que vivem no interior da Amazônia.

Quero também dizer da importância que temos ao aprovar isso na Comissão no dia de hoje. E creio que é importantíssimo o entendimento que se alcançou hoje, Senador Pimentel, na ampla reunião que tivemos sob a coordenação do Presidente Michel Temer. Ao fazermos a retirada dos destaques, ao acolhermos as Emendas 11 e 12, estamos viabilizando um grande entendimento para que isso possa tramitar com a aprovação na Comissão no dia de hoje, com a aprovação na Câmara dos Deputados – esperamos nós –, e que possa chegar ao Senado da República, para que possamos aprovar e encaminhar para a sanção da Senhora Presidenta Dilma antes do prazo de vigência da medida provisória.

Assim, vamos garantir novos direitos, novas ações. Ou seja, teremos passagens mais baratas, com melhor frequência, investimento em novos aeródromos, finalmente um novo tempo, uma nova era para a aviação regional na Amazônia brasileira.

Parabéns ao Senador Flexa Ribeiro. Parabéns ao nosso Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Repasso a palavra agora ao Deputado Jovair Arantes.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Presidente, Relator, eu queria fazer uma solicitação ao Relator: que ele mudasse o despacho que ele deu na emenda que nós fizemos, emenda modificativa. O senhor inadmitiu a emenda, e eu fico sem instrumento para destacá-la. Então, é uma das questões. Eu queria pedir que fosse feito... Só rejeitar a emenda é melhor que a inadmitir, porque a inadmissão teria que ser de um tema totalmente fora do contexto da medida provisória. Não é. É absolutamente dentro.

E eu queria defender essa mesma emenda, dizendo que nós estamos defendendo aqui a inclusão, porque ficaram no relatório apenas as empresas regulamentares de concessão que prestam serviço no Brasil. Os táxis aéreos ficaram fora. E nós estamos lutando para que se incluam os táxis aéreos.

Cada Estado brasileiro tem uma característica. Cada Região brasileira tem uma característica. Por exemplo, o Rio Araguaia é um centro turístico importante para Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins; na época da alta temporada do Rio Araguaia, os táxis aéreos poderiam fazer essas linhas regulares – e também fora do período –, integrando as regiões, levando medicamentos, médicos, enfim, levando as vantagens que o transporte aéreo traz às pessoas que precisam dele.

Segundo eu estava conversando com o Senador Pimentel, no seu relatório, seria acatada a questão dos táxis aéreos. Não foi. Ficou fora. E eu acho que nós temos que discutir essa questão, para sairmos daqui com um acordo, conforme foi discutido um pouco antes. Além de não estar dentro do seu relatório, ainda foi inadmitida, o que me impede totalmente de fazer qualquer outro tipo de ação.

Então, era essa a ponderação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Passo a palavra ao nosso Relator Flexa Ribeiro, para que possa se manifestar sobre o questionamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Deputado Jovair Arantes, primeiro, a emenda de V. Ex^a não está entre aquelas cuja admissibilidade foi considerada.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Ela foi inadmitida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Não. Ela não está na relação.

Segundo, há um entendimento de que táxi aéreo, desde que faça linha regular – não é um frete...

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Não é um frete. Desde que faça linha regular, com rota, horário definido, ele está incluído pela subvenção.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Não. Da forma como está – desculpe-me –, é para linhas regulares e empresas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Vamos ler.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Está fora. Táxi aéreo está fora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – O §1º do art. 4º:

.....
As subvenções de que tratam os incisos I e II do *caput* serão concedidas somente para o pagamento dos custos relativos às tarifas devidas em decorrência da operação de voos regulares domésticos e de ligações aéreas sistemáticas em aeroportos regionais definidos nos termos do inciso I do *caput* do art. 2º [...]

Aqui, enquadram-se os táxis aéreos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – E no §4º, Sr. Relator, também...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – “As subvenções de que trata o inciso III do *caput* serão concedidas somente para as empresas concessionárias de serviços aéreos regulares de transporte de passageiro e para as empresas que operam ligações aéreas sistemáticas” – táxi aéreo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – Táxi aéreo. Portanto, está atendido táxi aéreo.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Eu gostaria só que V. Exª, então, mudasse o despacho com relação ao meu destaque.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Qual é a emenda de V. Exª?

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – É a Emenda nº 54.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – A emenda foi rejeitada no mérito.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Ela está, segundo a assessoria, inadmitida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Não tratei da admissibilidade da emenda de V. Exª.

Rejeitadas as demais, nas que não consta a admissibilidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É importante esclarecer, Sr. Presidente, que as empresas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Deputado Jovair, primeiro, quanto à preocupação de V. Exª com a inclusão dos serviços de táxi aéreo, desde que sistemático, ou seja, regular, eles terão a subvenção. Não dá para dar a subvenção no frete.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Não, aí não. É evidente que não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – E, quanto à sua emenda, ela foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Satisfeito, Deputado Jovair? Tudo bem?

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Presidente, vou retirar o destaque feito aí.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Eu ia consultar e agradeço a compreensão de V. Exª.

Passamos a palavra agora ao nosso Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Sr. Presidente e eminente Relator, uma indagação para fins de esclarecimento.

À certa altura, na errata, V. Exª manifesta algo que, há muito, vem sendo advogado nas duas Casas que se constitui na possibilidade de mais parcerias e de mais flexibilidade nos céus do Brasil. À certa altura, V. Exª diz da necessidade de alteração da regulamentação que limita a participação de capital estrangeiro. Há alguns projetos a respeito disso tramitando na Câmara dos Deputados, inclusive alguns provenientes até do tempo da CPI do Apagão Aéreo, em que fizemos um profundo diagnóstico, seja da infraestrutura aeroportuária, seja do controle do espaço aéreo, já dando conta de que deveríamos flexibilizar, haja vista que o CBA (Código Brasileiro da Aeronáutica) é de 1986 e, então, a lei tem de se atualizar.

Todas as formulações de que tenho ciência preservaram um capital majoritário nacional. Hoje em dia, a lei fala apenas de 20% de capital externo na aviação. Pelo que estou depreendendo da errata aqui apresentada, parece-me que V. Exª estaria sugerindo a simples revogação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Pode ser 100%? Entra American Airlines amanhã, fazendo *dumping*? Entra a United Airlines, entra a Air France fazendo *dumping*? Como é que é? Eu queria entender um pouco mais sobre isso, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – A empresa tem de ser nacional, brasileira.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Constituir-se como empresa nacional.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Constituir como empresa nacional. O capital pode ser estrangeiro, mas a empresa está sujeita às regras da legislação brasileira.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Sim. Então, a empresa estrangeira... Eu queria entender um pouco mais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Perdoe-me, porque eu me lembrei dessa questão que me chamou muito atenção por esse fato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Sempre se advogou, por vários aspectos, a ideia de que tenhamos a possibilidade de parcerias de capital estrangeiro fomentando a aviação, por todas as razões que sabemos da importância, mas preservando uma titularidade de 51% de capital nacional.

V. Exª sugere que, ao revogar o Código Brasileiro Aeronáutico, não haja mais restrições, é isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – É isso que proponho à apreciação dos membros da Comissão Mista.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Então, a Air China pode entrar aqui e fazer uma franquia brasileira, trazer os aviões todos Air China para cá, fazer *dumping*? Se movimentar à vontade?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – O que vai produzir a diminuição do custo da passagem aérea é a livre concorrência.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Isso é verdade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Hoje nós estamos sujeitos a um duopólio. Então, nós, ao abrirmos o capital, esperamos que novas empresas brasileiras, com capital estrangeiro, como as montadoras... As montadoras são empresas brasileiras com capital estrangeiro. É a mesma prática. E que venham aqui se instalar e venham oferecer aos usuários brasileiros tarifas de menor preço, tudo aquilo que a Medida Provisória busca: menor preço, maior qualidade, maior número de rota, maior frequência.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Eu vou ter que estudar um pouquinho mais isso, com sinceridade. Sei da sua capacidade de formulação, sua seriedade. Inclusive, eu teria uma outra observação aqui. Realmente me chamou a atenção, nós estamos abrindo os céus do Brasil, é isso.

Não estamos abrindo os céus? Estamos exigindo que quem queira vir para cá constitua empresa nacional.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Não... permitindo que uma empresa americana... V. Exª citou a Air China, no caso uma empresa chinesa venha fazer voos domésticos no Brasil, não vai poder. A medida provisória não permite. O parecer não permite isso. Permite que se constitua uma empresa brasileira aqui, que se submeta às leis brasileiras, só que o capital pode ser estrangeiro. Pode ter um investidor...

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Entendi.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Então, as montadoras são todas estrangeiras...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Na realidade, apenas para contribuir. O que fez o substitutivo do Senador Flexa foi abrir ao capital estrangeiro, sem restrição, às empresas de aviação civil que já são concessionárias, ou seja, uma TAM poderia ter capital estrangeiro sem o impedimento do regramento atual, que, hoje, limita a 20% do capital votante.

Portanto, o que ele está tirando é o impedimento dos 20% do capital votante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – E, Senador, nas concessões que foram feitas agora para os aeroportos em empresas estrangeiras que ganharam a concessão de aeroportos no Brasil, com capital 100% estrangeiro, estão operando aeroportos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Eu preciso seguir a ordem, há pessoas inscritas. A senhora pode se inscrever.

Eu passo, portanto, a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu acho que a primeira consideração que devemos fazer diz respeito à oportunidade da boa iniciativa do Poder Executivo em submeter ao Congresso brasileiro uma iniciativa que poderá proporcionar a um conjunto de brasileiros das mais diversas regiões do nosso País a possibilidade da aviação regular, da frequência regular.

V. Exª, na condição de Relator, a meu juízo, aperfeiçoou muito a matéria.

A medida provisória submetida ao Congresso brasileiro praticamente sinalizava por parte do Congresso Nacional um cheque em branco para que a regulamentação, ao sabor do governante de plantão, pudesse definir os critérios.

O que fez V. Exª? V. Exª, em primeiro plano, definiu as grandes diretrizes na aplicação do Fundo Nacional da Aviação Civil, definindo em até 30% a possibilidade para o subsídio das passagens, reservando, para a infraestrutura, 70% para a construção de aeroportos adequados à existência da aviação regional.

Fez mais: ao alimentar em 50% o número de assentos e limitar em 60 o número de assentos, V. Exª, a meu juízo, colocou foco, colocou objeto em torno dos equipamentos que precisam atender à aviação regional. Dessa forma, eu acho que nós estamos combatendo o desperdício do recurso público.

É preciso compreender que nós estamos subsidiando a aviação regional. Nós estamos abrindo mão de recursos, nós estamos transferindo recursos públicos para subsidiar a aviação regional.

O que V. Exª fez foi impedir que, eventualmente, numa dessas linhas regionais absolutamente necessárias para ampliar a capilaridade, como disse aqui o Senador Eduardo Braga, em alguns casos, esses voos regulares são muito mais do que uma variável econômica; eles são uma variável social, eles representam uma questão de vida ou morte, sobretudo em regiões de fronteira, em Estados que compõem a nossa Amazônia legal.

Ao estabelecer os 60 assentos, nós estamos impedindo, por exemplo, que haja companhia sendo subsidiada em 60 assentos, em função do equipamento, e outra companhia sendo subsidiada, por exemplo, em 90 ou em 100 assentos.

Portanto, está certo V. Ex^a, a meu juízo, pois estabelece um critério muito adequado para isso que estamos aqui debatendo, que é proporcionar ao nosso País subsídio para a aviação regional, o que não é nenhuma jabuticaba. Outros países – inclusive os Estados Unidos da América – subsidiam e financiam a aviação regional para que isso possa ser equilibrado e possa funcionar com regularidade, não apenas em novas rotas, mas na manutenção daquelas já existentes.

V. Ex^a, a meu juízo, foi além, ao permitir que o capital estrangeiro possa se associar e possa participar das empresas que são concessionárias, possibilitando a injeção de recursos, possibilitando a realidade de uma melhor competição, para que nós tenhamos novos equipamentos, equipamentos adequados para servir a população brasileira.

Então, eu quero cumprimentá-lo porque ao longo dessas semanas em que V. Ex^a foi designado Relator, V. Ex^a ouviu muito, e, no debate, aperfeiçoou, aprimorando muito essa proposta que está submetida ao Congresso brasileiro.

Evidentemente que nós estamos aprovando aqui emendas que não foram alvo do nosso debate, como a autorização para que o Governo Federal possa, por autorização, ter a construção de novos aeroportos. Isso nos preocupa, porque há aeroporto que foi concedido, e foi concedido dentro de um critério de competição. Eu não sei se, eventualmente, ao fazer isso, nós não estaremos permitindo que essas companhias, eventualmente, se isso for sancionado, se isso não vá causar uma demanda sobre o Governo no que diz respeito à quebra de contrato, ou realinhamento de contrato, assim por diante. Essas questões para não inviabilizar o prosseguimento dessa importante matéria nós vamos acompanhar, mas vamos nos reservar, obviamente, o direito de nos manifestarmos em plenário ao fim e ao cabo.

Muito obrigado, e eu cumprimento V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a todos aqueles que nos ajudaram no relatório: técnicos do Governo, do Ministério da Fazenda, da Secretaria de Aviação Civil, da Anac, da Casa Civil, que estiveram conosco na discussão, aos consultores do Senado, do gabinete, aos Senadores e a todos os que contribuíram, em especial ao Senador Ferraço, ao Senador Eduardo Braga e ao Senador Pimentel, que nós ajudaram a construir o final do parecer.

É evidente que foi um prazo muito curto para que a gente pudesse chegar a emitir esse parecer numa medida provisória, como disse o Senador Eduardo Braga, que merece toda a atenção do Congresso Nacional.

Essa medida provisória já vem tardiamente, poderia ter sido feita bem antes. Com isso, vamos fortalecer a aviação regional em nosso País. Diria que, mais do que fortalecer, nós vamos, em algumas áreas, implantar a aviação regional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vale ressaltar, inclusive, que o Senador Eduardo Braga é autor de uma proposta que tramita no Senado e já merecendo, por parte da Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável.

Fui designado, então, para cumprimentar o Senador Eduardo Braga, que foi (*inaudível*) medida provisória que definitivamente acelera a possibilidade de essa matéria se transformar em algo concreto.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Agradeço a V. Ex^a e repasso a palavra, porque ainda estamos em discussão, à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, quero iniciar parabenizando o Senador Flexa Ribeiro, que todos conhecemos por sua capacidade de ouvir e de buscar integrar diversos posicionamentos.

Acho que S. Ex^a conseguiu construir um texto que, razoavelmente, incorpora todas essas preocupações. O texto inicial causou muita preocupação a todos aqueles que, como eu, têm trabalhado no setor do turismo e que compreendem a aviação regional, além do seu conteúdo comercial e social, como um grande indutor do desenvolvimento do turismo interno em nosso País.

Alguns Estados já vinham tomando medidas assemelhadas a uma política tributária regional, como é o caso da Bahia, que, com a desoneração do ICMS do combustível, conseguiu fazer voltar a funcionar pelo menos quatro novos aeroportos, nos últimos três anos, aeroportos do interior do Estado da Bahia, de importantes polos do turismo regional.

Acho, portanto, que a Presidência da República ao dar, através dessa medida provisória, um estímulo ao desenvolvimento da aviação regional como um todo no Brasil, faz algo que a população brasileira e que o Congresso Nacional, há alguns anos, reivindicam e setores diversos se beneficiaram desse processo.

No entanto, Senador Flexa, a mim realmente preocupa essa questão do investimento estrangeiro. Preocupa-me porque ele tem um caráter diferente das concessionárias automobilísticas, embora as concessionárias automobilísticas também tenham cometido os seus erros. Há países no mundo que desenvolveram sua própria capacidade de fabricação e que começaram a produzir automóveis muito depois do Brasil.

Infelizmente, essa política que nós adotamos no Brasil faz com que não tenhamos carros brasileiros. Nós temos até modelos fabricados, desenvolvidos pela engenharia nacional, com peças específicas, adaptadas ao nosso clima, aos nossos carros, mas não temos um carro brasileiro, o que talvez fosse, quem sabe, um diferencial importante na industrialização automobilística no País.

Chama-me a atenção, porque esse debate da abertura dos céus é um debate que tem um vigor muito grande, especialmente no setor do turismo, especialmente na área daqueles que debatem, por exemplo, o direito do consumidor e a possível mudança que isso traria em uma disputa para barateamento de tarifas aéreas.

Aqui é diferente. Aqui V. Exª advoga que, em nome de se manter o emprego – acho que é uma coisa essencial –, estaremos, no entanto, abrindo capital de uma empresa nacional totalmente, 100%, para que ela seja comprada por uma empresa multinacional, por uma empresa fora do Brasil. E isso tem interferência, sim, na forma do desenvolvimento. É um poder concedente, que vai passar a conceder a essa empresa multinacional a sua presença no Brasil, mesmo que ela seja constituída sob a designação de uma empresa nacional, mas com 100% de capital estrangeiro.

Portanto, é uma questão que merece uma observação maior, com toda boa vontade, porque confio no espírito de V. Exª de contribuição, de buscar fazer o melhor e foi isso que V. Exª fez nesse relatório. Mas me reservo a necessidade de debater essa questão no meu Partido, já que sou representante do Partido nesta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Lídice, V. Exª me permite um aparte?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas para contribuir com a relevante questão que V. Exª levanta. Existem três segmentos na economia brasileira que ainda oferecem restrição ao capital estrangeiro. Apenas três: aviação, saúde e comunicação. Os demais setores estão completamente desregulamentados. O que precisamos considerar é se a entrada desse capital favorecerá o usuário, o consumidor, o contribuinte brasileiro que poderá ter mais alternativas para lei das duas ou três empresas que operam. Isso, sim, me parece, para que V. Exª possa considerar, se assim o desejar, um fato relevante. A possibilidade de aplicar o dinheiro e contribuir para o desenvolvimento nacional.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Eu não tenho dúvida, Senador, de que isso pode impactar a tarifa. Não tenho dúvida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Muito obrigada.

No entanto, não é só disso que estamos tratando. Quando discutimos a presença do capital estrangeiro na empresa automobilística do Brasil, também barateamos em tese. E hoje não. Hoje, há carros fabricados no Brasil ou importados que são vendidos no mercado brasileiro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas aí é por causa da carga tributária.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – ...muito mais caros.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Senador Ricardo Ferraço, há uma lista de inscritos.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Além disso, há um componente de conteúdo nacional, que cada um defende de acordo com seu pensamento político.

Acho que o fato de termos aberto o capital da Infraero, de uma outra forma, mas se abriu, para que tivéssemos uma parte da privatização feita também com capital internacional, foi interessante para a Infraero, mas se manteve um controle acionário bastante grande dessa empresa.

Eu tenho o direito de ter dúvida e de levá-la ao meu Partido, para ouvir os demais membros da nossa Bancada como se posicionarão em plenário sobre essa questão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Sem dúvida, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – É uma questão que vou analisar com toda boa vontade, com a boa vontade de quem, como eu, tem defendido historicamente o fortalecimento da aviação regional. Quero, mesmo em um mundo globalizado, ver a economia nacional com certas regras que mantenham a possibilidade de controle da sua economia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Sem dúvida, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Só um minutinho. Há uma relação de Deputados e Senadores inscritos, vamos assegurar todas as falas, mas queria atentar para a Ordem do Dia, que deve estar surgindo e pode prejudicar uma discussão tão importante. Se tiver acordo, poderíamos fazer a votação e depois

continuaría as falas, o debate, para levar a discussão de discórdia para o plenário. Mas é uma questão que estou submetendo aqui...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, sou o próximo inscrito e abro mão da inscrição neste momento para falar após a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Eu só gostaria, Presidente, de esclarecer para a Senadora Lídice algo muito importante.

A proposta de abrir para o capital estrangeiro empresas brasileiras de aviação brasileiras de aviação me parece importante, porque a Azul é de capital estrangeiro, apenas o seu acionista nasceu no Brasil. Nasceu aqui e, com pouco tempo de vida, os pais americanos, voltou para os Estados Unidos e manteve a nacionalidade brasileira. Por isso, ele pôde fazer a Azul. Senão, ele também não poderia fazer. Então, veja como...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Não sei, não fizeram. Não fizeram. Então, veja como a possibilidade de abrir para o capital estrangeiro vai provocar uma concorrência maior e, com disputa de mais empresas, o usuário, o cidadão é que vai lucrar. O que nós queremos e procuramos, ao longo desse tempo todo, era fazer um parecer que não simplesmente transferisse para as empresas, que hoje já fazem as rotas classificadas como regionais, R\$350 milhões por ano, sem contrapartida de nada para os brasileiros.

Então, a preocupação basicamente é essa. Discutimos, discutimos não, conversamos bastante, bastante com todas as empresas, com todos os setores para que a gente pudesse fazer, a juízo da Comissão, um parecer que fosse melhor para o usuário brasileiro. Essa que é a posição nossa.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Eu queria ouvir... Nós temos, ainda, com o Deputado Otávio Leite, Efraim Filho e Vicentinho...

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Só uma sugestão rápida. Sem querer criar nenhum obstáculo. Apenas sugestão. No art. 7º, eminente Relator, V. Exª de forma apropriada, orienta, estabelece o comando legal que a Secretaria de Aviação Civil vai divulgar relatório anual sobre a execução do programa. E elenca uma série de itens que têm que ser observados nessa divulgação de relatórios, por aí vai.

A pergunta é a seguinte: A inobservância dessa regra importa em que sanção?

Eu queria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Não. O crime de administração. Acho que seria bom tipificar isso como...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Aqui nesse texto, não.

A inobservância da...

Só para dar um conferida nisso, se for necessário se corrija isso. Porque, deveria colocar alguma coisa nesse sentido, deixando claro. Porque... Enfim, esses relatórios têm que chegar, têm que ser divulgados, a gente não sabe o futuro. E eles precisam ser...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – No art. 6º, § 2º: “As empresas que se recusarem a prestar a informação, ou dificultarem a fiscalização do Poder Público, poderão ter as subvenções de que trata a lei suspensa por tempo indeterminado”.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Perdoe-me, eu me refiro a Secretaria de Aviação Civil, essa é que tem que divulgar o relatório – no art. 7º.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É porque a lei que trata das responsabilidades administrativas diz que tudo aquilo que a lei prevê eles têm que fazer. Ou seja, há uma lei geral, sobre essas obrigações.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Esse me pareceu ser adequado, é uma questão de...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Esse art. 7º foi, inclusive, introduzido integralmente, porque na medida provisória não havia nenhuma prestação de contas dos recursos utilizados na subvenção. Foi uma emenda, inclusive, do Senador Ferraço, que...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Muito bem posta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Foi colocada no relatório, atendida no relatório, para que houvesse uma prestação de contas anual. Uma vez por ano, tem que prestar contas dos recursos da subvenção.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Eu queria consultar o Deputado Efraim e o Senador Vicentinho, se eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. DEM – PB) – Abrirei mão, 30 segundos, só para um alerta, parabenizar o texto do Senador, que aperfeiçoou por demais a medida original. Só queria, Senador, e talvez levemos esse debate para o Plenário, que V.Exª tratasse com o mesmo carinho que tratou a Amazônia Legal, também o Semi-

árido nordestino, que eu acho que precisa ser dotado desses mesmos privilégios – privilégios no bom sentido –, de que precisa ser estimulado de forma diferenciada. Quem sabe, se onde houvesse a previsão para a Amazônia Legal, ter esse tratamento diferenciado, – não vou chamar de privilegiado, mas de diferenciado – também o Semiárido nordestino pudesse ser acobertado desse mesmo tratamento. Tenho certeza que o Presidente da Comissão não se oporia a esse pedido, assim como vários outros Parlamentares que aqui se encontram.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Deputado, V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Obrigado.

Eu vou devolver a palavra ao nosso Relator, porque também têm que ser feitas muitas retificações. Se possível, já fazer essa observação e fazer as retificações devidas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Farei. Só vou responder ao Deputado que apresenta como sugestão estender ao Semiárido nordestino as mesmas condições da Amazônia.

Há diferença. Nós reconhecemos a necessidade de se ter um tratamento especializado, diferenciado para o Semiárido. O problema da Amazônia, na questão da aviação, é que ela não tem outro tipo de ligação entre Municípios...

O SR. EFRAIM FILHO (DEM – PB) – Céu e água.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Céu e água. Não tem outra. No Semiárido, você pega o carro e vai para onde quiser. Gostaria muito que pudéssemos fazer isso na Amazônia. Na Amazônia, não temos isso. Como colocou o Senador Eduardo Braga, a aviação salva vidas, porque ela transporta o doente de um Município que não tem capacidade de tratar a doença que ele contraiu para outro Município onde haja um hospital com capacidade para isso. Só por isso.

Nós festejamos a medida provisória. Apesar de sermos contra, por condição partidária, as emissões exageradas de medidas provisórias, achamos que esta é uma medida provisória que cabe na urgência e no conteúdo. Ela é muito importante para o Brasil e mais importante ainda para a Amazônia.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Parlamentar da Minoria/SD – TO) – Presidente, em 30 segundos, eu concluo, só para parabenizar o nobre Senador Flexa.

Também sou um Senador da Amazônia, um aviador que voou por lá vinte e tantos anos, tenho filhos nascidos no Pará. Um se chama Thiago Tapajós, que nasceu em Itaituba; o outro, em Tucumã, que se tornou Deputado Federal agora, neste pleito, filho da Amazônia.

Eu quero parabenizar pelos 30% no âmbito geral para as empresas, pelos 50% e 60% de assentos. Para a Amazônia, 60% e livre é o ideal, porque a Amazônia é aquilo que acabamos de ouvir do Relator. A comunicação entre pessoas é pelo ar ou pela água, e as distâncias são enormes.

Então, com todo respeito e admiração pelo Semiárido e pelos nordestinos, é uma outra configuração dentro do País.

Portanto, parabéns, nobre Relator, brilhante relatório, inclusive nesse aspecto do art. 4º, que teve uma certa discussão nesse sentido, e V. Exª ouviu e atendeu plenamente as empresas do Presidente.

Só para contribuir rapidamente com a discussão do capital externo, na realidade, as empresas, hoje, vendem passagem em real e se mantêm em dólar: peças, manutenções, etc. Essa é a realidade do País.

Portanto, eu acho que, como disse o Senador Ferraço, mais do que apropriado é o País abrir mesmo para ver se barateamos mais ainda as passagens aéreas para atender à população do País.

Era isso.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Eu agradeço. Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Antes de passar à votação da matéria, eu devolvo a palavra ao nosso Relator para fazer algumas pequenas retificações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Só fazer algumas correções em função da introdução dos arts. 11 e 12. Nós temos que alterar o voto da admissibilidade das emendas.

O voto ficaria, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, Srs. Deputados: Diante do exposto, votamos pela admissibilidade e pela adequação econômico-financeira da Medida Provisória nº 652, de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação, acatadas, total ou parcialmente, as Emendas nºs 3, 13, 21, 22, 29, 30, 34, 36, 41, 58, 75, 76, 77, 78, 79 e 80, com as alterações redacionais necessárias e rejeitadas as demais, na forma do seguinte projeto de lei de conversão.

No art. 12, tem um erro de digitação: a lei é a Lei nº 12.462 e não nº 12.246, como foi lido. Só essa alteração também.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Feitas as correções devidas, passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, com as alterações propostas.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão.

Como nós tínhamos proposto, antes de encerrarmos a nossa reunião, proponho ainda a aprovação da ata da presente reunião, mas, antes, tínhamos acertado algumas falas combinadas.

Então, os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Eu queria, antes de encerrar, fazer o nosso registro, nobre Senador, da alegria de poder ter contribuído, presidindo aqui esta comissão de um processo muito relevante para o Brasil, de forma particular, também para o Nordeste. Tenho certeza de que o nosso nobre Senador Flexa Ribeiro foi, de certa forma, muito competente, conduziu com muita competência esse processo.

Eu devolvo a palavra para o nosso nobre Senador, que muito contribuiu para que esse processo acontecesse, nosso querido José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, é só para acelerar o processo para que o autógrafo possa ir o quanto antes para a Câmara dos Deputados, em face do prazo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Então, de forma muito rápida, o Deputado Otávio Leite, por favor.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Só para lembra rum dado que me parece muito relevante. Eu não sei se essa informação o Governo prestou à Comissão e ao iminente relator.

Considerando que, neste exercício de 2014, a dotação orçamentária do Fundo da Aviação Civil está na ordem de R\$3,4 bilhões, só usaram até o momento 30%, cerca de R\$1,3 bilhão, mais ou menos isso. Considerando que a projeção estimada para o exercício de 2015 será na ordem de R\$4 bilhões, e em tendo sido aprovado 30% de carimbo para a finalidade do fundo, estamos falando de R\$1,2 bilhão. O que dá para fazer com R\$1,2 bilhão? O Governo disse, em termos de expansão, de ampliação de demanda, ampliação de oferta, esses dados, eles passaram, Relator?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Só para ter uma ideia, Deputado Otávio.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Para ver se isso é substantivo mesmo ou não, compreende? A gente sabe que vai muito para superávit primário... Nós não podemos “enfustizar” – esse Fust da vida – o Fundo da Aviação Civil, que acontece, é bacana e não acontece na prática.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Sem dúvida. O Fundo Nacional da Aviação Civil é importante porque se destina à construção ou modernização de aeródromos. V. Exª tem toda razão. Pelo número que nós colhemos, não pelo Governo, mas pelas empresas, nós calculamos que a aviação classificada como regional hoje existente já com rotas definidas vai consumir R\$350 milhões/ano, só para manter o que já está funcionando. Então, nós aumentamos para 30% para que haja espaço bastante para novas rotas e novas frequências em todo o Brasil, porque, de saída, a medida provisória, se convertida em lei, já vai transferir para as empresas que fazem as rotas regionais esse valor de R\$350 milhões do R\$1,3 bilhão dos 30% dos R\$4,3 bilhões.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Do que já existe, para viabilizar o que já existe. A indagação é a seguinte: e a projeção de futuro? Se são...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Eu espero, eu espero... Não, não são 800 não. É quase 1,3 bilhão...

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – São 30%. Quase R\$1,3 bilhão.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Poderia duplicar o que existe hoje então?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Eu espero que triplique quase o que existe. Este é o objetivo da medida provisória, da lei: aumentar as rotas regionais em todo o Brasil e as frequências também.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, só para ajudar. Temos hoje, dos aeroportos em funcionamento, apenas 35 deles não terão subsídio, todos os outros terão subsídio, com aquele critério que V. Exª, Relator, colocou...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – E a maioria está nas capitais.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Exatamente. O segundo registro é que, dos 270 aeroportos novos ou que serão recuperados, 270 estão com projetos prontos. O que está faltando agora é a licitação e, junto com isso, vem o grande embate da questão ambiental, que é a nossa maior preocupação.

Portanto, o montante de recursos que está no Orçamento para 2015 atende a todos os aeroportos já em funcionamento, conforme V. Exª coloca, em torno de R\$350 milhões, e, se conseguirmos concluir parte dos 277, nós teremos margem para atender.

Portanto, essa preocupação de que no Orçamento de 2016 vai estar totalmente atendido. Portanto, nosso nobre Deputado Otavio Leite, para 2015, está atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Pimentel, V. Exª tem toda a razão. O programa do Governo, que foi lançado há dois anos, de construir 270 novos ou modernizar aeródromos no Brasil ainda vai iniciar, com recursos do FNAC que não são utilizados e vão para superávit primário.

Então, é preciso que o plano saia efetivamente do papel e se transforme em realidade, porque com os 270 novos aeroportos vamos ter, com certeza absoluta, aumentada as rotas regionais em todas as regiões do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT – PI) – Bom, então, é isso. Parabênzimo mais uma vez a competência, a grandeza, do nosso nobre Senador Flexa Ribeiro, que muito contribuiu para isso, do nosso querido José Pimentel, que foi muito cuidadoso na questão das articulações para que pudéssemos votar isso hoje.

E não tenho dúvida de que pela relevância desta matéria, pela importância dela, acredito que as duas Casas, tanto a Câmara quanto o Senado, vão tomar todas as providências para que já no plenário possamos concluir esse relevante projeto.

É um projeto que ajuda o Brasil como um todo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas do dia 5 de novembro de 2014, a reunião é suspensa às 12 horas e 3 minutos, reaberta às 15 horas e 4 minutos, suspensa às 16 horas e 37 minutos, reaberta às 14 horas e 57 minutos do dia 11 de novembro de 2014 e encerrada às 16 horas e 15 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 653, DE 2014, PUBLICADA EM 11 DE AGOSTO DE 2014, QUE “ALTERA A LEI Nº 13.021, DE 8 DE AGOSTO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS”, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas do dia quatro de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 653, de 2014, com a presença dos Deputados Manoel Junior e Ivan Valente. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Chico Lopes. Deixam de comparecer os demais membros. A Senadora Ana Amélia apresenta Requerimento solicitando a inclusão de convidado na lista de debatedores da Audiência Pública para instruir a matéria. O Deputado Manoel Junior subscreve o Requerimento, o qual é atendido. A Presidência convida os seguintes participantes para comporem a Mesa e realizarem suas exposições: Bruno Rios – Superintendente de Inspeção Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; José Aparecido Junqueira Guimarães – Superintendente da Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal; Ronald Ferreira dos Santos – Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos; e Pedro Zidoi Sdoia – Presidente da Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e tréplicas dos convidados. Faz uso da palavra o Deputado Ivan Valente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e dezoito minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 653, de 2014.

A presente reunião dedica-se à realização de audiência pública para instruir a matéria.

Antes de iniciarmos convidando para fazer assento à mesa os convidados para essa audiência pública, eu quero registrar a presença do Dr. Walter da Silva Jorge João, que é presidente do Conselho Federal de Farmácia, e comunicar as diversas entidades que não estarão à mesa nesta audiência pública, mas nos prestigiam dando audiência a esta Comissão. Agradeço a todos e, à medida que forem chegando os cartões aqui, eu faço questão de registrar.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Questão de ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Só um segundinho, Deputado Ivan Valente, com muito prazer, mas é que há sobre a mesa um requerimento assinado pela Senadora Ana Amélia que requer que seja incluído para a audiência pública próxima do dia 11, visto que essa já vamos iniciar, a representante da ABCFarma. Já conversamos com o Relator, que acata.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Já o subscrevi.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Subscreveu o requerimento. Subscreveu o Relator, então...

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Subscrevi o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Fomos informados que o Dr. Pedro está aqui. Seja bem-vindo também, Dr. Pedro.

Então, já aprovado, V. Sª fará parte da Mesa da próxima audiência pública, que será no dia 11.

Pois não, Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Questão de ordem, Presidente.

Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, Sr. Deputado Relator, Manoel Junior, a quem eu cumprimento:

Como membro desta Comissão, mas, particularmente, como autor do substitutivo, que tramitou por 20 anos nessa Casa, 17 anos com o meu relatório, tenho que fazer uma questão preliminar de ordem sobre a edição dessa Medida Provisória – inclusive para colaborar com o Relator, Deputado Manoel Junior –, porque eu vi a lista dos debatedores das audiências. Informo a vocês – vocês sabem melhor, principalmente a Vanessa, que é farmacêutica – que essas pessoas já debateram 300 vezes, acho, entre elas, em público ou em particular, em audiência.

O projeto que foi aprovado na Casa, que saiu como lei dessa Casa, a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, passou por todas as tramitações possíveis, em todas as comissões, voltou para o Plenário e foi negociado. Teve a negociação feita, Deputado Manoel, com todos os líderes partidários, com todas as associações que representam o setor do comércio farmacêutico e todas as associações que representam a atividade do farmacêutico. Tudo isso foi negociado. Mas não é só porque foi negociado, é porque tem documento escrito, assinado com o “de acordo”, por todas essas associações, e com a assinatura do Líder do Governo, o compromisso do Líder do Governo, porque o projeto final também passou pela Casa Civil.

A edição da Medida Provisória, essa que tramita, 653... Na verdade, ela é uma excrecência, porque vai tratar da questão da micro e pequena empresa... Edita-se uma medida provisória para um debate que foi travado por 20 anos nesta Casa, sobre a presença do farmacêutico na farmácia, Relator, em cidades pequenas, grandes. Houve períodos de transição que caducaram devido ao tempo todo de tramitação e argumentos de que não havia profissionais farmacêuticos no Brasil para suprir essas questões e argumentos da pequena farmácia, que foram superados pelo lado da qualidade do atendimento... Tanto é que mesmo o representante das pequenas farmácias, do comércio farmacêutico – V. Exª subscreveu no requerimento, agora – está com o documento assinado, com o acordo. Ele assinou o acordo, aqui nesta Casa. A excrecência vem porque a Presidente da República não cumpriu com seu compromisso. A Presidente Dilma Rousseff não cumpriu com seu compromisso. Editou a Medida Provisória – talvez por uma razão política, para ganhar o apoio do Ministro da Micro e Pequena Empresa, pressionado por alguns setores – e criou um tremendo caos, porque existe uma lei em vigor, uma medida provisória que entrou em tramitação.

Acho que essa proposta acaba nos trazendo a seguinte frustração: estamos tratando aqui, Deputado, de 20 anos. Tratando de saúde pública, de segurança, de vida, de atendimento ao público. Não se aplica à pequena e média empresa. A pequena e média empresa é outra coisa. O problema para salvar pequenas e médias empresas está ligado à ajuda financeira do Estado, à isenção de impostos, ao seu faturamento, mas nunca a abrir mão daquilo que significa segurança e saúde da população em nome do funcionamento ou do lucro da pequena e média empresa.

Eu faria um paralelo dizendo o seguinte: “Então, não vale para avião pequeno, porque você pode pôr qualquer um para dirigir, não precisa brevê, que é só para grande”. É temerário.

Essa discussão, realmente, diz o seguinte: nós vamos fazer duas audiências públicas com as mesmas pessoas que discutiram 300 vezes. Sei que V. Exª está cumprindo um dever constitucional, aqui. Indicado um Relator e tal... Quero até dizer que o Líder do seu Partido e o Deputado indicado pelo Presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves, também é do seu Partido... O Deputado Leonardo Quintão foi o mediador de todo esse processo e todas as dúvidas, todas as concessões foram feitas em Plenário. V. Exª mesmo deve ter presenciado esse processo todo.

Então, o que podemos fazer aqui? E tomo a liberdade de sugerir a V. Exª. Não tem solução para esse problema. Ou nós rejeitamos a lei que aprovamos ou então, passando a valer essa Medida Provisória, se ela virar lei, ela acaba anulando a... Só vai existir para as redes de farmácia, então, as grandes redes, a obrigação de ter

um farmacêutico – isso já existe, inclusive. Torna-se inócuo. Quero dizer o seguinte: ou caduca a Medida Provisória ou se restaura o texto original, não há saída. Acho uma enorme dificuldade para V. Exª qualquer projeto intermediário, de flexibilização, que não leve em conta que a Lei da Micro e Pequena Empresa não pode ser levada em consideração nesse caso, Presidente.

Então, eu queria manifestar sinceros... É lamentável que tenha acontecido, pela Presidência da República, a edição da Medida Provisória, e mais lamentável ainda é que as pessoas não tenham palavra, não tenham palavra naquilo que assinam. Quando eu assino um documento, eu cumprio o documento. E aqui nós estamos na seguinte situação: as pessoas assinaram um documento que não querem cumprir. Então, a resposta que temos que dar à própria edição da Medida Provisória é a garantia de que a Câmara dos Deputados, Deputado Manoel Junior, fez um acordo legislativo de alto nível – o Senado também – e passou para frente. A Presidente da República sanciona a lei, mas, ao mesmo tempo, edita uma medida provisória.

Quem foi desrespeitado? O Congresso Nacional. O Congresso Nacional foi desrespeitado, porque essa tramitação de 20 anos não serviu a nada. Quem está desrespeitado? O cidadão lá fora, o profissional que, ansiosamente, esperou por algo que não só valorizasse a sua profissão, mas, mais do que isso, que cuidasse da segurança e do atendimento da população.

Não poderia deixar de fazer essa observação, Deputado Manoel Junior, porque acho que V. Exª inclusive, certamente um Deputado bastante consciente dos seus deveres, sabe da responsabilidade de fazer esse relatório. Então, queria deixar registrada a minha posição.

Lamento, inclusive, que não tenhamos Deputados aqui hoje, na Comissão. Sou o único suplente aqui presente. Eu sou suplente. Sou do PSOL. Então, parece que o interesse não é tanto. É tanto que não tem ninguém. Só estão a Presidente e o Relator.

Então, queria pedir a V. Exª a sensibilidade de observar essa questão. E, talvez em nome do acordo feito, em nome do respeito às decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que restauremos o texto original ou deixemos que essa Medida Provisória não se materialize, porque é contraditória com o texto que era ansiedade da sociedade brasileira e foi de todo o Congresso Nacional.

Obrigado, Presidente.

Obrigado, Relator.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradecemos a preliminar, que V. Exª já anunciou. Desde que chegou aqui ao Plenário disse que faria uma preliminar. V. Exª poderia ter esse tempo e continuará tendo tempo após as exposições para debater a matéria. Como V. Exª é muito dedicado – como registra aqui, deu nome inclusive ao substituto que tramitou durante 20 anos na Casa, Substituto Ivan Valente –, entendemos por bem passar a V. Exª.

Agora, passo a palavra ao nosso Relator, que fará algumas considerações iniciais. Na sequência, chamaremos os nossos convidados para a mesa.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Deputado Ivan Valente, gostaria de ser extremamente breve, diante do adiantado da hora. Temos ainda esta audiência pública a cumprir, mas sei perfeitamente da importância de V. Exª nesse processo inteiro. Conheço a história que V. Exª desempenhou na aprovação da atual lei, mas, efetivamente, nos deparamos com uma medida provisória que o Congresso Nacional precisa examinar. Qual foi a nossa providência? Foi justamente aprovar um cronograma, que pode até ser repetitivo, enfadonho, mas que é nossa obrigação.

Gostaria que V. Exª pudesse nos fornecer, através da sua assessoria, todo tipo de subsídio. Li, atentamente, as emendas de V. Exª, que, na verdade, é a extinção da própria Medida Provisória, quando da supressão do artigo que a medida provisória contém. No entanto, temos um rol de mais de 50 emendas – são 55 emendas – que estão sendo analisadas por este Relator. Vamos auscultar todas as entidades que se prontificaram a participar das audiências públicas, para cumprir o rito processual. Na terça-feira, teremos outra audiência pública. Estarei aqui presente para auscultar todas as entidades. Dia 13 é o dia que está programado para a leitura preliminar do relatório. Gostaria muito que V. Exª aqui estivesse também durante todo esse processo, para nos orientar e apoiar com a experiência que V. Exª tem na Casa, o que, efetivamente, será extremamente importante para esse Relator.

É isso, Srª Presidente.

Muito obrigado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Queria dizer a V. Exª, Deputado Manoel, que não só estarei aqui, como me proponho a estar com V. Exª na discussão das emendas, inclusive de emendas que não têm nada a ver com o texto, pela leitura que fiz das emendas, os chamados jabutis. Acho que V. Exª sabe que jabuti em árvore ou foi enchente ou foi mão de gente.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Vamos dar início a nossa audiência pública.

Convido para fazer parte da Mesa o Sr. Bruno Rios, que é Superintendente de Inspeção Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); o Sr. José Aparecido Junqueira Guimarães, Superintendente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal; e o Sr. Ronaldo Ferreira dos Santos, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos. *(Pausa.)*

Eu li Ronaldo, acrescentei um “o” a mais, como se eu não soubesse que o Ronaldo é o Ronald.

Composta a nossa Mesa, comunicando já a ABCFarma que ficará a sua participação para a semana que vem. Está certo?

Passo a palavra... Podemos começar?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Peço desculpas ao senhor, inclusive conversei com a assessoria, mas o requerimento foi lido somente agora. Peço mil desculpas ao senhor. Dou-lhe razão, mas peço desculpas.

Podemos começar nessa ordem, com a Agência Nacional de Vigilância? Ou o Relator tem outra sugestão? Não? *(Pausa.)*

Costumamos trabalhar com o tempo em torno de dez, quinze minutos. O convidado fará a exposição por dez minutos. Em seguida, abriremos a fase das interpelações pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra, para aqueles que queiram usar dela, Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, será feita através de inscrição.

Então, passamos a palavra ao Dr. Bruno Rios.

O SR. BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS – Obrigado, Senadora.

Primeiramente, gostaria de desculpar-me pela não presença do Diretor-Presidente da Agência, que encontra-se em uma missão internacional, e do seu substituto, que encontra-se em um outro compromisso, mas vou fazer a argumentação relacionada ao tema, levando em consideração o posicionamento da Agência.

O posicionamento da Agência foi no sentido de que o art. 15º da Lei nº 5.991 fosse considerado como em substituição ao art. 6º da Lei nº 13.021. Quais foram os fundamentos utilizados pela Agência para esse posicionamento?

Primeiro, quando se coloca que não haverá responsável técnico para as micro e pequenas empresas, não é isso que vocês estão me falando. Haverá responsável técnico como sempre teve e sempre com horário integral de funcionamento. O art. 15º da Lei nº 5.991 diz em seu § 1º que a presença do técnico responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento. Não estamos falando que não haverá responsável técnico. Existe o responsável técnico. A discussão está na substituição do termo “responsável técnico” por “farmacêutico”. Sabemos que, algum tempo atrás – na década de 70, 80 –, por ausência do profissional no mercado, houve a permissão para que práticos pudessem trabalhar como responsáveis técnicos de estabelecimentos farmacêuticos.

A posição da Agência enfatiza que, hoje, a forma como está sendo tratado esse tema, o que difere do que está sendo proposto são aqueles responsáveis técnicos, que, há muito tempo, foram permitidos que trabalhassem em farmácias e drogarias como responsáveis técnicos desses estabelecimentos, mas, hoje, dependendo da localização ou dependendo da cidade onde esse responsável se encontra, o estabelecimento poderia ter que se extinguir ou ter que fechar, devido à não formação farmacêutica para este profissional. Então, esse, Senadores, Senadora Vanessa e Deputado Manoel, é o posicionamento da Agência.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradecemos a síntese, o poder de síntese do nosso convidado representando a Anvisa, Dr. Bruno Reis.

Passo a palavra para o Dr. José Aparecido Junqueira Guimarães, que é Superintendente do Sindicato de Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal.

O SR. JOSÉ APARECIDO JUNQUEIRA GUIMARÃES – Senhores e Senhoras, amigos todos, é para nós um prazer e uma honra participar de um debate tão antigo que, em qualquer situação, tem os que são a favor e não podia deixar de existir aqueles que são contra.

Entendemos, com respeito aos demais colegas que já fizeram uso da palavra, que se precisa conhecer bem o comércio varejista de medicamentos, no Brasil, não por Belo Horizonte, não por São Paulo, não pelo Rio, mas pelos rincões deste País em que não tem médico, não tem dentista, não tem farmacêutico, mas tem um pobre coitado lá vendendo alguns remedinhos. É certo? É errado? Não compete a mim fazer julgamentos de valor, só que, se o pai acordar à noite, o filho estiver chorando com febre alta, e se ele não tiver uma pequena farmácia para atendê-lo, isso é simplesmente lamentável, mas acontece todos os dias em todas as partes do País. Eu gostaria que os senhores analisassem bem, não pelo Rio de Janeiro, não por São Paulo, não por Porto Alegre,

mas pela extensão enorme de território que nós temos, nem sempre, por razões que não vêm aqui motivos para se discutir, com pessoas interessadas, seja de que área for, em resolver esse problema, que, na minha visão, é muito sério. Só quem nunca passou pela dificuldade por que muita gente passa é que não sabe avaliar isso.

Então, a Lei nº 5.991 de 1973, já previa, com muita sabedoria, a possibilidade do técnico, do auxiliar de farmácia, cobrir parte desse processo, mas vai para lá, vem para cá, vai para lá, vem para cá, está chegando ao ponto em que nós poderemos ter muitos doutores e muita gente ou mais gente morrendo à míngua no interior por falta de um vidro de remédio.

Em princípio, sobre a Resolução nº 653, é o nosso entendimento. Nós entendemos e o Sincofarma entende pela manutenção da Medida Provisória, uma vez que preserva os interesses da população nas regiões desprovidas de farmacêuticos, bem como possibilita continuidade das atividades das farmácias e drogarias, caracterizadas como microempresas e empresas de pequeno porte.

Em princípio, é o que eu tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós teremos uma reunião bem rápida hoje, mas ficaremos com mais tempo para o debate.

Então, passo a palavra, agradecendo sua participação, Dr. José Aparecido, para o Dr. Ronald Ferreira dos Santos, que é o Presidente da Fenafar – Federação Nacional dos Farmacêuticos do Brasil.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Boa tarde a todos, Senadora, colega Farmacêutica Vanessa Grazziotin, Deputado Manoel Junior, Bruno, José Aparecido, colegas Farmacêuticos, Deputado Ivan Valente.

Nós, farmacêuticos, não nos cansaremos de estar presentes no debate para a defesa do interesse da saúde pública brasileira e do interesse do melhor para essa atividade econômica da qual nós, farmacêuticos, tiramos o fruto para o nosso desenvolvimento e onde é a principal área de atuação dos profissionais farmacêuticos: 80% dos mais de 180 mil farmacêuticos estão nessa área, e vão estar com disposição permanente para fazer o debate.

Coincidentemente, Senadora Vanessa, hoje, no *Jornal do Senado*, o centro do *Jornal do Senado* é justamente esse tema. A fotografia que ilustra o centro do *Jornal do Senado* traz o desperdício que ocorre com o processo de gestão da assistência farmacêutica, com a gestão das tecnologias vinculadas ao acesso da população brasileira a essa importante tecnologia para aliviar o seu sofrimento, que é o acesso ao medicamento.

Nós nos dedicamos, a categoria farmacêutica com vários outros setores da sociedade, por mais de vinte anos, para construir no espaço legislativo uma composição que permitisse que o conjunto dos atores envolvidos nessa atividade pudesse ter importantes vitórias. Viemos para dentro do Congresso Nacional discutir os problemas, Senadora e Relator, desse que será, em 2018, o quarto maior mercado do mundo de medicamentos, o mercado farmacêutico brasileiro, que é, portanto, uma atividade econômica que reúne condições, pelo seu tamanho, de andar de acordo com o século 21. Nós estamos discutindo aqui, com o processo que apresentamos e se materializou na Lei nº 13.021, a colocação dessa atividade econômica no século 21. Foi isso que o esforço que originou, inclusive, um acordo, permitiu, colocando a farmácia como um espaço com possibilidade de prestação de serviço de saúde, colocando a farmácia, essa atividade econômica, em um patamar superior do que vinha se desenvolvendo ao longo do tempo, e o que permite colocar a farmácia nesse estado superior é, com certeza, o trabalho que ali se desenvolve.

Apresentamos, acordamos algo que a realidade já coloca como material. A presença do farmacêutico, Deputado, nas farmácias do Brasil ultrapassa 85%. A presença dos farmacêuticos hoje, ou seja, a discussão da presença do farmacêutico não é a discussão central. A discussão central é qualificar esse estabelecimento. Conseguimos dialogar com todos os atores envolvidos, fechar em um conceito de farmácia, acordar um conceito de farmácia, preservando as questões legais para não gerar grandes demandas de mudança de contrato social de drogaria. Acordamos, mas construímos um conceito novo de farmácia, construímos o conjunto de serviços que vai ser possível ser desenvolvido porque havia uma confusão com a legislação sanitária, o que pode e o que não pode ser desenvolvido. Delegamos as responsabilidades, quem são as autoridades. E mais, e mais! Apontamos, nessa negociação, a superação de um problema que, como alguns colocaram, nasceu há quarenta anos com a Lei nº 5.991. A maioria das profissões da área de saúde têm assistentes, outros profissionais que lhes assistem – como, por exemplo, o cirurgião dentista tem o técnico em higiene dental –, e outras áreas conseguiram se desenvolver. No caso da farmácia, o advento da Lei nº 13.021 abriu a possibilidade de, depois de quarenta anos, qualificar regulamentando, inclusive, a possibilidade de outros profissionais atuarem nessa área. O que traz a Medida Provisória, na verdade, é um bloqueio, é um bloqueio na possibilidade de essa atividade econômica avançar.

Nós, da categoria farmacêutica, temos nos organizado, nesse último período, em torno de um Fórum Nacional de Valorização da Atividade da Profissão Farmacêutica e construído alguns importantes entendimentos a respeito de como deve se configurar essa atividade. Entendemos que há possibilidade de se discutir exceções, sim, afinal, o Brasil é um país gigantesco, mas não podemos abrir mão do entendimento que o cidadão...

O cidadão do Acre tem o mesmo direito à assistência do cidadão da cidade de São Paulo, ou seja, às condições como nós vamos construir.

Esta atividade nós elevamos para além do comércio, e continuará, sim, a farmácia a ser um comércio. Nós conseguimos, com esse processo intermediado no Congresso Nacional, elevar a condição dessa atividade econômica também para uma atividade de saúde, e, sendo uma atividade de saúde, ela vai ter que estar necessariamente articulada com o conjunto das políticas de saúde. Em sendo assim, o acesso do cidadão, e o Sr. José Aparecido colocou que há alguma dificuldade nesse acesso, não é, e nós entendemos assim, apenas responsabilidade da atividade comercial, é de responsabilidade das políticas públicas, que têm que dar conta daquele cidadão ter acesso à saúde, não só ao medicamento.

Nós temos claro que há um conjunto de políticas públicas e nós, os farmacêuticos, inclusive, temos nos dedicado, nesse último período, a um grande esforço para materializá-las. Nesse último período, nos últimos dez anos, inclusive, a Federação Nacional dos Farmacêuticos entende que foi algo importante para nós garantirmos a aprovação, conseguirmos fixar ou contratar, na sociedade brasileira. Foi algo muito importante que esta Lei nº 13.021 traz a possibilidade de avançar e a Medida Provisória trava.

O que nós conseguimos contratar, no último período, na sociedade brasileira? Nós conseguimos contratar o entendimento de que o direito à assistência farmacêutica compõe o direito da população à saúde. É isso que está contratado nas nossas normas legais, na Constituição, na Lei nº 8.080, tanto que, hoje, boa parte das demandas no Judiciário é em função do entendimento da população de que o acesso ao medicamento, acesso à assistência farmacêutica, compõe o direito.

Colocar essa atividade econômica sintonizada com essa nova contratação que a sociedade brasileira conseguiu amarrar nesse último período é o que nos permitiu construir, no Congresso Nacional, uma proposta, a Lei nº 13.021, que traz a seguinte máxima: todos ganham – o empresário ganha com a qualificação do seu estabelecimento, o profissional farmacêutico ganha com o reconhecimento da sua autoridade técnica e o usuário ganha por ter mais um equipamento de saúde à sua disposição. A Medida Provisória não faz grandes mudanças, não altera, porque apenas diz o seguinte: continua valendo a Lei nº 5.991, que, como falou a representação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, é isso.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia.

Como eu disse, a Lei nº 5.991 é bastante clara, é ela que está em vigor e que faz com que as autoridades sanitárias, as autoridades profissionais exijam a presença do farmacêutico, tenham atuado na exigência da presença do farmacêutico. O que faz a Medida Provisória é impedir a possibilidade de desenvolvimento dessa atividade econômica.

É claro que há espaço para o diálogo, afinal de contas, depois do último processo da rica experiência da democracia brasileira, a palavra de ordem é diálogo. Há espaço para o diálogo, mas nós, da categoria farmacêutica, achamos que não há espaço para o retrocesso. A farmácia brasileira exige, o povo brasileiro exige que a a farmácia entre definitivamente no século 21, o que, além de transformar essa atividade econômica num estabelecimento de saúde, é também ter os recursos humanos, os trabalhadores, os profissionais farmacêuticos como a principal autoridade que desenvolve essa atividade. Portanto, esperamos a sensibilidade do Relator e desta Comissão Mista para não permitir que atrasos aconteçam a partir dessa Medida Provisória.

Era isso.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito bem, Dr. Ronald.

Eu quero aqui dizer que nós temos uma próxima audiência, dia 11, até por conta de um pedido do Conselho Federal de Farmácia, que não poderia estar aqui com os conselheiros regionais dos Estados. Então, nós dividimos os nossos convidados em dois. Posteriormente, a Senadora Ana Amélia encaminhou um requerimento, que nós acabamos de deferir porque não temos quórum sequer para votar, incluindo a ABCFarma para falar.

Não há problema de nossa parte. Tanto que, com aquiescência, o próprio Relator já subscreveu o requerimento. Entretanto, como nós lemos o requerimento somente hoje, deixamos claro que ele falaria na semana que vem. Só que, olhando a relação de convidados, com a presença da ABCFarma na semana que vem, nós teríamos cinco convidados, enquanto que hoje os três convidados já falaram. Então, acho que não haverá prejuízo. Somente por esta razão, em deferência também à Senadora Ana Amélia, eu quero convidar o representante da ABCFarma, o Dr. Pedro Zidoi Sdoia, para vir à Mesa e colocar as opiniões da entidade que S. Sª representa.

Dr. Pedro, pode vir compor a Mesa conosco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin ter um rigor muito grande, Senadora, na questão regimental, na forma de agir com o máximo respeito com os colegas

Senadores e respeito ao regramento que determina como funciona não apenas o Plenário do Senado, as comissões temáticas e também o regramento das comissões mistas, que avaliam medidas provisórias. Toda vez que eu sou demandada para sugerir ou apresentar alguma sugestão de depoente a essas comissões mistas, eu o faço, porque é uma questão legítima das pessoas.

Não conheço o expositor, não o conheço pessoalmente. Como agora eu estou vindo de uma comissão mista tratando de aviação regional e discutimos a questão... Apenas estou dando um esclarecimento, para ilustrar as questões que nós vivemos aqui, no dia a dia. Eu estou vindo de uma reunião da comissão mista, presidi a comissão, e duas pessoas da aviação regional não estavam. Primeiro, uma me pediu, do Sindicato dos Aeronautas. Perguntaram-me por que o Sindicato dos Aeronautas vai querer falar numa audiência para tratar de aviação regional. Mas eu penso que, se uma entidade que representa os trabalhadores da aviação tem interesse, alguma coisa útil eles têm a dizer. Propus, foi aprovado, e ele fez um bom depoimento. Estava dentro do requerimento feito, oficializado. Mas dois outros, um da Azul Linhas Aéreas e um representante de três pequenas empresas aéreas regionais da Amazônia, inclusive, que operam – Senadora Vanessa, a senhora que representa tão bem esse Estado –, se apresentaram, não estavam inscritos, não houve requerimento, não foi aprovado nada. Houve a aquiescência. Eu disse, democraticamente: essas pessoas não virão à Mesa, mas, de onde estiverem, vão fazer uma exposição de cinco minutos cada uma. Cada um falou dez minutos, o Ministro Moreira Franco, a Infraero, a Anac, o DECEA, da Aeronáutica, e os representantes dos aeronautas e das empresas aéreas.

Então, eu queria agradecer muito, Senadora Vanessa, essa gentileza de V. Ex^a mais por uma relação institucional e política aqui. E quero lhe dizer que jamais vou criar algum constrangimento para não zelar pelo cumprimento do Regimento, seja das comissões mistas, seja do Senado Federal.

Agradeço novamente à senhora a aquiescência dessa exposição. Muito obrigada. Estou indo já para uma reunião com o Presidente Renan Calheiros, para tratar da dívida dos Estados com a União. Muito obrigada, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, a gente agradece. Quero dizer, Senadora, que essa foi uma decisão minha em conjunto com o Relator. De toda forma, de toda sorte, o Dr. Pedro se pronunciaria nesta Comissão. Nós apenas havíamos decidido que seria na semana que vem, por conta de que conhecemos o requerimento hoje. Mas, como nossos convidados estão muito econômicos no tempo, ele falará sem nenhum problema. E não falará dali, não, falará da Mesa, sentado com todos demais convidados para esta audiência pública.

Então, Dr. Pedro, o senhor tem o tempo regimental para fazer as suas exposições em relação à Medida Provisória nº 653.

O SR. PEDRO ZIDOI SDOIA – Saúdo a Presidente desta Comissão Mista, Senadora Vanessa Grazziotin; o Relator, Dr. Manoel Júnior; a Senadora Ana Amélia, porque foi graças a ela que estou aqui hoje, porque a AB-CFarma tinha sido esquecida – assim eu interpreto.

Saúdo os demais Deputados e Deputadas e todos os farmacêuticos e companheiros participantes desta importante reunião que está sendo realizada nesta Comissão Mista do Congresso Nacional.

A minha cabeça já tinha passado para o dia 11, mas dá tempo ainda de reciclar e falar neste momento.

Quando um substitutivo, um projeto é bom, atende os interesses nacionais do povo brasileiro, é rapidamente aprovado; outros demoram 10, 15, 20; e outros são engavetados. Paro por aí.

Quero ser bem claro naquilo que vou expor. Nós queremos falar do Decreto nº 20.377, de 1931, que deixou de ser decreto, parte dele passou a ser lei, art. 58 da Lei nº 5.991. O que diz esse Decreto que está no art. 58 da Lei nº 5.991? Atividade privativa de farmacêutico é o comércio dos medicamentos ou remédios magistrais, a manipulação e o fabrico dos medicamentos, os galênicos, e das especialidades farmacêuticas. Esta é a atividade farmacêutica reconhecida nesta lei.

Quero também dizer da Lei nº 3.820. É muito importante que os senhores também tomem conhecimento. A Lei nº 3.820 cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Ficam criados os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País.

Com todo o respeito, é usado farmácia, mas não é de farmácia.

Quero falar também da Lei nº 5.991, seu art. 15, quando determina que, ao bem do País, nas localidades onde é necessário e o farmacêutico não querendo ou não podendo, um outro profissional qualificado e inscrito no Conselho pode representar a farmácia naqueles Municípios.

Quero tecer alguns comentários sobre o comércio farmacêutico.

Quando se diz grande invenção, farmácia agora é estabelecimento de saúde, eu pergunto: quando não foi? Desde que a farmácia, nos primórdios dos tempos, foi criada, foi como estabelecimento de saúde.

Hoje, nós estamos verificando que foi atacado um acordo feito porque foi assinado. Não foi um acordo feito. Foi uma imposição feita e todos assinaram, os Deputados, e o Presidente do Conselho Federal de Farmácia pediu para que eu também assinasse.

Antes disso, eu tinha tido duas reuniões do Conselho Federal de Farmácia porque era de interesse do comércio farmacêutico que acabasse esse problema do projeto Marluce Pinto e do substitutivo do Deputado Ivan Valente. Nós tínhamos que encontrar um denominador que atendesse as partes. Tanto o projeto da Marluce como o substitutivo não estavam atendendo as partes. Fiz duas reuniões no Conselho Federal de Farmácia. Na segunda reunião, levei uma proposta por escrito e não recebi resposta. Depois, fiquei sabendo que o Conselho tinha se dirigido à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional, e que tinha criado uma emenda... *(Pausa.)*

Me esqueci do nome no presente momento.

Então, foi criada uma emenda, posteriormente, nas reuniões a que não compareci. Compareceram outros elementos do comércio farmacêutico: Mena Barreto, que também defende muito bem o trâmite do comércio, e companheiros do comércio farmacêutico, de farmácias e drogarias. Verifiquei que aquela proposta que estava sendo realizada não atendia à necessidade do povo brasileiro.

Hoje, temos inúmeras farmácias. Não são só farmácias pequenas, mas inclusive de rede. Se a Vigilância Sanitária for verificar 24 horas, vai multá-las todos os dias, porque não têm responsáveis técnicos durante todo aquele tempo. Têm a distância, como algumas redes, mas a lei não diz “a distância”. Portanto, poderemos também, nessa emenda, colocar “a distância”. Por que não? Como tem uma grande drogaria na cidade de São Paulo para a qual o cliente telefona, conversa com uma infinidade de farmacêuticos que têm lá, que atendem o telefone, justifica e recebe o remédio em casa. A televisão faz propaganda dessa empresa.

Portanto, verifico que foram apresentadas quase 60 mil emendas, inclusive...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO ZIDOI SDOIA – Cinquenta e cinco mil, inclusive a proposta do Deputado Ivan Valente, na íntegra, voltando ao substitutivo, que nós, francamente, não aceitamos, como o senhor também não aceita o que nós propomos, e não atende à necessidade do povo brasileiro. Digo sempre que o nosso objetivo, que o nosso patrimônio são os nossos clientes, são os doentes que procuram as farmácias e drogarias.

Verifico que dizem que há farmacêuticos suficientes, mas não é verdade. Vamos partir para a realidade. A realidade dos profissionais farmacêuticos é outra. Nós temos mais ou menos 85 mil farmácias e drogarias. Se todas elas precisarem obedecer à lei, cada uma precisará de dois farmacêuticos. As redes precisam de cinco, aquelas que atendem 24 horas.

O SR. PEDRO ZIDOI SDOIA –

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO ZIDOI SDOIA – Já encerro.

Nós verificamos que existem Estados que estão partindo para a Justiça e que está ficando suspensa a Vigilância Sanitária de fazer essa exigência. Portanto, acredito que nós devemos encontrar uma solução que venha atender esses Estados todos, para que eles não precisem bater nas portas da Justiça.

Obrigado pelo tempo que me concedeu.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós agradecemos a sua participação.

Conforme anunciado, imediatamente, já consultei o nosso Relator, que prefere falar por último.

Deputado Ivan Valente, gostaria de fazer algum questionamento? *(Pausa.)*

Posteriormente falarei eu, rapidamente, e, em seguida, o Relator.

Pois não, Deputado Ivan.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Queria começar dizendo que o representante do comércio farmacêutico de Brasília disse que o substitutivo não pode ser feito por pessoas de São Paulo, do Rio de Janeiro, das metrópoles, só que ele é do sindicato de Brasília, da Capital Federal. *(Pausa.)*

O senhor não é do Amazonas, nem de Roraima? Não é? O senhor é da capital. Não é isso? *(Pausa.)*

Isso. Aqui em Brasília. Brasília não é metrópole, não? *(Pausa.)*

Tá.

A segunda questão é que o nosso debatedor Dr. Pedro Zidoi...

É engraçado, não é? Então, uma lei só é boa quando ela passa rápido. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – O senhor não conhece história, me perdoe. Tem uma lei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Eu não estou lhe dando a palavra. O senhor não está me... Eu não estou lhe dando a palavra e nem a Presidência.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Dr. Pedro. Dr. Pedro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – O senhor se mantenha calado

O SR. PEDRO ZIDOI SDOIA (*Fora do microfone.*) – O senhor está me julgando.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – O senhor se mantenha calado, porque eu estou com a palavra, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Dr. Pedro.

Eu vou pedir para cortar o som, assim. Dr. Pedro, deixa eu só explicar...

O SR. PEDRO ZIDOI SDOIA (*Fora do microfone.*) – Então, ele se dirija à Presidente e não à minha pessoa.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Eu me dirijo aos debatedores que estão à mesa.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cada pessoa aqui fala o que acha que deva falar, e todos são responsáveis pelas suas opiniões e têm liberdade de manifestação, Dr. Pedro. Então, o Deputado é um Deputado Federal, membro dessa Comissão Mista e está falando no tempo em que pediu a sua inscrição. Do senhor também, por mais que qualquer pessoa daqui tivesse discordado de qualquer coisa que o senhor tenha dito, ninguém lhe interrompeu a fala. Então, eu gostaria, Dr. Pedro, que, assim como ele lhe ouviu, que o senhor o ouvisse e, ao final, o senhor terá o tempo, porque nós deveremos falar agora e, antes do encerramento desta reunião, devolverei a palavra a todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, não, não. Nós vamos continuar a nossa audiência pública e, posteriormente, o senhor terá a palavra.

Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Queria dar um exemplo, Presidente, e à plateia aqui também. Vários países do mundo aprovaram jornadas de trabalho de 36 horas, de 35 horas, de 40 horas, certo? Nós estamos com um projeto, aqui, para ser aprovado, de 40 horas semanais no Brasil. Isso há 30 anos, desde a Constituinte, Deputado. Ela não é boa por causa disso? 40 horas semanais de jornada? Veja como se tergiversa com as palavras, não é? Como é fácil tergiversar com as palavras.

Eu queria dizer ao nosso representante que não foi uma, não foram duas nem cem vezes que apareceu a discussão sobre as cidades pequenas, sobre as dificuldades do comércio farmacêutico. Eu sou líder de bancada há muitos anos. Eu sou o Relator. Esse Projeto foi e voltou. Houve reuniões em que apenas um Deputado levantou a seguinte questão: “Se o sujeito precisar de uma Novalgina na beira do rio, ele não pode porque tem que ser receitado por um farmacêutico?” E não podia votar o Projeto por causa disso.

O meu Projeto original dava cinco anos de prazo para adequação, e até 15, mais dois inclusive, sete anos. Propusemos depois até esticar o prazo. E mais: para as exceções, nós poderíamos discutir isso com os Conselhos Estaduais de Saúde, com a Autoridade Sanitária ou com uma volante. Isso não tem lógica.

O problema é o seguinte: ou nós tratamos de saúde pública ou nós tratamos de comércio; ou nós tratamos de dinheiro ou nós tratamos de saúde. Essa é a questão.

O Brasil evoluiu. Vinte anos também passam. O número de farmacêuticos foi de 50 para quase 200 mil hoje. Essa é uma discussão que se eterniza. A lógica não é essa. Aqui, a lógica é se queremos dar um atendimento diferenciado, qualificado, em um estabelecimento que deve ser chamado de “sanitário”, ou se devemos ter um tipo de estabelecimento, que pode ser um supermercado, um empório ou o que for, para vender um medicamento como uma coisa qualquer ou uma mercadoria qualquer. Um medicamento não é uma mercadoria qualquer. É uma mercadoria especial, é um insumo básico à saúde e à vida. Essa é a grande discussão. Então, eu não entendo é como a...

Não que o comércio farmacêutico seja contra o Projeto, há tantos anos e etc., isso é o normal, o natural. É uma evolução. Eu só queria questionar o seguinte: houve um acordo assinado; V. Exª assinou o acordo na minha frente, na sala anexa da Presidência da Câmara dos Deputados, na presença do Dr. Mena Barreto, que está aqui, eu acho – certo? –, de todos os outros Líderes e na frente de vários Líderes partidários que circularam pela Casa toda para chegarmos a um acordo; chegamos a um acordo; para chegarmos a um acordo, houve várias concessões; V. Exª disse que não concordava com o projeto original, mas houve várias concessões e adequações; o processo foi negociado, o que quero entender é por que, depois de os processos iniciados, se faz um retrocesso, ou seja, um retorno a uma discussão superada? Esse é o debate aqui hoje.

Certamente, o Governo tem responsabilidade nisso ao editar uma medida provisória. Não vou perdoar isso também. Nós vamos para cima do Governo, que assinou também o acordo, a Liderança do Governo e todos os órgãos que faziam parte do processo negocial, Deputado Manoel. Isso desmoraliza demais o Congresso Nacional. Acho que a gente tem que, certamente, chegar e dizer: “Eu não vou me conformar com isso, não

vou; vou lutar até o fim!” O Sr. Diretor da ABCFarma faça o mesmo, e as convicções são dele, ele as faça. Eu vou defender as minhas convicções. E quero dizer que o estabelecimento de saúde, é um avanço colocar isso num texto neste País.

Então, eu vou pedir ao Deputado Manoel Júnior que leve em consideração a restauração do projeto original negociado. É um pedido que estou fazendo a V. Ex^a, porque acho que V. Ex^a se engrandece com essa proposta, não tanto... V. Ex^a já percebeu que as posições aqui já existem. Elas já foram muito debatidas, elas são muito conhecidas. Não há um processo de convencimento aqui. Aqui é um processo que chegou ao seu limite de convencimento, que foi o acordo final votado e que virou a Lei nº 13.021.

Então, Presidente, agradeço a atenção de V. Ex^a e espero que a relatoria do processo ou deixe caducar a medida provisória ou restaure o projeto original, que penso ser a única saída. O resto, para mim, é um retrocesso enorme, com anuência da Presidência da República e daqueles que assinaram o acordo.

É só isso, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradeço a sua participação.

Só para comunicar a nossa metodologia, como o Relator prefere se pronunciar ao final, tecerei algumas poucas observações neste momento. Em seguida, falará o Relator e passarei para os nossos convidados, para que também se manifestem a respeito das intervenções.

Pois não.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Só pedir desculpas aos interlocutores. É que sou Líder da Bancada, a reunião de Líderes já começou. Peço desculpas, mas vou ter de me retirar.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não. Eu só gostaria, Deputado Ivan Valente, de, rapidamente, primeiro dizer que, como V. Ex^a, obviamente, o que nós queríamos e pelo que nós torcíamos era para que não houvesse qualquer veto ao projeto de lei aprovado pela Câmara e pelo Senado Federal e que tampouco qualquer medida provisória fosse editada. Entretanto, aconteceram alguns vetos e a edição de uma medida provisória. Se analisarmos os vetos, eles atingem quatro artigos: 9º, 17, 15 e o 18.

O art. 18 trata apenas do período de início da vigência que, pelo que aprovamos, era na data da publicação. Como isso foi vetado, fica sendo 45 dias após a publicação. Então, não há grandes problemas.

O art. 15 trata da fiscalização das farmácias e diz que é atividade exclusiva dos Conselhos Regionais de Farmácia a fiscalização. Isso levou a uma dúvida, a um questionamento na interpretação porque o Conselho Federal de Farmácia fiscaliza do ponto de vista da ação do profissional farmacêutico; já as Agências de Vigilância Sanitária, as Anvisa, fiscalizam por outras razões. Então, esse foi o motivo desse veto.

O outro veto, ao art. 9º, também é uma questão de semântica, de entendimento, porque aqui está dito que somente as farmácias podem dispensar medicamentos, cosméticos com indicações terapêuticas. Não há, de acordo com a legislação brasileira, a previsão de cosmético com indicação terapêutica. Então, também é uma questão de compreensão. Por essas razões, apresentei algumas emendas, até para corrigir essas falhas.

Agora, o conteúdo vem na questão dos postos, porque aí havia um avanço significativo na Lei, que é o art. 17, que trata dos postos de medicamentos, dispensários e unidades volantes licenciadas, na forma da própria Lei nº 5.971, de 1973.

Nós estávamos dando um prazo, por esta Lei nº 13.021, de 2014, de três anos para que todas essas unidades, ou seja, os postos de medicamentos, dispensários e unidades volantes tivessem o farmacêutico responsável. Aí, houve uma demanda por parte, sobretudo, do Poder Público – Municípios e Estados –, que não teriam condições de cumprir a determinação, mesmo dando um prazo de três anos para adaptação. Isso diz respeito aos vetos.

Em relação à medida provisória em si, algumas intervenções da forma, nobre Relator, como são colocadas, fica parecendo que basta a farmácia ou a drogaria estarem classificadas como micro e pequena empresa, não precisa ter farmacêutico responsável. Não é o que diz a medida provisória. A medida provisória apenas coloca, no art. 15 da Lei 5991, também as micro e pequenas empresas. O que significa dizer? As grandes, as redes, mesmo onde não existe farmacêutico, elas têm que colocar. A exceção que a lei já prevê hoje é mantida para as pequenas e microempresas. Não está se abrindo mão da responsabilidade do técnico responsável. A responsabilidade do técnico responsável continua a ser o farmacêutico, não de nível médio, mas de nível superior.

Eu não quero voltar a todo aquele assunto. Nós não estamos tratando de comércio, Senador Ivan Valente, que tem sido um grande militante dessa área...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Presidente, me permita.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Então, para que foi editada a medida provisória? Me responda.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois é. É aí aonde eu queria chegar. Nós nos perguntamos muito: por que dessa medida provisória? É uma medida que poderia ser conside-

rada inócua, se não fosse a seguinte interpretação: a 5991 mantém uma exceção, que vale para todas. Através de uma autorização – e somente através disso – da Vigilância Sanitária, nos locais de difícil acesso onde não haja profissional de nível superior, essas podem ser autorizadas a funcionar sem o técnico. Essas quais, a partir de agora? A partir da nova Lei 13.021 e a partir da medida provisória. Essa exceção só valerá para as micro e pequenas empresas. Se uma grande cadeia de farmácias for se instalar lá na comunidade indígena ianomâni, ela vai ter que levar um farmacêutico para lá. Ela não se encaixa na exceção. É o que diz a nota do Ministério da Saúde.

Veja, nós tivemos muitos problemas de entendimento logo da edição da medida provisória, como V. Ex^a. Para se ter uma ideia, em alguns Estados, algumas farmácias já estavam demitindo os farmacêuticos.

O Conselho Federal de Farmácia foi o primeiro a publicar em sua página formal uma nota. Em seguida, o próprio Ministério da Saúde disponibilizou uma nota de esclarecimento, que está até hoje no *site* do Ministério da Saúde.

O item XV diz o seguinte: “O art. 15 da Lei 5.991, de 73, dispõe que a farmácia e drogaria terão, obrigatoriamente, assistência de técnico responsável, inscrito no Conselho de Farmácia, na forma da Lei. Também prevê que a presença do técnico responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento.

Já o §3º prevê que, em razão do interesse público, caracterizada a necessidade da existência de farmácia ou drogaria, e na falta do farmacêutico, o órgão sanitário de fiscalização local licenciará os estabelecimentos sob a responsabilidade técnica de um prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro, igualmente inscrito no Conselho Regional de Farmácia.

Dessa forma, a Lei 13.021 prevê que apenas o farmacêutico será responsável, o técnico das farmácias e drogarias que não sejam caracterizadas como microempresas e de pequeno porte para as que estiverem nesse grupo, ou seja, no grupo das exceções. Vale para as desse porte. Para as que estiverem nesse grupo, vale o que está previsto na Lei nº 5.991, ou seja, que constata a ausência de farmacêutico e, em razão de interesse público, o órgão sanitário local licenciará as farmácias para que a responsabilidade técnica seja exercida por prático, ou oficial, ou outro, igualmente inscrito no Conselho Regional de Farmácia.

A interpretação de que as farmácias de qualquer natureza que se caracterizem como microempresas ou empresas de pequeno porte passam a poder funcionar sob a responsabilidade de técnico em farmácia está em desacordo, tanto com a nova Lei quanto com a Lei 5.991, já que é preciso demonstrar a ausência de farmacêutico na região e também o interesse público em que este estabelecimento exerça suas atividades.

Então, é isso. Essas exceções, pelo o que o próprio Ministério avalia, só vale para... Continuam a valer as exceções, elas continuam existindo, mas apenas para as micro e pequenas empresas – para que não paire qualquer outra dúvida.

Então, não há um retrocesso. No meu entendimento, houve uma grita muito grande das micro e pequenas empresas, mas ao que se chegou foi isso: mantém-se nessa exceção. É óbvio que o que nós queríamos era que não houvesse exceção alguma, mas mantém-se, ou seja, não há nenhum retrocesso em relação à legislação atual.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, não. Eu só...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Ninguém editou a medida provisória de graça, Senadora Vanessa. Editou-se a medida provisória debaixo da pressão do comércio farmacêutico e a pressão do Ministro Afif Domingos à micro e pequena empresa. Isso foi o óbvio. Isso é para gerar confusão. Isso é para gerar sabe o quê? Gerar uma dupla interpretação que ninguém fique, cada um faça o que quiser. Então, as redes querem qualificar o seu...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Deputado Ivan, eu só quero dizer a V. Ex^a que nós... Essa interpretação, antes mesmo da nota do Ministério da Saúde, eu repito: o Conselho Federal de Farmácia, por livre iniciativa do conselho, publicou uma nota dando a sua interpretação da medida provisória, que bate exatamente com a interpretação do Ministério da Saúde. Aqui não se trata de ser ou não governista. V. Ex^a sabe que sou farmacêutica e, não só por ser farmacêutica, mas por ser cidadã, prezo muito pela saúde. E, como profissional, entendo que farmácia não deveria ser um comércio. Nós profissionais entendemos que farmácia deveria ser uma concessão. Eu não entendo como, em uma sociedade, cartório é concessão e farmácia, não é. Cartório é, e farmácia não é, aos profissionais da área. Mas nós não estamos chegando aí. O que nós estamos é apenas discutindo a assistência farmacêutica. A lei avançou muito, porque farmácias e drogarias, hoje, poderão fazer muitas coisas que não podiam fazer antes. Precisa, ainda, a Agência Nacional de Vigilância, o Ministério da Saúde, regulamentar. Então, há um avanço significativo. Nós introduzimos mais de 80 mil estabelecimentos no sistema de saúde, de assistência à saúde, entendendo que assistência farmacêutica é muito importante.

Mas, Deputado Ivan, nós estamos aqui e temos um relator que é extremamente responsável, é da área de saúde. O nosso objetivo aqui é exatamente aperfeiçoar o que tem que ser aperfeiçoado. Agora, não dá para a gente ler aquilo que não está escrito. Interpretar as coisas, elas têm que ser interpretadas como elas são, e não como nós estamos interpretando, enfim.

Mas eu passo a palavra ao nosso nobre Relator.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Srª Presidente, Sr. Deputado Ivan Valente, senhores representantes das entidades aqui presentes, eu, inclusive, vou ter que me retirar antes das despedidas finais de vocês, porque eu tenho uma audiência agora no Ministério da Educação, mas quero dizer que essas audiências públicas, mesmo tendo sido exaustivamente debatido esse tema e já existir uma legislação extremamente clara em vigor, “alterada efetivamente” – entre aspas – por essa medida provisória, esse Relator irá procurar trabalhar com transparência e sabendo da responsabilidade que tem com o futuro do Brasil. No entanto, lembrar, como eu disse aqui a alguns membros que estiveram – o Presidente Valter, a Presidenta do Conselho Regional de Farmácia do meu Estado e a todas as entidades que têm me procurado e que inclusive arguíram a questão dos TACs regionais, que sou extremamente contrário a TAC.

Eu acho que o lugar de se legislar é aqui: Câmara e Senado. Congresso Nacional é o lugar de se legislar. E nós estamos aqui para aperfeiçoar a legislação. Se a legislação deixa alguma brecha para um entendimento errôneo, nós precisamos corrigi-la. E, efetivamente, nós não podemos negar que existe no Brasil inteiro uma chuva de liminares espalhadas que deixam a legislação, Deputado Ivan Valente, frágil. Isso é o que nós iremos tentar reparar na medida provisória, tentando efetivamente atender a todos os segmentos e, principalmente, sabendo que o País precisa se desenvolver. Eu sou de um Estado, por exemplo – e até citei na conversa que tive com o Conselho Federal e com o Conselho Regional... Eu disse: “Olhe, temos cidades na Paraíba, tipo Coxixola, com 1.800 habitantes, em que às vezes você não tem nem prefeito, né?” O prefeito está lá em João Pessoa, tomando conta, e você procura um médico, um dentista, um farmacêutico e tal, e não encontra. No entanto, nós não vamos nos pautar na exceção. Essa exceção precisa estar devidamente clara. Ela precisa estar atual, fazendo com que a legislação possa olhar de hoje para a frente, e não para trás. Com essas inconsistências é que, muitas vezes, o Judiciário e até o Ministério Público lançam mão do TAC. E eu disse logo: “Estou aqui com uma pilha de TACs que me mandaram do Amapá, do Pará, do Rio Grande do Sul e tal. Eu li e, efetivamente, esses TACs tentam fazer na prática o que o legislador deixou de fazer”.

Então, Vanessa, todas essas observações que você fez são pertinentes. Nós precisamos ter um ponto de convergência. E é através da auscultação... Eu que sou um médico da época em que botar a mão e auscultar valia muito mais do que um tomógrafo é uma ressonância magnética confio muito na prática política de auscultar, de ouvir as diferenças e tentar convergir para um relatório que possa atender à sociedade brasileira e ao futuro do nosso País.

Eu vou pedir à Presidenta Vanessa e aos representantes de vários segmentos que me liberem. E peço perdão pela ausência durante as considerações finais, o que acho que não vai alterar o curso natural da audiência pública, por conta dessa audiência que terei no Ministério da Educação.

Muito obrigado. Um abraço.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

Muito obrigada, Deputado, pela sua participação.

Dando continuidade, na mesma ordem que nós concedemos a palavra, eu passo aos nossos convidados que queiram fazer alguma observação ainda e as suas considerações finais.

Bruno, com a palavra.

O SR. BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS – Senadora, acredito que o seu último relato reflete exatamente o posicionamento da Agência.

Na verdade, a Agência não tem intenção nenhuma de que as farmácias não tenham responsável técnico em momento algum. Ela apenas flexibiliza em situações críticas, em localidades críticas para que a população tenha acesso ao medicamento. Eu acho que esse é o real posicionamento que a Agência, que você muito bem colocou na sua fala.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Gostaríamos, caso haja necessidade, de ter novos diálogos com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Dr. José Aparecido Junqueira, com a palavra.

Não? Muito obrigada.

Então, Ronald Ferreira dos Santos, representando a Fenafar.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Bem rapidamente, agradecer a possibilidade de os farmacêuticos poderem ser ouvidos nesse momento e a leitura que tem o Conselho Federal de Farmácia, a Federação Nacional dos Farmacêuticos, o conjunto das entidades farmacêuticas. Na verdade, é um pouco isso que o

Deputado Ivan Valente colocou na sua fala: a medida provisória vem trazer uma certa continuidade de uma polêmica na qual os tribunais vão ser extremamente demandados, quando, na verdade, com a Lei nº 13.021, nós poderíamos dar um importante salto no processo de qualificar esta atividade econômica, esta atividade sanitária chamada Farmácia no Brasil. Mas nós, as entidades farmacêuticas, temos a convicção e a confiança de que é possível encontrar, no diálogo, no debate aqui no Congresso nacional, uma justa medida. E a preocupação central das entidades farmacêuticas é o potencial da Lei nº 13.021 de, de fato, transformar essa atividade em uma atividade diferenciada, qualificada em um estabelecimento e que consiga se materializar.

E se se mantiverem as controvérsias que só o Judiciário poderá resolver, no caso da autoridade técnica? Porque, na verdade, é isso que traz a Medida Provisória. Ao resgatar o conjunto do art. 15, continua trazendo para o espaço do Judiciário uma polêmica que nós temos desde 1973: afinal de contas, quem é esse técnico que já está consolidado no Brasil? Das 70 mil farmácias no Brasil, aproximadamente 0,01% delas têm na Justiça um questionamento, ou seja, já está consolidado, mas é uma ameaça que não permite a regulamentação dos assistentes que atuam nessa atividade econômica, os assistentes do farmacêutico.

Temos convicção de que é possível encontrar um bom termo para permitir um texto que consiga garantir o direito à população de ser atendida por profissionais qualificados e que o conjunto dos profissionais que vão atuar nessa atividade econômica tenha condições de ter a sua atividade devidamente regulamentada para o bem dos empreendedores nessa atividade, para os trabalhadores dessa atividade e, principalmente, para os usuários dessa atividade. Temos plena convicção de que é possível. Isso é o que acredita a Federação Nacional dos Farmacêuticos, e tenho certeza que é o que acredita o conjunto das entidades farmacêuticas representadas pelo Fórum Nacional de Valorização da Profissão Farmacêutica.

É isso, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada ao Dr. Ronald.

Passo a palavra ao nosso convidado também para fazer as suas exposições, ao Dr. Pedro Zidoi Sdoia, que preside a Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico, ABCFarma.

O SR. PEDRO ZIDOI SDOIA – Eu quero informar aos presentes que esta Medida Provisória não foi sugerida pelo comércio farmacêutico, não foi assessorada pelo comércio farmacêutico. Ficamos até surpresos e por que não dizer agradecidos? Eu não vim aqui para fingir. Ficamos agradecidos porque a lei deixou muitos problemas, e, depois, teremos que bater na porta da Justiça para acertarmos. Então, vamos eliminar esses problemas. Esta Medida Provisória dá a oportunidade a esta Comissão de fazer um trabalho à altura da necessidade dos nossos doentes do Brasil inteiro.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Eu agradeço a presença dos senhores, Dr. Bruno Rios, José Aparecido, Ronald e Pedro Zidoi.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a reunião, lembrando que nossa próxima audiência pública, dia 11, possivelmente, será nesse mesmo plenário, nessa mesma hora.

Muito obrigada a todos e a todas que serão convidados para a próxima audiência pública.

Obrigada.

(Iniciada às 15 horas e 00 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 19 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 653, DE 2014, PUBLICADA EM 11 DE AGOSTO DE 2014, QUE “ALTERA A LEI Nº 13.021, DE 8 DE AGOSTO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E A FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS”, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e dois minutos do dia onze de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 653, de 2014, com a presença do Senador Romero Jucá e dos Deputados Manoel Junior, Eleuses Paiva e Ivan Valente. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, a Deputada Alice Portugal. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência convida os seguintes participantes para comporem a Mesa e realizarem suas exposições: Sérgio Mena Barreto, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia e Drogarias – ABRAFARMA; José Levi de Mello Amaral Júnior, Consultor Jurídico da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República – SMPE/PR; Alexandre Correia Dos Santos, Federação Interestadual dos Farmacêuticos – FEIFAR; José Miguel do Nascimento Junior, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos

Estratégicos do Ministério da Saúde; Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares. Com a aquiescência dos membros da Comissão, a Presidente concede a palavra ao Sr. Renato Tamarozzi. Faz uso da palavra o Deputado Ivan Valente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e um minuto, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 653, de 2014.

A presente reunião destina-se à realização da audiência pública para tratar e instruir a matéria. Conforme aprovamos na 2ª Reunião, decidimos pela realização de duas audiências públicas, devido à quantidade de palestrantes e, principalmente, pelo fato de estarmos atendendo a uma solicitação do Conselho Federal de Farmácia e de todos os seus regionais aqui presentes. Agradecemos a presença de todos e de todas.

Da mesma forma, na reunião passada, de comum acordo com o Relator, Deputado Manoel Junior, vamos ter de nos dividir hoje entre esta Medida Provisória e a de nº 652, que trata da aviação regional, de onde ele já veio e para onde tenho de ir, pelo menos um pouco.

Chegou até a Comissão um requerimento, solicitando a inclusão do Sr. José Miguel do Nascimento Júnior, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, para que componha a Mesa também. Então, nós já acertamos que ele comporá a Mesa e participará de nossa audiência pública. Não só agradecemos a presença, como também pedimos até desculpas, porque se trata de uma Secretaria específica do Ministério da Saúde, de Assistência Farmacêutica, que deveria estar convidada desde o início.

Vamos convidar para fazer assento à mesa:

- Dr. Sérgio Mena Barreto, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia e Drogarias (Abrafarma);
- Dr. José Levi de Mello Amaral Júnior, Consultor Jurídico da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República;
- Dr. Alexandre Correia dos Santos, Representante da Federação Interestadual dos Farmacêuticos (Feifar);
- Dr. José Miguel do Nascimento Júnior, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; e
- Dr. Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por um período máximo de dez minutos – na audiência passada nem foi necessário isso – e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos.

Se não houver objeção, a ordem da exposição será a que fizemos o convite, mas, antes de passar a palavra ao primeiro orador, passamos a palavra ao nosso Relator, Deputado Manoel Junior.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Inicialmente, quero dar boa tarde a todos e a todas e agradecer e pedir desculpas ao mesmo tempo diante do adiantado da hora. Estamos dividindo-nos entre duas Comissões: voto do relatório e, aqui, a audiência pública. Tivemos que dar justamente esse intervalo de meia hora, para começarmos aqui.

Quero agradecer a presença entre nós de um grande amigo, irmão, ex-Presidente da Anvisa, Dr. Dirceu Raposo, que aqui abraço. É uma satisfação enorme tê-lo aqui conosco.

Vamos agora iniciar a nossa audiência.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Manoel Junior, sempre atento. Considerem meus também os cumprimentos ao Dr. Dirceu.

Então, passemos a palavra ao Dr. Sérgio Mena Barreto, representante da Abrafarma.

O SR. SÉRGIO MENA BARRETO – Boa tarde a todos, Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, Deputado Manoel Junior e demais presentes. Tenho uma pequena apresentação a fazer.

Agradecemos o convite, inicialmente.

Vamos ao primeiro eslaide.

Bem, todos participamos, pelo menos uma boa parte das entidades aqui presentes, de toda a parte da negociação da Lei nº 13.021, antigo substitutivo Ivan Valente e, em seguida, com a publicação da Medida Provisória nº 653, e esse é o objetivo desta oitiva hoje, desta audiência pública.

Eu gostaria de tecer alguns rápidos comentários sobre o que conversamos por ocasião da aprovação da Lei nº 13.021 e a consequência da Medida Provisória nº 653, de 2014.

É nítido e notório, para quem viaja muito para fora do Brasil, que as farmácias, no mundo inteiro, estão passando por uma grande mudança. Se formos aos Estados Unidos, o país mais antigo nesse estilo de farmácia que está muito mais próxima do usuário, do cliente, uma farmácia muito mais voltada para a conveniência... Se formos à Europa, a gente pode ver o mesmo modelo na Inglaterra. Se formos, hoje, na Itália, nos arredores de Milão e no sul da Itália, vemos farmácias com um caráter totalmente de conveniência. Então, no sul da Itália, hoje, há redes de farmácias... Na Itália não pode haver rede, mas existem redes informais e lojas que vendem MIPs e produtos de casa, alimentos e tudo o mais. Se formos na América do Sul, vamos ver a mesma coisa na Bolívia, no Chile, na Argentina, no Brasil, uma parte disso, em algumas cidades.

É óbvio que, quando fomos olhar para a Lei nº 13.021, a nossa parte, a Abrafarma foi olhar com esse olhar de a farmácia estar muito mais próxima do consumidor, do usuário. Hoje, a farmácia é considerada, no mundo inteiro e nos Estados Unidos principalmente, o local mais próximo do consumidor, muito mais próximo que o consultório médico, muito mais próximo que o supermercado. Então, é na farmácia onde o consumidor passa pelo menos duas vezes por semana para resolver seus pequenos problemas de saúde e também para adquirir produtos de conveniência.

É só um registro de missões internacionais que a Abrafarma faz, pelo menos, duas vezes por ano. Essa é uma sede do Walmart, nos Estados Unidos. Essa é uma missão que houve, agora, no começo do ano. Estamos sempre em missões voltadas para as universidades e para visitas técnicas.

Não vou trazer aqui as fotos da Essere Benessere, que é uma grande rede italiana hoje. Nem vou trazer fotos da Boots. Vou me focar no mercado americano, porque quero usar dois exemplos de lá dessa mudança da farmácia.

A farmácia americana, todos já sabem, é aquela farmácia muito grande, 1.000m², 700m², que vende uma série de produtos, produtos de conveniência, biscoito. Algumas delas vendiam até cigarro, o que eu achava sempre um absurdo, mas cada Estado americano tem uma legislação própria. Vendem alimentos frescos, vendem produtos de limpeza, higiene e beleza, produtos de consumo, como sorvete, produtos de consumo rápido. Se chegarmos, hoje, a Nova York, a principal rede, a Duane Reade, que hoje pertence ao Walgreens, é o local onde você compra comida pronta, inclusive.

Não estou defendendo esse modelo. Estou dizendo para onde está caminhando aquele mercado para fazer um contraponto do que vou mostrar a seguir.

Além de toda essa parte da venda de outros produtos, de produtos de conveniência, de produtos de higiene e beleza, de produtos de limpeza, comida, sanduiche, essas coisas todas, hoje, a farmácia americana está passando por uma mudança de papel muito nítida. O farmacêutico, que estava atrás do balcão, separando pílulas, deixou de separar pílulas – hoje esse processo é totalmente automatizado... Essa rede mesmo que acabei de mostrar tem seis centros de refil automático, onde envazam as embalagens e entregam os produtos como vendemos no Brasil, o produto pronto para o cidadão. A farmácia assume outro papel e o profissional farmacêutico, se livrando desse papel de entregar pílulas, passou a ter outro papel.

São três papéis que eu queria defender aqui dessa nova farmácia. O primeiro papel que essa farmácia está exercendo muito, nos Estados Unidos, é o papel de imunização. Em pouco mais de cinco anos, 200 mil profissionais farmacêuticos foram treinados para aplicar vacinas nos Estados Unidos. Hoje, para vocês terem uma ideia, a farmácia já é o segundo local que mais vacina adulto nos Estados Unidos. Depois do escritório médico, o segundo local é a farmácia. Somente aquela rede de que mostrei as fotos, o Walgreens, fez 8,5 milhões imunizações no ano passado, nos Estados Unidos. Hoje, se você vai tomar vacina de gripe nos Estados Unidos, não vai ao consultório médico, vai à farmácia. Você paga US\$29.00 ou US\$39.00 e toma sua vacina da gripe.

Outro papel que o farmacêutico está exercendo agora, porque ele sai de trás do balcão e vem para a frente do balcão assumir esse novo papel de aconselhar e de acolher.

Então, a gente começa a ver também aquela mesma loja, daquelas fotos que eu mostrei a vocês... Aliás, desculpem-me, esta é uma loja do modelo antigo. Numa farmácia do modelo antigo, haveria um balcão, o farmacêutico ficaria atrás do balcão, escondido atrás daquela madeira onde ele faria a mudança das pílulas, colocaria as pílulas em quantidade exata nas embalagens. E essa é a nova farmácia que vocês começam a ver nos Estados Unidos. Essa é uma loja que fica em Wall Street, em frente à Bolsa de Valores dos Estados Unidos. Há uma sala onde ele pode atender o paciente, tirar dúvidas do paciente. E há um pequeno avanço: ele sai detrás do balcão. Está aí escrito: "Fale com o seu farmacêutico". Ele faz esse papel de acolher o cidadão.

Se o cidadão já tem uma prescrição anterior, ele próprio pode ir a uma máquina de *pick up*, de refil, que é uma coisa que há muito nos Estados Unidos, e renovar automaticamente a sua receita ou, se ele está com um

pequeno problema de acne, gripe, um problema de pele, uma infecção alimentar, uma irritação alimentar – essa é a sala em que o farmacêutico dá aula para os pacientes –, pode ir a uma clínica que está dentro da própria loja.

Também não estou defendendo esse modelo aqui. Só estou dizendo o que está acontecendo nessa mudança de reposicionamento dessas farmácias nos Estados Unidos.

Essa é uma farmácia lá em Denver, no Colorado. Existem 8 mil dessas clínicas hoje dentro das lojas americanas. Aquela é uma enfermeira. Lá nos Estados Unidos existe um tipo de enfermeira, uma categoria de enfermeira que pode prescrever. Em alguns Estados, são médicos que prescrevem. Então, se faz uma associação com uma clínica local, com um provedor de saúde local. Nesse caso aqui, é uma loja do Walmart na Califórnia. São dois consultórios. Quem atende são médicos. E atendem na própria loja.

O varejo americano hoje se transformou na grande porta de entrada do problema de saúde do americano. Assim como temos questões vinculadas a atraso, a tempo de atendimento no Brasil, nós também temos lá nos Estados Unidos. Acontece isso.

O que está acontecendo no Brasil? Para onde a gente caminha? O que eu vejo por aqui?

A meu ver, a gente começa um novo papel para a farmácia no Brasil. A primeira grande mudança que aconteceu este ano foi uma decisão histórica do Supremo Tribunal Federal que, em agosto, decidiu que todas as leis estaduais que permitem a venda de conveniência em farmácia são constitucionais, contra a RDC nº 44, da Anvisa, que limitou. Inclusive, o voto do Ministro Marco Aurélio é bastante impressionante. Ele diz que a agência não pode se sobrepor à lei. E as oito leis então questionadas, aliás, as doze leis cuja constitucionalidade foi questionada foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em agosto. Então, essa discussão fica pacificada nesse momento.

A outra é que, além de o Supremo Tribunal Federal ter considerado constitucionais as vendas, as leis que permitem a venda de produtos de conveniência em farmácia, eu diria que a segunda vitória deste ano – a primeira foi a vitória contra essa indefinição que existia – foi a vitória do diálogo, quando o setor conseguiu, todas as partes, sentar e promover a discussão em torno do que virou a Lei nº 13.021 e definiu o novo papel para o farmacêutico, a meu ver, um avanço muito grande.

A farmácia, sem deixar de ser quem é, passa a assumir um novo papel, passa a prestar uma série de serviços. Nós mesmos, na Abrafarma, já tínhamos começado a estudar esse assunto. Até já entreguei para o Deputado Relator, Manoel Junior, um relatório sobre a primeira pesquisa sobre serviços farmacêuticos. Nós a fizemos no ano passado. Foi coordenada pelo Prof. Cassyano Corrêa. E agora nós estamos planejando, já desenhando – vou passar esse relatório para a Senadora e também as cópias dessa apresentação que trouxemos para os Parlamentares – uma série de serviços de que nós pretendemos, depois, em conjunto com o Conselho Federal de Farmácia e em conjunto com a Anvisa, pedir a regulamentação.

Eu acho que o farmacêutico pode prestar um serviço muito além do de um simples entregador de caixinha, que é o papel que ele tem hoje infelizmente. Ele pode assumir o papel de orientar o paciente, de acompanhar, ou seja, fazer toda a parte que a farmácia não faz hoje.

Nós temos oito serviços e estamos desenhando, também com a coordenação do Prof. Cassyano, o serviço de hipertensão em dia, de colesterol em dia, de diabetes em dia, revisão da medicação, imunização, autocuidado, programa para parar de fumar e programa de perda de peso, sem entrar na seara médica, sem entrar na questão da prescrição. São serviços que hoje são facilmente encontrados em farmácias da Europa. Aquele farmacêutico dos Estados Unidos que sai do balcão e vem à frente presta esse serviço também. Nós achamos que a Lei nº 13.021 permite que a pessoa possa fazer esse serviço na farmácia.

No meio do caminho, depois de toda negociação da discussão da lei, acabamos encontrando um problema, um problema que não sabíamos que existia, mas, infelizmente, alguém, na Casa Civil, percebeu que nós tínhamos um problema nas mãos. A Presidente sancionou a Lei nº 13.021 em um dia, mas, no dia anterior, ela sancionou outra lei sobre mudanças no estatuto da microempresa.

Eu já ouvi muita discussão sobre isso, dizendo que isso é só um problema tributário. Mas não é, gente, um problema tributário. Quando um setor, como uma microempresa, tem um estatuto, chamado Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, isso quer dizer que – eu sou advogado, mesmo assim consultei meus advogados – ela substitui todas as outras normativas.

Então, quando a Lei Geral diz: “Para o Estado, contrata da microempresa, siga-se essa regra”, substitui-se a regra de contratação original. Quando o Estado diz: “para tributar, siga-se essa regra”, substitui a regra original, e também em todas as outras áreas abrangidas pela lei.

Infelizmente, foi um problema que surgiu no meio do caminho, nós não sabíamos. Então, no dia anterior à sanção da lei, 7 de agosto, houve a sanção da alteração do Estatuto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Eu vou reproduzir o texto da lei aqui para vocês entenderem o problema.

Art. 1º Ressalvado o disposto no Capítulo IV, toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, no instrumento que a instituiu [ou seja, na própria lei nova], especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento.

§6º A ausência de especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido ou da determinação de prazos máximos, de acordo com os §§ 3º e 4º, tornará a nova obrigação inexigível para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Eu também me assustei quando vi a sanção da Lei nº 13.021, e, ao mesmo tempo, a edição da Medida Provisória nº 653. O que eu imagino que tenha acontecido é que alguém, na Casa Civil, olhou a lei e disse: “Nossa!”

Como, desde ontem, todas as leis que aprovarem no Brasil têm que ter um tratamento diferenciado para a micro e pequena empresa, porque senão ela passa a ser inválida, e como essa lei não, nós não tínhamos realmente imaginado, logo, baixou-se a Medida Provisória nº 653.

A meu ver, e a leitura que eu faço, como advogado – consultei o nosso jurídico, vários jurídicos – é: se a Medida Provisória nº 653 cair por prazo ou ela for rejeitada, as farmácias não vão precisar cumprir a Lei nº 13.021. E aí muita gente diz: “Ah, mas se não cumprir a Lei nº 13.021, vale a Lei nº 5.991”. Gente, mas nós não nós não podemos ter uma lei que vale só para uma parte das farmácias e não vale para todas elas. Nós temos que ter uma lei que vale para todas.

Então nós temos um problema, Sr. Relator.

Eu vou pegar, aqui, a quantidade de estabelecimentos, para fazer uma comparação para vocês verem de que tamanho é o problema de que estamos falando.

Esse é um dado do Conselho Federal, de 2011, que diz que no Brasil existem 85.036 mil farmácias, dentre elas há as de manipulação, homeopáticas e hospitalares.

Olha só: recorri-me ao Portal do Simples Nacional – gravem o número de 85 mil – e, lá, diz que existem 74.872 mil drogarias, farmácias e farmácias homeopáticas, que são microempresas. Então, das 85 mil, 72 mil são microempresas. Estamos falando de 11 mil farmácias que ficariam fora da regra.

Estou concluindo.

Se vocês forem ao Portal do Simples vocês verão a distribuição de microempresa por Estado. Então, nós estamos falando de um problema sério. E nós estamos falando de um problema também, e eu não vou colocar panos quentes sobre ele, que é o problema da má distribuição da quantidade de profissionais que temos no Brasil.

Tenho aqui dados da *Folha de S. Paulo*, de 2010, que tinha como manchete “Brasil enfrenta apagão de mão de obra qualificada”, que diz que empresas deixam de preencher 1,6 milhões de vagas, tendo postos sobrando para engenheiros e farmacêuticos, destacou a matéria da *Folha*. Além de fazer referência – dados de 2009 – a engenheiros e nutricionistas, diz que a terceira vaga não ocupada era a de farmacêutico.

Peguei os dados de 2013 do Conselho, depois o Presidente Walter pode me confirmar se é isso mesmo, mas fiz uma conta, de dados por mim levantados, de apresentação de que são 179 mil profissionais.

Se realmente nós temos 85 mil farmácias, que é o que o Conselho diz, e considerando que tem farmacêuticos que trabalham em indústria, laboratórios, distribuidoras, importadoras – e eu coloquei só dois farmacêuticos para cada uma dessas empresas. Assim, nós temos, sobrando – considerando que temos 28 mil farmacêuticos alocados em outros estabelecimentos –, nessa conta que eu fiz, para trabalhar em farmácias, 151 mil profissionais. Se nós temos 85 mil estabelecimentos, nós temos um problema, porque, para cada farmácia que abre 12 horas por dia, de segunda a domingo, tenho que ter três profissionais e, para cada farmácia que abre as 24 horas do dia, que são cerca de 10% do total, tenho que ter cinco. Assim, já hoje, eu tenho um déficit de 122 mil profissionais.

Então, são essas algumas das questões que nós jogamos na mesa para o debate, colocando-me à disposição para algum esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Mena Barreto pela participação.

Eu quero anunciar a presença da Deputada Alice Portugal, a única Deputada Federal farmacêutica, e comunicar que a sua inscrição já foi feita.

Gostaria de lembrar aos próximos expositores que nós temos uma mesa com cinco integrantes. Assim, se cada qual utilizar mais do que 10 minutos, a gente vai demorar muito para sair daqui; e, dentro em breve, terão início as sessões plenárias tanto do Senado quanto da Câmara. Então, pediria a todos que observassem o seu tempo.

Com a palavra o Dr. José Levi de Mello Amaral Júnior, que fala aqui pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

O SR. JOSÉ LEVI DE MELLO AMARAL JÚNIOR – Bom tarde a todos!

Eu gostaria de, primeiramente, agradecer à Presidente da Comissão, Senadora Vanessa Grazziotin, pela oportunidade de participar deste debate; de cumprimentar, de maneira bastante especial, o Sr. Deputado Manoel Junior, Relator da matéria; e cumprimentar todos os membros da mesa e os aqui presentes.

Minhas exposição será bastante breve, Claro que não posso deixar de expressar a minha maior satisfação, a minha honra e a minha alegria de estar perante esta Comissão Mista que debate a Medida Provisória nº 653, de modo a tentar contribuir para com os seus trabalhos.

A Medida Provisória nº 653 é bastante objetiva. Ela mantém vigente, para as micro e pequenas farmácias, o art. 15 – e apenas o art. 15 – da Lei nº 5.991, de 1973, de modo que – e leio naquilo que importa no substrato normativo mantido:

Em razão do interesse público e na falta do farmacêutico [e isso é determinante], o órgão sanitário de fiscalização local licenciará os estabelecimentos sob a responsabilidade técnica de prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro igualmente inscrito no Conselho Regional de Farmácia.

Portanto, esse dispositivo da lei antiga, preservado pela Medida Provisória nº 653, só se aplica na falta de farmacêutico. Havendo farmacêutico, será este – e necessariamente este – o responsável.

Portanto, a medida provisória não inova, apenas preserva e prestigia uma compreensão bastante antiga que decorre da literalidade de uma lei aprovada por este Congresso Nacional.

E digo mais: essa literalidade normativa antiga é reafirmada por uma jurisprudência pacífica e reiterada do Superior Tribunal de Justiça, inclusive com amparo num verbete de súmula daquela Corte Superior. Claro; refiro-me, aqui, à Súmula nº 120, que leio: “O oficial de farmácia, inscrito no Conselho Regional de Farmácia, pode ser responsável técnico por drogaria”.

Esta súmula, inclusive, se refere apenas e tão somente a drogaria. Não há nisso nenhum problema, porque o que se pretende com a Medida Provisória nº 653 é manter a compreensão oficial à lei de 1973, inclusive com aporte, restritivo que seja – não tem problema –, do entendimento jurisprudencial aplicável.

Eu me permito ainda registrar que técnico em farmácia é um profissional existente. No debate, tem sido dito, muitas vezes, que técnico não existe mais.

Tem sido dito, muitas vezes, que técnico não existe mais. Agora, ele existe. É um profissional existente. Tanto isso é verdade que a ideia, a figura de técnico em farmácia compõe um leque bastante amplo de opções do Pronatec, do Senac, do Centro Paula Souza – só para dar alguns exemplos mais óbvios.

E ainda me permito citar que o próprio hospital Albert Einstein, que é uma referência no nosso País em matéria de saúde, oferece curso de técnico em farmácia em parceria justamente com o Pronatec.

E qual é o problema? O problema é que não leva a efeito o registro desses profissionais técnicos no Conselho competente. Daí justamente em função disso que surge a volumosa linha de precedentes do Superior Tribunal de Justiça na matéria.

Notem que não se trata aqui de interferência judicial, de ativismo judicial, mas sim de decisões judiciais que protegem a literalidade de uma lei antiga votada por este Congresso Nacional.

E aí eu parto para minha conclusão, lembrando o seguinte: todos nós sabemos que a lei boa em muitos casos é a lei antiga. A Medida Provisória nº 653 protege e prestigia uma lei com mais de 30 anos de vigência. Ela não impede a atualização da legislação sobre o assunto. Muito pelo contrário, apenas preserva um ponto, um aspecto importante de uma legislação anterior, sem prejuízo da lei nova, em coerência com o contexto real do assunto no nosso País.

Ora, por que eu digo isso? Porque não se tem farmacêutico para todas as drogarias do País. O orador anterior foi bastante explícito em relação a isso. Inclusive eu até trouxe também uma reportagem do início deste ano de 2014 da *Folha de S.Paulo* dando conta que em metade das farmácias o País faltam farmacêuticos.

É nesse espaço que surge a possibilidade do técnico em farmácia que é ressalvado, é permitido, é admitido pela Medida Provisória nº 653, nos termos da lei de 1973 apenas e tão somente se e quando não houver farmacêutico. Se houver farmacêutico, é ele que o responsável.

Essa situação ocorre justamente nos rincões mais humildes do nosso País. É por isso que a Medida Provisória nº 653 tem total razão de ser.

É por isso que a medida provisória prevê – insisto –, nessas regiões onde faltam farmacêuticos e assim mesmo apenas para micro e pequenas farmácias, os técnicos poderão ser responsáveis por drogarias, desde que não haja farmacêutico. Nada, absolutamente nada, além disso faz a medida provisória, que é – insisto – bastante objetiva, na providência que leva a efeito.

Srª Presidente, eu concluo apenas enfatizando algo que o orador anterior, com muita propriedade lembrou: a nova legislação do Simples Nacional – refiro-me à Lei Complementar nº 123 –, com o aporte que lhe deu a Lei Complementar nº 147, realmente torna inexigível qualquer obrigação contra micro e pequenas empresas – e aqui não são apenas obrigações de natureza tributária, são quaisquer obrigações – que não sejam

construídas na forma de um tratamento diferenciado. Micro e pequenas empresas devem ter tratamento diferenciado no sentido de mais favorecido. É o que decorre do art. 179 da Constituição, dispositivo constitucional originário do nosso Constituinte de 1988. É um tratamento diferenciado, necessário e indeclinável.

A MP 653, de maneira explícita, vem justamente disciplinar um tratamento diferenciado para micro e pequenas farmácias, e esse tratamento diferenciado é bastante racional.

É a manutenção em vigor de uma lei antiga, testada, conhecida, mais do que isso, com aporte jurisprudencial atual, bem conhecido, pacífico numa corte superior brasileira, que, na opinião da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, tem uma justificativa bastante firme.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LEVI DE MELLO AMARAL JÚNIOR – Srª Presidente, muito obrigado pela oportunidade uma vez mais.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. José Levi. Pelas duas primeiras exposições, vamos ter um debate bem interessante no dia de hoje.

Passo a palavra ao Dr. Alexandre Correia dos Santos, que aqui representa a Federação Interestadual de Farmacêuticos (Feifar).

O SR. ALEXANDRE CORREIA DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Quero saudar a Mesa na pessoa da Senadora Vanessa Grazziotin; em nome do nosso Deputado Manoel Junior, também saudar os Deputados aqui presentes.

Venho aqui trazer a contribuição da Feifar em relação ao debate. Nós sabemos que o farmacêutico é um profissional tido na cadeia de produção e na cadeia da ciência farmacêutica desde a pesquisa do medicamento até a dispensação desse medicamento ao paciente. Isso traz para a gente um compromisso desse profissional com a qualidade do atendimento ao paciente, e, de forma alguma, a gente deixa de reconhecer que, como o próprio modelo tratado aqui pelo expositor anterior sobre o modelo americano, que hoje também se desenha no Brasil, as farmácias comerciais tendem a ser essa porta de entrada hoje do sistema de saúde, inclusive com a Lei nº 13.021, que dá condições a essa farmácia de fazer os serviços farmacêuticos. Então, isso é um momento importante que a gente tem.

E, nesse contexto, a gente traz uma preocupação. Por quê? Porque nós sabemos que cerca de 60 mil pacientes usuários de medicamentos neste País, o que corresponde a uma condição em que 50% dos medicamentos prescritos no País... Há uma tendência de o usuário fazer uso incorreto dos medicamentos, levando a 60 mil internações por intoxicação medicamentosa em cerca de cinco anos no País, o que traz um problema de saúde grave ao sistema de saúde brasileiro. Então, esse é um ponto que tem de ser levado em consideração.

Como foi colocado aqui em relação às condições dos rincões brasileiros, sabemos também que esses cálculos apresentados – até conversava aqui anteriormente com o Mena –, sabemos que a própria legislação hoje dá permissão aos farmacêuticos serem responsáveis técnicos por duas empresas: farmácias ou drogarias. Assim, eleva-se a quantidade da sua carga horária, não só como oito horas trabalhadas, mas chegando a quatorze horas trabalhadas. Então, esse déficit apresentado aqui, se fizermos um cálculo dele, na condição que hoje é colocada, traz uma diferença bastante considerável também para que seja prestado serviço de assistência farmacêutica.

Aí, nós temos nessa condição um outro fator muito complicador. Nós sabemos também que, nos rincões, como também nos grandes centros, temos algumas dificuldades: o baixo salário, o descumprimento das convenções coletivas de trabalho. Isso faz também com que esse profissional não queira prestar o serviço, porque é descumprida a convenção coletiva de trabalho desse profissional. O desrespeito, inclusive, no sentido de que temos nesse descumprimento alguns problemas causados com a questão dos órgãos sanitários, algumas práticas irregulares. Esse é um problema que nos traz preocupações.

De forma alguma, deixo de reconhecer que a farmácia comercial tem de ter o lucro. Nós também entendemos que a questão do tratamento diferenciado que se está colocando nos traz outro problema. Por quê? Como foi colocado aqui com relação ao técnico, à possibilidade do técnico, a gente lembra que a Lei nº 3.820, que coloca os profissionais farmacêuticos... Os profissionais registrados no Conselho não têm a figura do técnico de farmácia, que na época não existia. Esse problema a gente tem travado inclusive, porque leva à questão judicial nesse sentido.

Então, são pontos sobre os quais temos de fazer as ponderações, e aí, com certeza, os Deputados têm um grande problema pela frente, de equacionar esse processo da evolução que a legislação traz hoje com a Lei nº 13.021 e com relação à MP, que remete a uma condição que vai fazer com que as farmácias tenham um tratamento diferenciado. E, ao mesmo tempo, vai continuar através da MP a briga na Justiça, porque a gente vai trazer um texto que hoje termina nos tribunais com essas decisões que a gente tem aí de várias liminares.

Então, esse é um ponto que a gente tem que levar em consideração.

A gente também traz aqui e faz uma referência que já a 1ª Conferência de Vigilância Sanitária traz para a gente, com relação a comercialização de medicamentos no Brasil, que foi deliberado, pela exigência de estabelecimento, um novo modelo de farmácia que garanta ao cidadão o direito à atenção farmacêutica em estabelecimentos comerciais diferenciados como unidades de saúde que atendam às diretrizes da Política Nacional de Medicamentos.

Então, a Lei nº 13.021 aponta nessa direção que tinha sido proposta e deliberada pela 1ª Conferência de Vigilância Sanitária. Então, ela veio consolidar isso que foi deliberado.

Na 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, em 2005, nós também temos como um dos pontos interessantes a garantia à atenção farmacêutica integral em todas as farmácias, drogarias, dispensários, farmácias hospitalares e unidades de dispensação em todas as esferas de governo no SUS e na iniciativa privada, bem como oferecer condições ideais de trabalho.

Aí, a gente, enquanto federação, coloca essa situação das condições ideais de trabalho porque nós sabemos que hoje a realidade também nas farmácias, onde o profissional farmacêutico, até para desempenhar a sua função de alimentar um sistema do SNGPC e fazer os seus trabalhos, não tem nem uma cadeira para se sentar, porque existe o problema que ele tem que trabalhar em pé, e não tem uma sala para fazer o seu trabalho, sendo que os próprios órgãos colocam como prerrogativa do profissional farmacêutico exercer essa atividade, salvo, também, a questão que nós temos hoje do programa Farmácia Popular, que traz na sua estrutura o profissional farmacêutico como responsável, e nós sabemos, por vários relatórios, que tem acontecido diversos problemas no País, por exemplo, quando o Ministério da Saúde aponta, em suas auditorias, que esses programas estão sendo burlados pela captação errada de receita, por essas coisas que vêm acontecendo e estão sendo apontadas pelos relatórios.

Então, são situações que a gente tem que tratar nesse contexto porque nós temos também outro processo que, nessa condição, causa problema para a saúde pública brasileira, problema ao consumidor, o usuário do medicamento, que fica, muitas vezes, tendo um serviço que poderia ser de melhor qualidade.

Nesse contexto, a gente também queria trazer de volta a condição que foi vetada na lei com relação ao art. 9º, que foi colocado que era prerrogativa das farmácias a comercialização de medicamentos. Eu acho que é um ponto muito importante que a gente deveria trazer de volta para o debate, salvo fazer a mudança que foi proposta inclusive com relação a uma terminologia que não estaria de acordo com o processo. É um ponto muito importante inclusive para poder trabalhar esse mercado que a gente está colocando aqui com os avanços como estabelecimentos que vão prestar atenção à saúde.

Assim, nossa proposta é a defesa da saúde da população. Propomos o avanço, propomos avançar – acho que demos um passo muito grande – na garantia do direito do usuário e consumidor de medicamento de ter, além do acesso ao medicamento com qualidade, o acesso ao atendimento do farmacêutico de forma universal, equânime e igualitária, sem a interferência de interesses comerciais. Eu acho que dá para andar junto, dá para a gente ter a venda, o comércio, mas com qualidade.

Então, esta é a contribuição que a Feifar queria deixar aqui no debate.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito bem. A gente agradece da mesma forma, Dr. Alexandre, por sua participação.

Dando continuidade, convido para usar da palavra o Dr. José Miguel do Nascimento, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde.

Com a palavra V. Sa, Dr. José Miguel.

O SR. JOSÉ MIGUEL DO NASCIMENTO JÚNIOR – Boa tarde para todos e todas. Cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin, o Deputado Manoel Júnior, a Deputada Alice Portugal.

No Ministério da Saúde, a reflexão que nós fizemos, e não é uma reflexão recente, é de que a Lei nº 13.021 representa uma conquista para a sociedade brasileira. Ela tem aspectos inovadores bastante importantes, ela transforma uma farmácia de cunho comercial em uma farmácia como estabelecimento de saúde.

E essa é a principal questão que a gente precisa preservar.

O Deputado Manoel Junior está com a tarefa de fazer um texto a partir da medida provisória. O Ministério da Saúde entende que a conceituação, a definição de assistência farmacêutica, a definição da farmácia como unidade de prestação de serviço destinada a prestar assistência farmacêutica à saúde e a orientação individual e coletiva reafirma o farmacêutico como o profissional responsável pela assistência farmacêutica.

Essa questão, Deputado, de reafirmar o farmacêutico como profissional se encontra em dois momentos na lei. Acho que ela é a principal porta de entrada para que compreendamos a medida provisória e como a gente sai desta medida provisória para outro patamar. Esperamos que esse outro patamar de legislação que o senhor vai propor e a gente espera que seja aprovado consiga mediar o embate ou o conflito existente, entendendo que essa nova norma não será estanque. Ela tem que ser uma norma que sirva para a atualidade, mas

que permita uma flexibilidade e se vá adequando essa norma por meio de atos da própria Vigilância Sanitária, da própria Anvisa, do próprio Conselho Federal de Farmácia, porque se hoje tem uma unidade distante de uma localidade distante, amanhã, por meio de políticas públicas, essa unidade já não estará mais desassistida ou desamparada.

Então, o desafio é preservar o farmacêutico como profissional de saúde. E a lei avança porque passa a prever a possibilidade de outros serviços, de acordo com o perfil epidemiológico dessas farmácias. E aí eu me lembro desse debate de muitos anos atrás sobre a questão da responsabilidade solidária entre o farmacêutico e o proprietário do estabelecimento, para que a palavra técnica, a palavra do farmacêutico seja valorizada em relação ao interesse comercial.

Acho que esses cinco, seis aspectos, para nós, no Ministério da Saúde, são inovadores, fizeram toda diferença em relação a esse processo de marcação da nova legislação, mas, como diz o Sérgio Mena Barreto, no meio do caminho tinha a Lei nº 123 e creio que aqui para todos foi uma surpresa ter que pensar o contexto da lei como o contexto da Lei nº 123.

Na nossa opinião, em relação à Medida Provisória nº 653, simplesmente dizer que aplica-se o disposto do artigo 15... Ela é inócua. A medida provisória, com essa redação ou definição é inócua, porque como aqui também alguns já falaram, esse profissional realmente não existe. Se você for procurar hoje, os Conselhos de Farmácia não podem inscrevê-lo. Aí a gente tem um problema de natureza do Judiciário, enfim, de busca de direito em outros mecanismos.

É importante ressaltar, Deputado Manoel, que em 1973 – e eu não sou tão velho assim –, a farmácia e a drogaria passam a ter obrigatoriamente assistência de técnico responsável. Essa terminologia ou essa denominação, ou essa maneira de prescrever a lei... Esse técnico responsável à época, e a gente está olhando para 50 anos atrás... A gente está falando do farmacêutico, mas não está devidamente disciplinado, escrito, definido, absolutamente transparente, mas é inscrito no Conselho. Então, esse e os seus incisos e parágrafos também vão falando do técnico responsável, sem dizer que é o farmacêutico.

O nosso entendimento vai aparecer um pouco mais à frente. A gente precisa plasmar, definir, no art. 15, que nós estamos, sim, falando do farmacêutico.

Não há, nos outros parágrafos, muito menos no terceiro, previsão para o exercício da responsabilidade técnica pelos técnicos de farmácia. Olhando literalmente o art. 15 da Lei nº 5.991, no nosso entendimento não há previsão para o técnico em farmácia ser o responsável técnico.

Olha, se o art. 15 da 5.991 pede que ele seja inscrito, os inscritos nos conselhos serão o farmacêutico ou os outros... Serão... Desculpe. Aqui. Deixe-me ver aqui.

“Serão inscritos em quadros distintos auxiliares técnicos de laboratório, de indústria, de laboratórios de análises clínicas, de controle de pesquisa [...] os práticos ou oficiais de farmácias licenciados.”

Estes aqui estão em extinção. Eles foram licenciados, porque, em 1960 – aliás, hoje faz ano, 11 de novembro de 1960; completando 54 anos –, esse técnico de farmácia a que a medida provisória remete um entendimento também não está, porque esse prático oficial de farmácia tinha de provar que eram proprietários das suas empresas, das suas farmácias nesse ano. Eles estão em extinção. Se eles existem, estão pra lá dos 70, 80 anos.

Então, pensando objetivamente, o problema criado pela medida provisória, com o texto que traz, deve ser corrigido, entendendo que essa correção pressupõe uma legislação que dê uma certa dinamicidade e não amarre o processo de formulação futura. Entendemos que deixar a interpretação da Lei nº 13.021, ou da medida provisória com qualquer outro texto, para o Judiciário interpretar é extremamente ruim.

Assim, a nossa observação é a de que seja incluído na Lei nº 3.820 um inciso, para prever a inscrição do técnico em farmácia nos conselhos e também estabelecer que compete ao Conselho Federal de Farmácia definir o âmbito de atuação deste técnico de farmácia, porque há um conjunto de medicamentos, que requer um conjunto de cuidados, um conjunto de orientações, mesmo o medicamento mais simples não é isento de risco, e esse técnico de farmácia não vai conseguir ter a formação ampla para substituir o farmacêutico. Ele pode vir a proporcionar à farmácia funcionar, mas não com toda a carga de serviços, não com toda a carga de orientação de serviços.

É necessário que, ao prever a inscrição dele, também se delegue ao Conselho Federal de Farmácia legislar sobre a amplitude do âmbito deste técnico de farmácia, para que o Judiciário não fique dando voz a coisas extremamente estranhas, até porque, no Brasil, já vivemos um derramamento de diplomas falsos de técnicos de farmácia.

Outra consideração é em relação ao art. 15 da medida provisória e da própria lei, aí sim, deve-se fazer um ajuste de redação e, então, dizer que as farmácias de qualquer natureza têm obrigatoriamente a assistência do farmacêutico inscrito na forma da lei, que essa presença é obrigatória durante todo o funcionamento.

Esses estabelecimentos, os outros, enfim aqueles que não têm um caso de indisponibilidade momentânea – essa indisponibilidade do farmacêutico pode a própria Anvisa regular isso, os conselhos regularem –, manterem os técnicos de farmácia. Aí, vamos ter, como definição de âmbito por parte dos conselhos, em razão do interesse público, caracterizada a existência de farmácia. E, na indisponibilidade do farmacêutico, o órgão sanitário pode, então, licenciar ainda, se existir prático oficial ou mesmo o técnico inscrito no Conselho Regional de Farmácia.

Então, nosso entendimento é o de que, se houver essas duas correções, a gente pode pensar em trabalhar o projeto de lei, a partir do seu parecer, atendendo adequadamente àquilo que o interesse público venha a se caracterizar.

Essas são preliminarmente algumas observações que sistematizamos aqui. Quero dizer que não coloquei aqui – foi um esquecimento –, mas o Alexandre chama adequadamente a atenção para o art. 9º, que foi vetado, no sentido de trazer para o corpo da lei que somente a farmácia pode dispensar os medicamentos, na forma do texto original.

Muito obrigado. Eram essas as considerações.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Bem, Dr. Miguel, agradecemos a participação de V. Sª, que foi bem disciplinada no tempo. Por fim, vamos ouvir o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Dr. Walter da Silva Jorge João.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO – Boa tarde. Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente, Deputado Manoel Junior, Relator, recebam os meus cumprimentos. Meus cumprimentos também à Mesa. Meus cumprimentos aos Parlamentares. A Deputada estava aqui, mas precisou se ausentar. Cumprimentar também meus colegas Presidentes de Conselhos Regionais de Farmácia, Presidente de Federações, Sindicatos e todas as lideranças que aqui se encontram.

Senadora Vanessa, Deputado Manoel Junior, tenho certeza de que vou cumprir com o tempo, mas quero iniciar a minha fala, e me preparei para esse momento, pedindo desculpas aos senhores, pedindo desculpas a todos por não poder deixar de manifestar a nossa frustração por estarmos aqui a fim de discutir uma medida provisória editada pela Presidente da República que deixou, indiscutivelmente, todos nós, sociedade, Parlamentares, segmentos farmacêuticos, perplexos. Todos se mostraram verdadeiramente perplexos com a edição dessa medida provisória, afinal ela foi editada com o firme propósito, sem dúvida alguma, de criar um imbróglcio na Lei nº 13.021, de 2014, que foi sancionada após uma exaustiva discussão no Congresso Nacional, e, vejam, aprovada na íntegra.

Então, não há para mim qualquer estranheza. A questão é esta: foi editada para criar um verdadeiro imbróglcio na Lei nº 13.021, que, como foi dito aqui pelos que me antecederam, traz conquistas, traz avanços, traz, sim. Os serviços que constam nesta Lei, como a questão das imunizações, soro, serviço de controle de pressão arterial, de diabetes, representam, sim, um grande avanço. Isso significa dizer, senhores, que os nossos Parlamentares entenderam claramente a necessidade de se resgatar no Brasil os papéis sanitário e social das farmácias e drogarias em todo o País, mas não custa, e nunca é demais lembrar que esse resgate resultou de um acordo firmado entre todos os Líderes dos Partidos, de todas as entidades profissionais e representantes do segmento do comércio farmacêutico e, mais ainda, teve a sua versão redigida no Gabinete da Casa Civil, inclusive, por conta disso, levou o Presidente da Câmara, o Deputado Henrique Alves, a dizer o seguinte – abro aspas: “Tenho 40 anos de Parlamento e nunca vi uma matéria ser levada a Plenário diante de um acordo tão bem costurado entre todas as partes interessadas.”

Senadora Vanessa e Deputado Manoel Junior, sei que é por isso que estamos aqui, afinal foi editada uma medida provisória, foi enviada a este Congresso e é papel do Congresso, papel dos senhores, analisá-la, e estamos aqui participando, sem dúvida alguma, não deixaríamos de fazê-lo, desse momento importantíssimo, mas é preciso entender o que levou a Presidente a editar uma medida provisória que, indiscutivelmente, mutila uma lei aprovada dentro do Congresso Nacional.

De onde saiu esta proposta que procura dar tratamento diferenciado a um segmento que deve ser obrigado a prestar serviço de saúde de tamanho alcance social, como é o caso das farmácias e drogarias em todo o País? Saiu do Ministério da Saúde? Com toda sinceridade, quero acreditar que não. Saiu de uma secretaria que cuida das empresas? É possível. Qual tratamento diferenciado que esta medida provisória quer dar para as micro e pequenas empresas, quando remete essas micro e pequenas empresas para o art. 15 da Lei nº 5.991, de 1973?

Pessoal, senhores, Senadora Vanessa, Deputado Manoel Junior, ninguém é ingênuo nesse País. Nós, profissionais, os Srs. Parlamentares, homens públicos, não podemos nos permitir ingenuidade. Só há uma alternativa para isso. Qual é o tratamento diferenciado que está se pretendendo dar por essa medida provisória editada pela Presidente da República?

Aquele azar: a nossa Presidente foi levada a fazer isso pelas suas assessorias, etc.

Não há motivo, não há tratamento diferenciado nessa situação. O que o art. 15 da Lei 5.991 diz é a mesma coisa que está prevista na nova Lei 13.021: é ter o responsável técnico, é ter o farmacêutico ali dentro. Não há tratamento diferenciado para essa questão.

Por isso digo no tópico a seguir: não se pode defender empresas, querendo, pretendendo prestigiar os interesses econômicos em detrimento da saúde pública no País. O interesse da saúde da população tem de prevalecer sobre todos os demais interesses no Brasil. E eu estou falando, Senadora Vanessa e Deputado Manoel Junior, de saúde, eu estou falando de vidas.

Qual o argumento que tem sido bradado por todos os cantos para a edição dessa medida provisória? É que não há farmacêutico em número suficiente e que, por isso, seus serviços em saúde devem ser transferidos para leigos? E argumentam também que as pequenas farmácias não sobreviveriam porque não conseguiriam pagar o salários dos farmacêuticos.

Srª Senadora, Sr. Deputado, esses argumentos estão *démodé*. Eles não podem mais prosperar no nosso País. Vejam, senhores, ninguém tem legitimidade para falar sobre isso, senão o Conselho Federal de Farmácia. E afirmo aqui, e o faço de forma categórica, que temos, sim, farmacêuticos suficientes. Senão vejamos: atualmente nós contamos com 180 mil farmacêuticos e, até dezembro, senhores, seremos 200 mil profissionais em todo o País. Dos 180 mil farmacêuticos, 63 mil encontram-se nas capitais; 117 mil no interior. Por outro lado, existem no País cerca de 90 mil farmácias e drogarias privadas e públicas, incluindo, sim, as hospitalares. Desse total, cerca de 75 mil são farmácias e drogarias privadas. E 35% das farmácias e drogarias privadas são de propriedade de farmacêuticos e, em sua grande maioria, estão localizadas no interior do País.

Olha, vou remeter tudo isso ao relatório da CPI dos Medicamentos, publicado no ano 2000, que alerta para o número exagerado de farmácias e drogarias no Brasil e para a falta de critério na sua abertura indiscriminada. Essas considerações, senhores, que estão contidas nesse relatório, tomaram como referência recomendações da Organização Mundial de Saúde, que estabelece uma proporção de uma farmácia para cada 8.000 habitantes. Ora, se formos por essa linha, é claro que estamos aplicando essa medida lógica, essa mesma lógica atualmente e continuamos com um número exagerado de farmácias e drogarias, com uma farmácia ou drogaria privada para cada 2.657 habitantes. Nós estamos falando de quê? De que, neste País, existem quase 4 farmácias e drogarias a mais do que o Brasil precisa. Então, vejam bem todos vocês: faltam farmacêuticos ou nós temos um número excessivo de farmácias e drogarias no nosso País?

E tem mais: eu quero garantir aos senhores que o número de farmacêuticos no Brasil cresce o dobro do crescimento do número de farmácias e drogarias. Senhores, Senadora Vanessa e Deputado Manoel Junior, o Brasil tem hoje 451 cursos de Farmácia que formam, Deputado, por ano, cerca de 18 mil novos farmacêuticos. Senão, me permitam colocar aqui essa distribuição: no Norte do País, há 27 cursos de Farmácia, desses estão no interior; no Nordeste, 60 cursos, Deputado, 40 deles no interior; no Sudeste, 216 cursos, 167 estão no interior; no Sul, são 81 cursos, dos quais 66 no interior; no Centro-Oeste, existem 55 cursos, uns dos quais no Distrito Federal, e 30 deles no interior.

Ora, senhores, porque o Brasil conta com quase 30% do total de cursos de Farmácia que existem em todo o Planeta? É claro: porque a sociedade começou a exigir. Essa é que é a verdade. A sociedade começou a exigir a participação efetiva do farmacêutico, vez que precisa, sim, dos seus serviços. A sociedade começou a perceber que, vejam bem, a sociedade começou, sim, a perceber que era desassistida em relação ao uso racional e seguro dos medicamentos. E, vejam: um estudo realizado pela Intefarma, que congrega, que agrupa uma grande gama de indústria farmacêutica, esse trabalho realizado sobre a percepção da população sobre o uso de medicamentos, publicado, agora, Deputado, recente, em 2014, mostra que quase 70% dos pacientes buscaram diretamente o farmacêutico ao irem à farmácia comprar medicamento isento de prescrição médica.

A CPI dos Medicamentos, que trabalho maravilhoso! Todos nós deveríamos conhecê-lo. A CPI dos Medicamentos, após exaustiva investigação, Deputado Manoel Junior, Senadora Vanessa, conduzido por esta Casa no final dos anos 90, em 1998, deixou claro que a sociedade encontrava-se completamente desassistida de um serviço profissional qualificado e que, por isso, vivia em situação de risco. Agora, pasmem! Esse mesmo relatório também destacava, Senadora Vanessa e Deputado Manoel Junior, outros problemas. Dentre eles, eu vou citar apenas um: 73,4% dos leigos, dos balconistas – a esses que se quer atribuir e transferir responsabilidade técnica por esse estabelecimento –, confirmaram a prática da bonificação, ou seja, ganham comissão para vender mais e mais, ganham comissão para vender alguns produtos. O que significa dizer isso? Estamos querendo ressuscitar, Deputado Manoel Junior, Senadora Vanessa, os famosos BOs, os bonificados, e os próprios leigos, em discussão na CPI dos Medicamentos, deixaram perfeitamente claro que os consideravam “o bom para o otário”? Será que é essa situação que nós queremos trazer de volta para Brasil, ao permitir que prospere essa medida provisória da forma como está colocada?

Merece ainda, Senadora e Deputado, destacar a recomendação desse relatório que sugeria a seguinte alteração do art. 15 da Lei nº 5.991, como disse o meu colega Miguel: “A farmácia e a drogaria terão, obrigatoriamente, a assistência de técnico responsável [farmacêutico, portador de título universitário], inscrito no Conselho Regional de Farmácia, na forma da lei.”

Srª Senadora, Sr. Deputado, este é o trabalho que se pretende jogar fora mais uma vez?

Como podemos pensar em transferência de responsabilidade técnica?

Nos últimos anos, um amplo trabalho foi desenvolvido pelo Ministério da Saúde, pela Anvisa e pelas entidades farmacêuticas com vista à inserção do farmacêutico no segmento representado pelas farmácias e drogarias. No que se refere ao argumento utilizado pelas empresas de que não poderiam pagar os farmacêuticos, posso assegurar, Deputado, posso assegurar, Senadora, que se trata de mais uma falácia. Ora, se existe um profissional que não é valorizado pelos seus empregadores, inclusive sob o ponto de vista salarial, este é o farmacêutico. Portanto, esse argumento não pode mais prosperar.

Senadora e Deputado, a edição da medida provisória configura, no âmbito do Governo Federal, a existência de grandes cotrações. Senão, vejamos: em 2007, o governo institui Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos e também o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), que exigem prescrição. Três anos depois, Deputado e Senadora, a Anvisa editou o RDC nº 44 – Resolução da Diretoria Colegiada –, que dispõe sobre o controle de medicamentos a base de substâncias classificadas como antimicrobianos, os antibióticos. Com que finalidade? O de evitar o avanço que estava acontecendo no Brasil das chamadas superbactérias, que estavam trazendo seriíssimos problemas, inclusive a morte de muitos cidadãos brasileiros.

Em 2013, foi instituído pelo Governo um programa nacional importantíssimo, brilhante programa, Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Este Programa, Senadora e Deputado, não pretende, unicamente, dar atenção à úlcera por pressão ou à queda do paciente do leito, mas, sobretudo a um item essencial, que é o uso correto e seguro dos medicamentos.

Por último, neste ano é sancionada Lei nº 13.021, que transforma as farmácias em unidades prestadoras de assistência farmacêutica à saúde. E aí? Como é que ficamos, se o próprio Governo edita uma medida provisória que mutila todos esses programas de inestimável alcance social?

Não paira, para nós, qualquer dúvida de que esses programas necessitam grandemente dos farmacêuticos, e necessitam dos farmacêuticos em todos os níveis. Não podemos, portanto, permitir que essas atribuições sejam transferidas para leigos. Esta é a verdade! Aliás, a condição básica para que uma farmácia ou drogaria seja aberta ao público é que esse estabelecimento tenha todas as condições de prover os seus clientes de serviços farmacêuticos. Farmácia é, antes de tudo, um estabelecimento de saúde onde são prestados cuidados farmacêuticos.

Estou caminhando para o encerramento, Senadora.

Senhoras e senhores, não há que se falar em tratamento diferenciado! Não há!

Estou pedindo e apelando para a generosidade da Senadora, porque acho que também foi estendido um pouco de tempo a alguns dos que me antecederam. Assim, apelo à generosidade da Senadora, pois estou caminhando para o encerramento.

Não há que se falar em tratamento diferenciado porque a Lei Complementar nº 123, de 2014, não fala em tratamento diferenciado no que diz respeito aos aspectos sociais e sanitários desse estabelecimento, mas tão somente, sim, em questões tributárias, prazos etc. Não se pode pensar em tratamento diferenciado! Não se pode pensar em estabelecimento de saúde que não conte com um profissional qualificado à frente dele.

O que a medida provisória pretende é que o tratamento diferenciado para essas empresas inclua também ter ou não ter farmacêutico, o que, indiscutivelmente, é um grande absurdo.

Então, Deputado Manoel Júnior, o que nós temos de discutir, sim, é a solução dos rincões, e podemos concordar com o senhor que, em determinadas localidades distantes, pode, em algum momento, não haver farmacêutico. Mas essa carência de profissionais farmacêuticos, Deputado, é igual à de todos os demais profissionais da área da saúde. E, se é assim, precisamos pensar em alternativas para atender a essa necessidade. Por exemplo, no Município de Coxixola, na Paraíba, que o senhor tem citado tantas vezes, de forma carinhosa, realmente tem uma farmácia, mas lá não há farmacêutico. Qual a alternativa para solucionar essa carência? O Município de Coxixola integra a microrregião do Cariri Oriental, onde se insere o Município de Serra Branca, que dista 24 quilômetros de Coxixola, e lá, Deputado, existem cinco farmacêuticos.

Para concluir, peço que reflitamos juntos sobre onde queremos chegar. Não podemos pensar em transferir responsabilidades.

O senhor é médico, Deputado Manoel Junior, e veja que, na área da obstetrícia, por exemplo, até podem existir parteiras que realizem bons partos, mas a responsabilidade pelo setor de obstetrícia da maternidade

ou do hospital tem que ser do médico! Essa responsabilidade é indelegável, é intransferível! E aí eu pergunto: por que seria diferente com o farmacêutico? O paciente, o usuário de medicamentos pode ser atendido por um leigo? A quem será imputada a responsabilidade por eventuais danos resultantes do uso incorreto de medicamentos por reações adversas preveníveis, por intoxicações evitáveis?

Senadora Vanessa Grazziotin e Deputado Manoel Junior, este é o apelo da saúde pública brasileira, trazido aqui por uma profissão milenar, que, mais uma vez, em sua brava história de lutas, levanta a voz em defesa da saúde e do bem-estar do cidadão brasileiro.

Pense nisto, Sr. Deputado!

Pense nisto, Srª Senadora!

Esta é a contribuição que trazemos para esta audiência pública. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito bem. O aplauso foi uma manifestação de que esse pensamento não é só do Conselho Federal, mas também é o pensamento dos conselhos regionais, Dr. Walter.

Feitas todas as exposições, vou passar, imediatamente, a palavra... A não ser que o...

Então, com a palavra o nosso Relator, Deputado Manoel Junior.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Presidente Vanessa, Srs. Expositores, é uma alegria muito grande poder ter ouvido a todos aqui, os contraditórios, as opiniões, as impressões acerca da medida provisória.

Nós estamos caminhando e ultimando o nosso relatório, analisando todas as emendas que foram propostas, outras emendas de relator que vieram do Governo e da Anvisa, opiniões como do Ministério da Saúde. Enfim, o que queria aqui, mais uma vez, recapitular é que, quando atendi aos senhores membros do Conselho Federal de Farmácia, eu disse que nós não estávamos aqui a serviço nem do Conselho nem das grandes redes nem dos proprietários de farmácia do Brasil inteiro. Nós, Parlamentares e Congressistas, estamos à disposição dos senhores, que são cidadãos de todo o Brasil, homens, mulheres, jovens e crianças espalhados por este Brasil. Essa legislação precisa ser não só a melhor, mas a mais correta e com olhar não apenas no presente, mas no futuro, tentando justamente diminuir, como aqui foi dito por um dos oradores ou por mais de um orador, o processo de judicialização, que deixa na insegurança jurídica não só os conselhos, as agências reguladoras de vigilância sanitária, mas também e principalmente o usuário que busca a farmácia em Coxixola e obviamente não vai se deslocar – são 24km – para Serra Branca para perguntar ao farmacêutico se pode a interação medicamentosa daquela Amoxilina com outra droga que já utiliza.

O legislador precisa efetivamente ser cirúrgico e deixar o texto da lei o mais pontual possível para que não haja dupla interpretação por aqueles que efetivamente julgam e que estão no Judiciário justamente dirimindo questões.

Eu disse também a várias entidades que me procuraram que estava justamente buscando esse texto e que estava aberto a sugestões, como ainda estou. O nosso consultor está aqui, participou da audiência pública; a nossa assessoria de gabinete também aqui está. E disse, desde o início, quando me falaram em termo de ajustamento de conduta, que eu detesto isso, porque TAC significa que alguém está querendo legislar na ausência daquele que deveria legislar. Quem deve legislar é o Congresso Nacional. Procurador e promotor fazem o seu papel, que é fiscalizar e fazer com que a lei seja aplicada. Na hora em que o promotor ou procurador queira legislar, tem que pedir demissão do cargo, se candidatar, ir para a rua – não é Ivan? –, pedir voto para tentar chegar aqui e legislar.

É dessa forma que nós vamos tentar fechar o nosso relatório, tentando justamente aprimorar a legislação e fazer com que essa medida provisória atenda a seu espírito, sem, no entanto, infringir aquilo que já foi conquistado pelo povo brasileiro.

É basicamente isso. Eu peço desculpa aos senhores e às senhoras, porque tenho uma audiência marcada com o Ministro agora às 16h30. E a Senadora Vanessa Grazziotin ficará para ouvir efetivamente a quem ainda precisa ser auscultado, no caso os nossos debatedores que farão sua fala final.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Não? Então, ela já me cutucou dizendo que não vai permitir essas despedidas. Eram só as despedidas.

Mas queria apenas perguntar se está aqui o Sindicato das Farmácias do meu Estado da Paraíba. *(Pausa.)*

Não. Representante...

Bom, vocês haviam pedido um espaço à mesa; não havia sido aprovado em requerimento e, por isso, aqui vocês não estão. Mas eu pediria permissão da Senadora Vanessa para ouvir, se tiverem alguma coisa a aditar. Dois minutos apenas para aditar se vocês quiserem efetivamente...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sem problema.

Agora, Deputado Manoel Junior, não seria... Porque nós temos aqui...

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Não, eu queria ouvir, Senadora Vanessa, pelo seguinte...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Ouvi-lo já? Então, fala depois que... Deputado Ivan.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Sim, porque eles fizeram uma solicitação formal, e eu lhes respondi que não poderia atendê-los, porque quem está aqui presente foi alvo de requerimento aprovado em plenário, e eu não poderia, como Relator, convocá-los à Mesa, mas haveria de ouvi-los, pelo menos, em dois minutos, para que pudessem aditar alguma coisa que não foi dita aqui.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Tem mais de dois minutos, Deputado. Não se assuste não. Fica com a palavra.

Como é o seu nome?

O SR. RENATO ROMOLO TAMAROZZI – Renato Tamarozzi. Represento o Sindifarma de João Pessoa.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Vamos deixar registrado. Concedo a palavra ao Dr. Renato.

O SR. RENATO ROMOLO TAMAROZZI – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senadora, Deputado Manoel Junior, membros da Mesa.

Gostaria de acrescentar aqui, sem dúvida alguma, primeiramente, é que, graças a Deus, existe a Lei Complementar nº 123. E, graças a Deus, essa lei complementar foi atualizada pela Lei Complementar nº 147, que previu essa obrigatoriedade do tratamento diferenciado, porque, na verdade, o que as pequenas farmácias hoje sofrem no nosso setor é algo assim humanamente sofrível, sob o ponto de vista regulatório, sob o ponto de vista da coerção que os conselhos de farmácia exercem sobre essas empresas.

Nesse cenário atual que nós temos, reforço aqui, os números são meio fantasiosos. Segundo a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2013, entre farmacêuticos ativos, há um número de 155.239. Esses dados são públicos. E, no comércio, atuando no comércio, há cerca de 104.085. Cerca de 20 mil farmacêuticos atuam na Administração Pública. Então, temos aí, só de microempresas, 77.300, segundo dados da Secretaria da Microempresa, do Simples Nacional – perdão –, da Secretaria da Receita Federal, o que, se você multiplicar por dois, já superaria em muito esse número de farmacêuticos que hoje atuam no comércio. E não é só a exigência de um farmacêutico, mas ter o farmacêutico enquanto essa farmácia está aberta; é ter um farmacêutico em todo o horário de funcionamento. E o que acontece se essa farmácia não tem o farmacêutico em todo o horário de funcionamento? Ela é autuada, e hoje ela é autuada pelos conselhos de farmácia. O conselho de farmácia não registra o técnico de farmácia pela Lei nº 5.991, que tem a previsão do técnico de farmácia, mas ele multa a farmácia, pela Lei nº 5.991, em três salários mínimos. Há um caminhão de farmácias sendo multadas pelo Brasil afora, um caminhão! Isso, sim.

Por que o conselho vem aqui com todas as forças e quer a manutenção desse *status quo*? Porque ele quer a manutenção da receita que ele consegue com essas multas.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RENATO ROMOLO TAMAROZZI – Porque muitos dos conselheiros aqui presentes estão sendo remunerados com essas multas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Gente, vamos ouvir, por favor.

O SR. RENATO ROMOLO TAMAROZZI – Então, faço aqui a voz da pequena empresa, que está sendo representada aqui, porque muitas das remunerações pagas aos conselheiros dos conselhos de farmácia advêm dessas multas, que são, a meu ver, ilicitamente pagas pelas empresas, porque elas são entidades de interesses profissionais. As farmácias e drogarias não deveriam pagar R\$1,00 para os conselhos de farmácia. As fiscalizações deveriam ser apenas das vigilâncias sanitárias. Isso apenas contribui mais e mais para os problemas que vemos aí, para os desmandos que ocorrem. Esse é o panorama que temos. São os problemas que encontramos, principalmente com as pequenas empresas.

Encontramos problemas também na seara trabalhista. Virando aqui a página dessa medida provisória, vai querer a diminuição da carga horária do farmacêutico – 30 horas –, como ocorre, por exemplo, em Pernambuco. Em Pernambuco, existe uma convenção coletiva que prevê 30 horas para o farmacêutico.

(*Soa a campanha.*)

O SR. RENATO ROMOLO TAMAROZZI – Então, temos todos esses problemas. A microempresa sofre muito mais do que as grandes empresas, porque nem as grandes cumprem essa obrigação legal.

Era isto que eu tinha para dizer.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Obrigada, Dr. Renato.

Eu só gostaria de pedir, por favor, que os presentes evitassem se manifestar. É claro que fica difícil não nos manifestarmos quando discordamos de alguma colocação ou quando consideramos essa colocação até

afrontosa, mas essas são as regras do Parlamento brasileiro. Dessa forma, a gente vai ter que dar a palavra pelo menos ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia ao final para que ele se pronuncie a respeito.

Relator, posso passar a palavra ao Deputado Ivan Valente?

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – À vontade.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Ivan, com sua permissão, vou ter que me retirar. Depois conversamos, porque tenho uma audiência agora e é inadiável.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Srª Presidente, Sr. Relator, membros da Mesa, peço desculpa à Presidente porque estou com três audiências ao mesmo tempo, na CMO, uma audiência geral no plenário sobre a Lei da Diversidade Biológica, que está lá correndo, mas resolvi vir aqui, apesar de saber que aqui não tinha nenhum Deputado. Então, eu acho que sou o único Deputado que participou das duas audiências. Eu me comuniquei com a minha assessoria, esperava que tivesse mais gente intervindo... Eu estranho isto porque, realmente, esse projeto foi discutido 17 anos. Quem está aqui na Mesa... O José Miguel sabe disso porque ele é do Ministério da Saúde hoje, mas ele não era do Ministério da Saúde no Governo Fernando Henrique Cardoso. Ele era do Conselho de Santa Catarina e me ajudou a fazer o relatório, como tantos outros que participaram. E, diga-se de passagem, esse relatório era muito mais consistente do que é hoje. Isso é um relatório de saúde pública mesmo, de assistência farmacêutica integral. O que nós redigimos ficou 17 anos até chegar à Mesa da Câmara e nunca iria ser votado.

O que eu queria começar dizendo, inclusive para o Sindicato cujo representante, o Dr. Renato, acabou de falar, é que a associação que ele representa assinou um acordo. Então, se ele for reclamar, ele vai reclamar com quem assinou o acordo, que é o chefe dele, não aqui na audiência. Vamos começar assim.

Em segundo lugar, na Mesa também está a Abrafarma, que assinou o acordo. O Dr. Mena Barreto assinou o acordo. Todos que estão nessa Mesa, Presidente Walter João, assinaram. A Casa Civil discutiu, a Casa Civil acordou, o Líder do Governo acordou e o projeto foi aprovado por unanimidade. Não houve votação taco a taco no plenário. Foi dispensada a votação no painel. Vocês se lembram. Um ou outro Deputado fez uma declaração de voto. Vários Deputados fizeram uma pressão excessiva de última hora. Todos foram atendidos de alguma forma e concordaram, inclusive em não obstruir a pauta. Então, o projeto foi aprovado por unanimidade nos limites do projeto, porque o projeto original era muito melhor, inclusive porque ele sempre tratou com muita responsabilidade a questão das pequenas cidades, das pequenas farmácias, tentando levar em consideração esse projeto, tanto que o substitutivo original tinha um tempo de sete anos, cinco anos mais dois, dependendo do tamanho da cidade, etc., e também indicava que autoridades competentes poderiam intervir para garantir a presença do farmacêutico na farmácia nas condições apropriadas para as localidades e para as situações. De modo que eu não entendi até hoje – eu já falei na última audiência pública – a troca do que a Presidência da República editou essa medida provisória. Ela não tem sentido. Ela só serve para judicializar o processo, porque o que nós aprovamos aqui virou lei. É a Lei nº 13.021. A medida provisória ainda está para ser votada no plenário e vai ter o relatório do Deputado Manoel Junior.

O que eu pedi na última vez, José Miguel? Eu pedi o seguinte: que o Relator, se entendeu o que se passou nesses vinte anos, reponha o original e todo o acordo ou, então, que o Governo deixe a medida provisória, com a sua força aqui, caducar.

Eu queria que V. Exª, representando a Casa Civil... *(Pausa.)*

Não? *(Pausa.)*

Representante da...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Microempresa.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Quem é da Casa Civil aqui? Não tem um representante? *(Pausa.)*

Então, a Casa Civil... Nós estamos notificando o Ministro Berzoini, a Secretaria Geral da Presidência, o Ministro Mercadante, da nossa contrariedade absoluta com a edição dessa medida provisória. Aliás, eu quero dizer que o Ministro Mercadante me ligou, dez dias antes da promulgação com os vetos, e falou em um veto, uma coisa simples, inclusive. Depois, não ligou mais. A surpresa é que depois foi editada a medida provisória e, posteriormente, uma negociação de bastidores feita com aqueles que romperam o acordo aqui e o Ministro da Micro e Pequena Empresa.

Então, eu acho que essa questão da micro e pequena empresa... Aliás, ela está aparecendo, agora, na Convenção da Biodiversidade, novamente. Ela surge como polêmica novamente. Por exemplo, há um setor que quer, através dessa Lei Complementar nº 123, também dizer que, se alguma pequena empresa pegar um conhecimento original dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, não tem problema nenhum, e ela

não tem que prestar satisfação porque é pequena empresa. Ela pode ser utilizada pela grande empresa, como alavanca. Já colocaram também. Tudo é para furar bloqueio.

Aqui tem uma diferença. A Lei da Micro e Pequena Empresa é para proteger o pequeno da carga de impostos, para facilitar, para desburocratizar. Ela não trata da questão da segurança e da saúde. Vamos deixar isso claro! Isso é uma grande balela! Ela não trata da segurança e da saúde! (*Palmas.*)

O Governo e o Poder Público não têm o direito de violar direitos à segurança do cidadão e à saúde do cidadão. É disso que nós estamos tratando aqui. É diferente. Então, não vale a Lei da Micro e Pequena Empresa para esse tipo de coisa.

O que nós podemos fazer – e sobre isso foi feito o acordo – é esticar ao máximo para ver como se resolve esse problema de quanto tempo funciona a farmácia em locais mais distantes. Foi o que nós fizemos, inclusive, para chegar ao substitutivo final.

Então, o problema é que, quando se aplica à pequena empresa a Lei da Micro e Pequena Empresa, nós estamos falando de farmácia como um negócio qualquer, e ela não é um negócio qualquer, é um estabelecimento de saúde que deve ter outro tipo de tratamento. E ela também não comercializa um produto ou uma mercadoria qualquer, mas mercadoria especial, um insumo básico à saúde e à vida chamado medicamento, que é o básico com ela trabalha. Então, é óbvio que nós estamos falando aqui de um estabelecimento especial, e, por isso, existe a lei, senão não precisaria da lei. Nós estamos num estabelecimento onde se dispensam medicamentos, onde se produz e se manipulam medicamentos e onde se trata da saúde da população.

Quando eu vejo o representante da Paraíba – que é o Estado do Deputado Manoel Junior – vir falar aqui, eu fico preocupado, porque entendo que... Infelizmente, nosso Deputado teve que sair, mas acho que ele, inclusive como um profissional da área de saúde que é, vai levar em consideração aquilo acumulado pelo Congresso Nacional, pela sociedade civil e pelo acordo feito.

Quero olhar nos olhos de quem assinou o acordo, porque eu não fiz, como o Relator do Projeto, concessões à toa. Não quero dizer isso. Eu me oporei a qualquer tipo de acordo que rebaixe o que está lá. Isso eu vou transmitir à Presidência da República. Aquele foi um acordo assinado por todos os Líderes partidários, pelo Líder do Governo, pelos representantes dos dois lados. Está lá, Mena! Tem o papel assinado! Vocês não podem romper acordo assim, porque não haverá mais confiança política. Isso se chama confiança política.

Quero crer que, por mais que sejam adversários... Eu, por exemplo, tenho divergências homéricas com a bancada ruralista no Congresso Nacional, ainda na questão do Código Florestal e, agora, nessas convenções etc., mas, se eu assinar um acordo, se chegar a um acordo sobre tal tema, tal votação, determinado a correlação de força, cumprirei o acordo. Foi o que eu fiz. Poderia ter dito que não queria. Poderia dizer: “Não quero ceder, senão ao relatório original”. Mas, convencido e tendo discutindo com tantas outras autoridades, nós chegamos àquela assinatura lá.

Então, Srª Presidenta, queria deixar o meu registro novamente. Já falei na outra reunião. O Deputado Manoel Junior disse que vai aprontar o relatório para a semana que vem. Será votada na semana que vem, então? (*Pausa.*)

Ainda não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Certamente. Espero que tenha quorum para votar, porque, do jeito que está aqui, nunca vamos ter quorum. Aliás, isso seria bom, porque caducaria, não é? (*Risos.*)

Conversar com todos os Deputados da Comissão talvez seja o ideal.

Queria colocar essas questões, Srª Presidente. Sem dúvida, acho que o consenso a que se chegou, foi uma solução política. O contrário é a volta de um processo traumático e dilacerante. Não há acordo sobre isso.

É só isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Ivan Valente.

Só gostaria de registrar que, neste exato momento, são várias comissões que estão em reunião, não sei na Câmara, mas aqui no Senado. Para estar aqui o tempo todo, perdi a Medida Provisória nº 653, que trata da Lei nº 5.253, relativa à aviação regional, muito importante, principalmente para nós, da Região Norte. Enfim, há outras reuniões, como a CPI, funcionando agora. Mas, em decorrência do adiantado da hora – são 16h36 –, e eu gostaria de falar, mas o Plenário do Senado já começou, vamos ter de encerrar a reunião.

Passo a palavra – é o mínimo que poderia fazer – ao Dr. Walter da Silva Jorge João, Presidente do Conselho Federal de Farmácia, caso queira colocar alguma coisa com relação ao que aqui foi dito ainda.

Peço desculpas aos nossos outros expositores, mas creio que o principal nós já fizemos aqui.

O SR. WALTER DA SILVA JORGE JOÃO – É rápido, Senadora. Não pretendo atrapalhar os seus compromissos. É muito rápido. Eu sei que V. Ex^a está me concedendo a palavra pela intervenção do último a participar, que foi o Dr. Renato.

Só quero dizer a V. Ex^a que isso não me causa qualquer estranheza. Isso é o esperado por todos nós. Esses argumentos que ele trouxe aqui são esperados por toda a sociedade brasileira. Ele não está somente representando o sindicato da Paraíba, ele é um “pé grande”, executivo, advogado, da ABCFarma, que alega representar todas as farmácias consideradas como independentes, mas, nesse ponto, tenho minhas dúvidas.

Então, não tenho muito o que colocar, porque o que ele disse aqui é o que pretende a Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico no Brasil, a ABCFarma, que ele integra. Trata-se de banalizar o segmento farmacêutico, banalizar a política de medicamento neste País.

Isso, Senadora, vamos defender arduamente, porque estamos comprometidos com a defesa da saúde da população brasileira.

Resta-me agradecer a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradeço, desta forma, ao Conselho Federal de Farmácia, ao Ministério da Saúde, à Abrafarma, à Feifar, à Secretaria de Pequena e Micro Empresa.

Só gostaria de, pedindo a atenção das senhoras e dos senhores, fazer alguns comunicados.

Primeiro, resgatar o que disse o Deputado Manoel Junior. Ele é o Relator desta matéria e está aberto para receber sugestões para aprimorar o Relatório, deixando claro que trabalhará, no sentido de que todos os lados sejam vistos. Quero, não só como Senadora, mas como uma profissional da área da saúde, ver que o Brasil se organize assim. Não temos somente o Conselho de Farmácia; temos o Conselho de Medicina; temos o Conselho de Engenharia, que fiscalizam a profissão e as entidades que são responsáveis por contratar aqueles devidos profissionais. Isso é muito importante não só para, como disse o Deputado Ivan Valente, a saúde, mas também para a segurança. Para a saúde, é fundamental.

Segundo, esta medida provisória não existiria, se não estivéssemos falando de um estabelecimento de saúde. Aliás, todo este debate está ocorrendo é porque a farmácia foi elevada à condição de unidade de assistência farmacêutica. Daqui pra frente, precisamos regulamentar quais os procedimentos.

Uma outra questão que gostaria de destacar é que, de fato, acho que existem vários modelos no mundo inteiro. Há países em que não há nem nome de fantasia das farmácias, apenas um símbolo da saúde, localizando que ali se comercializa medicamentos. Porém, mesmo nos países tidos como os mais liberais, as grandes redes, que comercializam de tudo, não comercializam medicamento misturado com aquilo tudo. Pelo contrário, há até em supermercado, mas existe um local atrás, com uma janelinha, onde as pessoas são atendidas; jamais, um medicamento misturado com alguma comida, com alguma bebida. Jamais. Ele sempre fica em um local separado. É assim na Wallgreen's e em qualquer grande rede dos Estados Unidos que, de fato, tenha medicação: um lugar bem mais restrito, sem a manipulação dos usuários. É ali que os medicamentos ficam guardados.

Gostaria de convidar a todos, principalmente aos Parlamentares, e peço à Secretaria da Comissão que reforce o convite, para a nossa próxima reunião, na quinta-feira, dia 13, às 9h30, na Sala nº 06, para a apresentação do relatório, cujo relator é o Deputado Manoel Junior.

Muito obrigada pela audiência.

Está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 15 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 40 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 658, DE 2014, PUBLICADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2014, QUE “ALTERA A LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DAS PARCERIAS VOLUNTÁRIAS, ENVOLVENDO OU NÃO TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS, ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO; DEFINE DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE FOMENTO E DE COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL; INSTITUI O TERMO DE COLABORAÇÃO E O TERMO DE FOMENTO; E ALTERA AS LEIS NºS 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992, E 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999”, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia doze de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se

a Comissão Mista da Medida Provisória nº 658, de 2014, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Benedito de Lira, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata; e dos Deputados Margarida Salomão, Eduardo Cunha, Marcelo Castro, Onofre Santo Agostini, Eduardo Barbosa, Sarney Filho, Jesus Rodrigues, Lucio Vieira Lima, Manoel Junior, Júlio Cesar e André Figueiredo. Justifica ausência o Deputado Félix Mendonça Júnior. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Marcelo Castro e da Senadora Ana Amélia para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente Eleita da Comissão, que, ato contínuo, designa a Senadora Gleisi Hoffmann como Relatora e a Deputada Margarida Salomão como Relatora Revisora. Faz uso da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann. O Deputado Marcelo Castro assume a Presidência da Reunião. A Senadora Gleisi Hoffmann apresenta o Requerimento nº 1, solicitando a realização de audiência pública para instruir a matéria. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Boa tarde!

Há número regimental tanto na Câmara como no Senado.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 658, de 2014.

De acordo com o §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a Relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Informo que há acordo de Lideranças tanto nas Relatorias como na Presidência e na Vice-Presidência. Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa. Informo que foram indicados pelas Lideranças, para Presidente, o Deputado Marcelo Castro e, para Vice-Presidente, a Senadora Ana Amélia.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. V. Ex^{as} estão de acordo? (*Pausa.*)

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleitos, por aclamação, o Sr. Presidente, Deputado Marcelo Castro, e a Sr^a Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia.

Passo a Presidência da Comissão à Senadora Ana Amélia para dar continuidade à reunião. (*Pausa.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, caro Senador José Pimentel.

Na condição de Vice-Presidente eleita e na condição de Presidente eventual, agora, em nome do Presidente, designo como Relatora e como Relatora revisora da Medida Provisória, respectivamente, a Sr^a Senadora Gleisi Hoffmann, aqui presente, e a Deputada Margarida Salomão.

Eu queria, então, passar a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr^a Presidente. Agradeço a V. Ex^a e também ao Senador Pimentel.

Hoje é a data de instalação da Comissão, mas, para que pudéssemos agilizar os trabalhos, até porque é um tema relevante, que contou com dezenas de emendas de Parlamentares, eu gostaria de propor a esta Comissão que nós iniciássemos os trabalhos através de uma audiência pública, chamando para ouvirmos as pessoas que já foram partícipes da elaboração da lei, ou melhor, não da elaboração, mas da discussão e do acompanhamento da Lei nº 13.019, que foi aprovada por este Congresso Nacional. Há uma série de solicitações de alteração, não só do prazo. Penso que deveríamos fazer uma audiência pública ouvindo as pessoas que são diretamente interessadas.

Proponho um requerimento à Mesa, que vou apresentar, solicitando que já pudéssemos fazer essa audiência na próxima semana, no dia 26 de novembro. Estou sugerindo, Sr^a Presidenta, para essa audiência um convite ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministro Gilberto Carvalho; ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Ministro Jorge Hage; à Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministra Tereza Campello; ao Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, que é Presidente da Frente Nacional de Prefeitos; ao Sr. José Eduardo Sabo Paes, que é professor da Universidade Católica de Brasília e Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal; e à Sr^a Vera Masagão, que é diretora da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Srª Relatora e Srª Presidenta. Eu acrescentaria, se a senhora concordar, Srª Relatora, o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski.

Está chegando também aqui o nosso Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço muito. De antemão, eu queria agradecer à Senadora Gleisi, mas agradecer também ao Senador Pimentel, porque eu ia sugerir também a inclusão do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. Sejam as capitais, como é o caso de Fortunati, sejam os Municípios pequenos, médios e grandes, todos estão enfrentando essa indefinição, porque a lei expirou, e é preciso, já que há, na matéria, um grande alcance social.

Então, está em boas mãos a relatoria. Fico feliz com a acolhida de V. Exª do nome do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o Prefeito Paulo Ziulkoski, que vai reforçar, então, a audiência de V. Exª.

Muito obrigada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Concordo e agradeço a sugestão. Muito bem-vinda.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Srª Presidenta, o nosso nobre Presidente está chegando.

Nós já o elegemos por aclamação, Sr. Presidente. Elegemos a Senadora Ana Amélia como Vice-Presidenta. Ela já designou, como Relator, por acordo de Liderança, a Senadora Gleisi Hoffmann e, como Relatora Revisora, a Deputada Margarida Salomão.

Como vamos ter o recesso parlamentar e precisamos fazer uma audiência pública, a nobre Relatora já apresentou um conjunto de nomes, que foi acrescentado aqui, e está sugerindo à Mesa que fizéssemos audiência pública no dia 26 de novembro, ou seja, de hoje a quinze dias, de preferência às 14h30, para poder acomodar as comissões permanentes do Senado e da Câmara. Na parte da tarde, nós faríamos esse importante debate.

Era um pouco isso, Sr. Presidente, que queríamos passar para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. PMDB – PI) – Quero cumprimentar todos e pedir desculpa por ter chegado cinco minutos atrasado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Na verdade, é a distância do Piauí para cá. Eu sou também piauiense.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. PMDB – PI) – Agradeço a escolha do meu nome e parabênizo a nossa Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, que vai ter um trabalho importantíssimo nessa questão da nossa medida provisória.

Quero parabenizar a nossa Vice-Presidenta, a nossa Senadora Ana Amélia.

Vamos, então, tomar as medidas necessárias para que possamos aprovar essa medida provisória em tempo hábil. É um assunto muito importante, que diz respeito aos Municípios brasileiros que não tiveram condições – a verdade é essa – de cumprir essa missão que lhes foi atribuída. Precisamos encontrar uma forma para propiciar os meios, as maneiras de essa medida provisória poder ter sua efetividade.

Gostaria de saber se a Senadora Ana Amélia ou a Senadora Gleisi Hoffmann tem alguma coisa mais a relatar.

Estamos de acordo, então, que, no dia 26, faremos essa audiência pública. Acredito que deverá estar presente grande parte dos Prefeitos, os presidentes das associações. Acho que nós deveríamos convidar todos os presidentes das associações de Prefeitos de todos os Estados do Brasil para estarem presentes, aqui, nesta audiência pública, e, sem dúvida, o presidente nacional, que é o Paulo Ziulkoski, que comanda a Associação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – E também o presidente das Prefeituras de grande porte...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. PMDB – PI) – Exato.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Se me permite, então, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. PMDB – PI) – Pois não, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – No requerimento que nós estamos apresentando, sugeriria o nome do Prefeito José Fortunati, de Porto Alegre, e também acrescentaria, por recomendação do Senador Pimentel e da Senadora Ana, o Prefeito Paulo Ziulkoski, da Confederação. Se houver mais algum nome...

Não tinha colocado aqui no requerimento, Sr. Presidente, os demais presidentes de associações dos Estados, mas não vejo problema nenhum, se a Comissão entender assim, nós fazermos um convite para que estejam presentes para participar do debate.

Além dos Prefeitos, nós também estamos chamando a Srª Vera Masagão, que é diretora da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, porque essa é uma legislação que tem impacto sobre Municípios e também sobre entidades não governamentais; e o Procurador de Justiça e professor da Universida-

de Católica de Brasília, Sr. José Eduardo Sabo Paes, que ajudou na confecção desse marco regulatório que foi aprovado pelo Congresso.

Por parte do Governo Federal, acho que é importante que estejam aqui as autoridades que também têm ligação direta com esse tema: o Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República; o Ministro Jorge Hage, Chefe da Controladoria-Geral da União; e a Ministra Tereza Campello, que é do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Avaliamos que, dessa forma, nós envolvemos todos os atores que têm relação com o tema ou responsabilidade sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. PMDB – PI) – Com certeza.

Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente Marcelo Castro.

Vou na mesma linha da Senadora Gleisi. Assento na audiência, pelo tempo que temos, terão as pessoas arroladas e os dois líderes municipalistas. E concordo plenamente com V. Exª que a Comissão convide para participarem do debate, eventualmente com alguma questão a ser levantada no plenário, porque é de interesse. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, como no seu são muito ativos os Prefeitos municipais e, certamente, terão contribuição no momento da audiência, porque estarão aqui as autoridades que operam o sistema para dirimir alguma dúvida que porventura possa surgir.

Então, eu queria concordar com V. Exª e reafirmar, digamos, que o desenho da audiência que a Senadora propôs está bastante completo do ponto de vista das necessidades que teremos nessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. PMDB – PI) – Então, estando todos de acordo, nós poderemos encerrar os nossos trabalhos.

Antes, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 44 minutos.)

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ATA DA 15ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 29 de outubro de 2014, às 14 horas e 48 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** com a presença dos Senadores **Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira, Antônio Aureliano, Antonio Carlos Rodrigues, Gim e Ana Rita**; e dos Deputados **Marco Maia, Sandro Mabel, Lúcio Vieira Lima, José Carlos Araújo, Antonio Imbassahy, Rodrigo Maia, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Ronaldo Fonseca, Enio Bacci, Afonso Florence, Eduardo Cunha, Izalci, Onyx Lorenzoni, Augusto Coutinho, Eurico Junior e Hugo Napoleão**. Presentes os parlamentares não-membros Deputados **Pastor Marco Feliciano e Mendonça Filho**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Aníbal Diniz, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Acir Gurgaz, Mário Couto e Jayme Campos**; e os Deputados **Sibá Machado, Aguinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcellos e Arnaldo Faria de Sá**. Na ocasião, foi ouvido o senhor **José Carlos Cosenza**, Diretor de Abastecimento da Petrobras.

Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito boa tarde a todos, senhoras e senhores!

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Nos termos do comunicado encaminhado aos membros desta CPMI, a reunião de hoje destinava-se à oitiva do Sr. Alberto Youssef. Todavia, diante da petição protocolizada por seus advogados afirmando que ele exerceria, mantida a convocação, o seu direito constitucional de permanecer calado mesmo que a reunião se

tornasse secreta, esta Presidência achou por bem dispensar a sua convocação, evitando-se, assim, mais despesas desnecessárias ao Erário, e decidiu, então, pela reconvocação do Sr. José Carlos Cosenza.

Informo aos senhores, pedindo a atenção dos Srs. Líderes representantes de partidos neste Colegiado, que, logo após a oitiva do Sr. José Carlos Cosenza, esta Presidência, na companhia do Sr. Relator, irá receber os Líderes para uma reunião que terá como pauta o calendário desta Comissão. Vamos tratar de acolher sugestões para o calendário desta Comissão. Por isso, peço a V. Ex^{as} que se façam representados, cada um dos Partidos da Câmara e do Senado, para, logo após, na sala da Secretaria da Comissão, reunirmo-nos para discutir o calendário desta Comissão.

Portanto, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. José Carlos Cosenza, atual Diretor de Abastecimento da Petrobras.

O depoente fará sua exposição, como de praxe, e a cada um dos senhores será assegurado o tempo de 5 minutos, de forma individual, ou de 10 minutos, intercalando-se perguntas e respostas. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, como V. Ex^{as} sabem, tendo preferência o Sr. Relator e dos autores dos requerimentos, a saber: Deputado Rubens Bueno, autor do Requerimento nº 235, primeiro inscrito após o Relator, e Deputado Izalci, autor do Requerimento nº 381. São os autores dos dois requerimentos, aqui presentes.

Com a palavra....

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Por gentileza, Presidente, um esclarecimento.

Na última reunião desta Comissão, foi apresentado um requerimento de convocação da Sr^a Presidenta que consideramos prejudicado, e já anteriormente emitido, exarado esse parecer pela Presidência. Eu gostaria de um esclarecimento sobre se esse procedimento pode ser feito de ofício pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na próxima reunião administrativa, a Presidência irá definir e deliberar os termos do requerimento de que V. Ex^a fala.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Ainda chego lá, mas sou Deputado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para mim, o senhor é Deputado, Senador... *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu o vejo como Senador também.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Presidente, estou muito preocupado porque as informações que temos pedido para a Petrobras, primeiro, demoram para vir. Depois, quando vêm, é brincadeira mandar uma informação assim!

Peço uma informação. Nosso requerimento solicita cópia detalhada de todo o ativo da empresa quando foi comprada a PRSI Trading Company. Eles mandam um detalhamento que, só para você ter uma ideia, é uma folhinha dessa aqui, para uma companhia que foi comprada por US\$341 milhões, com umas contas superfechadas e que não detalham nada.

Então, o que acontece? Até a gente receber a informação... Depois, quando você recebe a informação e é uma informação dessa aqui, você vai pedir novamente, vamos fazer um novo requerimento pedindo essa informação novamente... Eu acho que nosso Presidente precisaria, através da diretoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, exigir que a Petrobras, quando é pedido detalhado, mandasse detalhado.

Eu sou contador. O contador dessa empresa ou não é contador, ou não sabe o que é detalhamento de um balanço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deputado Mabel, eu não precisarei solicitar de V. Ex^a outro requerimento. Eu haverei de, *ex-officio*, desta Presidência, pedir nos termos que V. Ex^a solicita.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Isso. Eu vou fazer, Presidente... Agora eu estou fazendo todos os pedidos assim detalhadamente. Acho que o cara não sabe o que é detalhar. Então, nós vamos pedir para abrir de uma forma detalhada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O senhor pode encaminhar para mim?

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Encaminharei a V. Ex^a para que se possa pedir isto. Mas nós temos uma porção de pedidos. Seria interessante que, quando se pede detalhamento de conta... Detalhamento de conta não quer dizer mandar uma conta fechada. Quer-se um detalhamento, uma abertura da conta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Farei isto, Deputado Sandro Mabel.

Peço à Secretaria para tomar a solicitação completa do Deputado Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Deputado Onyx pediu a palavra pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu estou muito preocupado com o calendário. Esta CPMI teve uma parte do seu funcionamento prejudicada – todos nós podemos compreender – pelo calendário eleitoral, nós temos uma legislatura que se encerra no dia 31 de janeiro e um prazo bastante exíguo. Então, eu queria ponderar a V. Exª que – até não há previsão regimental para isto, pois o que há é uma jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal – nós devemos encerrar a CPMI dentro da legislatura. Então, eu tenho preocupação, primeiro, com que nós possamos fazer uma prorrogação até o dia 15, 16 ou 17 de dezembro, com que nós possamos, então, ao invés de nos reunirmos uma vez por semana, ampliar as oitivas para duas ou três vezes por semana e com que, mesmo nesse espaço daqui até lá, teoricamente o dia 15 de dezembro, nós tenhamos, talvez, uma ou duas sub-relatorias – isto permitiria darmos agilidade às oitivas –, para que, com isto, nós, minimamente, possamos concluir uma parte daquilo que a sociedade brasileira espera que esta CPMI faça. E, ao final, Sr. Presidente, acredito que, como as investigações continuam, como as delações estão se sucedendo e como a Polícia Federal, o Ministério Público e a própria 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba estão avançando, nós, seguramente, não teremos como, muito provavelmente, ter todo o escopo desta investigação analisado por nós em uma conclusão minimamente razoável sobre todos esses episódios que, lamentavelmente, atingiram a Petrobras.

Portanto, eu queria ponderar a V. Exª, aos Líderes, aos membros e ao Relator desta Comissão que urge que nós tenhamos um entendimento entre nós para acelerar o trabalho investigativo. Insisto em que se pense na possibilidade de uma ou duas sub-relatorias, em que, já a partir da próxima semana, nós possamos fazer duas ou três reuniões semanais para oitivas, para que nós possamos ter, em torno do dia 15 de dezembro, uma contribuição, uma resposta a dar às investigações, à sociedade brasileira, e, como já se trata, dentro do Parlamento, de que, ao alvorecer da nova legislatura, se faça uma nova CPMI, com o objetivo – aí com os membros que estiverem presentes na nova legislatura – de dar sequência à investigação do ponto em que nós fomos obrigados, pela questão legislativa e temporal, a encerrar a nossa investigação e que aquilo que a gente produziu seja a base da retomada da investigação na próxima legislatura.

Então, como isso é um fato da vida real que vai estar diante de nós, eu queria que V. Exª e o Relator refletissem sobre isso e que possamos avançar na direção de ampliar e acelerar as nossas investigações e as nossas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos refletir durante esta reunião para decidir daqui a pouco, depois da oitiva. Vamos tratar deste assunto na oitiva. V. Exª foi muito ponderado e convincente nas suas argumentações com relação aos termos do art. 76 do Senado Federal.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Sr. Presidente, um minuto apenas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sobre este assunto...

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Um minutinho apenas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Eu entendo, Sr. Presidente, que esta CPMI tem o seu trabalho prejudicado enquanto não tiver acesso à delação premiada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Verdade.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Volto a insistir com V. Exª porque não acredito que adiante alguma coisa ouvirmos pessoas que vão negar tudo aqui, como o Cerveró, que negou, e outros. Então, como precisamos insistir no acesso à documentação que está lá, peço a V. Exª que discuta com os Líderes um procedimento para que possamos ter acesso a essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Deputado Bacci. Esperamos o retorno da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança que impetramos com o apoio de V. Exª.

Peço à Secretaria para conduzir o Sr. José Carlos Consenza.

Sr. Relator, com a palavra. (*Pausa.*)

Já conheço o Sr. José Carlos Consenza, Diretor Administrativo de Abastecimento da Petrobras.

Passo a palavra ao depoente.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Boa tarde a todos.

Antes de fazer um breve relato da minha carreira dentro da Petrobras, eu queria comentar um pouquinho a minha ausência na semana passada, involuntária. Lamentavelmente, não pude estar presente à sessão, em função de uma dificuldade pessoal, um problema particular, um problema de saúde. Tive de ficar afastado alguns dias, mas estou aqui hoje para responder às perguntas que vocês julgarem convenientes fazer para mim.

Meu nome é José Carlos Cosenza. Nasci no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, tenho 63 anos de idade, sou casado, tenho dois filhos, um casal de filhos, e comecei minha carreira na Petrobras em 1975. Fiz o concurso da Petrobras em 1975, ano que me formei em Engenharia Química, e, sendo aprovado, fui admitido no dia 21 de janeiro de 1976. Tendo participado do concurso que fiz, vim ao Rio de Janeiro, onde fiz o curso regular da Petrobras, por cerca de nove meses, e, depois de aprovado, assumi, então, o cargo de Engenheiro de Processamento I e fui designado para a Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, onde comecei minha carreira na área industrial da companhia.

Feito este registro, continuei por 19 anos na Refap, Refinaria Alberto Pasqualini, onde exerci várias funções, como de engenheiro de projeto, engenheiro de acompanhamento de unidades de processo, e, depois, cargos gerenciais. Fui gerente setorial de uma área da refinaria, área importante, de craqueamento catalítico, responsável pela produção de 60% da gasolina de uma refinaria, fui, depois, chefe da Divisão de Operações, ou seja, responsável por todas as operações da refinaria, seja no horário administrativo, seja no noturno, e, depois, então, nessa função, exerci como gerente de operações por cerca de sete anos.

Passado esse período, que completou, no total da minha carreira na Refap, 19 anos, fui para o Rio de Janeiro, onde tive a oportunidade de começar um dos trabalhos mais importantes para a Petrobras, na área de confiabilidade das instalações industriais. A área de confiabilidade das instalações industriais é um dos grandes baluartes que nós temos dentro da Petrobras para se conseguir os resultados de aumento de processamento das nossas refinarias porque se preocupa com a visão global do processo, seja do ponto de vista da instalação industrial propriamente dita, seja do ponto de vista de segurança, meio ambiente e segurança pessoal das pessoas. Então, é um trabalho bastante abrangente. Pioneiramente, eu me orgulho de ter começado, em 1995, esse trabalho, onde exerci a função de gerente de confiabilidade das instalações industriais.

Passado esse período, fui designado gerente-geral da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, no Paraná, uma das nossas refinarias mais importantes, por suprir o Estado do Paraná e parte do Estado de Santa Catarina. É uma refinaria bastante complexa, que possui um número de unidades bastante importante para suprir o mercado nacional. Nessa planta, nós tivemos várias experiências importantes. Foi onde começou a minha carreira gerencial como gerente-geral de unidades industriais. Ali, nós tivemos oportunidade de desenvolver trabalhos de ISO 9000 na área de produtos, uma refinaria bastante confiável e bastante estruturada. Esse trabalho me rendeu a oportunidade de ir para a refinaria de Paulínia, São Paulo, próximo a Campinas.

Essa refinaria de Paulínia, essa refinaria Repar é uma das nossas refinarias mais importantes, que produz em torno de 200 mil barris por dia de derivados de petróleo.

A refinaria da Replan, onde eu tive a oportunidade de trabalhar logo em seguida, em 1999, assumi a Refinaria de Paulínia, é a maior refinaria da Petrobras. Eu me orgulho muito de todos esses conceitos que a gente aprendeu durante todo esse período em que eu estive na Repar e na Refap. A gente implementou uma série de modificações na linha de melhoria de confiabilidade, passando a refinaria de uma refinaria com um desempenho operacional bastante fraco para uma refinaria com um resultado excepcional, que se traduziu, naquele ano, em um dos melhores resultados econômicos que nós tivemos no ano de 2000.

Outro orgulho importante que eu tenho também é pelo fato de que, no estudo que foi feito, nós – a Petrobras sempre trabalha com *benchmarks* internacionais –, no caso do refino, trabalhamos com um *benchmark* muito importante, que é o da Solon. A Solon é uma consultoria internacional que, praticamente, tem a seu cargo a avaliação de cerca de 70% a 80% das refinarias do mundo que operam com ela, e esses indicadores são comparados com os nossos. Então, foi um ano em que o nosso custo de manutenção foi o menor do estudo da Solon. De cerca de 300 refinarias, a nossa refinaria de Paulínia foi a que teve o menor resultado. Isso, *a priori*, é muito importante, porque denota uma grande ação de gestão para melhoria de resultados. Naquele ano nós tivemos um nível de confiabilidade das instalações que foi o mais alto da história da Replan. Então, foi muito além, e, como consequência disso, houve um resultado bastante significativo na área ambiental, pois nós tivemos um trabalho, já naquela época, em 1999, de estudo de redução do consumo de água na região – o Rio Jaguaribe é que supre essa refinaria – e tivemos uma redução de 40% no consumo de água, fruto de uma gestão importante que foi realizada na refinaria, e isto nos valeu um prêmio. A Cetesb, o órgão ambiental do Estado de São Paulo, nos distinguiu com um prêmio pelo fato de termos provado e mostrado à equipe técnica da Cetesb um resultado de redução de 40% no consumo de água.

Bem, depois desse trabalho, certamente fruto desse trabalho, fui para a área internacional, onde tive a oportunidade de trabalhar por cerca de sete anos. Nessa área, na área internacional da Petrobras, eu me dediquei. Trabalhei em três países: primeiramente na Argentina, depois no Uruguai e, finalmente, nos Estados Unidos. Depois dos Estados Unidos, voltei para o Rio de Janeiro, onde, em junho de 2008, assumi a gerência executiva do refino, uma das seis gerências executivas da área de abastecimento da Petrobras. Essa gerência de refino tem uma abrangência em todo o País, porque sob sua responsabilidade estão todas as 12 refinarias

do País e a planta de industrialização de xisto, em São Mateus do Sul, no Estado do Paraná, sendo que já está concretizada a entrada da RNEST para o próximo mês, novembro. Então, a amplitude desse trabalho é bastante significativa e requer uma dedicação muito intensa.

Passamos momentos muito importantes nesse período porque conseguimos – vou me antecipar –, no período de 2008 a 2014, atualmente, reduzir a importação de derivados na faixa de 390 mil barris por dia, à custa, basicamente, de melhoria de gestão das nossas instalações, conseguido com pouquíssimo investimento. Acho que este é um exemplo do qual eu me orgulho, eu e minha equipe, hoje equipe do abastecimento, mas, quando comecei no refino, gerência executiva do refino, porque conseguimos uma melhoria a custo baixíssimo e com grande resultado para o País, porque essa é a nossa preocupação.

Além disso, começamos um processo muito importante, ainda como gerente executivo de refino, de integração entre as refinarias. Qual é o objetivo? Qual foi o objetivo, que hoje está ampliado? Como Diretor de Abastecimento, eu o ampliei. É a integração entre os ativos, integração entre as refinarias próximas. Por exemplo, cito, textualmente, o caso da refinaria do Planalto, Replan, onde eu trabalhei, e a refinaria do Vale do Paraíba, Henrique Lage, em que a troca de produtos entre essas instalações industriais bastante complexas resultou em melhorias significativas de resultados para a Petrobras, com redução de importação, melhoria de custos, o que é uma função muito importante do gerente nesse momento, quando se está com o parque de refino que ainda tem importações, que vão ser minimizadas com a entrada da RNEST e do Comperj, brevemente, em 2016. De qualquer sorte, esse trabalho rendeu para a companhia um resultado bastante importante, com uma redução de em torno de 380 mil barris de derivados por dia, às custas, como falei, basicamente, de um processo de gestão e de uma forte integração entre as refinarias, o que continua hoje, comigo como Diretor de Abastecimento.

Do período de 2008 a 2012, exerci a função, então, de gerente executivo do refino, uma das seis gerências executivas da área de Abastecimento. Em 2012, fui convidado pela nossa Presidente Graça Foster para assumir a Diretoria de Abastecimento da Petrobras. Aceitei em junho, final de junho de 2012, e estou nela até hoje.

É importante ressaltar que, nesse período, buscamos incrementar fortemente a integração, buscando melhoria de resultados adicionais ao que havia sido obtido até então, fruto dessa integração, então, agora, entre os gerentes executivos sob minha coordenação. Os resultados são bastante alvissareiros, com a entrada em operação de várias plantas que melhoraram a qualidade do diesel e da gasolina que produzimos no País. Hoje, temos qualidade de produto em nível internacional: diesel com 10 ppm – na Europa são 10 ppm, nos Estados Unidos, 15 ppm, e estamos trabalhando com 10 ppm em todo o País – e gasolina com 50 ppm, o que também é outro marco importante. Toda nossa gasolina vendida no País é produzida com 50 ppm. Então, esse trabalho resultou, além, digamos, do aproveitamento das instalações, em melhoria importante de qualidade de ambiente no País, das emissões veiculares, em função da melhoria da qualidade do combustível com que suprimos o País.

Então, esse período na Diretoria de Abastecimento foi muito profícuo, está sendo muito profícuo, porque os resultados estão sendo colhidos na amplitude um pouco maior do que o eram quando eu era gerente executivo, obviamente pelo fato de eu ter sob minha responsabilidade não somente a área de refino, mas também a área comercial, a área de logística, petroquímica, que são fundamentais no sentido de agregar valor à produção nacional, o que é o nosso objetivo no nosso dia a dia de trabalho.

Era isto que queria comentar com vocês sobre a minha carreira: são 38 anos dedicados à empresa. Tenho 63 anos, 38 dos quais dedicados à companhia.

Estou à disposição, Sr. Presidente, para as perguntas que julgarem convenientes.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

Reitero a solicitação para aperfeiçoar o serviço de som.

Com a palavra o Relator, Sr. Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, Sr^{as} e Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, boa tarde à imprensa presente, aos assessores, boa tarde ao Sr. José Carlos Cosenza, Diretor de Abastecimento da Petrobras.

Seja bem-vindo a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Diretor José Carlos.

É importante que V. S^a saiba que está aqui na condição de testemunha e que, portanto, pode falar livremente sobre os temas e os questionamentos que esta CPMI irá lhe fazer.

Vou procurar encurtar ao máximo os questionamentos e ser o mais direto possível, até para que suas respostas também possam ser o mais diretas possível.

Diretor José Carlos, o senhor sabe que nós ainda não temos o conteúdo da delação premiada do seu antecessor e também Diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa, mas nós temos várias informações e análises que foram realizadas e feitas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pelo Judiciário do Paraná,

inclusive algumas informações que dizem ser oriundas dessa delação premiada do antigo Diretor Paulo Roberto Costa. Então, nós vamos ter que lhe fazer alguns questionamentos em relação a essas informações que nós já temos, que já obtivemos.

Iniciando, o senhor conhecia o Diretor Paulo Roberto Costa há muito tempo? Qual a relação existente entre vocês?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – ... quando fui convidado para a Gerência de Refino. Só nesse momento.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Só nesse período.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – É.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – O senhor manteve contatos ou relações comerciais com o Sr. Paulo Roberto Costa depois que ele deixou a Diretoria de Abastecimento da Petrobras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Nenhuma?

O senhor, em algum momento, teve conhecimento das irregularidades ora delatadas pelo Sr. Paulo Roberto Costa?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – O senhor conhece o Sr. Alberto Youssef?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Já ouviu falar dele em algum momento dentro da Petrobras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Absolutamente.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Bom, nos depoimentos prestados à Justiça Federal pelos Srs. Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, os acusados afirmaram que a Comissão de Licitação da Petrobras não sofria interferências. O que o senhor tem a dizer sobre isto?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sobre a Comissão?

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – É, sobre o fato de ela não sofrer interferência. Ainda dando continuidade, só para o senhor ter uma ideia disso...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu diria o seguinte: as comissões da Petrobras que fazem análise se baseiam em informações bastante confiáveis e fazem, digamos, um trabalho isento. Elas subsidiam as decisões das gerências da companhia.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Certo. Mas, de acordo com o depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa, a margem de referência dos contratos seria de menos 15% a mais 20% do valor estimado pela Petrobras, para os contratos em geral feitos pela Petrobras. Segundo ele, as empresas participantes das licitações não tinham conhecimento, de antemão, desse valor. Em suas palavras, nas palavras de Paulo Roberto Costa, esse grupo, Comissão de Licitação, era muito fechado e muito correto. Aspas: “Nunca tive nenhuma referência de ter havido vazamento de informações, e mesmo qualquer diretor da Petrobras ou o Presidente, se solicitasse a esta Comissão ter o preço antecipado, a resposta não ia ser positiva”.

O senhor confirma essas afirmações?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – As comissões são autônomas e têm independência para julgar o que têm que fazer na companhia. Confirmo.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Com relação às indicações para os cargos de diretores da Petrobras, o Sr. Paulo Roberto Costa afirmou, em depoimento à Justiça Federal, que elas sempre foram políticas. Segundo ele, isso teria ocorrido em todos os governos anteriores: Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique e Lula.

O senhor concorda com essa afirmação?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu não posso julgar, definir uma situação como essa, porque a minha avaliação pessoal foi estritamente técnica, e esses diretores, os diretores que hoje estão na companhia, são escolhidos pela nossa Presidente, decisões estritamente técnicas, feitas por especialistas da área, conhecedores do assunto.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Segundo depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa à Justiça Federal, são poucas as empresas brasileiras que têm condições de fazer uma refinaria. Para ele, era claro que havia acordo prévio entre as companhias. Isso resultaria num delta preço excedente.

O que o senhor tem a dizer sobre isso? Era verdade? O senhor concorda com essa afirmação dele?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Olha, eu deixo... Eu queria deixar claro o seguinte: nós temos várias comissões internas de averiguação dos fatos que estão sendo levantados pela imprensa. Além disso, a Petrobras está muito próxima dos órgãos públicos, ajudando no sentido do esclarecimento, e não existe uma conclusão sobre esse ponto até o momento.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – O senhor considera ser possível, do ponto de vista técnico e dos valores, que as comissões de licitação da Petrobras identifiquem a existência de conluio entre as empresas no momen-

to das licitações? As comissões de licitações poderiam detectar as supostas negociações prévias feitas pelas empresas?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – É o objetivo dessas comissões internas e externas, se tiver ocorrido isso, que se chegue a essas conclusões. No momento, está sendo investigado, tanto internamente quanto externamente.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Já houve o caso de alguma vez ser anulada uma licitação por identificação de conluio entre as empresas?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Presidente, não é minha área essa parte de contratação, mas não me lembro de nenhum fato desses no meu tempo de Petrobras, de ter sido suspensa uma licitação por causa disso. Não me lembro.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – O ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras confirmou que, além do BDI, Benefício de Despesas Indiretas, as empresas do cartel colocariam um percentual a mais para poder atender interesses políticos.

O senhor sabia disso? Tinha conhecimento da existência disso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Não.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Nunca ouviu falar?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nunca ouvi falar.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Ainda em depoimento prestado à Justiça Federal, o Sr. Paulo Roberto Costa afirmou que havia, em média, 3% de propina em cima dos contratos celebrados com as empresas do cartel e que esses 3% seriam, de alguma forma, destinados a agentes políticos. Dessa percentagem, 1%, que era da Diretoria de Abastecimento, era repassado para o Partido Progressista, PP, por meio do Deputado José Janene, falecido em 2010, e por meio do Sr. Alberto Youssef, e parte disso ficava com o próprio ex-Diretor Paulo Roberto Costa.

O que o senhor tem a dizer sobre isso? Isso era verdade? Não era?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Desconheço isso, Presidente. Desconheço isso.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Em nenhum momento V. S^a ouviu falar desse assunto dentro da Petrobras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nunca ouvi falar disso dentro da Petrobras.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Ainda o Sr. Paulo Roberto Costa afirmou em depoimento à Justiça Federal que, da porcentagem destinada a agentes políticos, além do que ia ao PP, Partido Progressista, pela Diretoria de Abastecimento, era de conhecimento, dentro da companhia, que havia porcentagens que iam ao PT, Partido dos Trabalhadores, e ao PMDB através de outras diretorias.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Desconheço. Desconheço isto.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Também nunca ouviu falar?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nunca ouvi falar disso.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – De absolutamente nada sobre isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Absolutamente. Nada.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Notícias também veiculadas recentemente pela imprensa dão conta de que depoimentos prestados em delação premiada no Ministério Público Federal mencionam o PSDB como beneficiário do esquema de corrupção da Petrobras. Notícia-se que o ex-Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra, já falecido, teria recebido, em 2009, a quantia de R\$10 milhões. Além disso, em depoimento prestado na ação penal pública e compartilhado com esta CPML, o Sr. Leonardo Meirelles afirmou que o PSDB também seria um partido atendido pelo esquema de Youssef.

O que o senhor tem a dizer sobre isso? Sabia disso? Teve, em algum momento, conhecimento sobre...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Não tive informação sobre isso nunca.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Nenhuma informação?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nenhuma informação.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – No depoimento do Sr. Alberto Youssef à Justiça Federal, foi perguntado se ele chegou a fazer pagamentos para outros diretores da Petrobras e ele disse que não e que só operava o percentual da Diretoria de Abastecimento.

O senhor tem conhecimento de esquema em outras diretorias da Petrobras? E, se positiva a resposta, tem conhecimento sobre quem seriam os operadores?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Também não?

O esquema que funcionava durante a direção de Paulo Roberto Costa na Petrobras, V. Ex^a tem informação sobre se ele continuou depois de sua saída?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Desculpe...

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – O esquema que ele delatou lá dentro da Petrobras teve continuidade?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nós tomamos várias ações para coibir qualquer tipo de movimento. Nós temos, hoje, duas, três comissões em andamento dentro da companhia para investigação dos contratos da RNEST, da Comperj e de Pasadena também, nós estamos próximos do Ministério Público e da Polícia Federal, subsidiando e recebendo informações e, além disto, esta semana contratamos duas empresas para fazerem frente a uma investigação interna mais detalhada. Mas esse é o nosso trabalho no momento.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – O Sr. Paulo Roberto Costa afirmou ainda que esse repasse de 3% não acontecia em todas as contratações da Petrobras, mas tão somente nos contratos das empresas do cartel. Aspas: “Não. Em cima desses contratos dessas empresas do cartel tem várias empresas que prestam serviços para a Petrobras que não estão no cartel. Então, são empresas de médio e pequeno porte que não têm participação nenhuma nesse cartel. Esse cartel são as principais empresas, talvez umas dez empresas aí que participam desse processo.”

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu desconheço. Nós hoje estamos fazendo... Conforme eu disse, qualquer movimento de dizer que tem cartel... Nós estamos sob investigação interna e externa: internamente, pelas comissões, e, externamente, pelos órgãos Ministério Público e Polícia Federal, que estão investigando se realmente foi, se isso que está sendo divulgado é verdade.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – V. S^a nunca ouviu falar nessa...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Nesse cartel?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Eu sou diretor da área de abastecimento. O meu trabalho é conduzir o suprimento do País como um todo. Então, muitos detalhes de contratação são mais específicos, não são da minha área.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Mas V. S^a está substituindo o Paulo Roberto Costa?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim. Mas eu, dentro do abastecimento, desse conceito eu nunca ouvi falar, de cartel de empresas.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Haveria o pagamento de propina a empregados da Petrobras? V. S^a tem conhecimento de algum funcionário da Petrobras que tenha participado de algum esquema de corrupção, além do Paulo Roberto Costa?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Não.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Em algum outro momento houve investigações dessa natureza na Petrobras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Que eu me lembre, não.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Perguntado sobre o pagamento de propina, o Sr. Paulo Roberto Costa respondeu que, possivelmente, isso já acontecesse antes de sua ida, porque as empresas do cartel já trabalhavam para a Petrobras há muito tempo.

Como V. S^a avalia essa questão?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Olha, nos meus 38 anos de empresa, em que eu tenho me dedicado à companhia, não tenho essa informação de que antes ou depois dele havia esse esquema de propina. Desconheço completamente.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Pois então. Ele disse que o tema da propina, com percentuais e formas de distribuição, era tratado abertamente dentro da Petrobras. Isso é verdade ou não?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Se foi tratado... Eu não... Eu não... Eu não... Eu nunca ouvi. Nunca vi.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – V. S^a participa ou participou de alguma conversa desse tipo em alguma oportunidade?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Não.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Bom, de acordo, ainda, com o depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa, ele participava de reuniões dentro da companhia, às vezes até de reuniões com representantes de grupo político, para inclusão de empresas em licitações.

V. S^a alguma vez participou de reuniões desse tipo?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nunca. Nunca participei.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – V. S^a saberia dizer se algum outro funcionário da Petrobras participou desse tipo de reunião?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – A inclusão de empresas dependia da aprovação da Comissão de Licitação. Essa comissão era autônoma? Uma solicitação de um diretor da Petrobras poderia afetar a decisão dessa comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Poderia, se atendesse... Normalmente, existem pré-requisitos que têm que ser atendidos para que uma empresa participe de uma licitação. Se ela atendesse, a comissão normalmente autoriza a participação.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Então, o diretor poderia fazer um pedido...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Poderia. Poderia.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – ... para que uma empresa fosse incluída...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Desde que atendesse aos requisitos para aquela licitação.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Dentre os principais contratos da RNEST, a licitação de algum deles foi vencida por empresas de fora do chamado cartel?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Se não está comprovado o cartel, eu não tenho como responder a essa pergunta aí.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – O jornal O Estado de S. Paulo de 16 de maio de 2014 publicou matéria alegando que a Polícia Federal teria interceptado, em 18 de setembro de 2013, uma troca de mensagens entre o Sr. Alberto Youssef e o Deputado Luiz Argôlo em que ambos fizeram menção ao nome do senhor.

O senhor esteve em audiência com ambos?

Quando e de que assunto se tratou?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nunca estive nem com um nem com outro. Não os conheço pessoalmente.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Não há nenhum registro?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nem os conheço pessoalmente.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Uma lista de empresas contratadas da Petrobras tem seus nomes anotados em documentos apreendidos pela Polícia Federal na residência ou nas empresas de Paulo Roberto Costa. Os nomes dessas empresas foram ainda citados em depoimentos dos acusados na ação penal em curso na Justiça Federal. Além disso, identificamos, nas quebras de sigilos bancários efetuados por esta CPMI, transações financeiras entre algumas dessas empresas e as empresas de fachada do esquema de Alberto Youssef.

Gostaríamos que o senhor nos esclarecesse se sabe ou tem alguma informação sobre o suposto esquema existente, sobre o papel dessas pessoas jurídicas no esquema. V. S^a, em algum momento, teve contato com isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, Deputado. Não tive, nunca, nenhum contato com essa situação.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – O Sr. Paulo Roberto Costa, em depoimento à CPI do Senado, afirmou que o Conselho de Administração da RNEST não tinha competência para aprovar a assinatura de contratos de valor superior a 30 milhões, nem de aditivos a esses contratos. Todavia, diversas atas do Conselho de Administração da RNEST aprovam aditivos de contratos bilionários.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Os aditivos que eram aprovados pelo Conselho da RNEST eram depois que eram autorizados e homologados pela diretoria da Petrobras.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Essa regra dos limites orçamentários para cada um dos diretores ou das...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – É rigorosamente atendida.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Rigorosamente cumprida.

O Sr. Paulo Roberto Costa afirmou também, em depoimento à CPI do Senado, que a definição da localização da RNEST se baseou em dois pontos: infraestrutura local e mercado consumidor.

V. S^a concorda com essa afirmação?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Deputado, quando foi tomada essa decisão, eu não estava na área de... Eu não fazia parte, eu não participei dessa decisão, Deputado.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Da decisão da...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – De microlocalização. Eu não participei.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Mas V. S^a concorda...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não tenho como dizer qual foi...

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – ... com a localização ou não concorda?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – É uma região que está disponível para suprimento. Pode ser um argumento, mas, de qualquer forma, são decisões que têm uma série de argumentos que eu desconheço. (Pausa.)

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Ok.

Eu tinha algumas perguntas a fazer a V. S^a sobre a RNEST, mas eu as farei por escrito depois e peço que V. S^a possa responder a elas.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Ok.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Apenas alguns últimos questionamentos.

A partir de 2008, o TCU passou a apontar irregularidades nas obras de implantação da RNEST. Atualmente, tramitam no TCU sete processos que tratam de superfaturamento na RNEST.

Quais foram as medidas adotadas pela Petrobras a partir dos apontamentos do TCU?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – A Petrobras trabalha junto com o TCU em várias frentes no sentido de esclarecer as dúvidas e tem, hoje, um número muito pequeno de pendências com o TCU.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Muito bem.

Sobre o complexo de Pasadena, qual foi a participação de V. S^a no processo de aquisição do complexo de Pasadena? V. S^a participou da gestão desse complexo?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu fui designado para Pasadena para ser o responsável pela ampliação, pelo *revamp* da instalação, já que era uma instalação que necessitava de algumas melhorias tecnológicas. E eu fui designado para esse trabalho, o trabalho, basicamente, digamos, de *update* ou melhoria de instalação industrial e aumento de capacidade. Eu não estive envolvido com o negócio em si, com a execução do negócio com a empresa belga.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – O senhor tem conhecimento de que houve propina ou irregularidades nas tratativas sobre Pasadena? Se sim, quem foi beneficiado, quem pagou e quem recebeu propina no caso da compra desse complexo?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Deputado, desconheço isso.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Nenhuma informação?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nenhuma informação. (Pausa.)

Não tenho informação nenhuma.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Bom, duas últimas perguntas.

Uma das questões que estamos analisando na CPMI, no trabalho técnico feito pela CPMI, é o atual regime de contratações da Petrobras e a necessidade de alterações.

Somente a partir de 2006 foram iniciadas as grandes obras de refino no Brasil.

O senhor acredita que a atual forma de contratação da Petrobras, baseada no Decreto nº 2.745/98, pode facilitar a ocorrência de fraudes?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Olha, esse é um decreto que se aplica a uma empresa que tem competição no mercado, que é o nosso caso, na medida em que nós estamos num mercado competitivo. Então, acredito que se aplica.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – V. S^a acha necessário promover alterações legislativas para buscar conferir mais confiabilidade às contratações da Petrobras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu acho que esse trabalho que está sendo feito pelas comissões internas e externas são uma fonte de informação para isso.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Muito bem, Sr. Presidente. Esses seriam os questionamentos que este Relator tem por ora ao Sr. José Carlos Cosenza, Diretor de Abastecimento da Petrobras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a. Na forma regimental, V. Ex^a poderá fazer as intervenções que achar necessárias no transcorrer deste depoimento.

Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno, primeiro autor.

V. Ex^a fará uso de 5 minutos direto ou de 10 minutos de forma intercalada?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – De 10 minutos intercalados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dez minutos de forma intercalada.

Deputado Rubens Bueno, com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente e Sr. José Carlos Cosenza, vou repetir perguntas que o Relator acabou de fazer, até porque o que foi relatado até agora e respondido mostra que não estamos diante de um diretor da Petrobras. Não estamos. Estamos com quem parece não conhecer a Petrobras, não conhecer a diretoria, não conhecer seu antecessor, com quem, enfim, não sabe de nada. E isto é interessante, porque, em alguns momentos, nós temos aqui documentos da Polícia Federal que indicam, além de *e-mails*, telefonemas e reuniões que o senhor teria realizado.

Só para alertá-lo, e aí em respeito a seu currículo, o senhor está sob juramento e, se mentir, poderá ser processado. Por isso, eu vou repetir as perguntas.

A Polícia Federal encontrou, na casa do Sr. Paulo Roberto Costa, a agenda dele, que mostrava que o senhor continuava a se encontrar periodicamente com ele, o Sr. Paulo Roberto Costa, seu antecessor. Consta ainda que se reuniam para despachar assuntos da cúpula da Petrobras. Consta ainda, nesses documentos, além

de em *e-mails* e planilhas, que, fora da Petrobras, o Sr. Paulo Roberto continuou o seu esquema na Diretoria de Abastecimento.

Por que o senhor continuou a se encontrar com ele após ter assumido o cargo de diretor? Alguma sequência, alguma informação que o senhor não tinha? O senhor tinha assumido e precisava buscar essas informações com o antecessor? Por que isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Isso é pergunta?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Bom, desde que assumi a diretoria da Petrobras, telefonemas que tive com Paulo Roberto, o ex-Diretor, foram três, no máximo três.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah, então já apareceu.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, três.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Antes, disse que não era nada.

Melhorou, hein, Sr. Relator!? Está melhorando.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, eu nunca disse que...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor disse que não tinha nenhum contato. Nenhum contato.

Mas tudo bem.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, me perguntaram sobre....

Bom, tudo bem.

E, pessoalmente, estive duas vezes com ele.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah!

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Uma vez logo depois que eu recebi o serviço da companhia...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito bem.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – ... e depois de algum tempo.

Só esses contatos. Foram cinco vezes que eu tive: duas vezes, três vezes por telefone e duas vezes pessoalmente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah, muito bem!

Isso é bom até para o Sr. Relator ver que mudou muito da sua pergunta para a nossa resposta do depoente, porque agora, ele foi alertado de que está sob juramento.

E *e-mails*?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nunca troquei *e-mails* com ele.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nunca trocou *e-mail* com ele. Muito bem.

Ainda segundo a reportagem... Vou reperguntar sobre essas longas conversas gravadas entre o Deputado Argôlo e o doleiro Youssef. Numa delas, em que o senhor é citado, numa dessas reportagens, que foi até o Estadão que divulgou, no dia 18 de setembro de 2013, às 11 horas e 36 minutos, nesse telefonema interceptado, o Sr. Youssef diz que já liga para o Argôlo porque estaria em uma reunião na Prefeitura de Cubatão, e o Argôlo diz a ele, doleiro Youssef, que estava com o substituto de PR, que, entende a Polícia Federal, é Paulo Roberto.

O senhor diz que não, mas o senhor tratou, não encontrou, nunca procurou falar, nunca teve contato com o Deputado Argôlo?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Deputado, me desculpe, mas nunca vi essa pessoa na minha frente e nunca vi a outra pessoa de que o senhor falou também, o Sr. Alberto Youssef. Nunca vi! Como eu poderia ter estado?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O Deputado Argôlo. Nunca falou com ele, nunca telefonou, nunca...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nunca falei com ele. Como eu... Não estive com ele!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor esteve...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Essa informação de que eu estava na Prefeitura de Cubatão também...

Nunca estive em Cubatão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não. O senhor, não.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Entendi assim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O Youssef estava na Prefeitura de Cubatão em uma reunião. E, nesse telefonema, terminando a reunião... E ele respondeu: Não, é porque eu estou aqui com o sucessor de PR, que, entende a Polícia Federal, seria Paulo Roberto.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nunca estive com essas pessoas, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito bem.

Mas o senhor disse que teve duas reuniões com ele. Não teve? Três telefonemas com o Paulo Roberto. É isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Do que o senhor tratou com ele nessas reuniões?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Na primeira reunião, que foi logo depois que houve a passagem de serviço, sobre algumas dúvidas que fiquei sobre alguns temas da área de abastecimento; no segundo evento, que foi muito tempo depois, sobre as minirrefinarias, que ele perguntou se eu... Veio trazer a proposta das minirrefinarias.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah, ele foi levar a proposta de minirrefinarias para o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – É.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah!

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Ele trouxe para a Petrobras, não para mim. Ele trouxe para a Petrobras a proposta de minirrefinarias.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, mas o senhor tratou disso com ele.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Ele trouxe a proposta somente. A gente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Entregou para o senhor a proposta?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Ele mandou uma carta e essa carta foi respondida. Foi isso que foi feito. Foi uma mera correspondência seguida de uma resposta sobre a inviabilidade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

Também – vou reperguntar – Paulo Roberto relatou que havia um cartel entre as grandes empresas. Isso está divulgado fartamente. Disse também que o esquema já era institucionalizado na Petrobras. Depois que o senhor assumiu a diretoria da Petrobras, houve alguma alteração nessas regras desse jogo, nessa relação com esse cartel?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Desconheço o cartel, Sr. Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, o senhor disse, anteriormente, ao Relator que ainda não estava comprovado. Foram essas as palavras que o senhor usou.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Perdão, então. Eu desconheço a existência do cartel. Se eu desconheço, como eu iria dar continuidade?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Bom, então, pelo que se disse do Paulo Roberto, o senhor assumiu a Diretoria de Abastecimento e a gente conclui que o senhor continua com o mesmo esquema que vinha de então.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Absolutamente. Nós...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor não fez nada, não conhecia nada, continuou o mesmo esquema que vinha de então.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, nós temos, hoje... Ações tomadas por nossa área são uma investigação nos contratos do Comperj e da RNEST, temos uma comissão de avaliação desses contratos, a companhia está buscando informações sobre a delação premiada, coisa que não obteve, há informações sobre laudos da Lava Jato, também em busca de informações... Isto é o que a Petrobras está fazendo isso. Na minha área, foram feitas duas comissões de investigação dos contratos da RNEST e do Comperj, que estão em andamento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quando foi isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Quando foi...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quando foi que aconteceu isso, a decisão que o senhor tomou?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Isso faz uns seis meses.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Seis meses? Depois da Lava Jato? *(Pausa.)*

Porque fica difícil estar em um ambiente tão poluído do ponto de vista moral e ético e saber que aquilo continuou, reuniões com o ex-diretor, telefonemas... Fica realmente complicado.

O senhor foi procurado alguma vez pelo Sr. João Vaccari para que indicasse empresas que poderiam fazer doações para campanhas do PT?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Não conheço essa pessoa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não conhece.

O senhor pode confirmar se realmente houve desvio de dinheiro da Petrobras por meio de contratos superfaturados?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Volto a insistir: estamos com comissões investigando isto no momento, sejam comissões nossas, duas comissões, e as comissões externas lideradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Até a Presidente Dilma, Sr. Cosenza, reconheceu, no debate da TV Record, que havia desvios na Petrobras. O senhor, que é diretor da área, não conhece isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu não tenho... Eu não... Eu não tenho opinião... Eu não tenho como falar sobre a opinião da Presidente do País.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu fico, realmente, um pouco preocupado, porque o mapa que foi publicado várias vezes é que a Diretoria Internacional do Sr. Cerveró era um senhor chamado Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, que era o esquema do PMDB de 1% – isto divulgado fartamente –, a Diretoria de Serviços era do Sr. Renato Duque, exclusiva do PT, que era o esquema montado com o Sr. João Vaccari Neto, que era 3% de propina de tudo que acontecia, e Abastecimento, do Sr. Paulo Roberto Costa, onde o senhor está agora, era do Sr. Alberto Youssef, do PP, que recebia 1%. Interessante que...

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ... as reportagens dizem que as propinas eram de 3% de cada diretoria, só que para o PP ia 1% e iam 2% para o PT. Na outra, ia 1% para o PMDB e iam 2% para o PT. Então, na soma das propinas, de uma diretoria eram 3% e das outras diretorias, 2%. Por isso o superfaturamento.

Daí os desvios de bilhões e bilhões de reais, colocando uma empresa de joelhos do ponto de vista da moral perante o mundo, graças à ação de quadrilha que tomou conta da Petrobras. E o senhor vem me dizer que agora contratou essa ou aquela empresa para fazer isso ou aquilo, que não tem nenhum sentido, a não ser afastar e mandar apurar ao longo do tempo em que isso aconteceu. São 12 anos! Doze anos, da Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, da Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff e da Presidente Dilma Rousseff! São 12 anos em que essa quadrilha tomou conta dessa empresa! E o senhor vem aqui dizer que pouco sabe ou nada sabe ou pouco fez ou nada fez!

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, inclusive registrando a disciplina que V. Ex^a teve com o seu tempo.

Com a palavra, o Deputado Izalci.

V. Ex^a dispõe de 5 minutos ou de 10 minutos intercalados.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Dez minutos intercalados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dez minutos.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Eu gostaria de pedir ao Sr. José Carlos que fosse bem objetivo nas respostas, porque tenho muitas perguntas.

Sr. José Carlos, em primeiro lugar, V. S^a recebeu algum treinamento da Petrobras ou participou de algum curso relacionado a esta CPMI?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim, fiz o treinamento na nossa área de treinamento corporativo. Como toda grande empresa faz, treina seus executivos para um evento como este aqui, por exemplo.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Mas algumas dicas diretas sobre...?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, em geral, um treinamento normal para apresentações desta magnitude aqui, desta importância.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Alguma sugestão de dizer que não sabia nada, que não viu nada?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Absolutamente. Dizer a verdade, o que eu estou fazendo.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – A verdade.

V. S^a é filiado a algum partido político?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Por quanto tempo V. S^a foi o número dois de Paulo Roberto Costa na Diretoria de Abastecimento da Petrobras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Bom, eu não considero que fui o número dois do ex-Diretor. O que fui... Eu fui um dos seis executivos que conviveram com ele durante os quatro anos em que ele era diretor da companhia.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – No período em que trabalhou com Paulo Roberto Costa, qual era a relação de V. S^a com ele?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Era uma relação estritamente profissional.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Fisicamente, a sala de V. S^a ficava próxima à ocupada por Paulo Roberto Costa...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – ... na Diretoria de Abastecimento da Petrobras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Eu estava no 20º andar e a Diretoria ficava no 23º.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Conversava com frequência com Paulo Roberto Costa sobre assuntos atinentes a Petrobras? Paulo Roberto Costa delegava alguma atividade inerente ao seu cargo a V. S^a ou não?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nós tínhamos uma relação profissional e eu tinha uma incumbência muito importante que era administrar 12 refinarias e uma planta de xisto em São Mateus do Sul. Então, eu ti-

nha uma atividade muito intensa, viajava bastante, porque eu visitava as refinarias com muita frequência no sentido de buscar as melhorias que conseguimos durante esse período todo.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Na parte comercial, nunca...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – ... solicitou de V. S^a que participasse de nenhuma reunião com as empresas?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Com empreiteiras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Não, eu... Veja bem: a participação com empreiteiras fazia parte do meu papel como gestor das obras. Algumas obras estavam na área do Abastecimento e eu me reunia com elas para acompanhamento do projeto, da evolução do projeto. Esse era o meu papel.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. S^a teve algum relacionamento com o Márcio da Sanko? Conheceu o Márcio Bonilho, da Sanko?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não conheço.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não conhece?

Como se deu a nomeação de V. S^a para o cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras? Alguém entrou em contato com V. S^a para convidá-lo para ocupar o cargo? Ou V. S^a buscou alguém para demonstrar o seu interesse em ocupá-lo? Como foi essa nomeação?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, eu realmente fui chamado pela Presidente Graça para ser convidado para ser diretor por ela.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Diretamente?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Diretamente.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não houve nenhuma interferência de Paulo Roberto Costa?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Diretamente da...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Fui convidado pela Presidente Graça para Diretor de Abastecimento.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Assim como Paulo Roberto Costa, V. S^a também foi convidado para o casamento da filha da Presidenta Dilma?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não?

V. S^a mantém relação de amizade com Paulo Roberto Costa?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Nenhuma amizade?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Há muito tempo que eu não o vejo. *(Risos.)*

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não, antes; antes da prisão.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Minha relação era estritamente profissional: nunca frequentei a casa dele, nem ele a minha.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Como era o relacionamento de Paulo Roberto Costa e o ex-Presidente Lula, que o chamava de Paulinho? Tem algum conhecimento?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, desconheço esse tipo de relação.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Os dois se reuniam regularmente? Tem notícia disso?

Nunca houve comentário de que Paulo Roberto Costa teria falado com o Presidente Lula?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Ele nunca comentou.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Nunca participou de nada? Não viu nada?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Paulo Roberto Costa mantinha o Presidente Lula informado sobre a sua gestão na Diretoria de Abastecimento e na presidência do Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Desconheço.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Quando V. S^a assumiu, V. S^a nunca falou nada com a Presidente Dilma sobre a refinaria?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Nem com o Conselho de Administração?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Conhece a Presidente Dilma?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim, estive em alguns eventos com ela.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – A quem V. S^a se reporta na estrutura da Petrobras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Hoje?

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Hoje.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – À Presidente Graça.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – E antes?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Antes, ao Diretor Paulo Roberto, quando eu era Gerente-Executivo de Refino.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. S^a mantém a Presidente Dilma informada sobre as decisões tomadas no âmbito da Diretoria de Abastecimento da Petrobras hoje?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, eu não tenho contato com a Presidente.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – É direto com a Presidente Graça?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Exatamente. A minha chefe imediata é a Presidente Graça, a quem eu passo as informações e com quem eu despacho regularmente.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Solicitou a realização ou participou de alguma reunião com a Presidente da República no período em que vem ocupando essa diretoria? Nunca participou de reunião com a participação da Presidente Dilma ou com a Presidência da República?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Fui a uma reunião em Brasília... Vim aqui – perdão – a Brasília para uma reunião sobre qualidade de asfaltos. Ela convocou uma reunião para a gente discutir o assunto; foi a única vez.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Asfalto?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – É, asfalto para rodovias.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. S^a na Diretoria de Abastecimento?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Também é responsável por essa questão?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim, sim, suprimento de asfalto. Todos os derivados de petróleo que são distribuídos no País, o suprimento deles é por conta da Petrobras, seja asfalto, solventes, combustíveis.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – A Presidente Dilma orientou a sua atuação, fez alguma sugestão nesse período, na sua diretoria? Se sim, de que modo?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não orientou. Quem nos orienta é a Presidente Graça.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Nessa reunião com a Presidente Dilma o que foi tratado?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Isso foi mais para discutir problemas de qualidade de asfalto, um assunto eminentemente técnico.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Com a Presidente Dilma?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Com a diretoria. Era um dos assuntos que foram tratados, sobre asfalto.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – A Presidente Dilma chamou para tratar de assunto de asfalto?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Entre outros. Esse aí foi um deles.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Quais foram os outros?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Ah! Não me lembro. Faz muito tempo.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Só se lembra do asfalto?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Só me lembro do asfalto, porque é da minha área. Eu conheço detalhe do asfalto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Tantos problemas, amigo. Mas tudo bem.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, esse é assunto é...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – De que forma se dá a interlocução entre a Petrobras e o Palácio do Planalto? Como é feito isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – As interlocuções são feitas pela Presidente Graça. Eu não me envolvo nisso.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. S^a só participou dessa reunião, a única?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim, exatamente. Uma reunião de trabalho.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Bem, documentos apreendidos pela Polícia Federal na casa de Paulo Roberto Costa, como e-mails e planilhas, demonstram que o ex-diretor deu continuidade a seu esquema de corrupção na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, mesmo após a saída do cargo.

Qual o papel desempenhado por V. S^a nesse esquema? V. S^a não tinha conhecimento nenhum do que aconteceu com Paulo Roberto Costa?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Não conhecia nada sobre o que aconteceu, sobre o que depois apareceu..

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Eu perguntei se V. S^a conhecia a Sanko, porque, no depoimento do Sr. Márcio, ele disse o seguinte: que ele tinha uma lucratividade na venda dos produtos para a Petrobras de 180% e, mesmo assim, mesmo vendendo com 180% de margem de lucro, ainda estava 40% abaixo do preço de mercado interno. Então, por isso é que houve a possibilidade de faturar e superfaturar, sem nenhum problema, exatamente porque o preço, mesmo superfaturando, ainda estava abaixo do preço de mercado.

O que a gente percebe é que esse esquema que está acontecendo na Petrobras, às vezes até utilizando a capacidade dos seus funcionários – a Petrobras tem excelentes funcionários, brilhantes funcionários, lá há profissionais de alta relevância –, utilizando esse argumento, acabam superfaturando, e a justificativa que a gente percebe muitas vezes é de que a rentabilidade da Petrobras, a capacidade da Petrobras, o preço encontrado na Petrobras, por mais que seja louvável tudo isso, não justifica o esquema de corrupção que foi feito.

V. S^a participou de quantas reuniões, ainda que informais, com o Paulo Roberto? E o Youssef, V. S^a não o conheceu?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não conheço o Youssef.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não conhece o Youssef?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – A contadora Meire Poza, do Alberto Youssef, declarou para esta CPMI que Paulo Roberto Costa, na sede da GFD Investimentos, por duas vezes ficou sabendo de outras reuniões ocorridas entre ele e Alberto Youssef, a partir de 2013. V. S^a tem conhecimento desses encontros de Paulo Roberto Costa com Youssef?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. S^a nunca viu Youssef ou teve conhecimento de que Paulo Roberto Costa teve essa reunião com ele?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não conheço. Não sei de reunião.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Mas nem ficou sabendo que houve essas reuniões?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Na revista *Veja* do dia 25 de abril de 2014, o ex-Diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa encaminhou carta à Presidente da companhia, Graça Foster, propondo que a Petrobras se associasse à REF Brasil, para a construção de refinarias em quatro Estados da Federação.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Na mesma carta, foi proposto que as partes assinassem um memorando de confidencialidade para tratar desse assunto. A resposta, dando conta da inviabilidade da parceria, segundo informações da Petrobras, coube a V. S^a.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – A pedido da Presidente Graça. V. S^a confirma a informação? Como se deram as tratativas de Graça Foster e V. S^a a respeito desse assunto?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nós analisamos a carta que ele mandou, a proposta, e, dentro do planejamento estratégico da companhia, do plano de ação nosso, não era viável para a Petrobras fazer, participar.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Mas houve mais alguma informação? Foi só essa questão técnica?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Foi só uma questão técnica.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não houve nenhuma solicitação a mais?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Tendo em vista que ele era ex-diretor e aproveitando que ele foi ex-diretor?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não tentou convencer vocês?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não insistiu?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Absolutamente.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Foi simplesmente assim: analisou, não deu e acabou.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Demos a posição. Eu escrevi a carta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O. K.. Tempo esgotado.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Eu pediria a V. S^a para me reinscrever.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O. K..

Vamos à ordem dos inscritos.

Seguindo rigorosamente a ordem que V. Ex^{as} aqui subscreveram, Deputado Imbassahy.

V. Ex^a terá dez minutos também.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Vou fazer a mesma técnica do Deputado Rubens e do Deputado Izalci, para que o depoente possa nos responder.

Bem, primeiro, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras e Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, quero dizer que fica difícil, sinceramente, para os brasileiros que estão nos ouvindo aqui, neste momento, imaginar que um homem da estatura de V. S^a, com 38 anos de Petrobras, cujo último cargo foi o de Superintendente de Refino, chegue aqui e diga que não sabia de nada e que continua sem saber de nada.

Sinceramente, Dr. Cosenza, os brasileiros não acreditam no que o senhor está falando. Especialmente depois que o Relator pergunta a V. S^a se teria havido algum encontro de V. S^a com o ex-Diretor Paulo Roberto Costa, o senhor afirmou que não, para, alguns minutos depois, confessar que teve três telefonemas e dois encontros pessoais.

Então, vou-me referir a um dos encontros. O senhor disse que se encontrou com o Dr. Paulo Roberto Costa para tirar dúvidas.

Foi o senhor que ligou para ele pedindo o encontro ou ele que ligou para o senhor? E quais as dúvidas que o senhor queria tirar e se foram tiradas.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Foi eu que fiz a ligação e fui tirar dúvidas sobre alguns mecanismos dentro do Abastecimento. Eu nunca tinha exercido a função de diretor de uma empresa dessa magnitude. Evidentemente eu tinha algumas dúvidas quanto ao *modus operandi* da instalação. Então, eu tive mais para sanear dúvidas, das mais diversas, mas não foi tratado nenhum assunto hoje que está relacionado com as investigações. Foi um assunto estritamente técnico.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Eu queria que o senhor explicasse melhor: *modus operandi* da instalação?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – O que significa isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Eu digo: como se dão alguns trâmites administrativos dentro da empresa – de contrato, de licitações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Enfim, aquilo que eu não conhecia muito bem. Então, foi para ouvir como funciona, como se propõem para a diretoria as pautas.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – O. K..

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Enfim, o *modus operandi* da companhia. Eu não tinha algumas informações, porque a passagem de serviço, quando houve a troca, foi muito rápida.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – O senhor foi receber uma orientação dele.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Foi pedir informações, instruções, como agir com relação a contratos. É isso? Não estou entendendo.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu diria que não foram orientações. Foi ouvir como funciona a companhia, como funcionavam as propostas, como eu levava uma pauta, como se fazia a proposição, como a gente se relacionava com as outras diretorias; enfim, mais como funciona a gestão da empresa, basicamente isso.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Pois não. O senhor poderia nos informar as razões que levaram à demissão – não é demissão –, à renúncia de Paulo Roberto Costa?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Olha, Deputado, a decisão de demitir ou de admitir um diretor é do Conselho de Administração da empresa. Eu não me sinto em condições de entrar no mérito dessa questão, porque é uma decisão em nível de Conselho de Administração da companhia.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Ele renunciou ou foi demitido?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu não tenho essa resposta, Deputado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – O senhor não tem conhecimento da ata de reunião do Conselho de Administração?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – O senhor não conhece a ata?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não vi, não sei o motivo.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Não se interessou em conhecer a ata, que, inclusive, nomeou o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não tive acesso, não vi.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Não teve acesso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não vi, não vi, não vi.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Quer dizer que o senhor foi nomeado numa reunião do Conselho de Administração em que Paulo Roberto pediu a renúncia, e o senhor não conhece a ata? Não teve acesso à ata?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu desconheço se foi simultâneo. Não sei. Há algumas coisas que a gente não tem... Não valorizei, por exemplo.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Olha, Dr. Cosenza, com todo o respeito, mas, com essa técnica de dizer que não sabia de nada, a população brasileira não vai mais nessa. Então, acho que o senhor não deve exagerar.

Bem, o senhor assumiu o cargo de Diretor de Abastecimento em 27 de abril de 2012. E, durante um período longo, até dezembro de 2013, o senhor também presidiu o Conselho de Administração da RNEST, da Refinaria Abreu e Lima, que, hoje, é objeto de comprovações de falcaturas, de superfaturamento. Isso está sendo dito pela própria Polícia Federal e pelo antecessor do senhor, de quem o senhor era um dos principais auxiliares.

Então, nesse período em que o senhor estava na posição de Diretor, o que o senhor fez para coibir essas falcaturas que aconteciam dentro da Refinaria Abreu e Lima? O que o senhor fez?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Bem, o Conselho de Administração da Abreu e Lima se reporta à Diretoria da Petrobras. Todos os processos que são gerados de contratos de aditivos passam, num primeiro trampolim, pela Diretoria da Petrobras, e essa é uma forma de fazer uma ação de coibir qualquer tipo, digamos, de operação indevida. Então, são formas de gerenciar que foram implementadas, que foram aperfeiçoadas durante o meu período.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – O senhor não tomou nenhuma iniciativa de fazer revisão de contratos e investigações no sentido de apurar responsabilidades por eventuais prejuízos que aconteciam na Refinaria Abreu e Lima?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Veja bem, o senhor está se referindo ao período até quando?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – A todo o período...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Até agora?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Até agora, inclusive.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, desculpe-me...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – O senhor é o Diretor de Abastecimento, e, naturalmente, cabe ao senhor a responsabilidade direta, até porque o senhor disse que mandou investigar, que há inquéritos.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Isso.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Quem foi punido? Quem foi punido? Qual foi o contrato que foi revisto?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – O que nós fizemos? Nós revisamos...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Não, eu quero saber quem foi punido depois dessas investigações. O senhor afastou algum ex-auxiliar de Paulo Roberto Costa ou manteve todos?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Desde que estou na Diretoria, nós tivemos a identificação de vários contratos que estão sob a análise destas duas comissões, a Comissão do Comperj e a Comissão da RNEST. Estão no finalmente para terminar essa avaliação. E, com essas informações, nós vamos tomar as medidas necessárias, seja de cunho administrativo, seja de cunho pessoal.

Acho que isso faz parte da gestão de uma empresa. Quando nós tomamos conhecimento desse movimento, tomamos ações. Esta foi a ação em nível, digamos, de abastecimento: as comissões. Em nível global de companhia, destaco a busca de informações junto à própria delação premiada. Mandamos documentos oficiais da Petrobras para ter informações e não obtivemos resultados. O pessoal não nos liberou.

Na questão da investigação Lava-Jato, nós tivemos algumas informações, acesso aos autos dessa questão, o que está sendo objeto de uso nas comissões internas da companhia.

Essas são ações que a gente fez durante a constatação, digamos, do que foi noticiado pela imprensa.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Então, volto a perguntar, porque não entendi sinceramente a resposta de V. S^a, que foi extensa. Mas entendo que, até agora, não se fez do ponto de vista prático absolutamente nada.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – As comissões... Perdão!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Do ponto de vista interno, só concluindo também – peço licença ao senhor para concluir –, afastou-se alguém? Algum ex-auxiliar foi afastado? Houve alguma punição? Algum contrato foi revisto? O senhor está lá desde abril de 2012. Nada aconteceu?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nós estamos esperando o resultado dessas comissões para tomar as ações necessárias.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Sinceramente, Dr. Cosenza, com tantas irregularidades... Uma refinaria que começou com orçamento de US\$2, US\$3 bilhões está em cerca de US\$20 bilhões, o senhor passa dois anos, quase dois anos e nada faz? Nada foi feito? Até agora nenhuma punição aconteceu? É isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – O senhor está me perguntando?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Estou-lhe perguntando: não aconteceu nenhuma punição?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Estou-lhe respondendo. Nós...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Ninguém foi afastado?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nós estamos fazendo investigações que estão ocorrendo dentro da companhia e fora da companhia. Fazer uma ação, neste momento, sem ter as conclusões de uma comissão interna – duas – e sem ter as avaliações do Ministério Público e da Polícia Federal, parece-nos temerário.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – O senhor acha razoável passar mais de ano se fazendo investigações e não se concluir em empresa feito a Petrobras, que tem técnicos de excelência, que tem uma competência reconhecida mundialmente? Mais de ano e não se chega a uma conclusão?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Esses são contratos longos; é um grande número de contratos e demandam ação. Nós temos várias comissões andando em paralelo dentro da empresa, e as pessoas que trabalham são mais ou menos as mesmas. Então, evidentemente se cria uma dificuldade temporal para a execução, mas estamos trabalhando. Estão no finalmente essas comissões, e vamos agir quando houver o resultado – tanto das internas quanto das externas.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Olha, é uma tristeza ouvir a resposta de uma pessoa que é diretor de uma das áreas mais importantes da Petrobras nessas características. Sinceramente, a população brasileira está indignada, Dr. Cosenza...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – ... com tudo que aconteceu.

Então, realmente, passar mais de um ano e não se fazer nada... É por isso essa indignação da população brasileira.

Eu queria fazer uma pergunta – não sei se o senhor poderia nos informar – sobre os resultados da auditoria da compra de Pasadena. O senhor tem alguma informação para nos dar?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Por que essa auditoria começou em 24 de março, e nada? Não tem nenhuma informação para nos dar? O senhor é diretor da Petrobras. O senhor é diretor da Petrobras, e não é possível que o senhor não saiba nada! O senhor não tem nenhuma informação sobre essa auditoria de Pasadena?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – O que posso dizer é que essa auditoria está no finalmente. Volto a insistir que são auditorias em que várias informações foram buscadas nos Estados Unidos; houve interação com as empresas, houve um trabalho muito grande. Por isso, não terminou. Estamos prestes a terminar, e insisto em dizer que os trabalhos estão sendo conduzidos por mais ou menos as mesmas equipes dentro da Petrobras, seja de auditoria, seja de pessoas que fazem parte dessas comissões e demandam tempo. Nós estamos querendo fazer uma coisa com correção; por isso, estamos um pouco mais de... Não é gastando mais tempo. Fazer viagem aos Estados Unidos, trazer pessoas aqui, viajar para Europa, entrevistar empresas... Nós estamos entrevistando empresas. A Astra participou? Foram entrevistados seus gerentes, pessoas que ainda... Alguns nem trabalham mais na Astra. Então, há todo um trabalho que está sendo feito e há toda uma demanda de tempo para isso.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA) – Bom, meu tempo está concluído, Sr. Presidente.

Apenas para dizer que não resta dúvida de que essa questão das irregularidades na Petrobras prosseguir, mesmo depois da substituição do Dr. Paulo Roberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deputado Onyx, V. Exª usará os 10 minutos integrados.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Os 10 minutos, da mesma maneira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Primeiro, eu queria perguntar ao Sr. Cosenza se ele colaboraria com esta CPMI. O senhor tem disposição de colaborar?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu estou aqui para colaborar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, quero lhe fazer uma solicitação: o senhor poderia nos enviar – a partir do momento em que o senhor assume a Diretoria de Abastecimento – a relação nominal de todos os contratos que o senhor assinou de lá até a data de hoje com o nome da empresa prestadora desses contratos? Isso seria bastante aproveitável na investigação que nós estamos fazendo. Se o senhor se compromete a fazer isso, ajudando esta CPMI e o trabalho do nosso Relator.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – O. K..

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Em quanto tempo o senhor nos manda?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Os contratos de...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Todos que o senhor assinou.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Ah, que eu assinei.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É, após a sua assunção na Diretoria. O senhor nos envia os contratos que o senhor assinou licitados, dispensados de licitação, da forma como foram feitos.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Certo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E a relação nominal de que empresas foram contempladas com esses contratos.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Isso na área de obras ou em geral?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obras, contratação nos abastecimentos, serviços, aquilo que está sob o escopo da sua diretoria. Isso vai ser muito útil aqui na nossa análise.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu queria, Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Uns 15 dias para enviar. Está bom?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Está excelente. Se o senhor mandar em 15 dias, ficamos bastante agradecidos. Isso nos poupa de fazermos um requerimento e termos a força da lei para trazer, e o senhor fazer um gesto de colaboração importante.

O ex-diretor disse na delação premiada... A delação premiada é algo muito importante, porque pressupõe que a pessoa diga a verdade para poder se beneficiar e, na avaliação do Ministério Público e do próprio juiz que comanda a investigação, devem ter sido muito válidas as informações dadas pelo ex-Diretor – o que lhe permitiu, inclusive, ir para casa; ele não está preso neste momento.

A pergunta que eu quero fazer ao senhor é objetiva. O Paulo Roberto Costa disse aquilo que nós já sabemos: que todas as indicações para as diretorias da Petrobras são indicações políticas. Quem indicou o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Quem me indicou para a Diretoria de Abastecimento foi a Presidente Graça, da Petrobras.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O. K..

O Sr. Paulo Roberto Costa também disse que, ao longo do período em que ele esteve lá – os oito anos então –, havia uma partilha em cima de obras e serviços contratados que afetava a Diretoria de Abastecimento, sendo 1% para o PP – aí era o Alberto Youssef que administrava – e 2% compartilhados, em que o PT tinha uma participação e também o PMDB, segundo afirmativa de Paulo Roberto Costa. Na Diretoria de Exploração e Produção, eram 3%, e essa diretoria cabia, segundo Paulo Roberto Costa, exclusivamente ao PT. Na Diretoria de Gás e Energia, a mesma coisa; na Diretoria de Serviços, também a mesma coisa.

A Srª Graça Foster, que indica o senhor, pilota a Diretoria de Gás e Energia – a dos 3% – de setembro de 2007 a fevereiro de 2012. Se é verdadeira a afirmação de Paulo Roberto Costa, é razoável supor que a Srª Maria das Graças Foster cumpriu com o compromisso de, nos contratos, acertar, reservar, separar 3% de todos os contratos assinados para o financiamento e o repasse para o Partido que está no Governo? A afirmação é de Paulo Roberto Costa. Ele disse que, enquanto ele esteve lá, a partilha dessas diretorias era dessa forma – delação premiada.

Se a Presidente da companhia, que o coloca no cargo, estava lá operando – e isso é dado oficial, o senhor sabe disso; ela foi Diretora de Gás e Energia, a Srª Graça Foster –, se a palavra de Paulo Roberto Costa é correta, se a informação dele é precisa, é razoável supor que a Srª Graça Foster participou assinando contratos que garantiam ao seu Partido 3%. Isso que estou dizendo é razoável?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nós temos uma comissão investigando esse assunto na companhia, interna e externamente, para averiguar isso aí.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O. K., o seu treinamento foi bem feito, Sr. Cosenza.

Agora, eu quero fazer uma pergunta referente ao senhor.

O senhor presidiu a Petrobras Argentina. Correto?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Na Petrobras Argentina, houve a venda da Refinaria de San Lorenzo, no seu período. Correto?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Em que ano foi vendida?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós é que perguntamos!

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Veja bem, a informação que eu tenho... Eu não participei dessa venda. Eu estive lá, no período, na diretoria... Eu fui, num período, Presidente da Petrobras Argentina, mas depois eu

fui Diretor de *Downstream*. O período que eu estive lá foi de 2001 até 2005, final de 2005 – em 2006 eu fui para o Uruguai –, e essa venda, ao que me consta, eu não tenho certeza, por isso é que estou lhe perguntando, foi em 2009, se não me falha a memória.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Correto.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Então, foi totalmente fora do meu período; eu já não estava mais.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E a minha pergunta para o senhor é a seguinte. O senhor diz que há uma série de controles, uma série de critérios. A Polícia Federal, em março deste ano, abriu um inquérito para investigar essa venda na Argentina. Aquela refinaria foi vendida para quem? O senhor sabe?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Foi para um grupo local, mas não sei qual é.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É a Oil Combustibles, do Sr. Cristóbal López.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não o conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É um megaempresário argentino. Se o senhor viveu na Argentina, é meio como não conhecer aqui...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – No período em que eu vivi na Argentina, eu não tive contato com essa pessoa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Certo. Mas o que importa é o seguinte: ela foi vendida em outubro de 2009 – a sua informação está correta – por US\$50 milhões. Ou melhor, o grupo argentino estava disposto a pagar US\$50 milhões só pela refinaria, e a Petrobras acabou vendendo por US\$36 milhões, com uma diferença de US\$14 milhões a menos do que desejavam pagar originalmente os argentinos.

E o mais interessante é que houve a contratação de um escritório do Sr. Sérgio Tourinho Dantas, conterrâneo de José Sérgio Gabrielli, ex-Presidente da Petrobras; e um contrato em que, se a empresa brasileira vendesse a refinaria por até US\$45 milhões, o escritório receberia US\$10 milhões de comissão. Se a venda fosse feita por US\$50 milhões, seriam US\$8 milhões de comissão.

O senhor quer me explicar que raciocínio a Petrobras faz? Ou quem é que tem a capacidade de cometer essa genialidade? Ou seja, o valor da venda é maior, e a comissão é menor.

A Petrobras tomou um prejuízo de US\$14 milhões. E aqui eu queria saber se o senhor conhece o Sr. João Augusto Rezende Henriques...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...funcionário da Petrobras, que, na época, denunciou à Polícia Federal esse negócio, em que houve propina da ordem de US\$10 milhões, que seriam R\$20 milhões?

O senhor, que passou por lá, acha que é razoável o preço de US\$36 milhões por aquela refinaria, quando, na verdade, houve uma avaliação e uma proposta de US\$50 milhões? O senhor acha que é normal esse tipo de transação na Petrobras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Deputado, não tenho detalhes dessa transação. Não tenho como opinar sobre isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Foi apreendida pela Polícia Federal uma agenda do Sr. Paulo Roberto Costa. E há uma data aqui, 3 de junho de 2012, quando ele se reuniu com o senhor. Onde ele se reuniu com o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Dia 3 de junho?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – De 2012. Está aqui o seu nome: reunião com o Cosenza. Porque o Sr. Paulo Roberto Costa também disse, na Ação Penal nº 5026212 que, quando ele saiu, ficaram pendências de negócios; que ele tinha valores a receber. Porque ele era o intermediário do processo de transferência das propinas, que ele pilotava. Tanto que ele tem uma relação que tira o sono...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O. K., Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só para concluir, um minuto, Presidente.

Ele tem uma relação que tira o sono de muitas pessoas no Governo, na Petrobras, porque ele era muito minucioso. E lá há o nome para quem foi o dinheiro, de onde saiu o dinheiro, como é que foi o trânsito. Como ele tinha vários chefes a quem responder, ele procurava ser muito didático. E ele disse que tinha valores a receber desse esquema, e que esses valores – ele deu a entender –, ele foi discutir com o senhor como ele ia receber.

Como o senhor fez para atender as pendências de Paulo Roberto Costa?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Conforme relatei, eu estive duas vezes pessoalmente com ele. E nessas reuniões que tive com ele, não foi tratado nenhum assunto relativo ao que está sendo investigado no momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deputado Ronaldo Fonseca é o próximo orador inscrito.

Deputado Ronaldo Fonseca, V. Exª usará os cinco minutos ou os dez minutos?

O SR. RONALDO FONSECA (PROS – DF) – Eu vou ficar com os dez minutos, mas talvez não use todos os dez minutos, só por precaução.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, senhor depoente José Carlos Cosenza, eu, como qualquer brasileiro, estou bastante preocupado com os rumos que a nossa empresa Petrobras tomou, segundo as informações que nós recebemos de duas pessoas que resolveram falar, que são o Sr. Paulo Roberto Costa e o Sr. Youssef.

O Sr. Paulo Roberto Costa era funcionário da Petrobras, Diretor da Petrobras, um homem que gozava de uma confiança muito grande da direção da Petrobras, e ele vem a público. As perguntas que estão sendo feitas aqui, os comentários, obviamente todos com base naquilo que foi passado por esse cidadão. Ele vem a público e diz dos problemas que a Petrobras está enfrentando e esse escândalo horrível, terrível. Agora, interessante que ele diz onde era o foco desses problemas. E, segundo as informações do Sr. Paulo Roberto Costa, o foco estava exatamente na Diretoria de Abastecimento, de Refino e Abastecimento. Essa é a informação que todos nós temos. Daí a razão de o senhor estar sentado aqui hoje.

Eu quero lhe dar, Sr. José Carlos, o benefício da dúvida e a presunção de inocência. Não está aqui um Deputado a olhar para o senhor para acusá-lo ou tentar ver se consigo fazer com que o senhor escorregue e não cumpra o treinamento que recebeu para poder trazer outras informações que, talvez, nos satisfaçam aqui, na intenção de buscar um esclarecimento desse escândalo terrível dentro da nossa empresa, a Petrobras.

Eu queria, Sr. José Carlos Cosenza, dizer que o senhor deve estar bastante preocupado, porque o senhor assumiu uma diretoria, foi sucessor de um cidadão que gozava de muita confiança, e, de repente, esse cidadão vem, quebra essa confiança e começa a falar. E todos nós, brasileiros, preocupados. Por quê? Que rumo vai tomar a Petrobras?

O questionamento que eu queria fazer, embora lhe dando o benefício da dúvida, obviamente, é se o senhor foi alertado por alguém quando o senhor foi indicado. Se alguém o alertou sobre o risco que o senhor estaria correndo ao assumir a diretoria que o senhor assumiu. O senhor foi alertado por alguém? Alguém lhe disse: “Cuidado. O senhor vai assumir um cargo e tal...”? Teve alguma conversa nesse sentido?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Quando assumi esse cargo, eu estava pensando estritamente no que eu poderia dar de resultados para a companhia, fruto da minha experiência ao longo desses 38 anos de companhia. E acredito que cumpri com os resultados que a gente tem até então dentro da área do abastecimento, as melhorias que a gente fez de minimização de importação e melhoria de resultados como um todo da área.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS – DF) – Sr. Cosenza, o senhor, como cidadão brasileiro – vamos esquecer agora a questão de ser Diretor da Petrobras; vamos ver se a gente consegue separar um pouquinho isso aqui –, que opinião o senhor teria para dar aqui para mim, para nós, com respeito a esses rumores, a essas acusações, esse vendaval, esse furacão, tudo isso que está acontecendo com as informações do Sr. Paulo Roberto Costa? O senhor, como brasileiro – esquece que o senhor é diretor, que o senhor é funcionário da Petrobras –, como cidadão, que paga seus impostos, obviamente gostaria e tem interesse que a nossa empresa Petrobras realmente pegue seu rumo de volta, eu queria saber do senhor: essas acusações de corrupção, essas informações são fantasiosas ou não? Qual a sua opinião como brasileiro, como cidadão?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Olha, como brasileiro, estou buscando, fazendo evidentemente o meu papel de criar fatos para que a gente investigue. Os fatos estão criados internamente à companhia e externamente à companhia também com uma série de auditorias que estão em andamento, em nível de Ministério Público, em nível de Polícia Federal, para identificar realmente o que aconteceu no detalhe, coisas que estão sendo, digamos, muito próximas de chegarmos a algum denominador comum.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS – DF) – Eu queria insistir um pouquinho, Sr. Cosenza, nesse sentido. Por quê? Porque o senhor é que está nesse furacão. O senhor assumiu a Diretoria, e, vamos ser sinceros: realmente, alguém que passou por ali, esse cidadão que passou por ali, ele mesmo está se autoacusando. Em benefício da delação premiada, ele está dizendo: “Tinha uma corrupção aqui, tinha um esquema, eu montei o esquema”. Eu ouvi, inclusive, o depoimento do Sr. Youssef ao juiz. É muito claro. São muitos detalhes, e o senhor assumiu essa Diretoria. Obviamente, é por isso que o senhor está sentado aqui hoje.

Respeito o seu currículo, acho que o senhor é um cidadão de bem, mas está sentado aqui exatamente porque o senhor substituiu um cidadão que está dizendo: “Ó, eu sou corrupto, eu sou bandido, eu sou ladrão, eu fiz isso, isso e isso.” E passou essa Diretoria para o senhor.

Eu queria insistir um pouquinho nesse sentido, porque o senhor está lá dentro. Nós estamos do lado de fora. Nós estamos aqui. Nós sabemos... Inclusive, esta CPI, lamentavelmente, não tem tido acesso a todos os documentos aos quais gostaríamos de ter acesso. Mas, como o senhor está lá dentro do furacão – o senhor está lá dentro –, estou até curioso em saber: o senhor não teve, por exemplo, nenhuma curiosidade? O senhor não

ouviu falar nada, por exemplo, quando o Sr. Paulo Roberto Costa foi demitido? O senhor não teve curiosidade? Agora, o senhor está lá dentro. Como é que o senhor está vendo tudo isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Bem, o senhor está me dando uma boa oportunidade de comentar o assunto. Eu, desde que assumi a diretoria, desde que trabalho nessa empresa, sempre busquei o melhor possível para essa companhia. E tenho a convicção absoluta de que tudo que estou fazendo hoje está dentro de um processo de trabalho extremamente bom para a companhia. Agora, digamos, eu não tenho nada do que me arrepender, do trabalho que eu faço, da minha gestão e condução.

Sob a liderança da Presidente Graça, a companhia está mudando muito o seu ritmo. A prova é que nós estamos, neste ano, prevendo um aumento de produção de petróleo de 7%. Nós vamos voltar a ser um exportador importante de petróleo no mercado mundial e vamos entrar com uma refinaria. Depois de 33 anos, vamos entrar com mais uma refinaria para suprir o mercado brasileiro, buscando superar as importações.

Então, nós estamos num caminho de gestão bastante bom, muito bom. Acredito piamente. E me sinto orgulhoso de poder fazer parte dessa equipe que tem hoje a Petrobras. E também volto a insistir que tenho minha consciência tranquila de que nunca fiz nenhum tipo de posição ou de mudança ou de ação que prejudicasse a empresa. Tenho minha consciência absolutamente tranquila quanto a isso.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS – DF) – O. K.! Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, inclusive quanto à disciplina do tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Sandro Mabel.

V. Ex^a usará os dez minutos também, Deputado.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Obrigado, Presidente, Dr. José Carlos, Senadores e Senadoras, Deputados.

Dr. José Carlos, o senhor assumiu uma diretoria...

Eu queria que o senhor refletisse antes de responder. Vejo que o senhor é muito objetivo nas suas respostas, e isso é bom. Mas eu queria que o senhor refletisse sobre isto aqui, para que nós pudéssemos entender isso melhor.

O senhor assumiu uma diretoria que, agora, pelas declarações do antigo diretor... Ele fala do esquema que existia dentro daquela diretoria, de como eram pagas as percentagens, dos partidos que estavam ali dentro e de outras coisas mais. O senhor assumiu a diretoria. E a pergunta que eu queria fazer para o senhor, primeiro, é a seguinte: ninguém o procurou, quando o senhor assumiu a diretoria, para lhe falar “olha, aqui funcionava assim, como podemos continuar isso, ou não podemos continuar”?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – O senhor está me perguntando?

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Estou lhe perguntando?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, ninguém me procurou.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Vou perguntar outra vez para o senhor de forma diferente. É aquilo que o Deputado que me antecedeu – não sei qual deles – disse para o senhor: ninguém está dizendo que o senhor tenha mantido o esquema que existia lá. E foi declarado que existia. Não é mais segredo isso, se existia ou não existia. Não há dúvida da existência do processo. Não estou querendo afirmar para o senhor que lá, quando o senhor está nessa Diretoria, que o sistema permaneceu. Não estou dizendo isso. O que estou perguntando para o senhor... É muito estranho, até porque temos alguma informação que não vai nessa direção. Mudou-se a diretoria, e a pergunta é: as pessoas, alguma pessoa ou alguém não abordou o senhor?

Estou falando isso para o senhor, porque temos algumas informações de abordagem. Estou só querendo confirmar com o senhor se isso aconteceu ou não. Eu não estou dizendo para o senhor que isso tenha continuado. O senhor pode dizer: “Isso existia antigamente, mas não existe mais. Acabou. Não sou colocado por ninguém aqui. Quero dizer a vocês que, se havia festa aqui, acabou a festa.” Então, acredito que o senhor tenha procedido dessa forma.

Mas a pergunta para o senhor é: não houve algumas pessoas que chegaram ao senhor e tentaram manter a continuidade desses esquemas que existiam lá dentro?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Reitero: ninguém me procurou, e, se procurasse, eu não estaria sensível a isso.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Presidente, quero que isso fique bem registrado aqui: a afirmação que o Dr. José Carlos está colocando, porque tenho uma afirmação em outra direção nesse sentido. A afirmação que tenho é de que ele foi procurado e ele disse que não existia... Se existiu, não existiria mais, porque ele não participaria disso daí; que ele não foi colocado por política e tal coisa e que não há isso aqui. Mas tenho essa afirmação anterior. Não posso dizer que o procuraram e que ele deu esperança de manter. Ao contrário,

que foi procurado e que cortou o umbigo – vamos dizer assim –, mas ele está dizendo que não foi procurado. Então, eu quero deixar isso registrado, consignado.

O senhor entendeu bem minha pergunta?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Entendi.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – O senhor entendeu, e a resposta do senhor é nesse sentido.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Entendi.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – O senhor reconfirma... Olha que o senhor está falando aqui, como ele disse, em cima de juramento.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu entendi sua pergunta: se alguém me procurou para algum tipo de abordagem de continuidade. Eu não fui procurado por ninguém, e é isso que eu posso responder.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Nem de forma direta, nem de forma indireta?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não sei aonde o senhor quer chegar. Para mim...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Não quero chegar... Eu quero chegar, porque eu tenho... Vamos trazer à Comissão aqui afirmações de que foi tentado continuar o esquema que existia antigamente nessa Diretoria e que, então, para isso, não há outro para falar se ia continuar ou não, a não ser o senhor. E que, nesse momento em que se tentaram essas abordagens, o senhor não deu espaço para isso daqui, e isso foi encerrado na sua gestão, vamos dizer assim. Essa é a afirmação que eu tenho. Mas tenho a afirmação de que o senhor teve conhecimento e houve uma abordagem nesse sentido; que o senhor teve conhecimento da abordagem.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Alguém me procurou, então, pedindo para dar continuidade e eu disse que não. É isso que o senhor está...

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Isso.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nunca fui procurado por ninguém sobre isso.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – O. K., Presidente. A minha pergunta vai ficar nisso daí só.

Eu quero que isso fique bem registrado aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Deputado Sandro Mabel. Deputado Enio Bacci, V. Exª usará os dez minutos.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Talvez não ocupe todo o tempo.

Sr. José Carlos, o senhor é natural do Rio Grande do Sul. Portanto, tenho esperança de que o senhor realmente esteja fazendo um trabalho sério lá, porque também sou gaúcho. O senhor é natural de qual cidade?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Porto Alegre.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Porto Alegre.

O senhor estudou em algum colégio na sua adolescência no Sul?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Estudei, fiz todo o ginásio e primário no Colégio das Dores, no centro de Porto Alegre.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Como com todo adolescente, há um histórico político. O senhor teve uma participação política na sua adolescência e o senhor pode nos informar? Lembrando que isso, inclusive, eventual filiação partidária no Tribunal eleitoral a tem. O senhor foi filiado no passado a algum partido na sua adolescência, na juventude?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Não.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Militou por alguma causa política?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Nem contra a ditadura?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Há quantos anos o senhor ocupa cargo de chefia na Petrobras aproximadamente?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Essa é uma pergunta difícil. A primeira gerência que eu assumi foi na Refap, na Refinaria do Rio Grande do Sul. Eu diria que gerências ocupei desde 1985, 1986... Vamos botar que, de 1990 em diante: são 20, 24 anos.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Vinte e poucos anos. O salário nessas diretorias – não o seu – em média é de quanto?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Varia muito. Mudou o salário; quando eu estava nessas funções na Refap, para um gerente, era relativamente baixo. Agora, houve uma melhoria, mas os salários são bem abaixo do mercado.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Em torno de quanto? Dez, vinte, trinta?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Em que nível de gerência o senhor perguntaria?

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Direção.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Direção... Digamos um gerente de refinaria?

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – O cargo que ocupou o Sr. Paulo Roberto e o senhor ocupa agora.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Depende da função, do tempo de casa; há diferenças. Eu diria uns 50 mil por mês.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – O senhor conhece o patrimônio do Cerveró e do Paulo Roberto? Pode-nos dizer que tipo de patrimônio eles possuíam? Casas, apartamentos...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não tenho ideia.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – O seu patrimônio o senhor pode nos informar ou, até colaborando, juntar sua declaração de renda para a Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Olha, meu patrimônio está todo, meus bens e meus rendimentos anuais estão todos eles declarados no Imposto de Renda e estão à disposição da Comissão, se julgar conveniente, que tem poder para requisitar. Está na Petrobras.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Pois bem.

O Sr. Paulo Roberto e o Cerveró, ouvidos nas CPIs, todos disseram que fizeram bons negócios para a Petrobras.

Nenhum disse que tenha, até com boa-fé, dado prejuízo à companhia. Todos disseram exatamente o que o senhor disse agora há pouco, que se orgulha de todo o trabalho em favor da Petrobras.

Eu pergunto ao senhor: Pasadena foi um bom negócio, na sua avaliação?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Deputado, eu não participei da avaliação, do projeto da compra.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Mas, avaliando como cidadão, pelas informações que a imprensa divulgou.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Inexiste uma... O mercado da indústria petrolífera muda muito. A gente não tem, digamos, uma... A avaliação, naquele momento, em função do mercado, era uma; depois, pode ser outra. Então, é difícil. Eu, como não participei da evolução, da análise dos custos e...

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Então, o senhor não sabe se foi um bom negócio?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – A Refinaria do Japão, Okinawa, em 2008, o senhor acha que foi um bom negócio? O senhor conhece a história, certamente, dessa refinaria.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu não tenho detalhes. Eu queria que o senhor entendesse: eu não tenho detalhes. Por exemplo, essa refinaria é uma refinaria que tem um propósito de investimentos importante. É uma refinaria tinha de fazer investimentos, porque é uma refinaria muito simples, na medida em que você precisa baixar o custo da matéria-prima, e para isso você tem que usar petróleos mais baratos. Então, tem toda uma complexidade.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Mas a informação de que ela só seria viável se dobrasse a produção e, depois, esse aumento de produção não foi viabilizado pelo Governo, não foi uma falta de informação antes de fechar o negócio? Não seria essencial?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Veja bem, essas plantas... O mercado japonês é um mercado totalmente diferente do que a gente está acostumado. O mercado japonês tem umas características de autossuficiência, e o governo fomenta isso, não é?

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Entendi.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Então, dizer que a refinaria vai ser duplicada e melhorar o resultado é diferente de quando você via Pasadena. Em Pasadena, você aumenta a capacidade, e o resultado era melhor.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Está bem. Está bem. Eu estou acelerando um pouquinho até em função do tempo.

Em 2006, Pasadena; em 2008, Okinawa.

E, agora, eu vou trazer à tona um tema que aqui não foi colocado, relacionado a 2007. O senhor é gaúcho. O senhor conheceu a família Tellechea? Sim ou não?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Tellechea, sim, conheço de vista. Ele faz parte, digamos, da Refinaria Ipiranga...

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Sim, exato.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu visitei a Refinaria Ipiranga. Tinha uma pessoa que era da família.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Muito bem. Então, tá. Ele e outros. Então, eu quero perguntar ao senhor exatamente sobre essa refinaria que foi adquirida por US\$4 bilhões. Estamos falando aqui em US\$4 bilhões. Uma aquisição em parceria, em partes... Participaram a Petrobras, a Ultra e a Braskem. A Petróleo Ipiranga, portanto, se transformou na Petróleo Riograndense. Foram US\$4 bilhões. O senhor tem alguma informação sobre essa negociação, como ela ocorreu?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, nenhuma.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – O senhor sabe que nessa negociação, em que a Petrobras ingressou com US\$1,3 bilhão para a compra, a Braskem, US\$1,1 bilhão, e a Ultra, menos de US\$1 bilhão, a negociação da divisão ficou da seguinte forma: a Ultra ficou com toda a distribuição de petróleo nas regiões Sul e Sudeste, enquanto a Petrobras ficou com as Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Eu lhe pergunto: economicamente e logisticamente, é melhor ficar com Sul e Sudeste ou com Norte, Nordeste e Centro-Oeste?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Depende da negociação, não é, Deputado? Eu não sei...

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Mas o senhor é um homem que entende disso. Não é negociação. Eu digo: se o senhor tivesse... Se lhe fosse oferecida a distribuição de petróleo no Sul e no Sudeste ou no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o senhor optaria por... Qual dessas duas áreas é mais rentável?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Mas aí tem que ver como é que foi... Qual foi o *equity* que cada um colocou...?

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Não, mas a minha pergunta é simples. Esqueça esse negócio. Eu estou lhe fazendo uma outra pergunta: se lhe fosse oferecida uma rede de distribuição de combustível ou alguém o consultasse... O senhor, como consultor, se lhe perguntassem: “Está me sendo oferecida uma rede de distribuição no Sul e no Sudeste; ou eu abro mão dessa rede e aceito uma para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste”, o senhor aconselharia esse cidadão a optar por qual?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu não tenho, neste momento, condições de dizer isso, porque depende do volume de produto vendido na estação, depende da margem. O Sul tem uma margem maior, mas, em compensação, o Nordeste tem um volume maior. Então, é difícil avaliar. Eu não tenho esses números. Eu não tenho ideia dos números.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Então, o senhor acha que não foi um mau negócio para a Petrobras ficar com o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto a distribuição do Sul e do Sudeste ficou com a Ultra? O senhor não tem como avaliar isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Desculpe-me, mas eu não tenho como avaliar. Não tenho informações para lhe dizer alguma coisa de resultado disso.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Eu quero ainda lhe questionar se o senhor tem informações – a imprensa divulgou isso fartamente – de que na negociação da Refinaria de Petróleo Ipiranga foram usados como pagamento ações, dinheiro e inclusive crédito fiscal presumido do ICMS do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Desconheço totalmente.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Eu queria ainda perguntar a V. S^a se, quando trabalhou com Paulo Roberto, via nele, como seu superior, uma pessoa competente e capaz, uma pessoa confiável. Ele era confiável dentro do trabalho na Petrobras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Dentro do período que eu trabalhei com ele, eu não vi nada que o desabonasse.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Uma pessoa de palavra?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Uma pessoa com quem eu trabalhei e me relacionei estritamente profissionalmente. E tinha um bom nível de relacionamento profissional com ele. Um bom nível de...

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Portanto, era uma pessoa confiável no que dizia?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu não tive nada que me dissesse que não era.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Nesse sentido, o senhor também confia no que disse o Paulo Roberto na delação premiada? Ou seria surpresa se ele agisse diferente agora?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu não tenho acesso ao que ele disse. Então, não posso opinar sobre algo que eu não conheço.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Sim, mas, se ele tinha um comportamento sempre sendo honesto, sério, tendo palavra, durante todo o período que trabalhou com o senhor, o senhor acredita que ele deve manter essa mesma...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Mas alguma coisa aconteceu que o levou a essa situação de ter uma delação premiada. Então, houve alguma mudança importante.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Alguma coisa aconteceu. O Brasil sabe que alguma coisa aconteceu. O senhor conheceu bem o Cerveró? Trabalharam juntos?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Muito pouco. Eu fui um gerente da Área Internacional, mas não tinha... Se ele era Diretor da Área Internacional, eu não tinha acesso a ele. Eu não trabalhava com ele.

(Soa a campainha.)

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – O senhor foi gerente executivo de refino. E, como profissional da área, o senhor poderia nos explicar por que a diferença do preço inicial e final da Refinaria Abreu e Lima? Há uma explicação razoável e lógica para isso? Técnica?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – O custo da refinaria?

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Exato. Por que essa desproporção de valores: o inicial e o que...?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Os principais motivos que levaram foram... Primeiro, o aumento do escopo da obra, que ela foi concebida de um jeito e terminou de outro bem diferente, em função de várias modificações que ocorreram. A questão da variação cambial, que é um elemento extremamente importante que ajudou. Também o preço dos... Houve um período muito importante na indústria de petróleo por volta de 2007, 2008 até 2009 em que os preços internacionais dos equipamentos subiram muito. Isso ajudou a fazer com que o preço subisse. Além dos aditivos previstos nos contratos regulares.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – O senhor votou nessa última eleição?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Foi ao Rio Grande votar?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não. Votei em trânsito aqui, no Rio de Janeiro.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – Ah, votou em trânsito. Só para Presidência, então.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS) – O. K.. Votou em quem? Quer abrir o voto?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Ah, isso é uma coisa reservada...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Deputado Afonso Florence, com a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Ex^a vai usar os dez minutos?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Por favor.

Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Vice-Presidente, Senador Gim Argello; nosso Relator, que rapidamente se ausentou; Sr. José Carlos Cosenza, parabéns tudo que o senhor demonstrou aqui hoje que está fazendo, diligenciando providências para apurar as denúncias e, no âmbito do que lhe compete, contribuir com as investigações feitas pelos órgãos de controle, Polícia Federal, Ministério Público.

O senhor já foi parabenizado por um Deputado de oposição que me antecedeu, dizendo que o treinamento da empresa foi bem-sucedido. Afinal de contas, com tantas cascas de banana que tentaram botar para o senhor aqui, o senhor não caiu em nenhuma. A mais evidente é, ao ser perguntado se teria sido indicado, se teria havido uma articulação do Sr. Paulo Roberto para sua indicação, o senhor dizer que não o conhecia. Ficou nítido, naquele momento, que o senhor disse que não o conhecia sob esse aspecto. Depois, pessoas que são notoriamente experientes interpretaram que era possível que o senhor, tendo sido – entre aspas – “subordinado” dele, não ter feito sequer uma transição no processo em que o senhor assumiu. Aí, quando o senhor reconheceu que tomou providências de transição, foi feita a interpretação no sentido oposto do que o senhor tinha verbalizado antes. Então, o senhor, realmente, não caiu em nenhuma casca de banana.

O que nós estamos vivendo aqui, inclusive com a tentativa de revelação do voto secreto – ou seja, na CPI, agora, nem voto mais será secreto –, é uma tentativa de terceiro turno. A Presidenta Dilma foi eleita. Nós temos de desacelerar, porque o eleitorado brasileiro, o povo brasileiro, mesmo nas circunstâncias em que nós vivemos essa eleição, em que a investigação do Ministério Público... E nós estamos esperando, obviamente, a documentação da Lava-Jato.

Mas, Sr. Cosenza, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, opinião pública, os que nos acompanham pela TV Câmara, até agora, a única coisa que nós temos é o Sr. Paulo Roberto dizendo que ele operou dentro da Diretoria após o processo licitatório. E, perguntado sobre a Comissão de Licitação, ele disse que não incidia ali.

Aí nós vimos aqui um conjunto de esforços ou para pegar o senhor numa casca de banana e dizer, ter condição política de sustentar que houve continuidade, ou pegar o senhor em outra casca de banana para o senhor dar condição política para que seja dito que o senhor reconhece que havia antes, coisa que o senhor não fez em nenhum dos dois casos – porque não havia, porque não havia. E aí o objetivo é explícito: é chegar à Presidenta Graça, é chegar à Presidenta Dilma, quando, na verdade, o que o Governo está fazendo é a boa gestão da Petrobras.

Há outros interesses políticos e de mercado impactando nessa disputa. Todo mundo sabe da capilaridade da disputa de mercado na indústria de petróleo no mundo, no mercado de petróleo no mundo. Então, há os que defendem a privatização da Petrobras, há os que defendem a expansão, há os que defendem o modelo do pré-sal, o modelo de partilha, há os que defendem outra forma de gestão. Nós temos convicção de que os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma e as gestões do Presidente José Sérgio, da Presidenta Gra-

ça e da Ministra Dilma se pautaram pela boa gestão da Petrobras; Pasadena, que eu saiba, está dando lucro, as ações da Petrobras estão experimentando um processo de recuperação no mercado. O senhor acabou de destacar que há uma volatilidade de preço, de câmbio, de alteração no ambiente de crise mundial, da engenharia do preço de serviços e de maquinário. Portanto, nós estamos vendo agora essa disputa política tentando encontrar nas suas palavras uma frase, um deslize que permita a continuidade da disputa.

Quero enfatizar que, até agora, a única coisa que nós temos é a constatação de que a operação do Sr. Paulo Roberto sucedeu as providências internas da Petrobras. E se é isso, Sr. Cosenza, nós temos aí, nitidamente, um cartel montado.

As perguntas que lhe farei irão no sentido de contribuir com o Relator, Deputado Marco Maia, e com esta Comissão no sentido de que nós possamos colher ensinamentos e providências objetivas na gestão da Petrobras e objetivamente também na diretoria que está sob a sua responsabilidade para aperfeiçoar os instrumentos de gestão e mitigar, reduzir ou, se possível – é o nosso propósito –, extinguir qualquer possibilidade de que, porventura, algum dia possa repetir-se a operação política feita pelo Sr. Paulo Roberto.

Então, quero, em seu nome, parabenizar a Petrobras, porque mais uma vez um profissional de carreira dessa importante empresa brasileira, ao se pronunciar nesta CPMI, representa dignamente o corpo de funcionários e corresponde à expectativa da opinião pública brasileira e, com certeza, dos acionistas: mostra que as providências necessárias estão sendo tomadas no âmbito interno da Petrobras e do Governo.

Quero lhe perguntar o seguinte. Se não houver nenhuma alteração do ponto de vista da documentação disponível, das provas disponíveis – e aí confirmado o que nós estamos constatando –, a operação com ilicitude manifesta e com réu confesso ocorreu posteriormente ao processo licitatório – e aí vem a negociação de BDI, pelo que nós entendemos, talvez de aditivos.

Quero registrar e saudar, parabenizando, a sua disposição de muito prontamente fornecer os contratos de serviços de engenharia, aquisições e serviços assinados após a sua posse. Quinze dias me parecem... Não tenho aqui condições de mencionar a magnitude, mas deve ser um número bastante expressivo. Quinze dias é um prazo exíguo. Espero que o senhor consiga realmente atingir esse objetivo.

Mas a minha pergunta vai no sentido de...

São três perguntas. Primeira: com essa experiência de Pasadena, em que houve uma alteração de cenário internacional, seja, com a descoberta do *shale gas*, o chamado gás de xisto, seja do pré-sal e das mudanças ocorridas no mercado mundial do petróleo, o senhor avalia que é possível inferirmos, num futuro próximo, se há e quais as sinalizações que o senhor levanta de aperfeiçoamento dos instrumentos de construção de cenários, para que não se repita erro como houve no governo do PSDB com a Repsol, como aparentemente houve Pasadena, mas, com a mudança de cenário, hoje dá lucro, quer dizer, há a possibilidade de nós aperfeiçoarmos os instrumentos da Petrobras, construir cenários para seu planejamento estratégico futuro?

A segunda pergunta: há também ensinamentos a serem incorporados, recepcionados e postos em prática em relação a essas mudanças de preço de maquinário, do câmbio, preços que não são governados pelo Governo brasileiro e pela Petrobras, na hipótese de, no planejamento estratégico da empresa, termos que trabalhar com um cenário de diferentes possibilidades? Se há ensinamentos, se há caminho nesse sentido, eu gostaria que o senhor, se possível aqui, declinasse para que, eventualmente, o Relator possa considerá-los.

A minha terceira pergunta é objetivamente em relação ao BDI. O BDI é uma margem de muitas variáveis internas e, nos contratos da Petrobras, valores muito vultosos. O Sr. Paulo Roberto afirmou que, especialmente ali dentro, pelo que nós aqui recordamos do seu depoimento, ele pôde trabalhar considerando que já tinha superado todo o processo solicitatório. Há também ensinamentos nesse item? O senhor, agora gerindo os negócios nessa Diretoria, é possível esboçar, é possível trabalhar daqui para frente ou senhor pode declinar aqui e agora providências que nos permitam a segurança de que também, a partir de agora, com a gestão da Petrobras, nós teremos mais controle, mais transparência na negociação dos contratos na Diretoria após o encerramento do processo licitatório?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Deputado, sobre a primeira pergunta do *shale oil*, realmente é uma mudança importante no cenário mundial de petróleo a entrada do *shale oil* nos Estados Unidos, em função disso, uma mudança significativa da indústria. A nossa expectativa é que isso vai durar bastante tempo, e a gente vai ter tempo para se organizar e planejar, que o mercado vai ter um ciclo bastante importante nessa questão e que beneficia muito os esquemas de refino. Para o senhor ter um ideia, as refinarias que antes eram projetadas para serem operadas com óleos extremamente pesados, isso se mostra pelo *spread*, a diferença de preço entre o óleo leve e pesado, com a entrada do *shale oil*, o que aconteceu com esse *spread* entre óleo leve e pesado? Diminuiu assustadoramente. Ou seja, fazendo com que grandes investimentos de grandes empresas que foram feitos – eu quando estive nos Estados Unidos, acompanhei alguns investimentos importantes da Shell no sentido de aumentar significativamente a capacidade de processamento de óleos pesados – ficou

prejudicado. Por quê? Porque teve que mudar a configuração, porque o preço do óleo pesado caiu muito. A diferença de preço entre óleo pesado e leve caiu muito.

Então são mudanças que a gente vai experimentar, vai estabilizar, e vamos ter condições de analisar no próximo ciclo da indústria com muita facilidade.

Na questão de preços que V. Exª falou, sobre preços de materiais, de equipamentos, acho que o País está experimentando uma melhoria extraordinária. Todos esses projetos que a gente está fazendo, seja na área de *upstream*, seja na área de *downstream*, refinação, exploração e produção de petróleo, estão reforçando a indústria brasileira. Então o grande produto de todo esse investimento que estamos fazendo no EP e no *downstream* é o quê? É fazer com que a nossa indústria fique vigorosa. E esse, digamos, revigoramento, uma posição mais competitiva dessa empresa, certamente vai tornar mais previsível, e nós ficarmos um pouco descolados do que acontece do mundo, porque a nossa indústria, em várias áreas, está experimentando uma diferença em relação ao mercado externo porque o nível de investimentos que a gente vê nos últimos cinco, seis anos na indústria do petróleo são muito baixos. Nós somos os maiores investidores do mundo na indústria do petróleo. Então, isso está fomentando o crescimento da indústria nacional e certamente vai fazer com que a competitividade da mesma tenha benefício para a sociedade com preços mais competitivos.

Quanto à questão do BDI, eu espero que o trabalho que está sendo feito, tanto pelas comissões dentro da companhia quanto as de fora, seja uma oportunidade de balizamento de novas formas de como conduzir com mais transparência essas questões relativas aos projetos que – eu acho – vão ajudar muito. E trazer experiências de outros lugares também é muito importante. Como é o caso em que nós estamos trazendo duas empresas para avaliar os resultados das duas comissões que estão dentro do abaste de COMPERJ e RNEST, certamente trazer como funciona isso em outros países. Isso é uma oportunidade interessante.

Então, nós vamos ter várias oportunidades de melhoria, além das que nós já estamos trabalhando, na medida em que os projetos, sendo diferenciados, propiciam BDIs diferenciados também.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ouvir o Senador Humberto Costa; depois voltaremos ao Deputado Rubens Bueno e ao Deputado Izalci que são os próximos inscritos, seguidos pelos Senadores Antonio Aureliano e Ataídes.

Senador Humberto Costa, V. Exª vai usar os cinco minutos ou os dez minutos intercalados?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Vou usar os dez seguidamente. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Seguidamente. Pode ser.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, eu queria fazer algumas perguntas ao Diretor Cosenza e depois tecer alguns comentários.

A primeira pergunta é se o senhor atribui sua indicação ao cargo de Diretor de Abastecimento à indicação ou apoio a algum grupo político?

A segunda pergunta é se, em algum momento da sua carreira, especialmente no período em que trabalhava na Diretoria de Abastecimento – o Diretor Paulo Roberto –, algum momento alguém o procurou, sejam grupos políticos ou Parlamentares, para contribuir no levantamento de recursos financeiros para partidos políticos?

A outra pergunta é se depois do surgimento dessas denúncias que envolvem a gestão da Diretoria de Abastecimento no período anterior a V. Sª, que medidas foram tomadas no sentido de que não se pudesse repetir ou ocorrerem fatos semelhantes a esses que aconteceram e que foram colocados a claro pelo ex-Diretor Paulo Roberto? Ou seja, que medidas foram tomadas para fechar a possibilidade de novos casos como os que antecederam a gestão de V. Sª na empresa?

A outra pergunta que eu faço a V. Sª é se o Sr. Leonardo Meirelles, se não engano, Diretor da Labogen, pelo que dizem, é um testa de ferro do Sr. Alberto Youssef? O senhor ouvir falar, conforme esse cidadão declarou em um desses vazamentos dessas delações premiadas, que recursos desse esquema de corrupção teriam sido destinados a integrantes do PSDB e da oposição? Conforme houve relatos na mídia a partir do que se diz teria sido um delação premiada feita por esse senhor. Aliás, o Sr. Youssef teria negado isso e desafiado esse senhor para uma acareação e esse senhor disse que queria ser acareado. O senhor, dentro da Petrobras ouviu, em algum momento, alguma história que dissesse que havia, não somente para outros partidos, mas também para o PSDB, para partidos de oposição, participação nesse esquema?

A outra pergunta é: V. Sª é funcionário da Petrobras há muito tempo. Ao que me parece era Gerente na Diretoria de Abastecimento no período de 2008. É fato isso?

O senhor teria ouvido falar que o Diretor Paulo Roberto, teria, em entendimento com o ex-Presidente do PSDB, acertado o fim de uma CPI sobre a Petrobras que acabou aqui, mediante o pagamento de propina de R\$10 milhões? Essa questão é muito importante, porque, aqui neste Congresso Nacional, sempre se fala que algumas CPIs foram feitas para que integrantes achacassem pessoas, convocassem ou deixassem de convocar

peessoas ou comesçassem ou terminassem CPIs. Então, acho que é muito importante saber se isso é verdade, para que a gente até tenha certo cuidado quando se falar de CPI daqui para frente, tentar identificar quais as intenções que, muitas vezes, estão por trás dos arroubos investigativos de determinados integrantes do Parlamento. Eu pergunto se V. S^a ouviu falar, já que V. S^a era Gerente da Diretoria de Abastecimento, se soube disso, se é verdade que foram pagos R\$10 milhões, segundo o que disse o cidadão, foram distribuídos para membros da oposição que faziam parte da CPI para que a CPI fosse concluída?

Por último, eu queria tecer alguns comentários. Quero elogiar a postura firme de V. S^a. Ninguém é obrigado conhecer a ata da reunião que nomeou V. S^a. Eu não conheço o teor da ata pela qual eu tomei posse aqui como Senador e acho que a maioria dos Senadores não conhecessem também. Não existe nenhum problema de V. S^a ter tido contato com o Sr. Diretor Paulo Roberto, depois que ele saiu, primeiro, porque ninguém sabia que ele poderia estar envolvido com qualquer coisa; segundo, porque é óbvio que, se o senhor foi substituto, nada mais natural que, a qualquer momento, possa ter contato com ele, fazer indagações, perguntar por coisas, receber esclarecimentos. E não somente V. S^a, como muitas pessoas, inclusive que têm relação com a Petrobras, também não sabiam da existência desse esquema. Então, eu quero agradecer a V. S^a. Espero as minhas respostas.

Sr. Presidente, quero dizer também que nós precisamos fazer aqui uma avaliação muito fria do futuro desta CPI. No meu entendimento, nós precisamos saber aonde nós queremos chegar. Parece-me que, enquanto nós não tivermos acesso, de fato, a essas delações premiadas e aos documentos que foram apresentados pelas pessoas que fizeram essas delações premiadas e que têm que ter veracidade, nós não vamos conseguir avançar muito. Acho que podemos continuar ouvindo depoimentos aqui, mas talvez o mais importante seja que a Câmara e o Senado comecem a se preparar para tomar as decisões depois dos resultados dessas investigações, como abertura de Conselho de Ética para eventuais Parlamentares que aí estejam. Espero que não exista ninguém. Espero sinceramente, até porque nós não podemos dar credibilidade total a esses vazamentos. Mas talvez isso seja até mais importante do que proceder a uma investigação que já está sobejamente sendo realizada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

Por isso, eu sou favorável a que possamos fazer a prorrogação desta CPI, se a prorrogação tiver condição de produzir mais algum fato novo, investigações novas, e não simplesmente reproduzir aqui um debate político que estamos fazendo desde que esta CPI se iniciou e que agora toma uma característica de terceiro turno realmente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Senador, as perguntas eu as anotei rapidamente. Eu vou tentar atendê-lo. O senhor me corrija se houver alguma que eu não entendi bem.

Sobre indicação. A sua primeira pergunta foi como é que foi minha indicação. Minha indicação foi estritamente técnica. Não houve nenhuma ação política. Não fui procurado por ninguém – político ou agregação partidária – para algum tipo de convencimento. Foi uma indicação técnica pelos meus quase 40 anos de empresa, certamente ajudaram muito, bem como minha especialização na área de refino. É só olhar os resultados que nós estamos tendo na área de abastecimento. A companhia, no período de 2008/2014, aumentou a produção de derivados em 380 mil barris.

Isto é uma e meia RNEST, um nível de investimento baixíssimo, fazendo o quê? A gestão dos seus ativos da melhor maneira possível. Esse é um trabalho longo, grande e difícil, muito difícil. Quem conhece bem uma indústria sabe como é difícil fazer isso.

Sobre as questões do PSDB, se houve algum tipo de conhecimento meu quando eu era Gerente Executivo sobre a utilização de forçar CPIs para oferecer vantagens. Nunca ouvi falar disso lá na sede, quando eu era Gerente Executivo do refino.

A outra questão é envolvendo, não me lembro bem, foi sobre o PSDB que V. Ex^a perguntou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim. Esse Sr. Leonardo Meirelles teria dito que havia também uma participação do PSDB e de outros partidos da oposição nesse esquema. O senhor já ouviu falar?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nunca ouvi falar disso. No meu tempo, seja de Gerente Executivo, seja de Diretor, nunca ouvi falar no nome dessa pessoa. Tomei conhecimento quando saiu na imprensa o nome dele.

Sobre as denúncias, o senhor também...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Medidas que foram tomadas depois que o senhor teve conhecimento dos problemas na Diretoria de Abastecimento.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Ah, sim!

O que nós fizemos? Nós formamos duas comissões internas para averiguar os contratos, para analisar no detalhe todos os contratos que foram assinados quando se decidiu contratar, quando se decidiu fazer a RNEST

e o COMPERJ. Além disso, nós estamos colaborando com os órgãos públicos, com o TCU, permanentemente no esclarecimento de dúvidas, e, principalmente, nas questões envolvendo a Polícia Federal e o Ministério Público.

Também estamos fazendo uma aproximação importante com o TCU sobre isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – E para as novas licitações? Minha pergunta foi mais nesse sentido.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – O fruto das novas licitações vai ser o resultado dessas comissões. Nós pretendemos implementar as melhorias que, certamente, vão surgir dessas auditorias que nós estamos fazendo interna e externamente. Acredito que são oportunidades muito importantes de melhoria que vamos ter afrente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Diretor.

Passo a palavra agora ao Líder do PPS, nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, abri mão de várias inscrições para dar oportunidade de falar àqueles que não tinham falado até então. Por isso é que fiquei inscrito em penúltimo, por ser o primeiro, junto com o Izalci. Só por isso abri mão.

O que chama a atenção, Sr. Presidente, Senador Gim, é a *media training* da Petrobras, custa caro, mas dá resultado.

Os governistas fazem as mesmas perguntas e ele dá as mesmas respostas. É impressionante! É impressionante! É a mesma pergunta, *ipsis litteris*, e são as mesmas respostas, *ipsis litteris*. Impressionante! É a capacidade de fazer da peça de *marketing* uma verdade, que é uma mentira repetida várias vezes, como já o próprio fascismo indicou para o mundo. Goebbels é o grande mestre nisso.

Aí fala-se de CPI para Deputados achacarem. Quem falou isso foi o presidente Lula, falastrão, demagogo, populista. Quem falou isso foi o presidente Lula. Ele que nomeie quem chantageia na CPI, ou a quadrilha que ele nomeou na Petrobras e que se manteve lá durante 12 anos. Isso é que se precisa esclarecer ao País. Ele é que falou isso. “Ah, mas nós temos de fazer a CPI avançar”. Mas o Governo não aprova a quebra de sigilo das empreiteiras que superfaturaram obras da Petrobras e que continuam superfaturando, porque o Diretor não falou nada sobre isso, não diz que diminuiu preços, não provou isso.

Ora, Sr. Presidente, este é um Governo irresponsável. Mente. Rouba. Este é o Governo que está aí.

Sr. Presidente, vou perguntar ao Sr. Cosenza se ele conhece uma pessoa chamada Lígia Cosenza.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nunca ouviu falar?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Por acaso a Diretoria que o senhor comanda fechou algum contrato ou pagou alguma nota para a empresa Muranno Brasil/Marketing Ltda.?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu pessoalmente não me lembro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não, estou perguntando se a sua... Pessoalmente, não. O senhor é Diretor. O senhor era Gerente lá. O senhor não é um figura estranha nessa Diretoria; o senhor era Gerente. E agora é Diretor; substituiu o Paulo Roberto Costa.

A *media training* comigo não funciona! Pode gastar os milhões do dinheiro do povo lá que para mim não funciona. Quero saber se a Diretoria que o senhor comanda fechou algum contrato ou pagou alguma nota para empresa Muranno Brasil/Marketing Ltda.?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Desconheço.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Desconhece.

E com a Mistral Comunicação Ltda.?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Também nunca ouvi falar nessa empresa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E com a IS! Marketing Comunicação?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não conheço essa empresa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E com a RBTV Comunicação e Produção?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não conheço.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E com a Rock Star Marketing Ltda.? E com a CPR 2007 Promoções e Eventos?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não conheço.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Então eu lhe pergunto, porque, nas investigações da CPI, nós descobrimos outra ponta do desvio de recursos da Petrobras. Além das empreiteiras e empresas fornecedoras da estatal, agora apareceram as agências de publicidade, comunicação e de eventos. Todas recebendo recursos

via empresas de fachada do esquema do Sr. Alberto Youssef que, por sua vez, recebia recursos de construtoras e fornecedoras de obras superfaturadas da Petrobras. O senhor era Gerente e agora é Diretor.

A teia está sendo montada. E a nossa desconfiança é de que, assim como no mensalão, triste para a história do País, ensejada pelo Governo do PT, e hoje os mensaleiros presos são heróis nacionais, a inversão de valores chegou a esse ponto no Brasil de hoje. A teia estaria sendo montada e aí a desconfiança é de que, lá no mensalão, essas empresas de comunicação eram usadas para repassar pagamentos de propinas para partidos políticos e funcionários da Petrobras. Só para se ter uma ideia desse montante, a nossa investigação inicial – com poucas informações ainda –, temos até agora que a MO e a Tipuana Participações repassaram, entre 2010 e 2012, R\$5,3 milhões para essas seis empresas de comunicação, publicidade e eventos que eu citei. E isso é apenas uma fração do total que elas teriam recebido.

O dono de uma delas já confessou sua relação com a Petrobras. O Sr. Ricardo Marcelo Villani, em entrevista ao jornal *Estado de S. Paulo* de hoje, Sr. José Carlos Cosenza, de hoje, afirmou que o doleiro Alberto Youssef lhe pagou R\$3,5 milhões de uma conta que lhe era devida pela Petrobras. E mais: disse que o negócio que envolvia a divulgação do etanol brasileiro no exterior foi fechado sem contrato. Foi fechado sem contrato. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Que ano foi isso?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Entre 2010 e 2012.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não tinha conhecimento. Não é do meu tempo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É normal que a empresa faça esse tipo: prestar serviço, sem contrato formal?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Claro que não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não é normal?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não é normal.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Aconteceu ou acontece? Nunca aconteceu?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Não. Nós temos um atendimento à legislação. Nós fazemos licitação para atender as exigências do serviço.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Estou perguntando isso para o senhor, porque o seu antecessor, com quem o senhor falou, depois que assumiu a Diretoria, por três vezes, reuniu-se com ele duas vezes, o seu antecessor está diretamente envolvido nisto, o Sr. Paulo Roberto Costa, de quem o senhor era Gerente.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim, mas não quer dizer que era da minha área.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não. Mas o senhor não sabe de nada. Então, não era nem Gerente, era um funcionário fantasma. O que o senhor pode nos dizer sobre isso? Existia também, dentro da Petrobras, um esquema com agência de publicidade, como ocorreu no mensalão?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não sei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não sabe. Eu quero informar ao senhor, informar à CPMI que eu estou apresentando pedido de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Muranno Brasil/Marketing. Também pedi que sejam convocados, para esta CPMI, os sócios da Muranno, o Sr. Marcelo Villani e a Sr^a Luciana Mantelmacher, porque isto aqui não pode ficar da forma como está. Aqui está a reportagem de hoje, Sr. Cosenza, em que nesta reportagem, veja aí, o que é o falastrão, o que é o falastrão, que está, há meses, fugindo da Polícia Federal para não ser intimado.

Aqui diz o seguinte: “Nesse trecho do depoimento, Youssef cita o nome do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No relato do doleiro, Lula ficou sabendo das ameaças e ordenou ao então presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli, “a resolver essa m...”. Desculpe-me pelo palavrão, mas esse presidente boquirroto, falastrão, disse isso.] Ainda, segundo Youssef, “Gabrielli acionou o ex-Diretor de abastecimento Paulo Roberto Costa [outro personagem central do escândalo, seu antecessor, seu chefe nessa Diretoria] a resolver esse problema.” Youssef não apresentou provas do relato. Mas está dito isto aqui dentro do depoimento.

Gabrielli nega com veemência a versão do doleiro; Lula não comenta o assunto, como nunca comenta, como está fugindo da Polícia Federal para não ser intimado. E aqui vai aí na sequência da reportagem, e este proprietário desta empresa diz que nunca fez contrato com ninguém, explicando que apenas apresentava notas a Petróleo Brasileiro S.A. É a nota fiscal que ela apresentava. Do que é isso? São milhões de reais, que é a divulgação dos eventos no exterior do etanol brasileiro. O etanol, que foi tão divulgado, gastaram milhões, os brasileiros empresários acreditaram e, hoje, estão abandonados e quebrados por este Governo incompetente, despreparado, mentiroso e desonesto. Esta é a grande verdade do povo brasileiro. Só lamento que o Diretor não venha aqui para trazer as informações, ele, como Gerente de um Diretoria tão importante que poderia ser chamada “diretoria de abastecimento do caixa de partido de políticos de obras superfaturadas e de empresas fantasmas”.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Pela ordem.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD – PE) – Eu queria fazer um apelo para que os Deputados e Senadores que ainda não usaram a palavra o fizessem, para, depois, ter a segunda rodada de falação. Acho que há mais dois Senadores que ainda não falaram; eu não falei, e, aí, já se está voltando à segunda rodada.

Então, seria esse o apelo que faríamos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu só posso concordar com V. Exª com o pela ordem se o Deputado Izalci Lucas concordar, porque ele foi Relator, ele foi um dos subscritores do requerimento e é o próximo inscrito. O caso é especificamente com ele.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Sr. Presidente, eu era o segundo inscrito. Falei como autor do requerimento e sou o segundo ou terceiro inscrito, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Exª está com a palavra, então, Deputado Izalci Lucas.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Eu queria que V. Exª me reinscrevesse, também, Presidente, reinscrever, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Gostaria de se reinscrever o Deputado Sandro Mabel. Está bem.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Obrigado.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Vou falar os 10 minutos seguidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Exª tem a palavra.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Quero indagar a V. Sª se participou de uma reunião, provavelmente em abril ou maio de 2012, em que nesta reunião, Graça Foster cobrava resultados. Quem deveria ser cobrado já deixara a Petrobras. Não estava na reunião o sindicalista do PT José Sérgio Gabrielli, a quem Graça Foster sucedera e executivo suspeito de corrupção, como Paulo Roberto Costa, sustentado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por um consórcio entre o PT, PMDB e PP.

Dilma conseguiu derrubar Paulo Roberto, a Diretoria, logo após Graça Foster virar Petrobras, mas não conseguiu evitar o número 2, Paulo Roberto, que é o José Carlos Cosenza, V. Sª, assumisse o cargo do antigo chefe.

Cosenza fora escolhido pelo PMDB do Senado, abaixo de Cosenza, mantinham-se apaniguados do PMDB. Nenhum era mais poderoso do que o José Pereira à frente da gerência responsável por compras e vendas milionárias sem licitação de produtos derivados de petróleo. Pereira era mantido no cargo por indicação pessoal do Ministro das Minas e Energia Edison Lobão, do PMDB. Pereira estava na reunião – indago se V. Sª também estava? – e ouviu muito. “Se você pensa que se manterá no cargo só porque foi indicado pelo Lobão está enganado”, disse Graça Foster, segundo relatos de quem estava lá. Pereira ficou furioso. “Se a senhora pensa que é Presidenta da Petrobras porque é melhor engenheira da empresa, está enganada”. Diz, segundo os mesmos relatos. “A senhora está Presidente porque sua indicação política é melhor do que a minha”. Graça Foster respondeu com impropérios, nas palavras de quem assistiu à cena. Pereira levantou e deixou a sala. Cosenza continuava a se encontrar periodicamente com o ex-chefe, que é o Paulo Roberto Costa.

E, aí, quero passar a sua mão para que V. Sª reconheça.

Na agenda, apreendida pela Polícia Federal, no mês de maio e no mês de junho, está aqui, às 12 horas do dia 6 de junho, na agenda de Paulo Roberto Costa está aqui o encontro com V. Sª. Está na agenda do Paulo Roberto Costa.

Pergunto, então: V. Sª participou dessa reunião? Ouviu essa fala?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não teve nenhum diálogo com relação a isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, eu não estive nela.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não estive na reunião?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Primeiro, eu não sei se o fato realmente ocorreu; segundo, que eu não...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não participou da reunião?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – ...estive nessa...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. Sª conhecia o Paulo Pereira?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Paulo Pereira?

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Isso.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – José Pereira.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Conheço.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Que era o Gerente responsável pelas compras.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Isso.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Ele tinha esse poder todo na instituição, de comprar inclusive sem licitação?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, ele era um Gerente Executivo como qualquer outro.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Sabia se tinha alguma indicação política, como foi colocado aqui pelo PMDB,

Edison Lobão?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não tenho essa informação.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não tem informação nenhuma sobre isso, sobre indicação nenhuma?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – A indicação de V.^{sa} não tem nenhuma interferência política de ninguém?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Bom, eu fui convidado para assumir a Diretoria de Abastecimento pela

Presidente Graça.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – E ela não disse nada? Simplesmente convidou V. ^{sa}?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Fui indicado por ela e foi submetido ao Conselho de Administração. Não houve nenhum partido político, nenhuma agremiação me procurou. Quem me indicou para Diretor foi a Presidente Graça. Fruto da minha...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não houve interferência de Paulo Roberto Costa nessa indicação? Paulo Roberto Costa.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – A presidente que fez o convite.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Mas não houve nenhuma sugestão dele para a presidente indicá-lo?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Claro que não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não teve conhecimento nenhum disso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não tenho conhecimento. Acredito que não.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. ^{sa} assinou algum aditivo de contrato após a posse de V. ^{sa}? Contratos das empresas empreiteiras.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Assinou algum aditivo?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim, assinei vários aditivos.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Porque, segundo relatos de Youssef, havia evidentemente o cartel onde ele já definia o preço, está aqui no depoimento dele. Cada contrato era um pacote, definia o pacote de obras. E que já vinha... Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a me garantisse a palavra e compensasse o tempo. Havia um acerto entre as empresas e, na discussão de cada contrato, já vinha definido quem era o vencedor. E está muito claro, ele diz claramente: "O diretor tinha poder de tirar ou colocar empresas. Ou paga ou não participa da obra." Ou ele paga propina, ou não participa. E, por diversas vezes, empresas que não pagaram não participaram desses contratos. Existiam contratos maiores com empresas de grande porte e os pacotes médios com empresas médias.

Aí que ele entra falando exatamente nisso, que era o preço de menos 15% a 20% e que normalmente se adotava o maior preço, chegando a 20%. Mas os aditivos, o percentual da propina era maior, não era apenas 1% para cada partido ou para o PP e 2% para o PT, ou 3% quando era a diretoria do PT. Ele dizia o seguinte: nos aditivos – e aí V. ^{sa} disse que assinou vários – a propina era maior, variava de 2% a 5%, nos aditivos. E esse custo dos aditivos, 20% eram despesas operacionais, para pagar inclusive os 14,5 de impostos; 30% iam para o Paulo Roberto Costa; 5% para o Youssef e os 45% para os partidos.

V.^{sa} assinou esses aditivos sem... Não houve nenhum questionamento com relação a preço superfaturado? Não houve nenhuma auditoria quando V. ^{sa} entrou, para saber se esses preços estavam normais ou estavam acima do mercado? V. ^{sa} assinou os aditivos sem...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não. Todos os aditivos que são assinados na companhia são previamente analisados por uma equipe técnica que entra no mérito e analisa se são corretos ou não. Então existe, além de um grupo, de uma comissão de análise, cada aditivo tem uma comissão que analisa, verifica se é procedente, se tem mérito, e aí decide o pagamento. Depois disso, jurídico, desempenho e tributário fazem a sua avaliação. Depois é que é pago. Então, esse é o ritual que nós obedecemos desde aquela época, e hoje continua a mesma coisa.

Então, digamos, essa é a forma de conduzir um aditivo dentro da companhia.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Nesse encontro que V. ^{sa} teve com Paulo Roberto Costa, que está aqui na agenda, não foi discutido nada relacionado a essa questão da transição que existia nesses contratos, esses compromissos de pagamento?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Os meus assuntos foram estritamente técnicos, não foi nada de contratos, e nem sobre o que está sendo investigado hoje pelas diversas comissões internas e externas.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Esses aditivos assinados, em nenhum momento houve nenhuma conversa com Paulo Roberto Costa?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nenhuma conversa.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Ele não participou de nenhum aditivo e nem de conversa nenhuma sobre isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Ele fazia os aditivos quando ele era Diretor.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não, depois que ele saiu, eu digo.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim, o que é que tem?

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Os aditivos feitos por V. S^a, ele não teve participação, não conhecia?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Absolutamente, ele estava fora da gestão da empresa. A decisão era minha.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – A decisão era de V. S^a?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Fora da gestão da empresa.

E todos os aditivos foram feitos com uma sustentação: equipe técnica, gerente para analisar, uma comissão formada por várias pessoas, pessoas do negócio, outras pessoas, que formavam um dossiê, formam uma avaliação se o aditivo é procedente ou não é procedente.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Esses...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Faz a contabilidade do mesmo. E, se tiver julgado, a comissão propõe. Depois de essa comissão propor, ainda é avaliado pelo jurídico da empresa, pelo desempenho e pelo tributário. E aí, então, é que é levado adiante para efetuar o pagamento.

Então, tu tens um ritual muito importante e muito grande do momento em que é pedido o aditivo até a sua operacionalização.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Como o caso que eu disse aqui, por exemplo, da Sanco, que botava o seu BDI de 180% e, mesmo assim, ficava 40% abaixo do preço de mercado, V. S^a só cuidava da questão de menor preço. Não tratava se havia ou não superfaturamento com relação a isso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Nós nos baseávamos no que a empresa; nós nos baseamos no que a empresa apresenta. Qual é o valor do aditivo? É em função do que ela está dizendo que gastou. Nós vamos avaliar se aquilo que está dizendo é real. Nós conferimos...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Essa questão dos aditivos não tem limitação? Porque a informação que está clara nos processos de delação, dos depoimentos, é que faziam contrato padrão, como foi falado aqui várias vezes, R\$1 milhão, e depois transformava em R\$100 milhões.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Isso aí...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Os aditivos tinham percentual máximo, assim? Porque normalmente é 25%.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Mas o aditivo é em função da necessidade, né?

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Pois é, mas...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Então, tinha limite, 25%. Tem limite.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Todos os aditivos da Petrobras foram limitados a 25% do contrato original?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Tem limite de valor. Não necessária...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Pergunto a V. S^a: os aditivos limitavam-se a 25% do contrato original sempre?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, por norma são 25.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eventualmente, tinha alguma distorção.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Por norma, eu sei. Eu quero saber se a Petrobras obedecia à norma.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Obedece.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. S^a pode garantir que todos os aditivos se limitaram a 25% do contrato original?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, não. Tem aditivos que passaram disso aí.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – E muitos, né?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu não sei quantos. Eu estou lhe respondendo dentro que eu me lembro. Não tenho informação...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – É. Mas é só para informar que foram quase todos. Quase todos superaram o valor de contrato. V. S^a é engenheiro. Esse termo *modus operandis* que V. S^a falou aqui algumas vezes, esse termo foi no treinamento ou V. S^a tem esse costume? Na engenharia, usa isso também: *modus operandis*?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não fui eu que comentei só. Não é, não é...

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – V. S^a no início disse que o *modus operandis* da situação era essa. Porque, normalmente, se usa em Direito Criminal, essas coisas. Quando se fala em quadrilha, em...

V. S^a aprendeu esse termo no treino?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Eu espontaneamente, o usei. Não tem nenhuma conotação.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – O.k., Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Obrigado, Deputado Izalci Lucas.

O próximo a fazer uso da palavra...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Tempo de Líder, Presidente. Por favor. Tempo de Líder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Tempo de Líder?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Então, no momento do tempo de Líder, passo a palavra, então, ao Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Eu tenho quanto tempo como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Cinco minutos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Usarei bem menos, Presidente. Agradecido, Presidente.

Registrar que nós, do Partido dos Trabalhadores, e em nome do governo do presidente Lula e da Presidenta Dilma, repudiamos veementemente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. A ordem que nós nos inscrevemos aí, como ela está funcionando?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Pela ordem, Senador Ataídes...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Porque o Deputado já teve a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Ele já falou. É porque ele invocou e pediu uma questão de ordem invocando a condição de Líder de Partido. E, quando é Líder de Partido, ele pode fazer...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Eu também poderia pedir como Líder de Partido.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Evidente que o senhor pode pedir. A hora em que fizer esse pedido...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Então, eu peço.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Logo depois, então, do...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Porque eu acho que poderia, realmente, ouvir todos aqui porque nós estamos aqui há horas, Presidente, aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – É a nossa vontade. É a nossa vontade.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Logo que o senhor pedir como Líder, o senhor terá direito a cinco minutos. Se o senhor quiser falar como Parlamentar inscrito, terá direito a cinco ou a dez minutos ininterruptos. Aí, o senhor pode escolher.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Serei rápido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Pois não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Pedi para descontar meu tempo ali. Um minuto. Eu tinha usado um segundo. Mas eu serei rápido. Por favor, retornar o tempo. Estou esperando retornar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Não, eu tenho atenção ao tempo. O senhor pode continuar, porque eu tenho atenção ao tempo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Quero, em nome do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, em nome do meu Governo, o Governo da Presidenta Dilma e o governo do presidente Lula, repudiar, refutar com veemência o excesso retórico que caracteriza o Governo, a gestão da Petrobras, os gestores, seus servidores como corruptos, como quadrilha. E refutar, também, que nós usemos os artifícios da propaganda nazista. Ao contrário do que tem sido feito aqui e em outros espaços da disputa política no País e na eleição, no primeiro, no segundo e agora no terceiro turno, de se repetir e de se utilizar acusações sem provas. Na citada matéria anteriormente em que o doleiro acusa o presidente Lula e o presidente Gabrielli, há um trecho em que está dito: “Youssef não apresentou provas do relato”.

Então, é mais uma vez o réu confesso, em delação premiada, soltando – supõe-se – uma acusação sem prova. E, com disso, vem aqui e acusa, generalizadamente, o Partido dos Trabalhadores, o Governo, a gestão da Petrobras, o governo do presidente Lula e o Governo da Presidenta Dilma.

Nós achamos que esse cartel tem que ser investigado, assim como o mensalão mineiro, em Minas Gerais, em vez de renúncia de mandato, tinha que enfrentar o debate até às últimas consequências, assim como o cartel, em São Paulo, do PSDB e dos seus Partidos aliados. Nós, do PT, do governo do presidente Lula e da

Presidenta Dilma, do presidente Gabrielli, da Petrobras, da presidenta Graça Foster, enfrentamos o debate, vamos aprofundar as investigações. Agora ilação, acusação, prática nazista, nós temos que refutar. Por isso, usei o tempo de Líder, dois minutos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu que agradeço.

Consulto o Senador Ataídes se gostaria de usar o tempo de Líder. Só alertando V. Ex^a...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Como inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Está bem.

O próximo inscrito seria o Senador Antonio Aureliano, que se ausentou do recinto.

Então, o próximo inscrito é V. Ex^a, que pode usar cinco ou dez minutos, intercalando com perguntas.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Por favor, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Muito obrigado, Presidente.

Presidente, é sabido por todos nós que o nosso País, já há alguns anos, está vivendo, passando por um momento de plena desmoralização política. Isso é conhecido pelo mundo todo. Isso nos causa uma instabilidade econômica muito grande, Sr. José Carlos. Causam-nos uma instabilidade econômica muito grande esses escândalos atrás de escândalos, essa danada, que eu chamo de câncer, essa corrupção que corrói o dinheiro do nosso trabalhador. Talvez isso não atinja o senhor, Sr. José Carlos, não atinja a mim, porque, graças a Deus, estou numa posição, hoje, privilegiada, fruto do meu trabalho honrado, mas pode atingir os nossos filhos, os nossos netos e os nossos bisnetos. Isso é possível. E os números são muito claros. Neste País, tão rico, tão grandioso, porque aqui se dá de tudo, até a corrupção, nós vamos crescer este ano, talvez, menos de 0,3%. Isso significa que o José ali da esquina, da banquinha da banana, se for muito competente, também vai crescer 0,3%. Caso contrário, ele vai à falência. Esses escândalos e essa corrupção muito me preocupam.

Ao longo dos anos, não tivemos uma empresa internacional. Passamos a ter a nossa querida Petrobras, que, hoje está em todos os jornais do mundo.

Eu não vou fazer muita pergunta ao senhor. Eu até queria fazer, mas, depois que o senhor... Eu venho da iniciativa privada e tenho vários diretores nas nossas empresas. Eu vejo o senhor como um grande executivo, um homem de história brilhante, um tirocinio espetacular, jamais escorregaria numa casca de banana. O Relator perguntou ao senhor se o senhor havia encontrado com o Sr. Paulo Roberto, e o senhor disse, repetidamente, que não. Minutos depois, talvez menos, o Deputado Rubens pergunta ao senhor, e o senhor disse: "Tive alguns encontros com esse moço." E nós sabemos há três coisas no homem que não têm volta: uma palavra dita, uma flecha lançada e uma oportunidade perdida.

Portanto, o depoimento do senhor para mim caiu no descrédito total, com todas essas qualidades que vejo no senhor.

Mas eu quero lhe fazer umas duas perguntas tão somente. Esse treinamento que o senhor fez, disse que foi lá dentro da Petrobras, quem ministrou esse treinamento para o senhor? Foi a Dr^a Olga, lá, de São Paulo, ou o senhor pode me passar o nome dessa pessoa com quem o senhor passou por esse treinamento da *media training*?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu não tenho o nome dela aqui, mas eu posso lhe passar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – É uma senhora?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, é um senhor, junto com a equipe da Petrobras.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Isso foi agora recentemente?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim, nas duas últimas semanas.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Nessas duas últimas semanas?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Isso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Ah, então, está explicado.

Então, quer dizer que, na semana anterior, o senhor nos deixou aqui, Senadores e Deputados Federais, feitos idiotas, tolos, aguardando, enquanto o senhor fizesse uma *media training*?

Olha só o que o senhor disse: a semana passada e esta. Olha, que coisa grave.

Por que que o senhor não trouxe o cardiologista do senhor hoje para esta Comissão? Por quê?

Olha só o que o senhor disse: na semana passada o senhor não pode vir, porque o senhor estava em *media training*. Isso vai ficar registrado nos Anais desta Comissão, Sr. Presidente. É grave. Nós vamos ter que convocar esse médico, imediatamente. Eu já quero fazer aqui agora a convocação desse médico, e, depois, nós vamos, então, denunciá-lo ao Conselho Regional de Medicina. Porque o Sr. José Carlos acabou de dizer que, na semana passada, estava em *media training*, estava em treinamento.

Agora, como é que acabou de passar por essa *media training* e não sabe o nome desse professor?

Eu vou dar um nome para o senhor: Dr^a Olga, de São Paulo. O senhor a conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Conheço.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Foi com ela que o senhor fez o curso?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Não?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Não foi com ela?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – O.k.. Não foi com a Dr^a Olga.

O senhor não tem o nome dessa pessoa para nós?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não me lembro o nome da pessoa. É um senhor baixinho. Eu não me lembro como é o nome dele.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Mas o senhor falou que era uma mulher.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Eu disse que é um homem, eu não falei mulher. Desculpe se eu não fui claro.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – O.k..

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não é... É um homem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Foi um homem.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – E, outra coisa, eu não vim na semana passada porque eu estava enfermo. Eu estava me preparando e, quando eu vim para cá, quando estava vindo para cá, para Brasília, eu passei mal no embarque. Eu estava vindo para cá. Não tem nada que ver com *media training*. Por gentileza.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Mas o senhor acabou de dizer que, na semana retrasada e na passada, o senhor estava em treinamento.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim, mas o senhor me desculpe.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Será que eu entendi errado?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, o senhor me desculpe. O evento, aqui, era quarta-feira. Eu fui treinado segunda-feira e terça-feira. Terça-feira, à noite, eu estava viajando para cá.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Sr. José Carlos...

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu não entendo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Olha, para mim, fica muito difícil. O senhor disse que estava em *media training*, está certo?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Sim, mas eu estava viajando.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – E está escrito.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Mas eu estava viajando para cá terça-feira, à noite. Foi aí quando eu passei mal.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Está bom.

Vamos, então, rever. Mas eu quero fazer uma pergunta para o senhor. Agora, recentemente, recentemente não, em 2013, a revista *Veja* disse que o senhor teve uma discussão muito pesada com a Presidente Foster. Eu pergunto ao senhor: que discussão foi esta? O senhor se lembra dela?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Essa é a sua pergunta?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – É. É.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não houve essa discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – A revista, então, está mentindo?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Veja bem, eu não tive discussão com a Presidente Graça.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – O.k.. Então, a revista *Veja* está mentindo quando ela disse que o senhor teve uma discussão pesada com a Ministra... com a Ministra não, perdão, com a Ministra, isto, Graça Foster? E o senhor está dizendo que não houve essa discussão?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não houve.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – O nobre colega, aqui, está orientando o senhor a falar “sim” ou “não”, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Muito estranho isto. Eu que estou acabando de chegar na política, querendo aprender, querendo entender como é que se faz política neste País, estou decepcionado, ouviu, Sr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – O senhor me desculpe. Eu...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Mas ele está indicando para o senhor – “não”, “não”. Ele está indicando, e eu estou vendo.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Mas quem esteve envolvido sou eu. O Senador ou Deputado não sabe. Eu é que...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Eu peço ao senhor, então, Sr. Presidente, que olhe isso com carinho. O Deputado Florence – é isso mesmo? – está orientando o nosso depoente. É bom que todo mundo saiba disso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Posso esclarecer?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Não. Não. Por enquanto, eu estou com a palavra.

Sr. Presidente, estou com a palavra.

Estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Vamos garantir a palavra. Eu lhe darei depois um minuto. Vamos garantir a palavra...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) –

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – *(Risos.)* A câmara está ali. Não sei...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Eu balancei, porque achei absurdo o que você falou...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Eu nãoalaria isso, se eu não estivesse vendo, Sr. Presidente.

Estou com a palavra, Sr. Presidente. Estou terminando.

Sr. Presidente, então é isso. Eu lamento muito, essa empresa tão grande, essa empresa tão extraordinária, que é a nossa Petrobras, esse grande executivo, esse moço que não tenho dúvida de que tem uma competência extraordinária, eu não tenho dúvida. Eu pergunto ao senhor mais uma vez: o que o senhor acha desses favores políticos, Sr. José Carlos, dentro da Petrobras? O que o senhor acha desses favores políticos? Para mim, é o fomento da corrupção no nosso País. O que o senhor acha? O senhor não acha que a Petrobras deveria ser administrada por técnicos e não por favores políticos, por pessoas indicadas politicamente? É só isso que eu queria perguntar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Sr. Presidente, quero arguir aqui o artigo...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Não, quero a resposta primeiro.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Quero arguir o art. 14, inciso...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Como está no tempo dele, o senhor, por favor, pode responder. Depois eu dou o minuto.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Eu diria que hoje a companhia é orientada, é gerida por técnicos especializados. Em cada diretoria existe um técnico especializado da área: gás, energia, EP, abastecimento, finanças. São pessoas conhecedoras do que fazem. Respondi à sua pergunta sim. Isso já está sendo feito, tanto é que vamos esperar, vamos experimentar este ano, conforme comentei, um aumento significativo da produção de petróleo, 7%, que, para uma indústria petrolífera, é um número extraordinariamente elevado, porque você não tem somente aumento de produção, você também tem o declínio. O balanço nosso vai ser 7% a mais. Isso é um número extraordinário na indústria petrolífera. Por quê? Por causa da equipe técnica ao conduzir os investimentos na linha que foi desenhada, na linha que estava sendo pensado. E na área de abastecimento, a entrada de uma refinaria, depois de 33 anos, 34 anos sem nenhum investimento dessa magnitude, estamos entrando com uma refinaria para processar 230 mil barris de petróleo por dia, o que é uma melhoria extraordinária na balança de pagamentos da conta petróleo, em função da substancial redução na importação de derivados.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Presidente, art. 14, inciso VIII, para explicação pessoal.

Em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, e nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada com essa finalidade a mais de dois oradores na mesma sessão.

Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Conheço bem o art. 14.

V. Exª tem direito a cinco minutos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Não usarei os cinco minutos.

Na semana passada, Presidente, entrei aqui com um conjunto de requerimentos inclusive do tesoureiro do meu Partido, requerimento de convocação, e de tesoureiro de outros partidos, do presidente do PSDB, sucessor do então presidente Sérgio Guerra, falecido, querendo propiciar um ambiente de debate. Vários Parlamentares riram, brincaram. Eu solicitei veementemente respeito à minha intervenção, porque não era um surto investigatório, era parte do processo de disputa e de busca de investigação nesta CPMI, inclusive um jornal de grande circulação fotografou o ato, e eu me conformei. Aqui, neste momento, apenas, por sucessivas vezes,

anui ou discordei, sem que necessariamente eu esteja orientando esta ou aquela pessoa. Acho que nosso ambiente aqui, às vezes até de brincadeira entre os Parlamentares, em uma oportunidade onde há divergência, não implica necessariamente que nos desrespeitemos ou atribuamos a um colega aquilo que ele não teve a pretensão de fazer. Naquele dia, apenas pedi respeito, assim como respeitei o ato de rirem e atribuírem a mim o que eu não estava fazendo, experimentando um surto investigatório. Eu estava com uma proposta política de investigação objetiva. Aqui, agora, apenas balancei a cabeça em sinal de negação, porque o Sr. Cosenza havia acabado de dizer que tinha feito *media training* na segunda e na terça e que tinha tido um mal-estar na quarta. Certamente, isso consta da ata e, na hora, apenas balancei a cabeça no sentido não. Foi isso.

Apenas para esclarecer.

Obrigado, Presidente.

Usei só dois minutos e meio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Agradecemos.

Tendo em vista ainda termos dois oradores inscritos, nesse momento fui comunicado que a Ordem do Dia começou. Então, eu pergunto ao nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo, se ouvimos os dois últimos oradores...

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD – PE) – Presidente, estou aqui desde o início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Então, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD – PE) – Eu queria, inicialmente, cumprimentar o José Carlos Cosenza e fazer-lhe uma pergunta. Eu serei, relativamente, breve.

Foi dito, na delação premiada do Paulo Roberto, que ele era agente político de um partido político, e que, inclusive, aqui nos corredores da Casa se diz muito, que ele vinha à Casa, vinha, inclusive, à liderança do Partido, e era, muitas vezes, reverenciado; e os Deputados que tinham problemas com a Petrobras usavam-no, através dessa interferência desse diretor. E aí, eu quero perguntar a V. S^a o seguinte: por uma acaso, em algum momento, o senhor foi apresentado por algum agente público, ou algum Parlamentar, ou mesmo algum representante de algum partido, para que recebesse junto à Petrobras, para intermediar qualquer tipo de relação entre a sua Diretoria e empresas que prestam serviços à Petrobras? Por exemplo, uma pessoa que levaria um determinado empresário, que estaria com determinado problema na sua Diretoria, eu pergunto se isso veio a acontecer? Se aconteceu, com quem foi que aconteceu e qual foi o motivo de ter acontecido? Essa é a pergunta.

Porque, o que ficou muito claro, e que é a dúvida de muitos, é que se havia uma operação política por parte de algumas diretorias da Petrobras, inclusive, com percentuais que eram destinados a determinados partidos políticos, para influenciar na base aqui do Congresso Nacional, tanto na Câmara, quanto no Senado, e, eu, queria saber se o senhor por algum momento, alguém se apresentou como representante de algum partido político? Essa é uma pergunta.

Segunda, se houve alguma intermediação dessa pessoa levando empresários para que o senhor a atendessem na Diretoria visando ser fornecedores ou prestadores de serviço à Petrobras?

Então, seria essa a nossa indagação Sr. Cosenza.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não, eu não intermediei nenhum tipo de negociação envolvendo alguma pessoa de fora da empresa junto a alguma diretoria da Petrobras.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD – PE) – A pergunta não é se o senhor intermediou. Por algum momento, o senhor recebeu Parlamentares, ou um gestor público, ou representantes mesmo de um partido político, levando interessados ou fornecedores da Petrobras para que tivessem algum tipo de problema junto à sua Diretoria? Essa é a pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não senhor.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD – PE) – Nunca ocorreu?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD – PE) – Nunca ocorreu, nem ninguém como representante de um partido político que seria o intermediário entre a relação do Congresso Nacional, da câmara ou do Senado, com a sua Diretoria?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Não. Não me lembro.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD – PE) – Não se lembra e nunca ocorreu. O senhor recebe, frequentemente, Parlamentares junto à sua Diretoria de Abastecimento da Petrobras?

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Muito raro.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD – PE) – Muito raro.

Está bom.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – O próximo inscrito e último é o nobre Deputado Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB – GO) – Presidente, eu queria fazer duas colocações rápidas, que é o seguinte: uma eu acho que a gente tem, até pela nossa própria condição, nós todos somos políticos, eu acho que nós não podemos ficar aqui trocando tiro dentro de trincheira ao mesmo tempo.

Eu quero me associar ao Deputado Afonso, sobre o exagero na qualificação do ex-presidente, bem como da atual Presidente, eu acho que tem muita coisa séria que fizeram por este País, tem muita coisa boa, então, eu acho que não pode ser assim. Apesar de eu estar meio contrariado com a gestão atual, com a forma que é feita, porém, eu acho que nós temos que ter um cuidado, que tem muita coisa que ajudou este País ir pra frente também.

Segundo, cumprimentar o nosso Diretor de Abastecimento José Carlos pelas respostas que deu, não engasgou, curtas, mas não deixou nada para trás que não fosse respondido. E dizer ao senhor que, se em algum momento das perguntas que lhes foram feitas, se o senhor achar que tem alguma coisa para acrescentar, acrescente para nós, é importante a gente passar uma empresa, porque eu tenho certeza que o senhor tem um amor por ela muito grande, porque quem trabalha 40 anos em uma empresa, primeiro, é competente, e, segundo, deve ter um amor muito grande. Eu trabalhei 40 em uma empresa e tenho um amor danado por ela.

Então, se há alguma coisa que o senhor acha que pode nos ajudar, que pode ajudar a própria empresa, porque o que se pretende aqui com essa CPI não é só passar o passado a limpo, mas é fazer o futuro mais limpo, uma empresa que possa crescer ainda mais, uma empresa que precisa crescer, que vem passando momentos difíceis, que tem levado outros setores para dificuldades também. É uma empresa que, pelo investimento que o Brasil faz, ela é das mais responsáveis por isso.

Por isso, eu gostaria de deixar aberto ao senhor, através do nosso Presidente e do nosso Relator, que se em algum momento pudesse ser acrescentado alguma coisa, que o fizesse.

Eram essas as colocações.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Obrigado pela oportunidade.

Eu queria deixar um depoimento. Primeiro, o fato de, em sendo Diretor de Abastecimento, a gente enxerga a empresa completamente diferente do que a gente enxerga quando está em uma gerência menor. Então, essas oportunidades, digamos, associando todas as questões técnicas, essa visão que a companhia está tendo de ter pessoas técnicas exercendo os seus papéis de lideranças maiores dentro da companhia é muito importante e o resultado está acontecendo.

A companhia está no caminho certo, os resultados estão aparecendo. É uma questão de algum tempo para que o volume de óleo esteja dentro... Que se confirmem a entrada de uma série de plataformas para atingir a meta neste ano de 7% de aumento de produção. Além disso, o aumento da produção de derivados, pela entrada da RNEST, que é um desafio e nós estamos atendendo. A nossa meta era partir em novembro, está partindo em novembro. Então, eu só posso ficar mais orgulhoso ainda quando tenho oportunidade de dizer para vocês isso, de tranquilizá-los de que a companhia está no caminho certo. Com absoluta razão lhe digo, porque estamos fazendo os fundamentos, tendo fundamentos econômicos importantes, e vai-se demonstrando isso ao longo do tempo. Não tenho dúvida disso.

Mas deixo também a nossa ideia, a nossa visão de que essas comissões estão trabalhando. Essas medidas que a Petrobras está tomando, as medidas que os órgãos de fiscalização estão tomando também serão úteis para aperfeiçoar o processo de gestão da companhia. Eu não tenho dúvida nenhuma disso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Pergunto ao Deputado Izalci se quer usar da palavra.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Antes de encerrar, eu gostaria de passar a palavra ao Diretor da Petrobras José Carlos Cosenza.

V. S^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS COSENZA – Espero que eu tenha podido responder, Presidente, todas as questões, as dúvidas que surgiram.

Somente queria fazer uma ressalva. Quando me foi perguntado pelo Relator, o Marco Maya, sobre se eu conhecia o diretor, foi quando eu fui indicado para ser o Gerente Executivo. Eu não o conhecia pessoalmente. Foi essa a resposta que eu dei. Eu gostaria de deixar isso bem claro, porque eu não deixei de dar a informação correta. Pelo contrário. Houve um entendimento meu e eu respondi em cima do que eu entendi. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – O.k.. Entendi. Fica registrado, então.

Havendo quórum, coloco em votação as Atas da 13^a e da 14^a Reuniões, propondo a dispensa da leitura.

Os Parlamentares que as aprovarem queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião desta CPML.

Muito obrigado. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 50 minutos.)

“Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal”.

ATA DA 16ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 16ª Reunião, realizada em 3 de junho de 2014, às 15 horas e 52 minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, ocorrida sob a Presidência do Deputado **Cândido Vaccarezza (PT/SP)** e com a presença dos Senadores: **Romero Jucá (PMDB/RR)**, **Walter Pinheiro (PT/BA)**, **Ana Amélia (PP/RS)**, e dos Deputados: **Edinho Araújo (PMDB/SP)**, **Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)**, **Moreira Mendes (PSD-RO)** e **Benedita da Silva (PT-RJ)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Vital do Rêgo (PMDB/PB)**, **Pedro Taques (PDT/MT)**, **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)** e **Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)** e os Deputados: **Eduardo Barbosa (PSDB/MG)**, **Sergio Zveiter (PPS/RJ)**, **Arnaldo Jardim (PPS/SP)**, **Miro Teixeira (PROS/RJ)** e **João Maia (PR/RN)**. Na ocasião foi concedida vista coletiva dos Relatórios Parciais sobre as emendas apresentadas ao PLS 432 de 2013 (expropriação de propriedades rurais e urbanas nas quais haja trabalho escravo) e ao PLP 302 de 2013 (regulamentação do trabalho doméstico). Após sua aprovação, a presente ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Declaro aberta a 16ª reunião da Comissão criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Antes de iniciar, gostaria de colocar em votação as Atas da 14ª e 15ª Reuniões, solicitando a dispensa da leitura das mesmas.

Os Srs. Deputados e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Conforme convocação, esta reunião destina-se a:

1 – Apreciar o parecer sobre as emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 302, de 2013, que dispõe sobre a regulamentação do trabalho doméstico.

2 – Apreciação do Parecer sobre as emendas do plenário apresentadas ao PLS nº 432, de 2013, que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem trabalho escravo.

Consulto o relator sobre se podemos inverter a pauta e começar por este item.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Estamos prontos para seguir a determinação de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Então, vamos iniciar pelo item 2.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Vamos votar, então, duas matérias importantes que estão pendentes de regulamentação, mas eu queria lembrar uma terceira, que está pendente de regulamentação há mais de 20 anos, 25 anos, talvez mais ainda, que são as condições para o exercício do direito de greve por parte dos servidores públicos.

O Senador Jucá já apresentou um parecer sobre essa matéria, levando em conta as diferentes proposições que tramitam tanto na Câmara quanto no Senado. Depois da apresentação desse parecer, o Senador Jucá se reuniu com pessoas interessadas, especialmente com sindicalistas interessados em propor mudanças, sugestões, etc. O fato é que nós não podemos, creio, terminar este ano com essa matéria ainda pendente, Sr. Presidente.

Recentemente, tivemos greves gravíssimas, de consequências muito graves, na polícia militar, no seu Estado, por exemplo, o Estado natal de V. Exª, a Bahia. Enfim, é uma situação que precisa ter uma solução legislativa. O Congresso está devendo isso à Nação, com todas as cautelas, com toda a abertura de diálogo, etc. O fato é que não podemos mais continuar com isso pendente, sobretudo depois que o Senador Jucá apresentou um parecer que, no meu entender, resolve a maior parte dos problemas que essa questão suscita.

Por isso, faço um apelo a V. Exª para que possamos pautar a deliberação sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Senador Aloysio Nunes, é justa e correta a demanda de V. Exª.

Vou conversar com o Senador Jucá depois, e vamos, inclusive, conversar com as pessoas com que já conversamos, que foram todas as centrais sindicais. Acho que estamos caminhando para uma proposta relativamente acordada e, no momento adequado, nós a colocaremos em pauta.

Com a palavra, o Senador Jucá para falar do primeiro ponto, que é o parecer do PLS nº 432, de 2013.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores...

Sr. Presidente, vamos votar aqui duas matérias distintas. A primeira delas diz respeito às emendas que foram apresentadas no plenário do Senado a respeito da regulamentação da questão que trata do trabalho escravo.

Foram apresentadas 55 emendas. Dessas 55 emendas, nós estamos acatando, totalmente ou parcialmente, 29 emendas, que rezavam praticamente sobre as mesmas coisas. Vou comentar aqui, efetivamente, quais foram os ajustes no texto, por conta dessas emendas, para que possamos discutir e ganhar tempo.

O primeiro deles é, no art. 1º, deixar claro que os imóveis rurais e urbanos onde for identificada a exploração de trabalho escravo diretamente pelo proprietário poderão ser expropriados. Portanto, estamos definindo que é diretamente pelo proprietário. Ou seja, um imóvel alugado ou arrendado, quem vai responder é o arrendatário, é quem alugou, por outras questões, mas, efetivamente, o proprietário... Por exemplo: o dono de um armazém que aluga uma empresa, e, daquela empresa, efetivamente, estiver caracterizado algum tipo de trabalho escravo, o dono da empresa será punido, mas, efetivamente, não se expropria o armazém que foi alugado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vai haver um laranjal!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, não. Não vai haver um laranjal! Não vai haver um laranjal, porque isso tem que ser registrado. Na verdade, você não pode... Se você aluga um bem, e, de repente, alguém, dentro do bem que você alugou... Quem alugou o bem não responde pelo crime que foi realizado ali. Então, essa é uma questão que precisa ficar clara.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Isso tem que ser apurado na ação expropriatória. Agora, ao dizer, liminarmente, que a pessoa não é responsável, você estimula o laranja.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não; não estou dizendo que não é responsável. Estou dizendo que o trabalho escravo diretamente pelo proprietário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois é...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Nós estamos... Vamos aqui... Mais à frente, vou registrar mais algumas coisas.

Aí vem: "O proprietário não poderá alegar desconhecimento da exploração do trabalho escravo por seus pressupostos, dirigentes ou administradores."

Então, efetivamente, é questão de dizer... "Foi o diretor, foi o chefe..." Não poderá alegar. Estamos explicando aqui.

Outra questão que estamos definindo é que: "A ação expropriatória de imóveis rurais e urbanos nos quais se verifica a exploração de trabalho escravo observará o disposto nessa lei e subsidiariamente o disposto na lei do processo civil. O processo de julgamento da ação de que trata essa lei é de competência da Justiça Federal comum." Para que fique claro.

Uma questão que estamos colocando aqui por conta de outra que vou falar mais à frente é a seguinte: "Os processos referentes à ação de que trata esta lei não ocorrerão em segredo de Justiça." Ou seja, se há uma ação de trabalho escravo contra determinada empresa ou pessoa física, ela será pública e não ocorrerá em segredo de Justiça. Por que estamos colocando isso? Por conta do §6º, que estamos colocando aqui... §7º, que é o seguinte: "É vedada a inscrição em cadastro público de pessoas físicas e jurídicas que sejam parte em processo que envolva a exploração de trabalho escravo anteriormente ao trânsito em julgado da sentença condenatória." Ou seja, se há um laudo, se há uma denúncia, essa denúncia será objeto de uma ação, que é pública, transparente e será acompanhada, mas seria injusto colocar num cadastro como pessoa executando trabalho escravo antes do julgamento, porque, na verdade, não se deu o direito de defesa e, se colocar num cadastro, é um prejulgamento que se faz para a opinião pública e para a área econômica e comercial.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD – RO) – Sr. Relator, por favor, esse §7º não consta aqui. Dizem que foi distribuído. Não sei se há outro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pode ser o antigo, então.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD – RO) – Indagar a assessoria para ver se...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – §7º do art. 1º.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD – RO) – O parágrafo é muito bom, mas eu só não estou encontrando aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu pediria à assessoria que distribuisse o relatório correto, porque esse deve ser o relatório anterior.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD – RO) – Pois não... Na hora oportuna, eu também quero me manifestar a respeito de algumas coisas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Esses seriam, basicamente... Há um pleito da Senadora Kátia Abreu de que “Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência da exploração de trabalho escravo de que trata o §1º será confiscado e reverterá ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.” Ela pediu para registrar que é o §1º, nós fizemos esse atendimento.

Portanto, são essas as modificações ou as emendas que, de certa forma, se agregaram ao relatório que foi feito anteriormente.

Então, eu pediria à assessoria que distribuísse aos presentes a cópia.

Presidente, enquanto se distribui essa cópia, nós poderíamos entrar no segundo item da pauta, se for determinação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Não. Vamos esperar dois minutos, porque está pronto. Dois minutos? Um minuto? Um minuto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É só uma dúvida, porque acho que o Relator – obrigada – Jucá, quando eu cheguei – estava na sessão plenária do Senado –, acho que o senhor estava explicando a dúvida. No caso de uma pessoa física alugar um imóvel residencial, um apartamento ou uma casa, e o locatário pratica ou comete o crime do trabalho escravo contra o seu empregado doméstico ou transforma a casa numa indústria clandestina de confecções. Qual é a situação que fica num caso desse tipo? Está no art. 1º...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Art. 1º. Nesse caso, a exploração do trabalho escravo não está sendo feita diretamente pelo proprietário do imóvel. O imóvel está alugado. Então, não seria justo expropriar esse imóvel por conta da... É a mesma coisa de você alugar uma casa para alguém que mata uma pessoa e vai responder no processo o assassino e o dono da casa? Quer dizer...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É a explicação que o senhor estava dando quando eu cheguei.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O princípio é o mesmo. Não tem sentido isso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD – RO) – Presidente, qual é o segundo item da pauta ou o primeiro, invertido aí.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – O segundo item da pauta são as emendas da regulamentação do trabalho doméstico, das emendas da Câmara.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD – RO) – Perfeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu estava aqui conversando com alguns colegas sobre a matéria e perdi e não sei exatamente a quantas andamos neste momento. Fez-se um silêncio.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Estava sendo distribuído o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Nós demos cinco minutos, porque o relatório distribuído para os Deputados e Senadores não é o relatório que o Senador está lendo. Foi distribuído o anterior.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Poderia estar obturando dente errado, então, falando algo que não existe.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Não. Foi um erro do sistema. Não foi da assessoria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Tá bom. A assessoria nunca erra. Quem erra é o sistema. E o relator também nunca erra.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD – RO) – Sr. Presidente, enquanto se distribui aí o relatório da forma correta, eu quero aqui também fazer uma sugestão. Esta Comissão tem o escopo, a finalidade de regulamentar dispositivos da Constituição pendentes ainda de regulamentação. Eu quero sugerir e me referir expressamente ao art. 231, § 6º. O art. 231 trata da questão indígena, da proteção aos índios e vem com muita correção. O § 6º diz que “são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio, a posse de terras a que se refere este artigo ou sua exploração das riquezas naturais do solo, dos rios, dos lagos nele existentes, ressalvado [aqui eu chamo atenção] o relevante interesse público da União, segundo dispuser lei complementar”. Não se consegue caminhar com essa lei complementar. Eu quero deixar aqui a sugestão para que este assunto seja debatido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Nós já temos uma proposta de lei complementar sendo construída exatamente nessa direção para apresentar aqui nesta Comissão.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD – RO) – E eu quero me colocar à disposição para colaborar. Nós temos projeto de lei complementar tramitando na Câmara dos Deputados que trata da mesma questão. E para ajudar a construir. São assuntos que são emblemáticos e precisam ser enfrentados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – E precisam ser enfrentados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, caro relator, na proposta está estabelecendo no art. 3º a criação de um Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecente e Drogas Afins.

Eu penso que a argumentação do Ministério Público do Trabalho está absolutamente correta. Se nós misturarmos duas questões completamente distintas na sua natureza, não vamos chegar a um resultado positivo em relação a essa matéria do fundo específico do combate ao trabalho escravo. Então, penso que podia definir especificamente esse fundo para essa finalidade de combate ao trabalho escravo com ações não só repressivas ou para atender, mas também com até uma disseminação de informação pelos órgãos competentes.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Qual o artigo, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É o que cria o Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo no Brasil.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas que artigo é esse?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ele está dentro do art. 3º da criação do fundo, que não deve estar no seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, não está no meu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não está no seu relatório, mas eu queria apenas aduzir isso pela relevância que tem, para ficar atento. É do projeto...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Nós não estamos criando um fundo aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, o seu relatório está específico sobre as questões para tipificar o que é trabalho escravo, mas eu já queria me antecipar para acolher essa sugestão do Ministério Público, porque acho pertinente e conveniente pela sua natureza.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Srs. Senadores e Srs. Deputados, consulto a V. Exªs se já foi lida a matéria.

Está em discussão o relatório das emendas apresentadas no parecer do Senador Jucá.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu vou pedir vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Art. 132 do Regimento do Senado. É regimental. Então, fica...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu vou pedir vista coletiva.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vamos ganhar tempo.

Veja, acabamos de receber uma versão do trabalho do Senador Jucá. Tem já a garantia de boa qualidade, pela origem, mas algumas questões merecem da minha parte uma análise mais detalhada: a questão da exploração diretamente; a hipótese de haver divergência entre uma condenação entre as soluções jurídicas de uma ação expropriatória e uma ação penal, elas podem ter decisões contraditórias, e uma série de questões que precisam ser vistas e estou pronto a devolvê-las imediatamente, na próxima semana, tão logo V. Exª marque a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – A vossa gentileza explica o porquê dos pedidos de vista, mas é desnecessário, porque é um direito regulamentar e, pela complexidade do trabalho...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Além disso, Sr. Presidente, o Senador Aloysio e todos os Senadores e Deputados têm contribuições importantes a dar. Então, eu estou aberto a qualquer sugestão, qualquer melhoria que possa haver no texto as acolheremos com muita satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Concedo a vista coletiva.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes. PSD – RO) – Eu gostaria de fazer uma consideração também e chamar a atenção do Senador Aloysio. Ele foi muito oportuno ao pedir vista. É correto, é regimental, mas tem uma coisa que temos de enfrentar.

Não basta aprovarmos aqui, depois da discussão, esse projeto. Cumpre uma parte, regulamenta a disposição da emenda constitucional recentemente votada, mas é preciso nos debruçarmos sobre o texto do Código Penal, o art. 149 tem que mudar a redação numa outra discussão.

Estamos com essa discussão na Câmara dos Deputados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas essa discussão não é na Comissão, porque não estamos regulamentando a Constituição.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD – RO) – Mas eu estou apenas alertando, porque os de má-fé poderão usar o texto do Código Penal para continuar tumultuando o processo.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – O próximo item é a apreciação do parecer sobre as emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 302, de 2013.

Com a palavra, o Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quanto a essa matéria, na verdade, nós vamos explicar aqui o que vai acontecer.

Esse projeto já foi aprovado na comissão por unanimidade, foi ao plenário do Senado, foi aprovado por unanimidade, foi ao plenário da Câmara. Na Câmara, recebeu emendas, 58 emendas. Por uma questão regimental, essas emendas precisam ter um parecer aqui da Comissão. As emendas têm que ser apreciadas pela Comissão. Apreciadas pela Comissão, irão novamente à Câmara dos Deputados, onde serão votadas. Portanto, o parecer aqui da Comissão é um parecer indicativo, mas a decisão da Câmara será a decisão de Plenário. Então, eu quero fazer isso para não parecer que nós estamos cerceando o debate na Câmara dos Deputados, ao contrário, mas eu tenho que, sinceramente, dar o parecer em cima daquilo que nós estruturamos, daquilo que nós pensamos.

Então, eu quero registrar que, das 58 emendas, algumas delas não tinham a ver com o objeto da matéria, ou seja, várias emendas querendo regular a questão do horário de cumprimento de vigilantes, de outras categorias que não são empregados domésticos. Essas foram negadas.

Várias emendas tratavam de algumas questões que eu considero complicadas para a conjuntura em que nós estamos vivendo, ou seja, muitas emendas faziam com que houvesse aumento do pagamento do INSS do empregador, mas com desconto no Imposto de Renda. Ora, se nós estamos discutindo aqui a penúria dos Municípios brasileiros, se nós estamos com emenda constitucional aqui tratando de querer aumentar o percentual do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Eu queria pedir silêncio, só um minutinho.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... da Constituição para repartir com o FPM e com o FPE, porque os Estados e Municípios pobres estão passando uma dificuldade, não teria nenhum sentido nós transferirmos o ônus desse incentivo ao emprego doméstico para Estados e Municípios pobres, porque, ao reduzir o pagamento do Imposto de Renda, nós estamos tirando 50% da receita de Estados e Municípios que dependem de FPE e FPM. Então, eu dei parecer contrário a toda a movimentação que procura dar desconto em Imposto de Renda. Esse é um modelo que existe hoje, privilegia quem ganha mais, privilegia as classes mais altas, mas efetivamente não privilegia o empregador de média ou de baixa renda. Então, eu dei parecer contrário.

Algumas outras medidas procuravam acabar com o banco de horas, reduzir o banco de horas, e nós demos também parecer contrário.

Algumas outras propostas traziam mudanças em procedimentos de fiscalização do Poder Público. Nós também demos parecer contrário.

As Emendas nº 33, 31, 35 e 43 tratavam da contribuição sindical. Volto a dizer qual foi a posição que nós tomamos aqui: empregador tem que pagar contribuição sindical categoria econômica, empregador do serviço doméstico não tem categoria econômica, porque cada um é um empregador diferente. Ninguém vai cobrar um dia de serviço de um empregador de um jeito, de outro, de outro, do Antônio Ermírio de Moraes, de não sei quem, de um rico, de um pobre, de um médio. Seria algo complicado. Então, nós combinamos com as centrais sindicais, na reunião que fizemos, que a contribuição sindical do empregador não seria cobrada e a contribuição sindical do empregado seria facultativa. Portanto, nós demos parecer contrário à contribuição sindical obrigatória, porque entendemos que a relação é uma relação individual, empregador e empregado, na verdade, quem quiser se sindicalizar tem todo o direito de pagar, de se sindicalizar, de seguir, mas não há um dissídio coletivo de empregado doméstico numa relação individual empregado-empregador doméstico. Cada um tem o seu salário, o salário é diferente, você tem uma série de condições que efetivamente são díspares nas relações de trabalho. Então, nós demos parecer contrário.

Outras pretendiam destinar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para outros procedimentos que não os definidos no projeto. Nós demos também parecer contrário.

Então, para resumir a posição da relatoria: é parecer contrário às 58 emendas, respeitando a discussão da Câmara, respeitando a posição que se tomará na Câmara dos Deputados. O Senado apreciará as mudanças que a Câmara fizer, mas, para manter a coerência do projeto e para estruturá-lo dentro de uma condição – volto a dizer – de preocupação, de manutenção do emprego doméstico, de manutenção da capacidade de pagamento do empregador doméstico, das contribuições e impostos e despesas que esse empregador terá que arcar, nós fizemos uma equação em que há um pequeno desconto na receita do Governo Federal. Se há alguém nessa equação que tem que ter algum tipo de ônus, não é o empregado doméstico que está tendo

mantidos todos os seus direitos, igual a qualquer trabalhador, não é o empregador doméstico, que tem condição díspar de manter os empregados domésticos necessários em sua atividade.

Portanto, este é o parecer: o parecer é contrário às 58 emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Em discussão o parecer.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT – RJ) – Sr. Presidente, eu poderia, antes de colocar em discussão, pedir uma orientação sobre o trâmite? O Senador Jucá, relator, disse que o procedimento será: aqui, nesta Comissão, apreciadas as emendas rejeitadas por ele, elas não são impedidas de estar na Câmara. Ao voltar da Câmara, vai para o Plenário do Senado. Gostaria de entender esse trâmite.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – O trâmite é o seguinte, Deputada.

A Comissão vota o parecer do Senador Jucá sobre as emendas. Todas essas emendas serão submetidas ao Plenário da Câmara. Na Câmara haverá um relator de plenário, que será indicado pelo Presidente Henrique Eduardo Alves. Se o projeto votado na Câmara for exatamente igual ao aprovado no Senado, esse projeto irá direto para a sanção presidencial. Se o projeto votado na Câmara for diferente do projeto aprovado no Senado, o projeto voltará ao Plenário do Senado e será submetido ao Senado – apenas aqueles que forem diferentes, as modificações, não poderá haver alteração no Senado em relação ao que já foi votado. Entendeu?

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT – RJ) – Diante da orientação dada, eu vou pedir vista para que possamos ter tempo suficiente...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – É regimental o pedido de vista.

Concedo vista coletiva conforme o pedido.

Terça-feira, às 14h30min, está convocada a 17ª reunião com esses mesmos dois pontos na pauta. Se, até lá, nós chegarmos a um acordo em relação ao direito de greve, incluíremos também o direito de greve.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião. – Deputado **Cândido Vaccarezza**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 24 minutos.)

Edição de hoje: 134 páginas
(O.S. 14801/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

